

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO RIBEIRO

**MLPA – HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS
PRESOS DO ARAGUAIA: Pluralidade, Resistência e Fé**

Belém/PA

2024

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO RIBEIRO

**MLPA – HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS
PRESOS DO ARAGUAIA: Pluralidade, Resistência e Fé**

Defesa de Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Linha de Pesquisa – Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder.
Orientador: Professor Dr. Pere Petit Peñarrocha.

Belém/PA

2024

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO RIBEIRO

**MLPA – HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS
PRESOS DO ARAGUAIA: Pluralidade, Resistência e Fé**

Defesa de Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Linha de Pesquisa – Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder.
Orientador: Professor Dr. Pere Petit Peñarrocha.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Pere Petit Peñarrocha (Presidente da banca)

Professora Dr. William Gaia Farias (Membro interno)

Professora Dra. Adriane dos Prazeres Silva (Membro externo)

Professor Dr. Dailson Hugo Rocha Alves (Membro externo)

Professora Dra Maria Marize Duarte (Membro externo)

Data da defesa:

08/02/2024.

Belém/PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA Belém - PA

Ribeiro, Marcos Alexandre Araújo

MLPA-História e memória do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia: pluralidade, resistência e fé/Marcos Alexandre Araújo Ribeiro; orientadorPere Petit Peñarocha. Belém, 2024.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História. Belém, 2024.

1.MLPA-Movimento pela Libertação dos Padres do Araguaia-História. 2. Identidadecoletiva. 3. Vídeo memória.I. Petit, Peñarocha (orient.). II. Título. CDD. 23º ed. 981.15

Elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Imagem do quadro sobre percentual de ocupação do Araguaia paraense (reprodução em fotografia).....	48
Figura 02 – Imagem quadro sobre número de mortes do Araguaia paraense (reprodução em fotografia).....	50
Figura 03 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde Padre Ricardo Rezende inicia celebração da missa.....	71
Figura 04 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, mostrando a forte presença da comunidade para a celebração da missa.....	71
Figura 05 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos” que mostra homens e mulheres, em mutirão, preparando a área para a celebração da missa comunitária.....	73
Figura 06 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, em que se pode ver a equipe de liturgia entoando os cânticos da celebração, sob a liderança de Manelão.....	74
Figura 07 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde Manelão realiza a leitura do evangelho.....	75
Figura 08 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde é realizado.....	76
Figura 09 - Depoimento de Raimundo Resplande à Polícia Federal.....	79
Figura 10 - Reportagem do jornal A Província do Pará.....	81
Figura 11 - Manchete do jornal O Liberal.....	82
Figura 12 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81.....	86
Figura 13 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81.....	86
Figura 14 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81.....	87
Figura 15 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81.....	87
Figura 16 - Charge criticando o controle que Sebastião Curió buscava exercer sobre o processo eleitoral para o sindicato dos trabalhadores rural de Conceição do Araguaia em 1981.....	91
Figura 17 - Antiga igreja de São Geraldo Magela, em São Geraldo do Araguaia/PA.....	95
Figura 18 - Local onde em 1981 residia a família de Dona Maria Oneide Costa Lima, em São Geraldo do Araguaia/PA.....	95
Figura 19 - Local onde, em 1981, funcionava o GETAT, em São Geraldo do Araguaia/PA.....	95
Figura 20 - Local onde funcionava, em 1981, a casa paroquial em São Geraldo do Araguaia/PA.....	96
Figura 21 - D. Pedro Casaldágua.....	119

Figura 22 - Representação pictórica da Teologia da Libertação.....	125
Figura 23 - Representação pictórica da Teologia da Libertação.....	126
Figura 24 - Fotografia do “Painel do Cristo Libertador”.....	127
Figura 25 - Recorte do painel (Plano central).....	129
Figura 26 - Recorte do painel (Plano da esquerda).....	130
Figura 27 - Recorte do painel (Plano da direita).....	130
Figura 28: Recorte do painel (Plano inferior).....	131
Figura 29 - Círio de nossa Senhora de Nazaré.....	139
Figura 30 - Cerco policial a Igreja da Santíssima Trindade.....	150
Figura 31 - Vista Interna dos militantes encarcerados na Igreja da Santíssima Trindade (Junho de 1982).....	150
Figura 32 - Jornal Resistência: “Os padres vão ser expulsos”.....	153
Figura 33 - Jornal Resistência: “Lula acusa”.....	157
Figura 34 - Jornal Resistência: “Suicídio na Aeronáutica”.....	161
Figura 35 - Jornal Resistência: “A grande farsa”.....	162
Figura 36 - “Igreja Cristo Libertador”.....	166
Mapa 1: Localização do Estado do Pará no mapa do Brasil, suas mesorregiões e municípios.....	23
Mapa 2: Localização de município do Estado do Pará e municípios de influência do Rio Araguaia e Tocantins.....	39
Mapa 3: Localização do Rio Araguaia e Rio Tocantins – localização do Sudeste Paraense – Municípios de influência do Rio Araguaia e Rio Tocantins.....	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- Ação Católica (AC)
- Banco da Amazônia (BASA)
- Banco de Crédito da Amazônia (BCA)
- Diretório Central dos Estudantes (DCE)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Central Intelligence Agency (CIA)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Comissão dos Bairros de Belém (CBB)
- Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
- Escola Superior de Guerra (ESG)
- Estados Unidos da América (EUA)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT)
- Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)
- Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECFB)
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IPASEP)
- Instituto de Terra do Pará (ITERPA)
- Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Juventude Universitária Católica (JUC)
- Juventude Operária Católica (JOC)
- Movimento da Mulher do Campo e da Cidade (MMCC)
- Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA)
- Partido Liberal (PL)
- Partido dos Trabalhadores (PT)
- Partido do movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- Partido Social Democrata (PSD)
- Partido Comunista do Brasil (PC do B)
- Programa de Pós-graduação em História da UFPA (PPHIST – UFPA)

- PPGCR – UEPA
- Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)
- Projeto Grande Carajás (PGC)
- República do Pequeno Vendedor (RPV)
- Reserva Extrativista (RESEX)
- Serviço Nacional de Informação (SNI)
- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDHPA)
- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia (SPVEA)
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
- União Metropolitana dos Estudantes secundaristas (UMES)
- Unidade de Terapia Intensiva (UTI)
- Universidade Federal do Pará (UFPA)
- Universidade do Estado do Pará (UEPA)
- Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, Nossa senhora de Nazaré, aos Caruanas, e todos os Manas Superiores que me iluminaram e me protegeram durante o percurso de confecção desta pesquisa.

Agradeço especialmente a minha mãe, a qual eu chamo de Normalista Linda, por quem carrego um grande amor e orgulho, e sei que sempre foi a pessoa mais entusiasmada em todos os projetos de minha vida, e com o doutorado não seria diferente, quando quase que constantemente me perguntava como estava a tessitura da tese, e quando seria a defesa dela.

Agradeço com o peito encharcado de afeto cada uma e cada um de meus irmãos, Saulo, Elton, Mauro, Junior, Zeka, Cecília e Regina, os quais, cada um a sua forma, sempre estiveram junto a mim, nos momentos de alegria e de dor.

Quero aqui registrar a imensa gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Pere Petit Penarocha, uma referência de profissional da mais alta competência intelectual, com incríveis sensibilidades humana e artística, além do seu compromisso social.

Agradeço ainda aos meus professores do PPHIST/UFPA, em especial a Profa. Dra. Leila Mourão Miranda, a Profa. Dra. Edilza Joana Fontes, o Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco, o Prof. Dr. José Alves Jr, o Prof. Dr. Maurício Costa e Prof. Dr. Willian Gaia farias.

Não posso deixar de agradecer a instituição Escola Pública, a qual tem me acompanhado desde o Jardim da Infância e primário na Escola Estadual Acy de Jesus Barros Pereira, depois na Escola Estadual Graziela de Moura Ribeiro, dando prosseguimento na minha inesquecível Escola Salesiana do Trabalho, depois a Escola Técnica Federal do Pará, até alcançar a Universidade Federal do Pará-UFPA, onde cursei a minha graduação, a Universidade do Estado do Pará-UEPA, onde cursei meu mestrado, e agora retornando à Universidade Federal do Pará para o Programa de Pós-Graduação em História-PPHIST/UFPA.

Minha relação com a UEPA é um capítulo a parte de um afetuoso e profícuo trabalho desenvolvido no exercício da minha docência desde o ano de 2014, até os dias atuais, assim como também uma importante experiência de gestão e extensão.

Registro aqui também meu carinho pelos colegas da turma de doutorado 2018, já que durante as disciplinas presenciais, tivemos a oportunidade de compartilhar incontáveis momentos de debates, aprendizados, e sentimentos com ansiedade e alegrias. Ali inclusive fiz novos amigos, como o Pedro Mansur, manauara bairrista, mas de grande generosidade.

Sou grato a todas as instituições onde fiz minhas pesquisas, mas principalmente agradeço aos diversos Sujeitos Históricos, que disponibilizaram seu tempo e suas incríveis narrativas, sem as quais não conseguiria concluir essa pesquisa.

Agradeço especialmente ao Prof. Me. Alex Costa Lima e sua mãe, D. Oneide, que assim como outros membros de sua família, contribuíram grandemente através de seus reveladores relatos sobre os conflitos em São Geraldo do Araguaia e região.

E concluo esses agradecimentos, registrando meu imenso afeto por queridos amigos com o Vice-Prefeito de Belém, o Prof. Edilson Moura, sempre um bom companheiro de lutas e sonhos por uma Belém e uma Amazônia mais justas e humanas; assim como agradeço ao velho e bom amigo Sérgio Galiza com seus ensinamentos de militância e de vida. Aproveito ainda para fazer registro do carinho e aconchego que recebi nos últimos dois anos na Vila de Passagem Grande, no município de Salvaterra, onde fui generosamente acolhido e cuidado no bucólico sítio da família de meu aluno Raylan Carlos, onde seus pais e tios não mediram esforços para me incentivarem a conclusão desta importante pesquisa da História do tempo Presente na Amazônia.

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação ê, ê
Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê
Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros
mais.
E juntos vamos celebrar a confiança
Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz,
ê, ê.
Vamos chamar os índios que ainda resistem
As tribos que ainda insistem no direito de
viver
E juntos vamos reunidos na memória
Celebrar uma vitória que vai ter que acontecer,
ê, ê.

Zé Vicente (Baião da Comunidade, 2015)

RESUMO

Este trabalho apresenta um debate sobre a História e a Memória do Movimento pela Libertação dos presos do Araguaia-MLPA, quando no ano de 1981, dois padres franceses e treze posseiros foram presos na localidade de São Geraldo do Araguaia, que integrava o município de Xinguara no Estado do Pará. Com essa prisão e a posterior transferência para a capital Belém; religiosos, leigos, movimento estudantil, militantes de partidos políticos de esquerda como PT e PC do B, além de grupos de pastoral da Juventude, membros de diversos grupos de movimentos sociais. Nessa conjuntura, uma vigorosa rede de solidariedade é constituída com conexões nacionais e internacionais, que desenvolvem diversas atividades em Belém e na região do Araguaia Paraense, com a finalidade de exigir de o governo militar brasileiro libertasse os chamados Presos do Araguaia. Afirmo também que durante o desenvolvimento do movimento, se constitui entre alguns de seus militantes, o que chamo de uma Identidade Coletiva do MLPA, condição claramente perceptível nos relatos coletados através do método de História Oral, e disponibilizados tantos em fragmentos da redação da tese, como no Vídeo-Memória: MLPA - 40 anos de História, que aqui apresento como uma importante fonte de pesquisa, assim como também de ensino sobre a História do Tempo Presente na Amazônia.

Palavras-chave: MLPA; Identidade Coletiva; Vídeo-memória-MLPA: 40 anos de história.

ABSTRACT

This work presents a debate on the History and Memory of the Movement for the Liberation of Araguaia-MLPA prisoners, when in 1981, two French priests and thirteen squatters were arrested in the town of São Geraldo do Araguaia, which was part of the municipality of Xinguara in the State of Pará. With this arrest and subsequent transfer to the capital Belém; religious, lay people, student movement, activists of left-wing political parties such as PT and PC do B, as well as youth pastoral groups, members of various social movement groups. At this juncture, a vigorous solidarity network is established with national and international connections, which carry out various activities in Belém and the Araguaia Pará region, with the aim of demanding that the Brazilian military government release the so-called Prisoners of Araguaia. I also affirm that during the development of the movement, what I call a Collective Identity of the MLPA was created among some of its militants, a condition clearly noticeable in the reports collected through the Oral History method, and made available in fragments of the thesis writing, as in the Video-Memory: MLPA - 40 years of History, which I present here as an important source of research, as well as teaching about the History of the Present Time in the Amazon.

Keywords: MLPA; Collective Identity; Video-memory-MLPA: 40 years of history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I	
1 A FÉ PARA A LIBERTAÇÃO: O CASO DOS PADRE E POSSEIROS NO ARAGUAIA.....	39
1.1 O Araguaia Paraense: Um Chão de Sonhos, da Brutalidade e de Resistência.....	40
1.2 Libertação (Ôes) no Chão do Araguaia e os Caminhos Resignificados.....	51
1.3 “Deus Chama a Gente para um Momento Novo”: A Messe é Grande, os Operários são muitos e precisam tomar Consciência.....	59
1.3.1 Novas formas de fazer igreja.....	61
1.3.2 Uma igreja dos pobres, e multicolor: as conferências de Medellín e Puebla.....	63
1.3.3 A experiência Sagrada da Terra.....	69
1.4 O Conflito do Cajueiro e o Calvário dos Padres Franceses e dos Posseiros do Araguaia.....	78
1.4.1 O conflito do Castanhal do Cajueiro.....	78
1.4.2 A prisão dos padres franceses e as invasões da casa paroquial.....	89
CAPÍTULO II	
2 MLPA: PRÁTICA E SUBVERSÃO SOB O VERBO VIBRADO PELAS CORES E TIMBRES DOS SUJEITOS DO ARAGUAIA.....	102
2.1 A Conjuntura político-partidária daqueles anos iniciais da década de 1980 no Estado do Pará.....	102
2.2 O Fazer Humano na Luta e na Resistência.....	105
2.3 Ser Cristão naquele Novo Lugar, o Êxodo, e a Missão as Margens do Araguaia.....	108
2.4 No Araguaia: Arte, Mística e Signos	121
2.4.1 Uma mística da Libertação: O Povo representado em Canções.....	124
2.4.2 Semiótica, Análise Pictórica e Construção de Sentidos em (Painel Cristo Libertador).126	
2.4.3 O Signo Perciano.....	127

2.4.4 Interpretação de Signos.....	128
2.5 Na Cidade de Belém, ecoava “A Grita” pela Liberdade dos Presos do Araguaia.....	132
2.5.1 Era na Coletividade que se encontrava forças.....	133
2.5.2 A Militância de Base assume o protagonismo nas Ruas da Cidade.....	135
2.6 O Cerco à Igreja da Santíssima Trindade.....	146
2.7 Jornal Resistência: Uma Imprensa Alternativa e de Luta.....	151
2.8 Sentença e Liberdade: A Resignificação das Coisas.....	163
CAPÍTULO III	
3 O VÍDEO – MEMÓRIA: 40 ANOS DO MLPA.....	168
3.1 Mlpa: Uma Identidade Coletiva de Lutas e Sonhos.....	168
3.2 A Disputa pela Memória e o MLPA.....	174
3.3 Sobre dos Sujeitos Do Vídeo – Memória.....	181
3.4 A Função Sociocultural do Vídeo-Memória: MLPA - 40 Anos de História.....	188
3.5 O Vídeo-Memória: MLPA 40 Anos de História; Como Uma Possibilidade de Educação e Ensino de História.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
SUJEITOS ENTREVISTADOS.....	202
REFERÊNCIAS.....	206

INTRODUÇÃO

Oferecemos a nossa condenação e nossa prisão injustas a Deus, nosso Pai, para que nunca desanimem, e para que teimem mesmo em defender o seu meio de viver; com fé em Deus e nos companheiros, um dia a justiça será feita. Saibam que a Igreja de Conceição do Araguaia escolheu ficar do seu lado. Não é essa perseguição que lhe fará arredar pé. Confie nela (carta de Pe. Aristides e Pe. Francisco apud Telles, 2005).

Quando me dispus a discutir o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) enquanto evento histórico agregador, fomentador e difusor de práticas de luta com base em justiça social, aqui refletida na defesa dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), e dos posseiros, que foram presos em 1981 e, posteriormente, acusados de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, estabeleci também um debate quanto à história e memória daquele movimento, memória essa presente nos relatos entre o verbo e a imagem daqueles sujeitos que viveram tal ação.

O MLPA surge nas estruturas da Igreja Católica, envolvendo padres, freiras, bispos, lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e círculos bíblicos e pastorais, em especial as pastorais de juventude de diversas paróquias. Porém, logo acaba assumindo um perfil mais amplo e plural, e passa a se posicionar como um movimento de caráter ecumênico e até inter-religioso, assim como de grupos não religiosos, que buscavam articular apoio em diversas representações sociais, como a Igreja Católica, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECFB), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDH-PA), o coletivo Pró-CUT, que naquele momento estava organizando a fundação Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento da Mulher do Campo e da Cidade (MMCC), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)¹, a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), a União Metropolitana dos Estudantes secundaristas (UMES), o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará e o Diretório Acadêmico das Faculdades Integradas do Colégio Moderno, assim como vários movimentos culturais.

¹ A FASE cumpria importante papel social, na formação e organização dos trabalhadores do campo, muitas vezes apoiando-os em disputas por controles de sindicatos e/ou associações de trabalhadores rurais. A FASE nesse momento estava muito ligada à Igreja católica, ao PT e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Todos esses grupos e instituições buscavam somar forças no sentido de dar apoio aos “15 presos do Araguaia”, que eram os dois padres franceses (Aristides Câmio e Francisco Gouriou) e os treze posseiros (João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Simplício Vieira, Venâncio Pereira da Anunciação, Raimundo Pereira da Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José parreira de Araújo, Leônidas Alves Furtado, Milton de Souza Almeida e José de Araújo e Silva). Todos eles, atuantes na região de São Geraldo do Araguaia, foram acusados pelo Tribunal da Justiça Militar de cometer crimes, como desordem pública e invasão de propriedades privadas, como no caso do conflito do Castanhal do Cajueiro, onde as fazendas de José de Almeida, Evandro Azevedo (ambos originários dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, respectivamente) e de Juraci Teixeira (na ocasião Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata - PSD do estado de Goiás) se encontravam ocupadas por posseiros, o que acabou resultando no assassinato de Luís Antônio dos Santos Trindade, funcionário de uma das fazendas de Juraci Teixeira. Assim, os envolvidos neste conflito foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, inclusive os padres franceses que, por serem de outra nacionalidade, poderiam até ser expulsos do território nacional.

Durante esse momento, balizado nos anos iniciais da década de 1980, a sociedade brasileira se encontrava a bastante tempo privada de liberdade política, sofrendo com perseguições, prisões e torturas, desaparecimentos e mortes, resultantes das práticas do endurecimento do regime militar brasileiro. Outro aspecto importante que incomodava a sociedade consiste na preocupação com os reflexos da forte desaceleração da economia que resultava em elevados índices de desemprego.

Havia também descontentamentos com políticas públicas dos governos militares em setores como a educação, saúde, e habitação, que privavam por privilegiar pequenas parcelas de grupos sociais, como fazendeiros, industriais, banqueiros, além dos próprios militares, e acabavam por não atender às necessidades dos mais diversos grupos sociais que compunham a base social brasileira.

Nesse sentido, a campanha do MLPA representava o desejo de experimentar uma nova forma de governo, eleita a partir de sufrágio universal, e que representassem o verdadeiro sentimento do povo da Amazônia e do Brasil. Por isso também, para todos os envolvidos direta e indiretamente, a liberdade dos presos e posseiros era causa de prioridade. Assim, a rede de apoio ao movimento surge como um contraponto político em relação à prisão dos padres e dos posseiros do Araguaia, e acaba se moldando em uma retaguarda política de crítica às práticas de censura, de injustiça social e de todo tipo de repressão cometida pelo

governo militar, um dos elementos que acaba por contribuir na aglutinação de tantos organismos com tamanha representatividade social.

A situação em que se encontravam os presos do Araguaia funcionava como a representação de um sentimento coletivo e reprimido e, é claro, uma parcela dos católicos e não católicos não concordava com os métodos e com a postura ideológica daqueles homens encarcerados, mas mesmo assim o MLPA acabou envolvendo diversas representações sociais, entre sindicatos, religiosos, parlamentares, diplomatas, estudantes e donas de casa, denotando que esses apoiadores eram brasileiros que há tempos já almejavam a redemocratização do país.

Durante a construção da tese, em 2018, tive a oportunidade de me deslocar até São Geraldo do Araguaia, cidade banhada pelo rio Araguaia e rodeada pela Serra das Andorinhas, área de floresta que no período de 1972 a 1974 foi palco de intensos e combates entre os guerrilheiros do Araguaia, também chamados de paulistas, e o exército brasileiro, combates esses que gerariam grande trauma na população da região. Saliento que a região do “Araguaia Paraense” é uma expressão utilizada por Padre Ricardo Resende Figueira e pelo professor Airton dos Reis Pereira, e que irei adotar nesta tese; ela compreende inicialmente os municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia que, a partir de 1982, passa por vários processos de desmembramentos. Atualmente abarca os municípios de Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Redenção, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, Pau D’Arco, Piçarra, Floresta do Araguaia, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Há tempos essa região se encontrava sob forte tensão em decorrência da existência de diversos conflitos armados, de forma que ali, sendo área de segurança nacional, a presença militar na região era uma constante. A Guerrilha do Araguaia, organizada por jovens militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), viria a se configurar como a maior expressão de resistência executada em meio ao sertão para o enfrentamento à ditadura militar.

Já desde os anos finais da década de 60, aqueles caminhos da floresta amazônica encharcados pelo rio Araguaia perceberam a presença de um significativo número de “forasteiros”. Esses sujeitos, militantes do PCdoB, na sua maioria jovens ligados ao movimento estudantil do eixo sul-sudeste do país, se embrenharam naquelas matas inspirados pelo ideal revolucionário inerente à juventude e àqueles anos que mudariam o mundo. Os militantes do PCdoB, entre eles sindicalistas, estudantes, intelectuais, profissionais liberais, entre mulheres e homens, acreditaram na possibilidade de uma reinvenção do que fora a revolução maoista de 1949 na China, assim como a resistência vietnamita no sudeste asiático durante a guerra do Vietnã, e especialmente a revolução nacionalista cubana de 1959.

Revoluções essas que compartilhavam entre si a experiência da luta armada, que de seus combates originados no campo com grande apoio popular e que, a partir de exitosos combates com as forças legalistas, marcharam para as cidades em direção à vitória, consagrando esses episódios nos mais distintos cantos do planeta enquanto exemplo a serem seguidos por muitos daqueles que ousaram enfrentar a força do capitalismo e suas representações mundiais. Mais especificamente, o caso do Vietnã e Cuba representavam a luta contra a força de guerra dos Estados Unidos da América. Durante o período da guerrilha do Araguaia, onde mesmo antes dos combates propriamente ditos, os chamados paulistas construíram estratégias de aproximação e de sedução com as camadas mais populares daquela região. Até porque existia uma ineficiência e insuficiência da presença do estado brasileiro e até mesmo do governo do estado do Pará, ou do governo de Goiás, do governo do Estado do Maranhão, no atendimento àqueles moradores do lugar, os quais eram carentes de todo tipo de atendimento que passasse por saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar, e apoio técnico agrícola. E nesse vácuo institucional, os militantes do PCdoB, que traziam consigo o conhecimento acadêmico e profissional em áreas de saúde, educação tecnológica, acabaram por cumprir esse papel de garantir o atendimento básico à população, possibilitando um certo ‘conforto’ humano e social. Relação essa que acaba por desdobrar em posteriores laços de amizade, estreitando assim as distintas realidades que encontram unicidade na busca de um horizonte mais justo e humano para os moradores daquela região. É sabido que os paulistas chegam no Araguaia a partir de trajetórias bastante diferentes daqueles que habitavam as margens daquele rio, porém essas antes distantes e distintas realidades acabam por convergir no ideal utópico marxista do PCdoB e sua opção de resistência da luta armada, e a pobreza e difícil realidade, do exercício diário de muitas vezes ecoam o esforço de sobrevivência daqueles sujeitos que viviam da coleta, da pesca, da agricultura familiar e de pequenas trocas comerciais e culturais (SOUSA, 2019).

No início dos anos de 1970, passou a se intensificar a chegada desses militantes, alguns destes com treinamento de guerrilha em outros países, como a China, e outros sem qualquer experiência de combate, porém com a certeza da necessidade do enfrentamento armado contra o governo militar, entendendo muitas vezes que aquela seria a única opção que lhes restava. O governo federal, que já há algum tempo investigava a presença desses militantes comunistas na região, optou por ações práticas que buscavam a aniquilação desse foco de resistência, empreendendo a qualquer custo prisões, invasões a casas de moradores da região, agressões muitas vezes gratuitas, queima da colheita e da coleta desses moradores, assassinatos e violência simbólica, causando um verdadeiro terror na região, não poupando

sequer as comunidades indígenas, que muitas das vezes estavam alheias àquela situação. O clima de terror se instaurou de tal forma naquela porção da Amazônia que as forças armadas, em especial o exército brasileiro, optaram por criar instalações permanentes nas cidades daquela região, especialmente Araguaia, Marabá no Pará e Xambioá no estado de Goiás, atual estado de Tocantins, consolidando assim o projeto de transformar aquelas terras em áreas de segurança nacional, além de executar obras estruturantes que permitissem o deslocamento das tropas, a inviabilização dos movimentos da guerrilha e até uma certa ‘aproximação’ com as comunidades locais. Entre os anos de 1972 e 1974, quando vão se dar efetivamente os combates entre os militantes do PCdoB e as forças armadas, apesar da superioridade bélica apresentada pelas forças legalistas, os mesmos vão encontrar dificuldade em combater os guerrilheiros, visto que eles já haviam adquirido conhecimento da topografia da região, das secas e cheias dos rios e das surpresas da mata, experiência essa adquirida durante diversos anos de convivência com os moradores locais. Tanto que nas duas primeiras incursões da tropa do governo central, os mesmos não tiveram êxito, o que ocasionou um certo entusiasmo nos militantes do Partido Comunista do Brasil. Diante do difícil e controverso cenário encontrado pelo exército brasileiro nas duas primeiras campanhas em combate contra os “terroristas”, o exército brasileiro empreendeu grande esforço em uma próxima campanha no enfrentamento aos subversivos da “pátria”, só que desta vez a regimentar mais de 2 mil homens fortemente armados e bem treinados, helicópteros e aviões no implacável, desumano e desleal combate aos militantes do PCdoB. Desta vez, a empreitada resultou em exitosa ação das forças especiais do Brasil, onde conseguiram prender guerrilheiros como “José Genuíno”, e executaram sem piedade outros militantes como Maurício Grabois² e Maria Lúcia, além de assassinar tantos outros jovens militantes e estudantes que sequer tiveram seus corpos achados posteriormente, ocasionando uma verdadeira campanha de terror entre aqueles campos, florestas, praias e cidades. Até porque, mais do que exterminar aqueles corpos, se fazia necessário exterminar aquela ideia, aquela utopia, aquele perigoso sonho. E mesmo após derrotar os combatentes da guerrilha, o governo federal sistematizou em permanecer e até intensificar aquela condição de terror na região, buscando aniquilar qualquer possibilidade de ressurgimento de focos de resistência, usando para isso toda a estrutura de terror do “estado”, quando permaneceu perseguindo todo e qualquer morador que tivesse tido contato com os

² Maurício Grabois, um dos fundadores do **Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**, desempenhou um papel crucial na organização e liderança da guerrilha.

militantes do Araguaia. Se esses amigos dos militantes fossem descobertos, receberiam tratamento igual ou pior dos guerrilheiros, já que em meio à floresta, muito provavelmente seus gritos, choros, pesadelos não seriam ouvidos por ninguém, o que possibilitava uma ação contínua de violência truculenta das forças militares e estaduais contra tudo e todos que de alguma forma estabelecessem ou estabeleceram relações com aqueles militantes do Araguaia (SOUSA, 2019).

Fazia parte do projeto das forças oficiais o silenciamento daquele parte da história do Brasil e da Amazônia, aquilo que acontecera durante os combates entre matas e rios não chegou ao conhecimento da grande população ou mesmo da grande mídia, e esta quando chegava a noticiar questões relativas ao Araguaia, tendenciada a divulgar as informações na perspectiva do governo central, desqualificando e criminalizando assim os militantes do PCdoB e seus apoiadores, inclusive estigmatizado por muito tempo com terroristas e marginais que roubavam, matavam e agiam contra o progresso do Brasil. Desde o fim dos combates do Araguaia e ainda por muito tempo se efetivou o projeto de apagamento dessa história, negligenciando assim as novas gerações de ter conhecimento e compreender aquela estranha opção de dezenas de militantes, oferecerem suas jovens vidas em sacrifício numa guerra desleal e desproporcional.

Esse sistema de travas, que constituía um dos fundamentos do regime militar, criou a ausência de fala sobre a guerrilha em dois âmbitos. O Primeiro diz respeito ao silêncio do sofrimento e da tortura que pesou sobre os corpos dos camponeses e militantes; O segundo, refere-se ao medo, ainda presente na região, responsável por produzir o esquecimento da história da resistência armada no Pará. O medo, como uma estratégia política de gerenciamento e de controle social". Pode ser explicado pelo processo de militarização da região, que se deu com a implantação do Batalhão de Infantaria de Selva, em um ponto estratégico da Rodovia Transamazônica, e com a classificação da cidade de Marabá como área de segurança nacional, em janeiro e outubro de 1970, respectivamente. (SOUSA, p. 187, 2019).

Mesmo com todo o esforço da oficialidade no projeto de apagamento dessa história inclusive com todo o trauma gerado pelas práticas cruéis das forças armadas, aquelas ideias e aquele sonho de libertação e redemocratização do país ainda foi escutada por muito tempo por aqueles caminhos. Independente da ação das forças opressoras constituiu-se naquela área um imaginário coletivo subversivo, no qual inclusive um dos grandes líderes da Guerrilha do Araguaia, o OSVALDÃO³ não morrerá em combate e si encantou, até porque mesmo em vida

³ **Oswaldo Orlando da Costa** ou Osvaldão (27 de abril de 1938 — Araguaia, 4 de fevereiro de 1974) foi um guerrilheiro brasileiro e um dos principais integrantes da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região Norte do Brasil na década de 1970.

existia um mito que atribuía poderes mágicos aquele guerrilheiro, onde tinha a capacidade de se transformar em bichos da florestas como porco do mato, pássaros e cobras, que segundo as crenças populares ajudava nas fugas e nos momentos de combate, como comenta Sousa (2019).

Com base nessa perspectiva, alguns estudiosos fizeram a leitura do processo de transição pós-ditadura militar. Nesse sentido, O que resta da ditadura, trabalho organizado por Vladimir Safate e Edson Teles, merece aqui um destaque por ser uma importante iniciativa no sentido de compreender o recente passado brasileiro e a sua incrível capacidade de não passar." Isso porque a ditadura, ao neutralizar os movimentos populares seus opositores por meio de repressão, intimidação, cooptação e eliminação física, deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Para os autores, o silêncio imposto às vítimas da violência que resultou desse processo ainda ecoa e insiste em permanecer na sociedade como sintoma social (SOUSA, p. 184/185, 2019).

O fato é que a guerrilha foi debelada no final de 1974, muitos corpos de guerrilheiros foram apresentados como troféu para os moradores da região, e outros corpos jamais aparecerão, nem mesmo após os esforços da COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE⁴. Porém a crença em uma sociedade que superasse as desigualdades e indiferenças através da luta de classe permeou mesmo diante do intenso projeto de silenciamento das tropas oficiais, sem qualquer dúvida aquelas águas do Araguaia e aqueles caminhos de mato assim como aquela gente nativa do lugar ou imigrante de outras terras presenciaram e de certa forma perpetuam a maior resistência em forma de luta armada frente a ditadura militar brasileira, indicando para as futuras gerações que aquela escolha feita por OSVALDÃO, DINA⁵, ZEZINHO DO ARAGUAIA⁶, MAURICO GRABOIS, JOAO AMAZONAS⁷ e tantos outros, mesmo que questionável, representou um esforço sobre-humano e um sacrifício fatal em nome da sociedade na justa humana e da liberdade da nação

Em determinado momento desta incursão, e ao seguir viagem numa embarcação em meio àquele belo e importante rio, observo no meu entorno que na margem esquerda tem a

⁴ A **Comissão Nacional da Verdade (CNV)** foi criada durante o governo presidencial de Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, com o propósito de “resgatar a memória de violações aos direitos humanos” promovidas por Agentes do Estado contra opositores políticos entre os anos de 1946 e 1988 (Cf. Relatório CNV).

⁵ **Dinalva Conceição Oliveira Teixeira** ou 'Dina' (Castro Alves, 16 de maio de 1945 — Araguaia, 16 de julho de 1974) foi uma estudante e guerrilheira brasileira, integrante da Guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) durante a ditadura militar brasileira.

⁶ Zezinho é **um dos oito sobreviventes da Guerrilha do Araguaia**, movimento político armado que tentou derrubar a ditadura militar nos anos 70. Ele participou de vários combates em três anos de militância armada. Só em 1997 pode usar seu verdadeiro nome.

⁷ João Amazonas, **líder do PC do B**, organizou a guerrilha do Araguaia e faleceu em 2002.

cidade de São Geraldo do Araguaia; na outra margem visualizo a cidade de Xambioá, já no Estado do Tocantins; à frente, há um conjunto de montanhas que forma a Serra das Andorinhas, e noutro ponto há ainda mais florestas e o fluxo corrente do Velho Araguaia, que rumo ao Sul do Pará.

Mapa 1: Localização do Estado do Pará no mapa do Brasil, suas mesorregiões e municípios.



Fonte: Larissa Mourão Pantoja, mestra em Gestão de recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, PPGEDAM/UFPA.

O detalhamento geográfico e as possibilidades de desdobramentos e impactos sociais e políticos expostos acima, me ajudaram a definir a sistematização do primeiro capítulo da tese, que está subdividido em quatro momentos. As discussões iniciam-se nos processos de ocupação pelos não indígenas da região do Araguaia Paraense, abordando um recorte temporal que vai da segunda metade do século XIX até os anos de 1980. Em seguida, e já com evidências, abordo os fluxos migratórios para essa região da Amazônia e como a presença do “estrangeiro” impacta as relações entre os sujeitos, bem como as consequências do cruzamento dessas fronteiras culturais e identitárias. A observação feita nas pesquisas de campo levou meu olhar na direção dos movimentos daquele povo, que atravessa em balsas, em barcos e canoas, e que corriqueiramente cruza divisas e fronteiras, oficiais e icônicas, num frenesi de faces que expressam dores, vontades, trocas e conflitos de toda ordem, num embaralhar de chão, água, sol e sensações, como observado por José Ademir de Oliveira:

Finalmente, chega-se ao porto, em que tudo é transitório. A improvisação do local onde param os barcos dá a quem chega a impressão de que, nas pequenas cidades da

Amazônia, nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado. O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto, menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos [...]. Ao mesmo tempo em que ocorre a integração do território, possibilitando a circulação de pessoas e objetos, há a desarticulação de fluxos pretéritos e o surgimento de outros. Como essa desarticulação de fluxos não é circunscrita a si mesma, não apenas os eixos desaparecem, mas se desarticulam atividades e, daí, modos de vida a elas ligados (o regatão, por exemplo). Geralmente, os padrões de circulação impostos pela modernização determinam o desaparecimento de algumas atividades e o surgimento de outras; daí os impactos decorrentes (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Destas sensações e representações observadas nas faces daquelas gentes, surgiu a possibilidade de trazer para o foco o terceiro momento do primeiro capítulo, onde reflito sobre os debates das conferências do Episcopado Latino-americano de Medellín e Puebla e suas reverberações para as novas práticas da Igreja católica brasileira, e me proponho ainda a discutir os signos e símbolos encarnados nas lutas pela terra, com o protagonismo dos posseiros e da ICAR, representados em diversas linguagens artísticas, que se configuravam como estratégias litúrgicas de resistência e de luta pela terra, em torno dos quais dedico atenção ao apontar a experiência sagrada de religiosos e sujeitos no Araguaia paraense.

Essas estratégias, ou metodologias, eram traços muito presentes no MLPA, às quais podemos denominar de “práticas cebianas”, uma proposta litúrgica diferenciada, inspirada na Teologia da Libertação, refletindo a realidade do homem simples e denunciando as injustiças sociais e a violência contra os lavradores e comunidades tradicionais (PESSÔA, 2013). Essas práticas constituem um conjunto de atividades com caráter litúrgico, artístico e político desenvolvidas nas comunidades eclesiais de base com o objetivo de animar as celebrações religiosas, promover a mobilização e o debate social e possibilitar a tomada de consciência de seus membros.

Considerarei, no decorrer da minha pesquisa, apontamentos importantes em torno da ressignificação simbólica descrita pelas práticas cebianas, que discutem a semiótica em si, por meio das contribuições teóricas de Pierce em relação à teoria geral da Semiótica, considerando que as expressões humanas, em linguagem verbal e não verbal, são utilizadas com a finalidade de expressar sentidos; o que me garantiu fôlego para a análise propriamente dita da simbologia que a igreja criava junto das comunidades no Araguaia paraense.

Essa mística cebiana era expressa nas mais variadas linguagens artísticas, como canto, dança, teatro, poesia e o que chamamos hoje de artes visuais, que desempenhavam um papel

pedagógico na agregação das múltiplas forças da sociedade civil e catalisava e inspirava aqueles múltiplos sujeitos.

O quarto e último momento do primeiro capítulo retoma a questão central desta tese, quando introduzo a discussão em torno do Conflito do Cajueiro e a consequente prisão dos posseiros e dos padres franceses, e ainda reitero que o movimento pela Libertação dos Padres e posseiros do Araguaia teve um notório alcance e mobilizou uma rede representativa e plural, com característica ecumênica e transreligiosa em defesa da liberdade dos denunciados e da democracia.

Para isso, foi necessário a partir de um trabalho de registro de relatos desses diversos sujeitos e/ou de seus familiares que trazem na memória a história desse passado muito recente, que se configura numa grande importância para os estudos em torno das questões sobre a luta pela terra na Região Amazônica, mas especificamente na região do Araguaia paraense.

Como citado, o movimento pela libertação dos Padres e dos posseiros do Araguaia acabou tomando grandes proporções, já que mobilizou multidões em defesa dos denunciados, assim como fortes e simbólicas representações patronais e reacionárias que se opunham aquele movimento, e em especial aquela forma de fazer igreja, que maciça e fortemente ameaçava o *status quo* daqueles grupos que detinham o poder social, econômico e político da região Araguaia paraense.

Aproveito para apontar que a práxis da Teologia da Libertação no Estado do Pará e que, no caso do MLPA, acaba por desaguar em um movimento único, na perspectiva de sua pluralidade e capacidade de mobilização social. Nesse sentido, nossa intenção aqui é refletir acerca das lutas sociais encampadas pelos setores progressistas da Igreja Católica no Pará, e em especial a questão da luta pela terra na região do Araguaia paraense, que acaba por desaguar na prisão e condenação de dois seus sacerdotes e de treze posseiros.

Essa postura da Igreja Católica acabava sendo projetada em diversas regiões da Amazônia e mais especificamente no Estado do Pará. Assim como na região do Araguaia paraense também se encontrava nas doze regiões de integração do estado do Pará, desde a região do arquipélago do Marajó até a região do Nordeste Paraense, na região metropolitana, na região da transamazônica, sendo refletido em conflitos mais intensos entre membros do clero local e famílias componentes das oligarquias dessas cidades. Nesse sentido, podemos citar duas cidades e eventos específicos como novo Município de Moju no início dos anos 1980 e no Município de Baião também no mesmo recorte histórico e ambos na região do baixo Tocantins.

No Município de Moju, nos anos finais da década de 1970 e anos iniciais da década de 1980, havia uma contundente desigualdade social que afetava diretamente as camadas mais populares tanto da periferia da cidade quanto dos lavradores e demais posseiros da região rural do município de Moju onde muitos desses trabalhadores viviam em uma condição extremamente vulnerável diante da presença de insegurança alimentar, de ausência de qualidade no atendimento de saúde, saneamento e educação para os seus filhos, assim como apoio técnico na produção agrícola, e garantia de estradas vicinais com qualidade para o escoamento da sua produção. Até aquele momento o clero presente nas cidades se comportava de forma mais conservadora e romanizada, onde conduzia as atividades litúrgicas dentro do calendário padrão e sem qualquer ameaça para o status quo presente naquela sociedade da cidade de Moju, inclusive não incomodando as elites e tampouco alterando a relação dos grupos e classes sociais componentes daquele lugar.

Tudo irá mudar com a chegada de novos Sacerdotes católicos, Padres esses inspirados pela Teologia da Libertação, como por exemplo o Padre italiano Sérgio Tonetto⁸ que após ser transferido de sua terra natal recebe a missão de desenvolver seu exercício sacerdotal no estado do Pará quando opta por inicialmente passar alguns meses na cidade de Abaetetuba onde buscava aprendizado e a aprimoramento da língua portuguesa, assim como entender a cultura da população Amazônica, onde desenvolveria o seu trabalho.

Após esse período em que construiu amizades, padre Sérgio, solicita sua transferência para o município de Moju, onde diversas vezes o mesmo frequentou a feira local e o Porto da cidade na busca de compreender a vivência e a cultura daqueles moradores que viviam da pesca, da caça, do plantio e da colheita de variadas roças, ou mesmo trabalhando para grandes fazendeiros. Experiência essa, que levou Pe. Sérgio a compreender de forma mais ampla a difícil realidade daqueles moradores da Amazônia, o que o fez passar a interpretar de forma mais complexa a sua tarefa de levar o evangelho para os moradores daquele lugar, reunindo assim reflexões provenientes de sua formação ainda no seu território de origem, conflitando com o conhecimento adquirido tanto no município de Abaetetuba que fica na mesma região, assim como de suas experiências na cidade de Moju, onde se propõe a desenvolver suas atividades clericais alinhadas a chamada Opção Preferencial Pelos Pobres; escolha essa que iria encontrar um terreno fértil no município de Moju diante de todas as suas desigualdades sociais que a cada dia se tornavam mais latentes (SACRAMENTO, 2006).

⁸ TONETTO, Sérgio ex-pároco da cidade de Moju. Coordenador da CPT- Comissão Pastoral da Terra da região durante mais de vinte anos. Faleceu em janeiro de 2007

É neste cenário multifacetado que Pe. Sérgio passa a imprimir uma nova dinâmica na condução das práticas realizadas na Paróquia do Divino Espírito Santo, onde passa a elaborar e executar além das celebrações de missas, novenas, batismo, e catequese, uma variada programação que buscava a tomada de consciência daquelas camadas mais pobres da cidade de Moju, assim como animá-las na luta para a Conquista de seus direitos como trabalhadoras e trabalhadores. Pe. Sérgio também passa a estabelecer relações com outras lideranças políticas ligadas à setores progressistas da Igreja Católica da região metropolitana de Belém e outras cidades, assim como também lideranças sindicais, na medida que compreende a necessidade de reorganização dos trabalhadores rurais de Moju, para que se mobilizem para as próximas eleições no intuito de assumir a condução da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Moju o que levou à intenso tensionamento. já que existiam outros grupos que já ocupavam essa diretoria, porém em um comportamento que na maioria das vezes não fazia de fato a defesa dos interesses dos pequenos trabalhadores rurais, já que acabava por se alinhar aos poderosos ou minimamente se omitiam diante dos desmandos dos grandes fazendeiros e empresários da região (SACRAMENTO, 2006).

Dentre os momentos de maior tensão entre as oligarquias locais aquela nova igreja que se apresentava na cidade de Moju, podemos citar dois episódios, um quando a disputa da tomada do sindicato dos trabalhadores rurais do Município de Moju vencida pelos trabalhadores da oposição e que agora instauraria um Novo Tempo naquele espaço e naquelas práticas que passariam agora atender as demandas dos lavradores e posseiros; assim como quando Pe. Sérgio opta por organizar um presépio diferenciado daqueles realizados nos anos natalis dos anos anteriores, é quando a na noite de 25/12/1982, e parte da cidade especialmente as oligarquias se encontravam insatisfeitas com aquela versão de presépio, que não se colocava de forma tradicional, porém representava os trabalhadores do campo em especial, e esse mesmo era cercado por uma espécie de arame farpado, o que na verdade simbolizava a crítica ao grande latifúndio e uma referência em nome da luta pela libertação dos 2 padres franceses e dos 13 posseiros que estavam presos em Belém a partir do conflito do Cajueiro que gerou o MLPA. Naquela mesma noite 5 jovens embriagados ligados a ilustres famílias da cidade invadiram depredaram rasgarão faixas cartazes e vilipendiaram o presépio causando um grande alvoroço e posterior debate na cidade, estabelecendo uma grande discussão em torno do ato de vandalizar um espaço sagrado que é o altar da espaços internos da igreja católica em plena noite de Natal bem como, bem como a costumaz crítica feita pelas elites locais a utilização de forma dicotômica a utilização política daquele espaço a sagrado da cidade de Moju.

O motivo para este gesto de solidariedade por dois padres e treze trabalhadores que haviam sido presos em São Geraldo Araguaia acusados de serem organizados de

terem organizado incitado os trabalhadores a cometerem um assassinato que por isso estavam presos e correndo o risco de serem deportados para a Europa ponto também pode seguida também acerca simbolizava a entrada dos grandes projetos agroindustriais de Moju e a expropriação da Terra dos colonos seguida o incidente ocorreu no dia 25 de dezembro dia de Natal quando os jovens entraram na igreja após o encerramento da celebração e causaram a destruição do presépio, arrancar as faixas ainda e ainda usaram de violência contra o então padre Sérgio Tonetto. (SACRAMENTO, 2006).

Esse episódio de violência ocorrido em plena noite de Natal, ilustra de forma muito clara a conjuntura de tensão política que se encontrava à cidade de Moju, resultante inicialmente das desigualdades sociais, assim como da pulsante tomada de consciência das classes trabalhadoras a partir do profícuo e continuado o trabalho de catequização, educação social cultural e política promovida pela Igreja Católica progressista a partir da práxis efetiva da nação sacerdotal de Padre Sérgio Torentto.

Ainda na região do baixo Tocantins só que agora no município de Baião é possível. Compreender um outro vento histórico que teve importante participação da igreja católica progressista no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, quando da disputa pelas ancestrais terras de castanhais ocupadas a gerações por lavradores e posseiros da região. Com o avanço de grandes projetos de agroindústrias e que na verdade representavam uma ameaça a formas tradicionais de cultivo, de manejo, e coleta de produtos derivados daquelas matas encharcadas pelo Rio Tocantins, a região vai perceber a eclosão de diversos conflitos que transformarão a área num espaço de contínua tensão em virtude daquelas disputas pelo controle daqueles castanhais. E nesta conjuntura os trabalhadores daquele lugar vão construir estratégias de resistência frente os avanços da agroindústria, de grandes latifundiários, e outros forasteiros que representavam cobiça. naquela porção da Amazônia; não à toa e a partir de representativas assembleias, reuniões, convenções e diálogos entre representatividades de comunitários e instituições, entre elas à igreja católica progressista, os trabalhadores tomam a firme decisão no sentido da Constituição de uma lei própria, A Lei Anilzinho: A lei dos Posseiros, na qual e a partir de seus estatutos, lhes era assegurado o direito à luta e a resistência a em defesa de suas terras de suas tradições e da ancestral forma de viver de suas famílias. E é nesse contexto que a igreja católica cumpre um papel fundamental na animação e organização desses trabalhadores, como podemos ver no comentário da professora Adriane dos prazeres Silva (2021): “Torna-se evidente a influência da igreja católica progressista na Lei anilzinho. Isso pode ser verificado quando, no item 5, solicita, além da organização de mulheres e crianças, a construção de casa comunitária, Capela, demonstrando uma presença dessa igreja”.

A Lei Anilzinho: A lei dos Posseiros entre seus artigos, versa que ao trabalhador daqueles castanhais lhe é assegurado o direito de resistir na Terra, que aquela Terra é da comunidade, e que esta Terra é para quem nela trabalha e se faz assim a necessidade de se defendê-la inclusive se necessário com armas, com Machados, com terçados, espingarda etc., diante do perigo do grande capital, e suas práticas de grilagem, perseguição e assassinatos. Diversos e importantes encontros com muitos debates foram realizados, mesmo ainda durante a vigência do regime militar brasileiro, mesmo que já em um processo de transição para a redemocratização, conjuntura essa onde grupos que representavam as oligarquias cristalizadas, ainda ostentam uma expressiva força econômica social política e policial na região da cidade Baião e entorno (SILVA, 2021).

Ao lutar em favor dos pequenos agricultores, a igreja progressista foi de encontro aos grandes projetos, com uma construção sem planejamento que beneficiasse as pessoas que iriam ser atingidas pela barragem de Tucuruí e quando fez campanhas contra os empréstimos bancários que endividavam o agricultor, resultando na perda de sua propriedade (SILVA, 2021).

Assim compreende-se que é a lei Anilzinho: a lei dos posseiros vai representar numa ótica muito perspicaz, e sensível, as plurais formas de viver daqueles povos que habitaram em e habitam ancestralmente aquela região. E mais do que isso, compreende o sentimento da necessidade da resistência e do enfrentamento se necessário, para a sua fixação nesta Terra, que é o espaço de sobrevivência e de sua existência enquanto sujeitos de família, enquanto sujeitos de sociedade, enquanto sujeitos que compõem o vasto mosaico da realidade amazônica. Assim a lei dos posseiros, forjada no sonho de justiça social e na crença na força da organização e da Vitória surgida da mobilização, organização e efetivação da construção utópica do Bem viver naquela porção da Amazônia Tocantina.

A partir da leitura de trabalhos de Pereira (2013), Pessoa (2013, 2019) e Teles (2005), encontrei elementos nos quais foi possível observar reflexões substancialmente hodiernas, já que muitos dos problemas encontrados naquele cenário sociopolítico permanecem até hoje, e a atual conjuntura política nos aponta um real reavivamento e endurecimento de discurso e práticas contra os direitos humanos, e posturas que se em enquadram nos perfis mais conservadores.

Ademais, reflito a luz dos relatos verificados no estudo da memória desses agentes que foram cruelmente vitimados pela intolerância e pela violência da repressão dos chamados anos de chumbo, como vemos em Edilza Fontes:

O debate envolvendo a violação dos direitos humanos e a tortura, e a pesquisa sobre a repressão exercida pelos governos militares são cada vez mais urgentes. Janaína de Almeida Teles (2010) afirma que, no Brasil, o acerto de contas com o passado da ditadura não está concluído, a radiografia dos atingidos pela questão política ainda está por ser completada. Para a autora, “prevalece a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência”. É necessário aprofundarmos a luta pela verdade e pela justiça hoje no Brasil. Verdade aqui entendida como resultado de um processo investigativo, com produção de provas testemunhais e documentais, como decorrência de análises, cruzando várias fontes e contendo reflexões sobre os documentos e a forma como eles foram produzidos. (FONTES, 2014, p. 283).

Entendo que a rede de solidariedade aos presos do Araguaia nasce, sobretudo, a partir da grande capacidade de mobilização por parte do MLPA, que percebeu a real necessidade dessa articulação na cidade de Belém para uma pressão popular em torno desse julgamento. A agenda era constituída de incansáveis reuniões, assembleias, cultos ecumênicos e inter-religiosos, panfletagens, afixação de cartazes tanto em protesto contra a prisão, quanto em convocação para demais atividades, expandindo assim cada vez mais a rede de solidariedade, como podemos constatar em trecho de um panfleto de 1982 elaborado pelo próprio MLPA:

Aproxima-se o julgamento dos padres Aristides e Francisco e dos 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia. Já fez mais de 200 dias que eles estão presos e somente agora se anuncia o julgamento para o fim de março ou início de abril. Não é a verdade ou a justiça que decidirá a libertação dos presos. O que decidirá a sorte dos 15 será a consciência do Estado, daqueles que tem o dinheiro e o poder nas mãos para mantê-los presos ou soltá-los. De qualquer forma se julgará a pastoral preferencial dos pobres e oprimidos, a situação calamitosa de milhares de agricultores perseguidos e expulsos de suas terras, a sede de liberdade, de organização e de justiça de todo o povo. Portanto é necessário que todos se empenhem a fim de que a justiça seja feita ou a injustiça seja denunciada. Esperamos que esse sétimo boletim do MLPA seja mais um estímulo para uma participação ativa e consciente na luta pela libertação dos presos e na defesa daquilo que eles representam.

Mais tarde, com a aproximação da data do julgamento e com a situação dos presos do Araguaia sensibilizando ainda mais as pessoas e, na tentativa de sufocar a mobilização popular, o Comando Militar da 8ª Região, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, publicam notas oficiais nos periódicos A Província do Pará e O Liberal, nas quais solicitavam à população que não se envolvesse ou sequer saísse de casa no dia do julgamento, porém o apelo não surtiu o efeito desejado, pois mesmo temendo represália muitas pessoas se fizeram presentes na manifestação, e quem não compareceu acendia uma vela na janela de sua casa, em demonstração de apoio espiritual aos presos. Assim:

Chegaram a Belém para o julgamento, pessoas vindas de quase todos os estados do Brasil representando a igreja e as mais diversas entidades. [...]. Também da Europa

havia pessoas, incluindo representantes da embaixada francesa e dois enviados do Vaticano. A repercussão do caso já tinha alcance mundial, o que surpreendia as autoridades militares, mas ao mesmo tempo as colocava num dilema insolúvel: teriam que continuar até o final, por mais grosseiras e evidentes que se mostrassem as contradições.

[No] dia do julgamento, a cidade de Belém havia se transformado no palco de uma grande operação de guerra. Os fantasmas que assombravam a imaginação dos militares mais do que nunca se faziam presentes: o ressurgimento da guerrilha do Araguaia e a reedição da longínqua revolta dos Cabanos, ocorrida no século XIX. [...]. Sobre isso, relatórios de informantes da polícia no Araguaia davam conta de grandes mobilizações entre as comunidades de camponeses para angariar fundos e ainda o esgotamento do estoque de velas em toda a região, o que na verdade respondia ao apelo da igreja, a que todas as famílias acendessem uma vela pelos padres na véspera do julgamento. O sussurro que corria entre os militares era de que algo de surpreendente iria acontecer (TELLES, 2005, p. 118-119).

Ressaltamos, também, a fala do Padre Ricardo Rezende Figueira:

O aparato policial-militar da cidade de Belém foi uma extravagância por ocasião do julgamento na 8ª Circunscrição Militar, dia 22 de junho de 1982. Para conter lavradores que, na cabeça dos militares, poderiam vir das matas, armados, foram lançados às ruas, desde a véspera, 1.200 soldados com fuzis, metralhadoras, gás lacrimogênio, muitos à cavalo e acompanhados por cães amestrados. Um helicóptero alugado sobrevoou a capital durante o dia observando atento à movimentação das pessoas. As rádios e jornais e os canais de televisão na capital transmitiam constantemente ordens emanadas da área de segurança vedando concentrações ou manifestações. A cidade parecia em clima de guerra sob o olhar atento da população (FIGUEIRA, 1986, p. 87).

Portanto, esse movimento de refletir acerca da história e da memória do MLPA e de seus atores sociais traz à tona a grande rede de solidariedade formada pela defesa dos presos do Araguaia, logo, considerada como um evento histórico inscrito na perspectiva da História do Tempo Presente.

Ferreira (2002) lembra que a história dos fatos recentes nem sempre fora considerada um problema; embora o labor do historiador tenha sofrido profundas alterações, especificamente em relação ao uso de fontes escritas, a partir do momento em que a História fora institucionalizada como disciplina universitária. Desde a antiguidade os historiadores viam-na com protagonismo. Entretanto, em meados do século XIX, a História do Tempo Presente é extirpada da relação passado/presente, cedendo espaço para o testemunho dos “mortos”, ficando, assim, a pesquisa histórica relegada à tutela de eruditos, sendo somente na nova República Francesa que a História fixa o seu lugar naquela sociedade, rompendo com o antigo *status quo*, momento de especial atenção para o estudo da contemporaneidade, postura de caráter pedagógico, alinhada à fundação das revistas dos *Annales* e da *Ecole Pratique des Études*, que contribuíram significativamente para as transformações da pesquisa histórica, principalmente no que se refere ao contingente de pesquisadores e demais membros da

sociedade que se interessaram pela recuperação da memória através da História. Todas essas transformações ratificaram o papel da História do Tempo Presente; dessa forma, a utilização de metodologias interpretativas de documentos ressalta a importância objetiva de se trabalhar com a história recente.

Dessa forma, destacam-se orientações teóricas circundantes à História do Tempo Presente, fundamental para garantir o corpo desta análise. São eles: Jacques Le Goff (1990), Marc Bloch (2001), Paul Tompson (1992), Marieta Ferreira (2001) e Michel Hall (1992). Ademais, considero também que a inserção de teóricos que abordam substancialmente a Memória e o Tempo, através de Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), Paul Ricoeur (2007), além das observações do professor Antônio Torres Montenegro (2010), no que toca a abordagem do método.

Jacques Le Goff diz que todo “documento é um monumento” e, conseqüentemente, traz subjacente ao seu texto articulações políticas, intencionalidades e tendências ideológicas, ou seja, podemos dizer que nenhuma fonte é neutra. Com isto, ao pesquisar em jornais problematizamos e interpretamos a realidade conjuntural social, econômica e política, bem como a razão e a função de determinadas produções (periódicos, documentários, panfletos). Em um futuro breve, por exemplo, poderemos nos questionar sobre como será percebida essa “avalanche” de material midiático, maciçamente divulgado com o claro interesse de desconstruir o capital político e ético do PT, na atualidade, enquanto propõe “um outro lado”, com harmonia e coalizão.

Segundo a professora Lucília Almeida Neves Delgado (2010), a História Oral é constituída de fontes essencialmente orais, onde as atenções se voltam exatamente para a figura desse sujeito que fala. Por isso, a base desse método leva em conta toda a contextualização social do indivíduo. Essa concepção, favorável para o desenvolvimento de fontes históricas basicamente pautadas em registros de fala, nos convida a perceber a metodologia deste campo de conhecimento pelo viés de sua prática. Nesse sentido, julgamos pertinente abordar duas categorias que emergem da História Oral: a Memória e o Tempo. A primeira seria, pois, a substância formadora da História Oral enquanto voz do passado, distinguindo-se da História no momento a esta age objetivamente na reflexão do passado, enquanto a outra está mais aproximada de imagens mnemônicas. Todavia, a autora adverte que mesmo a memória, ainda que essa não seja a sua função, cria uma demanda de reflexões arrastando consigo elementos do passado sobre os quais a história reivindica direitos; e a outra também se configura como um dos constructos da memória.

Partindo dessa premissa, o trabalho da professora relaciona História Oral com os três elementos expostos no título de sua obra, a memória, o tempo e a identidade. A autora pontua questões importantes, dentre as quais se observam as diversas possibilidades de conceituarmos memória, dentro da esfera da História Oral, que pode tanto demarcar um tempo passado como a identidade do sujeito circunscrito à sociedade. Por outro lado, uma vez que o trabalho mnemônico se ocupa de aglutinar passado e presente, em um movimento polifônico, pois ao irromper a barreira do tempo, a memória evidencia não somente as lembranças do sujeito, mas as de vários outros. Conforme a autora:

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades (DELGADO, 2010, p.17).

Paul Ricoeur (2007) faz importantes considerações acerca da Memória, onde coteja a relação entre lembrança e imagem, ou, nas palavras do autor, a lembrança seria uma “espécie de imagem” indefinida:

Enquanto passada, a coisa lembrada seria uma pura Phantasie, mas, enquanto dada de novo, ela impõe a lembrança como uma modificação *sui generis* aplicada à percepção; sob esse segundo aspecto, a Phantasie poria em suspenso a lembrança, a qual seria, por causa disso, mais simples que o fictício. Teríamos, assim, a sequência: percepção, lembrança, ficção (RICOEUR, 2007, p. 65).

O que temos aqui é a preocupação do autor com a representação do passado através da memória, uma vez que esta assume, em sua análise, um *status* duplicado – ora memória, ora imaginação, unida pelo que permeia a percepção do passado, mas completamente oposto pelo lugar que cada um assume para a fenomenologia da memória. O autor também credita à fenomenologia da memória à capacidade humana de ser exercitada, recaindo na questão das concepções de uso e abuso da memória, já que a prática de um provoca o surgimento do outro, e nesta mescla reside a possibilidade de obscurantismo da memória.

Ainda em relação à memória, o professor Antônio Torres Montenegro (2010) evidencia o movimento duplo que a memória executa. Semelhantemente ao que fora exposto por Delgado (2010), aqui se considera um comportamento binário entre história e memória. Na realidade, para o autor, a memória é um ato da história e vice-versa, uma vez que quando o indivíduo traz à tona suas lembranças, ocorrem operações cognitivas, seletivas e até mesmo miméticas de suas percepções, considerando que o discurso proferido pelo sujeito não

corresponde efetivamente ao passado real, mas sim à forma como este é percebido e resinificado no tempo presente.

Finalmente, reservo atenção para destacar a análise que julgo crucial dentro da demarcação de meu objeto de pesquisa: a análise do uso simbólico de elementos “terrenos” sacralizados e utilizados por “igreja dos pobres”, aos quais denominei de Mística.

O vocábulo “Mística” vem do adjetivo *mystikos*(grego), sendo este derivado dos verbos *myo* (grego) (fechar olhos e boca para gerar um mistério internamente) e *myeo*(grego - penetrar no mistério). Assim, a mística representa o caminho interior da fé humana e o elo do criador com a criatura. Saliento que a mística é algo que não existe apenas na tradição cristã, e sim compreende experiências de fé que perpassam por diversas formas de louvação e culto a divindades e santos que, de acordo com cada construção cultural, detém o poder de felicidade ou tristeza, do céu ou do inferno (ou seu equivalente). Assim, a mística compõe o fazer e o sentir da pessoa e de sua fé nas mais diversas regiões do mundo, sob as mais diversas formas.

A mística cristã é representada por diversos símbolos, como formas geométricas, cores, sons, imagens e movimentos corporais bem específicos, mesmo que em dado instante sugira algum diálogo com outras religiões, em especial com o Islamismo e o Judaísmo. Porém, a mística cristã se apresenta como proposta de uma ligação simbólica entre Deus e seu filho Jesus Cristo, pautada, sobretudo, no amor e no perdão. A atual mística cristã se originou a partir das suas relações de construto e tensões das experimentações e vivências com as Sagradas Escrituras, tanto do Velho quanto do Novo Testamento. Essas diversas interpretações místicas da bíblia possibilitaram vivenciar sobre Jesus Cristo e seu Pai Nosso Senhor.

Assim, dentro dessas representações simbólicas cristãs, é possível verificarmos tanto a presença da mística oriental, quanto da ocidental; logo imaginamos tamanha pluralidade e grandiosidade do exercício da prática mística cristã na construção das sociedades pós-Cristo.

Estávamos vivenciando um momento de repensar e um refazer em Cristo nas suas mais diversas formas pentecostais. Todavia, uma grande verdade é que hoje muitas pessoas experimentam uma grande distância de Deus. Muitas vezes, mesmo que numa observação crítica, a impressão que se tem é que os momentos de contato com Cristo Jesus, em muitas de suas diversas dimensões, acabam por se dar de forma fugaz ou insuficiente. Já na contramão, percebemos o surgimento de muitos grupos de experimentação espiritual pentecostal cristã com densas vivências e laboratórios da palavra originada na Bíblia sagrada, mas visivelmente desprovidas de reflexão política e social.

Esses coletivos são os grupos que percebem e, em meu entendimento, até confundem a prática da alteridade, que observo como um princípio cristão o mero assistencialismo, acaba por matar a fome daquele indivíduo naquele momento e naquele dia, porém não resolve o real problema que é o da injustiça social.

Ao observar atividades litúrgicas de caráter artístico, seja de forma presencial ou através dos meios de comunicação em massa, seja em festivais de canção e de dança, é patente a forte presença de elementos que conduzam a tal ato em uma perspectiva de um catolicismo mais conservador no prisma da cristalização de conceitos consagrados em uma tradição da percepção da chamada família tradicional cristã. Essas representações em diversas linguagens artísticas corroboram para um pensamento com características “imutáveis”, visto que suas mensagens não sugerem ou possibilitam a reflexão sobre uma análise e, conseqüentemente, a ressignificação dos signos cristalizados na experiência cristã.

Esse chamado cristianismo conservador, presente tanto no pentecostalismo quanto no neopentecostalismo, também é percebido em representações de um catolicismo de forte apelo mariano, patriarcal e de forte concepção burguesa. Esses últimos aspectos são muito perceptíveis no movimento de renovação Carismática Católica, conforme afirma o excerto abaixo:

Esses grupos tinham como objetivo a busca do equilíbrio e da disciplina dentro da espiritualidade da igreja e da “missão da renovação” e usavam como metodologia de ação a divisão interna e a instalação de ministérios, como os de intercessão, cura, evangelização, música, arte e aconselhamento. Praticavam em sua liturgia a seqüência de perdão dos pecados, de louvor a Deus, de espaço de escuta da palavra e do Espírito Santo, leitura e interpretação de textos bíblicos [priorizando os atos dos apóstolos – ação do Espírito Santo], testemunho [um diferencial muito grande, muita música e alegria] (RIBEIRO, 2014, p. 94).

A mística praticada pela Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base vem propor uma experimentação cristã que ultrapassa o aspecto pentecostal em si, mas aprofunda a experiência dialogal com o Mana Superior Cristão⁹, no instante em que propõe uma vivência da carne e, mais além, uma experiência do sofrimento pelas mazelas sociais geradas pelo capitalismo, e a contínua e incessante busca de soluções que gerem uma justiça social e assim garanta a presença de todos os filhos de deus sentados a fartura do pão do Senhor.

Evidentemente que essa experiência mística se dá pela via das representações metafóricas, expressas por meios de signos carregados de uma semântica que se quer

⁹ Entidade superior que representa uma força sobrenatural.

sagrados, porque no exato momento em que é celebrada é reconhecida como o caminho entre o mundo celestial e o terreno, por meio do qual, e através da adesão a esses significados, o sujeito se depara e desfruta de uma efetiva experiência religiosa.

Nestes tempos de CEBS, buscava-se a construção de uma mística que também trabalhasse a questão das minorias e de todos os expropriados e explorados pelo grande capital e por regimes autoritários – militares espalhados por toda a América Latina; e na Igreja de São Sebastião não era diferente: em todas as atividades litúrgicas, como missas, novenas, crisma, via sacra, páscoa e até no natal, primava-se por processos litúrgicos que levassem à reflexão da realidade, do sofrimento e das lutas ali vividas. O formato de assembleia preferido era o da roda dos irmãos, pois, dessa forma, ninguém se encontrava acima ou abaixo e, sim, ao lado do irmão em Cristo. Alguns deles empunhavam instrumentos musicais como pandeiro, violão, xeco-xeco, tambor, ou mesmo apenas batendo palmas, e entoavam os clássicos cânticos das CEBS, cada um a seu modo, estabelecendo a louvação religiosa e, ao mesmo tempo, o apoio às lutas da população e às camadas mais sofridas (RIBEIRO, 2014, p. 39-40).

Sem dúvida, uma das estratégias de mobilização e reflexão mais utilizadas pela Teologia da Libertação, bem como suas igrejas e CEBS, era a utilização de linguagens artísticas tanto imagéticas (caricaturas e charges), como teatrais (encenações de passagens bíblicas), músicas (cânticos) e fílmicas (documentários). Essa metodologia tinha a finalidade de aproximar os fiéis dessa igreja renovada por meio da representação de homens e mulheres oprimidos, os quais eram colocados no centro das atenções pela ressignificação de elementos bíblicos, em que estes eram substituídos por outros que provocassem nos sujeitos alijados da sociedade pelo sistema econômico excludente do capitalismo a tomada de consciência de si.

Os cânticos entoados traziam em sua composição a realidade do povo pobre e explorado, contando a saga do homem do campo, sua lida com a terra, seus dissabores e a violência física e simbólica praticadas pelo grande latifúndio. Essas canções também faziam a grita dos povos indígenas ameaçados de perder sua terra e sua cultura, e relatavam também a questão da mulher que sofria com a fome da família, com o machismo, com desemprego e com a falta de estrutura social para seus filhos. O negro e as mazelas sofridas em decorrência do processo violento de escravidão, e a posterior exclusão e marginalização, também eram cantados, assim como o operário que tanto trabalha e não consegue comprar sua casa própria. Enfim, eram cantos entoados em missas, novenas, reuniões, festas e assembleia que cumpriam o papel de formar, informar, louvar e animar a comunidade seja do campo, seja da cidade na busca desse mundo mais justo. A fala do professor Airton dos Reis Pereira aponta a importância que esses objetos campestres tinham nas celebrações:

Simbolizavam a ‘íntima ligação’ com os trabalhadores rurais, denominados de pobres da terra, como, por exemplo, sandálias, bebidas e comidas, bancos e mesas

toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti, paneiro, chapéus de palha, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas e certas palavras e expressões e outros, alçados a condição de vestes litúrgicas, além de ocorrer a politização dos rituais como ‘missa da terra’, ‘romaria da terra’, ‘as caminhadas’ e as ‘santas missões populares’ em que as leituras bíblicas, os cânticos, ‘O Credo’, ‘O glória’, ‘O Ofertório’, ‘A Ladainha’, e outros momentos na liturgia faziam referência a cultura e a luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, ordenações sacerdotais, assembleia e reuniões, sobretudo nas comunidades de posseiros. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Vale mencionar também que os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada, e os frutos da terra (as colheitas) faziam parte do ritual litúrgico (PEREIRA, 2013, p. 169).

Por isso, decidi fazer uma incursão pela Semiótica para explicar a simbologia da mística cristã no seio das celebrações e na forma de louvar e evangelizar dessa igreja renovada, uma vez que essa metodologia utilizada buscava aproximar e gerar o pertencimento da luta para aqueles trabalhadores da terra, gente simples, mas que se identificava com aquele jeito de ser igreja, por isso e para isso, a cada lugar e a cada luta também se adaptava aquele lugar e sua gente.

Ciência que se ocupa dos signos, a Semiótica é considerada o estudo mais eficaz na busca pela explicação dos significados que as linguagens podem conter, bem como, aquilo que está por trás do signo, seja verbal ou não verbal, e o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce foi quem realizou, durante a primeira metade da década de 1970, os estudos que tiveram maior circulação no Brasil.

No primeiro capítulo, eu apresento a região do Araguaia Paraense, mais especificamente o entorno de São Geraldo do Araguaia, onde a ação da Igreja Católica Apostólica Romana, em sua porção progressista e inspirada pela Teologia da Libertação desenvolve sua praxis que preconiza a Opção Preferencial Pelos Pobres, e por conta dessa forma de ação, se coloca ao lado dos trabalhadores pobres daquela região, que enfrentam todo tipo de violência física e simbólica na tentativa de manter seus lotes diante do avanço das práticas dos grandes latifundiários, que com significativo apoio do braço estatal que elaborou e financiou políticas públicas que priorizaram o grande capital, em detrimento do projeto de vida das pessoas mais simples do campo e da cidade, entre estes os posseiros, que através de gerações chegaram àquelas terras em busca da construção do ideal “terra sem males”, sonhando com uma vida mais justa e digna, diferente daquela que viviam no local de origem. E é neste contexto que vai eclodir o trágico Conflito do cajueiro em 1981, onde após um inesperado tiroteio entre posseiros e policiais em meio à mata na noite escura, ocorre o baleamento de um agente da segurança pública, assim como a morte de um homem que estava

junto à comitiva oficial e acreditava-se tratar de um policial, e depois se descobre tratar de um pistoleiro, e é desse conflito que se desdobra a prisão de dois padres franceses e treze posseiros, que logo em seguida serão transferidos para a capital do estado.

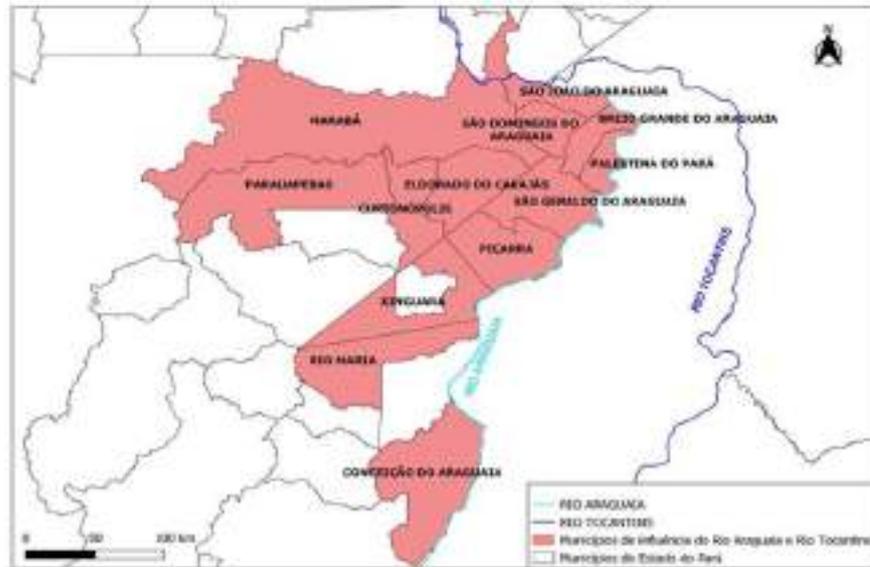
Já no segundo capítulo, reflito quanto o protagonismo da contundente ação dos militantes do MLPA, que através de sua memória capturada em fontes visuais, e orais, descrevem uma variedade de atividades, episódios, e estratégias que compuseram o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia-MLPA, tanto na cidade de São Geraldo do Araguaia e seu entorno, como especialmente na cidade de Belém, onde durante meses, centenas e por vezes milhares desses militantes do MLPA, se reuniam em assembleia, reuniões de organização, passeatas, protestos, e também atividades litúrgicas como missas, novenas e vigílias, atividades essas que também contribuía na mobilização em torno da exigência de imediata libertação dos chamados “Presos do Araguaia”. E em meio a essas atividades políticas, litúrgicas, e também artísticas, que mulheres, homens, e principalmente a juventude, constituíram uma sólida e expressiva rede de solidariedade ente membros do movimento estudantil, movimento sindical, membros de partidos políticos de esquerda, integrantes das Comunidades Eclesiais de BASE-CEBs, intelectuais, artistas, além do movimento popular. E toda essa representação popular acaba por desencadear uma violenta reação das forças de opressão, que tanto em Belém, como na região do Araguaia paraense, desenvolvem táticas e estratégias para o combate e tentativa de sufocamento daquele movimento nunca antes visto naquelas últimas décadas do século XX. Situação que terminaria por desencadear em situações como o Cerco a Igreja da Santíssima Trindade, a Invasão a Gráfica Suiá, e o Círio dos Presos do Araguaia.

No terceiro e último capítulo, discorro acerca da construção de uma Identidade Coletiva do MLPA, enquanto uma marca indelével resultante de todo o pulsar militante, intelectual e místico desenvolvido durante o percurso das múltiplas atividades desencadeadas pelo Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia. Aproveito também este capítulo, para disponibilizar para a comunidade acadêmica, escolar, e comunidade em geral, um produto que nomeei de “Vídeo-Memória: MLPA - 40 anos de História” resultante de parte importante das entrevistas realizadas através do método da História Oral, e que sem qualquer dúvida funcionará como mais uma Fonte histórica na busca compreensão do MLPA, assim como na interpretação daquele momento histórico onde movimentos sociais e os setores progressistas da Igreja Católica, ousaram enfrentar a opressão da ditadura militar na História do Tempo Presente na Amazônia.

CAPÍTULO I

A FÉ PARA A LIBERTAÇÃO: O CASO DOS PADRES E POSSEIROS DO ARAGUAIA

Mapa 2: Localização de município do Estado do Pará e municípios de influência do Rio Araguaia e Tocantins.



Fonte: Larissa Mourão Pantoja, mestra em Gestão de recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, PPGEDAM/UFPa.

É nesta porção do território amazônico, entre o Rio Araguaia e a Floresta densa e úmida que milhares de famílias migram em diversos tempos históricos em busca de um tempo sonhado, tempo de fartura, de paz e de justiça social. Porém, é também neste espaço geográfico que vão convergir e divergir os mais diversos interesses de expressivos grupos sociais, ente eles, uma oligarquia local urbana, grandes comerciantes, políticos tradicionais, líderes religiosos conservadores, servidores públicos com importantes cargos, assim como latifundiários, pistoleiros e sujeitos oriundos em outros territórios do país, porém que não tem interesse no lugar de origem. E a partir deste encontro e desencontro de interesses, perspectivas e de filosofia de vida, é também um espaço onde serão gerados, por conta disso, um significativo histórico de conflitos sociais, em especial, conflitos fundiários e ambientais, nos quais, na maioria das vezes, irá prevalecer o interesse de uma minoria em detrimento da maioria. Vale ressaltar que essa minoria, detentora do poder econômico, político e social da época não irá medir esforços nem métodos questionáveis para ampliar, consolidar e até perpetuar o *status quo* pautado na desigualdade social, na violência histórica e na perseguição, na repressão contra o sonho dos mais pobres. Estes, que apesar de toda essa repressão sofrida,

vão buscar métodos, parceiros e inspiração filosófica, teológica para lhes garantir minimamente uma resistência.

1.1 O Araguaia Paraense: um chão de sonhos, da brutalidade e de resistência

Compreender os conflitos e as disputas pela posse e propriedade da terra na região do Araguaia passa pela reflexão acerca do processo de ocupação desta região em diversos ciclos socioeconômicos, em especial afixação do sujeito endógeno, a partir de diversificados fluxos migratórios, a exploração do látex e consequente presença e expansão dos caucheiros e regateiros em busca do chamado "ouro branco", passando pela exploração do ouro, madeira e o questionável processo de instalação dos chamados grandes projetos para a Amazônia, executados em dois períodos distintos.

Após o declínio da economia da borracha, a retomada da inserção do capital internacional da Amazônia passa inicialmente por dois momentos distintos dos governos de Getúlio Vargas, no chamado "esforço de guerra" para derrotar o eixo do mal no contexto da segunda guerra mundial. E na conjuntura da impossibilidade do acesso à borracha do sudeste asiático, que estava ocupado pelo Japão, os Estados Unidos da América (EUA) redirecionam o seu olhar para a borracha da Amazônia, inclusive com o financiamento para a criação do Banco de Crédito da Borracha, com o discurso de desenvolvimento da região, o que, todavia, se caracterizava mais como uma estratégia de controle daquela matéria prima fundamental para o exercício bélico. É nesse sentido que, em 1942, os recursos do tesouro estadunidense viabilizam a criação do Banco de Crédito da Borracha, como nos aponta o professor Pedro Marcos Andes:

O Banco da Borracha foi o resultado dos acordos de Washington, firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que confirmaram o apoio brasileiro aos aliados durante a segunda grande guerra. Foi constituído um capital inicial de 50 milhões de cruzeiros (Cr\$ 50. 000. 000,00), com uma participação de 40% dos Estados Unidos. A essa parcela o Brasil ficou preso até março de 1969, embora tenha deixado, após a guerra, de incluir dois diretores norte-americanos na instituição. Com o fim da segunda guerra mundial, em 1945, chegou ao fim também o interesse norte americano pela borracha da Amazônia. Era o fim da esperança de resgatar para a região o posto de destaque de produção da goma elástica. [...] Porém, as tentativas de formulação de políticas públicas, que tinham por objetivo a valorização econômica da região, continuaram (ANDES, 2016. p 25).

Posteriormente, no ano de 1950, a partir da edição do decreto lei n. 1.184 de 30 de agosto de 1950, pelo presidente Getúlio Vargas, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA), instituição de fomento à agricultura

e à indústria, que cumpriu e ainda cumpre importante papel no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

Durante o chamado governo democrático de Vargas, ou segundo governo de Vargas (1951-1954), foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no ano de 1953. Esta Superintendência tinha por missão institucional criar e implantar específicos planos de ação que orientassem e possibilitassem o desenvolvimento social e econômico para aquela região de visível vazio demográfico. O SPVEA deveria cumprir a função de conduzir a Amazônia com seus povos originários e os recém-chegados junto ao progresso propagandeado e almejado pelo Governo Federal naquele cenário de pós-segunda guerra mundial e da conjuntura de bipolaridade transnacional, como reflete o professor Pedro Andes:

Com a criação do SPVEA, foram também criados dois planos que visavam o desenvolvimento da Amazônia. O primeiro foi o programa de Emergência, de 1954, que tinha como objetivos a continuação das obras e serviços iniciados e mantidos com verbas da valorização da Amazônia e a criação dos projetos e empreendimentos de natureza urgente e dos estudos preparatórios para a organização definitiva do plano de valorização econômica da Amazônia (ANDES, 2016, p 30).

Esses projetos pensados em largas escalas para a Amazônia pelas instituições do Governo Federal e também dos governos estaduais da Amazônia Legal irão se desdobrar, ora em avanços, ora em recuos, decorrentes de muitas vezes a não adaptação desses projetos para a região, denotando o desconhecimento técnico-científico, resultante também da ausência do diálogo com os povos locais, que é um reflexo da inabilidade destes governos no trato com a diversidade populacional do local, gerando com isso experiências de rupturas e segregações entre esses povos, o que acaba condicionando-os ou perpetuando-os à miséria social e humana, muitas vezes invisibilizando-os pela opulência desses grandes projetos, como foi o Plano de valorização Econômica da Amazônia, que inspirou o primeiro plano quinquenal da região. Nesse sentido, os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, propuseram projetos que possibilitaram maior integração nacional entres eixos Norte e Sul, alcançando, assim, a inserção da Região Amazônica à lógica do desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, à lógica do desenvolvimento internacional. Pere Petit aponta:

O plano de valorização econômica da Amazônia serviria de modelo para a elaboração do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da Amazônia (1955-1959) apresentado ao congresso nacional em 1955, mas que nunca chegou a ser formalmente aprovado pelos deputados e senadores. Nesse plano, foram definidas 27 zonas do território da Amazônia legal, “Economicamente responsáveis [...], que, ao mesmo tempo representassem zonas politicamente estratégicas para a defesa da fronteira e para a unidade nacional” (PETIT, 2003, p. 72).

É no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que será executada a obra que simboliza o marco estruturante dessa integração entre as regiões Norte e Sul; partindo dessa perspectiva, a construção da rodovia Belém-Brasília demarca em definitivo a consolidação do projeto de integração da Amazônia a outras regiões do país, o que era necessário para execução do projeto da grande nação pensada pela elite política, econômica e intelectual que estava à frente do governo. Unir Belém à Brasília, independentemente dos custos ambientais, antropológicos e sociais, concretiza a efetivação da circulação desse conceito de progresso para todos aqueles que vivem em seus trajetos e adjacências, mesmo que a grande maioria das populações tradicionais (posseiros e homens sem poder de decisão) fosse consultada. O estado brasileiro, em nome do capital internacional, e no afã de construir o Brasil do futuro, “rasgou” a floresta, usando de toda voracidade inerente à “modernidade”, em meio ao seu pulsar com toda a complexidade que abriga. Petit diz que:

A marca fundamental da ação do governo federal, com o objetivo de integrar a Amazônia ao projeto nacional desenvolvimentista, foi a construção da Belém-Brasília. Juscelino Kubitschek [...]. Em uma das primeiras consequências da Belém-Brasília foi o incremento do interesse das terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores da elite local e de outros estados do país (PETIT, 2003, p. 73).

A obra do professor Airton dos Reis Pereira, *Do posseiro ao Sem-Terra – A Luta Pela Terra no Sul e Sudeste do Pará* (2015), conta o processo de ocupação, na perspectiva da ditadura civil-militar e da interferência de diversos sujeitos externos que geraram inúmeros impactos de ordem cultural, ambiental e econômica naquele espaço da Amazônia; a introdução e fortalecimento da presença do capital internacional frente a tradicional forma de vida dos povos autóctones daquele lugar proporcionou um enfrentamento desigual gerador de tensões resultantes de disputas de forças em proporção desiguais, coma a frequente sobreposição do indivíduo detentor do poder econômico, e, conseqüentemente, do poder de decisão sobre as práticas trabalhistas e sociais na região.

A partir do trabalho do professor Airton, percebemos, por exemplo, que os povos Caiapó e Carajá sofreram devastadora violência física e simbólica a partir do específico processo de exploração do caucho, espécie de látex originário na região e que passa a ter grande valor econômico com a sua utilização em larga escala, em especial pela grande indústria europeia e estadunidense

É a partir deste cenário que no final do século XIX muitos nativos do povo Carajá vão ser recrutados para a coleta do látex nas vastas matas do sertão araguaiano, uma vez que eles são profundos conhecedores daquelas florestas, rios e campos. Assim, centenas de indígenas

do povo Carajá são intensamente explorados por fazendeiros, comerciantes, regateiros e todo sujeito que percebeu aquele momento histórico como uma possibilidade de líquido e rápido enriquecimento por conta do valor do produto no mercado externo e do perceptível lucro forjado no intenso e fatigante trabalho, doenças e até mortes desses nativos que adentravam nessas vastas áreas e coletavam material sem qualquer garantia de vida ou equipamentos de trabalho adequados.

Nesta desfavorável conjuntura aos povos tradicionais da região, os índios Carajá sofreram fortes baixas em sua população, esse povo habituado com suas tradicionais formas de viver, trabalhar, amar e rezar teve que se adequar aos novos padrões estabelecidos por aquela nova sociedade às margens do Araguaia, que foi testemunha de um veloz enriquecimento de alguns privilegiados grupos e o maior endividamento, empobrecimento, e segregação de outros grupos que ficaram a sombra do fausto do caucho. Nesse sentido, considera Pereira:

A terra adquiriu um novo significado social. As matas do caucho (*Castilloa elástica*), com rapidez, foram sendo ocupadas pelos aventureiros extratores e a população indígena da região foi envolvida nas atividades e nos negócios da borracha, fornecendo, principalmente, mão-de-obra para a extração e transporte da goma elástica. As estradas que levavam às matas da “borracha” passavam infelizmente junto das aldeias das Arraias e de Pau D’arco, que se tornaram em breve o ponto de pouso obrigatório para as caravanas de caucheiros. [...] os moços Caiapós, robustos em geral, iludidos por miríficas promessas, deixaram-se arrastar para os trabalhos inumanos das matas, feitos escravos durante longos meses. Daí voltava aniquilados e afetados de certas doenças até então por eles ignoradas. Quantos outros, nesse tempo, desceram a Belém do Pará, remeiros dos possantes batelões carregados de caucho, e deixaram seus ossos ao longo das cachoeiras do Tauriri e da Itaboca! (AUDRIN, 1946, p. 88, apud PEREIRA, 2004, pp. 33-34).

Durante o auge da economia da borracha, outro grupo social bastante presente na região foi o de forasteiros advindos de outras localidades do país, como o Nordeste e do centro-sul do país. Estes homens, em geral de baixa instrução, e fugindo da extrema pobreza de seus locais de origem, também se submeteram as precárias condições de trabalho impostas pelos detentores de terra e meios de produção da valiosa “goma”. Esses sujeitos conhecidos como “brabos” também adentraram nas vastas áreas de florestas, sertões, rios e igarapés araguaianos, enfrentando todo tipo de sorte, principalmente pelas precárias condições de trabalho, pelo desconhecimento da região, e até pelo enfrentamento muitas vezes letal com os indígenas dos povos Carajá e kayapó e animais selvagens e as surpresas das águas do Araguaia.

Não diferente dos povos nativos da região, os “brabos” também foram vítimas da ganância, da violência e da intensa exploração a que eles foram submetidos pela força do

grande capital. Ao adentrarem naquela mata para a coleta do caucho, muitos daqueles “brabos” perderam suas vidas, por vezes perderam sua liberdade por dívidas com o barracão, em decorrência do sistema de aviamento, e assim nunca sequer conseguiram alcançar o prometido e sonhado enriquecimento, ou sequer a possibilidade de pagamento das dívidas e o retorno as suas cidades e as suas famílias. Alguns desses, por essas condições citadas, acabaram por constituir naquele lugar novas famílias e ocupar pequenas posses de terra próximas aos leitos de rios e igarapés, contribuindo, assim, para a reorganização daquele espaço da Amazônia brasileira. Pereira, citando Ianni, fala que:

Apropriação privada das terras ou o seu controle para a extração do caucho foi uma das mudanças significativas destacadas por IANNI (1978), além das terras para a agricultura e pecuária. Para ele, havia interesse em manter a posse e o uso das áreas onde existiam árvores da goma elástica, quer fosse por meio de instrumentos legais, pouco frequente, quer fosse por intermédio da violência privada através de jagunços. Nesse ínterim, foi inaugurado um novo sistema de relações sociais, o aviamento. O látex transformado em borracha, produzida na região, abastecia as indústrias nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa. O caucheiro ou seringueiro só podia vendê-la ao seringalista, o dono do seringal, o qual detinha o monopólio do fornecimento de gêneros alimentícios e domésticos, vestuários, instrumentos de trabalho e outros ao seringueiro. Este se tornava devedor permanente do seringalista. O endividamento era o meio pelo qual, diante das precárias condições de transporte, de deslocamento e de pouca mão-de-obra, o seringalista assegurava um fluxo contínuo e barato de matéria-prima. Este, portanto, enviava o produto por barco ou por tropas ao aviador, em Belém, que repassava ao exportador ligado aos bancos nacionais e estrangeiros. A partir do porto de Belém a borracha era exportada para os EUA e Europa (IANNI, 1978:34-56; PEREIRA, 2004, p. 35).

As águas do Araguaia foram testemunhas daquele momento de um fausto ilusório; era pela rota Araguaia-Tocantins-Belém que fluía toda a riqueza gerada naqueles espaços, uma seiva coletada a partir de milhares de mãos e concentrada em poucas famílias, possibilitando assim a riqueza de poucos e a pobreza e a miséria de muitos, porém foi determinante para o novo uso da terra, inclusive para seus futuros problemas fundiários. Pereira aponta:

As atividades econômicas geradas, sobretudo pela extração e pelo comércio da borracha e pela chegada excessiva de trabalhadores e negociantes foram aos poucos alterando a fisionomia da sociedade local. Mesmo nas partes mais longínquas do território de Conceição do Araguaia brotavam, nas encostas das matas, nas beiras dos rios e dos igarapés, roças, sítios e fazendas (PEREIRA, 2004, p. 34).

Não obstante, apesar de suas especificidades, o ciclo do látex no Araguaia possibilitou uma nova reconfiguração da relação trabalho-capital e homem-natureza naquele lugar, possibilitando inclusive um perceptível crescimento econômico e social mesmo que para poucos e um repensar das trocas culturais e do uso da terra. Mesmo após o declínio da borracha da Amazônia no mercado internacional, com o crescimento do mercado do látex no

sudeste asiático, fruto da biopirataria realizada pelos ingleses no final do século XIX. Aquela região do Araguaia paraense não voltou a ser a mesma; aqueles pedaços de chão, água e sertão se reconfiguraram aos desafios e aos entraves de uma nova sociedade que precisava ser moderna, uma vez que se aproximava um novo século, porém, que não alterasse as históricas e desiguais relações de capital e trabalho, pois aquela também era uma Amazônia que precisava ser dominada e explorada, e vencida em nome de um antigo conceito de projeto.

Com o êxito do “golpe de 64” e a instalação dos governos militares, a Região Amazônica passa a ser ainda uma maior prioridade do governo central, visto que não diferente dos governos anteriores tem-se e até acentua-se a ideia de que a Amazônia era um espaço que precisava ser ocupado. Nesse sentido, o Governo Federal prioriza os chamados Grandes Projetos para a região, que passa pela abertura de estradas, como a BR-230, Transamazônica, e a BR-163, Santarém-Cuiabá, instalação de programas de colonização, como o PIC, assim como reassentando centenas de famílias oriundas da região nordeste e do centro-sul brasileiro, e assim, o governo acreditava que com essa prática resolveria dois problemas: a insuficiência demográfica na região e as disputas por terra nas regiões de origem dos assentados.

Muitos desses programas de reassentamento não obtiveram o êxito esperado devido a não real efetivação do que fora prometido pelos governos militares para as famílias que se deslocaram do centro-sul do país. Essas famílias assentadas se deparavam, ao chegar as suas novas moradias, com uma realidade muito diferente da qual fora prometida pelo Governo Federal, muitas dessas vilas e núcleos habitacionais não dispunham de escolas de educação básica para os filhos dos assentados, postos de saúde, estradas vicinais com razoabilidade de tráfego para o escoamento da produção, também em muitas dessas novas agrovilas não chegou o prometido assessoramento técnico, que possibilitasse adaptação de seu conhecimento tradicional aquela nova forma de produzir, seja na agricultura ou da pecuária de pequeno porte daquele novo lugar, tampouco lhes fora assegurados financiamentos para a aquisição de insumos, sementes e maquinário.

É também neste cenário que a Região Amazônica, em especial o Estado do Pará, se apresenta como a nova fronteira de expansão da produção mineral do Brasil; pesquisas apontavam a região sul do Pará como detentora de grande potencial para a indústria mineradora, dispondo de enormes jazidas de ferro, bauxita, e, posteriormente, ouro e cobre. É nesse contexto da região enquanto importante partícipe da economia global, numa perspectiva de fornecimento de matéria-prima em larga escala, que os governos militares instalam na região o Projeto Grande Carajás (PGC), que consiste num amplo e complexo empreendimento

de larga escala geográfica que iria possibilitar a pesquisa, a extração e o escoamento dessa produção mineral para atender aos mercados internacionais.

Esses projetos que ali foram implantados, sob a coordenação da então Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal criada ainda no governo Getúlio Vargas no decreto lei n. 4.352, de 01 de junho de 1942, viriam a redesenhar as complexas disputas espaciais e reconfigurar as relações socioculturais daquela vasta região de florestas, serras e caudalosos rios. Importa salientar que durante o processo de instalação do PGC era perceptível uma enorme ausência de diálogos entre os responsáveis pela instalação do projeto e as comunidades tradicionais daqueles lugares, dentre as quais se destacam índios, comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos e camponeses, o que conseqüentemente viria trazer enormes conflitos de coexistência, numa realidade que refletia relações verticais do poder econômico, político e cultural, como nos evidencia o professor Petit:

Em discurso pronunciado em Manaus no dia 3 de dezembro de 1966, na abertura da 1º Reunião de incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (1º RIDA), o presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, resumiu os objetivos da administração federal na Amazônia, considerando que essa região era basicamente um espaço vazio a ser ocupado, com as seguintes palavras: “prova-se neste encontro, que podemos chamar de histórico, e no qual homens da Amazônia, do nordeste e do centro-sul dão-se as mãos para uma empresa que repetirá, no Brasil, a façanha pioneira da conquista do centro-oeste dos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século passado”. Certamente, foi reiteradamente explicitado nos discursos oficiais, os modelos de desenvolvimento econômico implementados pelo regime militar na Amazônia, não podem ser vislumbrados meramente em seus aspectos socioeconômicos, pois, para a cúpula das forças armadas, a Amazônia era também ou principalmente um problema geopolítico. A necessidade de estimular a ocupação do território, entre outras decisões estritamente militares ou político-administrativas, para garantir a “posse desse imenso espaço vazio” (PETIT, 2003, p 79).

Diferentemente do que pensava o governo militar, assim como empresários e grandes fazendeiros ligados ao governo, a Região Amazônica, em sua particular complexidade, ostentava em sua área a coexistência de diversos povos e agrupamentos sociais, sejam estes povos originários da região ou mesmo gente que fora trazida em diversos fluxos migratórios que acabaram por escoar em suas matas, campos, águas e cidades. Porém, como a grande maioria dessa população não exercia poder de fala, acabava por ser silenciada em seu lugar, em seu fazer e, conseqüentemente, vitimada por essas políticas públicas instaladas na região numa perspectiva vertical, neocolonizadora e que, na maioria das vezes, se utilizava de estratégias brutais para consolidar seu poder e inviabilizar a garantia de direitos desses povos que ali estava há décadas, em outros casos, há séculos, como os povos originários e as comunidades remanescentes de quilombos. Observamos esse aspecto na fala do professor Petit:

Também tinha por finalidade evitar a cobiça internacional sobre a Amazônia, isto é, ameaça de perder ou enfraquecer essa parte do território nacional pela ação de outros países, e prevenir também, entre outros riscos, que se instalassem na região focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros, como de fato aconteceu na região do Araguaia, entre 1966 e 1973, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Numa palestra proferida em maio de 1968, no II Fórum sobre a Amazônia, realizado no Rio de Janeiro, o General Albuquerque Lima, então Ministro do Interior, após enumerar os riscos que existia interferência de outros países na Amazônia brasileira, motivada pelo acelerado crescimento demográfico de outros países, e pelo seu interesse nas riquezas naturais da região (PETIT, 2003, p. 79).

Essa postura nacionalista, e em muitos aspectos questionável, fundamentava todo um discurso ufanista que acabava por esconder a real situação dos brasileiros que viviam naquela longínqua e desassistida região, cenário no qual aqueles moradores viviam em condições bastante precárias, sem acesso à saúde e educação públicas de qualidade, com alto índice de mortalidade infantil e analfabetismo, havendo nessa conjuntura o discurso de exacerbação patriótica, porém numa pátria que a não atendia a contento os seus “filhos”.

Essa propaganda de país do futuro e que tem pressa para alcançar o progresso, até em sua vasta e desabitada floresta amazônica, sustentava em si uma propaganda anticomunista e, de certa forma, xenofóbica, mesmo que questionável; e aquela região do Araguaia paraense, que havia sido palco de uma guerrilha com inspiração Maoista, a guerrilha do Araguaia, acabava por se tornar um espaço ideal para a aplicação dessas propagandas e de projetos de estado gerido por militares e pensado e possibilitado também por grupos da sociedade civil.

Retomando ainda as ideias do professor Airton dos Reis Pereira, durante o final da década de 1970 a questão da terra na Região Araguaia paraense já havia se agravado, pois já era significativa a presença dos grandes projetos nessa região, seja na mineração ou na agropecuária, ocupando vastíssima área, o que praticamente indisponibilizava a terra para aquele que chegava. Essa situação gerava ainda mais ocupações e conflitos de terra na região.

É neste cenário que centenas e até milhares de lavradores, oriundos tanto da Região do Araguaia paraense como de outras regiões do país, e que em comum compartilhavam a perda e/ou a expulsão de suas terras de origem, devido a diversas circunstâncias. Estes lavradores sem-terra passam a intensificar o processo de ocupação de terra na região, assim conflitando, por vezes até de forma letal, com latifundiários, pecuaristas, madeireiros, especuladores já presentes na região, dos quais muitos já financiados por diversos projetos de estímulo das esferas federal e estadual, por meio de organismos como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA). Essas ocupações camponesas tendem a se intensificar já no advento da chamada Nova República e seu

Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, conforme quadro desenvolvido pelo professor Airton dos Reis Pereira:

Figura 01 - Quadro sobre percentual de ocupação do Araguaia paraense (reprodução em fotografia).

Quadro 2 – Número de ocupações de terras na região Araguaia Paraense entre 1975 e 1990

Municípios	1975 - 1984	1985 – 1990	Total
Conceição do Araguaia (inclui Floresta do Araguaia)	19	33	52
Redenção (inclui Pau D' Arco)	4	2	6
Rio Maria	15	18	33
Sta. Mª das Barreiras	2	6	8
Santana do Araguaia	7	18	25
São Geraldo do Araguaia (inclui Piçarra)	48	3	51
Xinguara (inclui Sapucaia)	27	9	36
Total	122	89	211

Fonte: CPT apud MELO (1999); Organização do autor.

Fonte: Pereira (2004).

O professor também nos aponta que esses processos de ocupação de terra no Araguaia paraense não tinham ligação direta com organizações sociais, partidos políticos ou sindicatos, a menos naquele momento específico. O autor considera que esses movimentos projetavam um caráter espontâneo, fruto do movimento de homens sozinhos e/ou com suas famílias que buscavam naquela parte da Amazônia uma nova sorte, diferente daquela realidade que o expulsaram para longe de seu lugar e buscaram uma nova história:

As ocupações de terras tituladas, sobretudo aquelas dos grandes empreendimentos agropecuários, por posseiros expulsos de alguns imóveis da região e por trabalhadores rurais imigrantes, os quais estamos referindo, seguiam os padrões das ocupações das terras devolutas da região efetuadas na década de 60 e início dos anos 70. Bastava tão-somente o trabalhador embrenhar-se na mata, limpar um trecho, fazer um rancho, plantar uma roça e demarcar com rústicas picadas a sua posse. Era um mecanismo simples, mas, para a sua consolidação, precisava na maioria das vezes enfrentar a força do grande proprietário rural que era, quase sempre, maior do que a sua. A iniciativa de cada ocupação partia sempre do interessado e não de uma coordenação centralizada de um movimento, de um partido político ou de qualquer instituição civil ou religiosa (Pereira, 2004, p. 52).

Este aspecto de espontaneidade não necessariamente se traduzia em ausência de organização, conforme Pereira ainda completa:

Esses trabalhadores rurais, motivados pela necessidade imediata de sua sobrevivência, formavam pequenos grupos informais e entravam no imóvel. A sua iniciativa normalmente atraía outros trabalhadores que, de maneira “espontânea”, iam aos poucos demarcando os seus lotes no interior da floresta. O posseiro expulso de algum imóvel da região poderia vir ocupar novamente o mesmo imóvel a curto ou médio prazo. Isso dependia da capacidade de enfrentamento que o grupo de posseiros teria, contando, com isso, com apoio externo da Igreja e, mais tarde, do STR, ou imediatamente ocuparia outro imóvel ocioso. Isso poderia acontecer em duas situações: quando o grupo expulso elegia outro imóvel para aí efetuar a ocupação ou de maneira “dispersa” cada um se juntava a outros posseiros de uma

outra área parcialmente ocupada. Outros, uma minoria, cansados de ser expulsos estabeleciam-se nas vilas e nos povoados. O trabalhador rural migrante também ocupava terras ociosas. Isso acontecia depois de um certo tempo instalado nas periferias das cidades, vilas e povoados, convidado por uma pessoa, a qual havia contraído amizade após a sua chegada à região e que já fazia parte de um grupo que estava ocupando parcialmente um imóvel ou juntava-se a um grupo informal de posseiros para ocupar determinado imóvel. Ou ele poderia, depois de um tempo na região, escolher uma terra e comprar o direito de posse de outro ocupante. O trabalhador migrante poderia também passar diretamente para dentro da área ocupada. Para isso, precisava se relacionar com as pessoas que estavam ocupando aquela área, por exemplo, um vizinho de sua região de origem, um compadre, um parente ou a convite de um amigo que foi convidado por outro. A sua chegada na área poderia ser se estabelecendo ao grupo de posseiros com a demarcação de um lote novo ou comprando direito de posse de um outro ocupante. O amigo, o compadre ou o parente negociava aquele direito de posse antes de sua chegada, bastando apenas iniciar as benfeitorias as quais poderia lhe garantir a posse daquela terra (PEREIRA, 2004, pp. 53-54).

Esse processo de ocupação de terra pelos posseiros representava naquela atividade um enfrentamento aos tradicionais modelos estabelecidos nas relações sociais construídas na produção das riquezas geradas a partir dos diversos usos da terra, e no Araguaia paraense não era diferente; então tal postura subversiva cumpria um papel vanguardista e pedagógico nas trajetórias de disputas pela posse e pela propriedade da terra naquelas margens do Araguaia em solo paraense.

Enquanto reação dos ruralistas frente à conjuntura de redemocratização do país, os consequentes avanços nas políticas públicas de acesso à terra pelo posseiro e pelo trabalhador sem terras incomodava fortemente os latifundiários do Brasil e da Amazônia, causando, assim, um forte movimento de reação por parte dos ruralistas.

Nesse sentido, aconteceu a criação da União Democrática Ruralista – UDR, organização cuja defesa visava a plenamente a propriedade que, a partir de seu entendimento, se constituía como um elemento inviolável, incontestável e passível de proteção de qualquer ameaça externa, pois era nela que residia a garantia do lucro e do status social, tanto ao proprietário e sua família e suas futuras gerações, mesmo que para essa garantia fosse necessário recorrer a métodos embasados na violência física e simbólica, implicando, inclusive, em financiamentos e execuções de espancamentos, sequestros, torturas, queima de casas, queima da produção do pequeno agricultor e até mesmo assassinato, sendo essas práticas executadas por pistoleiros e até agentes de segurança pública que, cumprindo mandado de segurança ou não, muitas vezes recebiam “incentivos” de determinados consórcios de fazendeiros, conforme aponta Pereira:

Em setembro deste mesmo ano foi criado o Comando Democrático Cristão, que congregava não apenas fazendeiros, mas também pistoleiros e membros da Polícia Militar e Civil (JORNAL DO BRASIL, 18.09.1985). [...] Durante o ano de 1986 e

no início de 1987, policiais civis de Brasília faziam parte de grupos paramilitares que atuavam na região (PEREIRA, 2004, p. 60).

Essas repressivas organizações de ruralistas encontravam naquela sociedade o apoio de diversas autoridades, tanto no executivo como no legislativo e no judiciário, realidade aplicada às três esferas do poder. Este sentimento ruralista de aversão, e consequente de repressão aos posseiros e aos trabalhadores sem-terra no Araguaia paraense, era compartilhado e reverberado em praticamente todo o país, uma vez que esses grandes fazendeiros tinham sua origem e fortes laços nas diversas unidades da federação, em especial os estados do centro-sul do Brasil (PEREIRA, 2004).

Essa violenta reação coordenada pelos grandes fazendeiros contra os posseiros resultou em uma expressiva quantidade de assassinatos de lavradores, religiosos e leigos ligados à Igreja Católica Apostólica Romana, assim como advogados, lideranças partidárias, liderança de ONGs, e demais profissionais.

Observamos no quadro a seguir, organizado pelo professor Airton, o quanto a região do Araguaia paraense “ostenta” esta trágica e lamentável estatística das mortes no campo no Pará e no Brasil:

Figura 02 - Quadro sobre número de mortes do Araguaia paraense (reprodução em fotografia).

Quadro 3 – Número de mortes decorrentes dos conflitos agrários no Brasil, no Pará e na Região Araguaia Paraense (1980 – 1993)

Períodos	Brasil	Pará	Araguaia Paraense
1980 – 1984	499	100	66
1985 – 1989	641	361	157
1990 – 1993	215	67	16
Total	1.355	528	239

Fonte: CPT, 1980 a 1993; Organização do autor.

Fonte: Pereira (2004).

Além dos assassinatos cumpridos por pistoleiros e até agentes da segurança pública, ocorriam também muitas outras práticas de barbárie, como observamos também na fala do professor Airton Pereira:

Houve casos, como na Fazenda Bela Vista e Bamerindus, em que mulheres e adolescentes foram violentadas, posseiros tiveram os cabelos cortados à faca e outros forçados a tomar sangue de galinha e comer excrementos humanos e de animais, espinhos e cigarros acesos (ANISTIA INTERNACIONAL, setembro de 1988; PEREIRA, 2004, P. 63).

Muitas dessas informações não chegavam ao grande público, mesmo já depois da redemocratização, pois os detentores do poder econômico e do poder político exerciam grande

influência nos meios midiáticos, o que acabava por silenciar muitas dessas notícias. É nessa desigual relação de forças que diversos coletivos de resistência se posicionam e definem o direcionamento em práticas que propusessem ações que garantisse o combate e enfrentamento diante dessa cruel realidade, oferecendo assim uma perspectiva de esperança para aquele povo sofrido que buscava um pedaço de chão naquelas terras do Araguaia no estado do Pará.

1.2 Libertação(ões) no chão do Araguaia e os caminhos resignificados

Dou início a este subitem elucidando a discursão acerca da luta pela propriedade e pela posse da terra que ocorreu às margens do Rio Araguaia, na região conhecida como Araguaia Paraense. Aqui, aponto foco para a simbologia da gênese do movimento que, tempos mais tarde, viria a ser conhecido como o “Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia”, ou MLPA, que reivindicava a libertação dos padres Aristides Câmio e Francisco Gouriou, e dos agricultores e posseiros João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Simplício Vieira, Venâncio Pereira da Anunciação, Raimundo Pereira da Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José parreira de Araújo, Leônidas Alves Furtado, Milton de Souza Almeida e José de Araújo e Silva, todos presos, acusados pelo Tribunal da Justiça Militar de cometerem os crimes de desordem pública e invasão de propriedade privada, em especial das fazendas dos senhores José de Almeida, da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais; Evandro Azevedo, do estado do Espírito Santo; e pela invasão da propriedade e assassinato de Luís Antônio dos Santos Trindade, funcionário do Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata de Goiás – PSD-GO Juraci Teixeira.

O MLPA, que teve características bastante plurais, ecumênicas, e até transreligiosas, alcançou dimensões nacionais e internacionais e buscava essencialmente a libertação desses quinze homens presos, todos atuantes na região de São Geraldo do Araguaia e entorno da região do Araguaia paraense. Julgo oportuno dizer que esses sujeitos não eram nativos daquela comunidade; contudo, eram homens que, assim como tantos outros, em outras épocas, impulsionados pela promessa de terra e trabalho, migraram para essa porção da Amazônia em busca de sustento, fartura e felicidade. Neste ponto, saliento que o título desta seção coloca no centro deste debate o movimento migratório e a libertação como temas de debate.

Ao grafar, no título, a palavra “libertação”, quis sugerir, por meio da forma plural entre aspas, a ambiguidade que este substantivo permite, assim, denoto uma libertação que é,

obviamente, física, do corpo encarcerado judicialmente, mas também aponto pela via do discurso identitário, a libertação metafórica deste sujeito que se desprende e transita por entre as fronteiras.

Essa questão requer a utilização de um percurso metodológico consistente, uma vez que visualizo nesse movimento migratório o mito bíblico da jornada em direção a Terra Prometida, perspectiva que me permite abordar o MLPA por meio de algumas categorias. Retomando o debate a partir da História do Tempo Presente, aliada às noções teóricas de Identidade e de Memória, fundamento-me nas falas de Jacques Le Goff (1990), Marieta Ferreira Arado (2001), Stuart Hall (2003), Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), Paul Ricoeur (2007), além das observações do professor Antônio Torres Montenegro (2010), no que toca a abordagem do método.

Segundo Hall, frequentemente o Êxodo bíblico é tomado como referência basilar de diáspora, ao redor do qual giram movimentos semelhantes, principalmente em decorrência do fenômeno da globalização, que precipitou o estreitamento das fronteiras significações. Dessa maneira, a identidade do sujeito estrangeiro não resiste à penetração de padrões culturais e sociais diversos, e fratura-se, sem, contudo, romper-se definitivamente, já que a memória de sua origem é mantida e sujeita a ressignificações.

Os conflitos nessa região, seja pela terra, pelo minério ou pela exploração ilegal de madeira da floresta, geralmente vitimam muito mais os socialmente e economicamente vulneráveis, como os pequenos agricultores, os pescadores, os indígenas e o caboclo amazônico (que pratica o extrativismo, em geral, não predatório), sendo que muitos desses povos já ocupavam histórica e ancestralmente essas terras e rios. Temos, portanto, um exemplo da pluralidade de sujeitos que compõem o mosaico da realidade amazônica.

Assim, uma vez que povos sempre empreenderam jornadas ao longo da história, o sujeito migrante entende que sua libertação (seja de qual mazela for, como guerras, sistemas de governos tiranos, fatores climáticos, dentre outras formas de opressão) o move em direção, sobretudo, à metrópole, que ainda é o modelo basilar de desenvolvimento econômico e intelectual. Todavia, não somente os grandes centros urbanos seduzem os homens; a possibilidade de obtenção de terra atraiu inúmeras pessoas para região do Araguaia, que migraram de várias partes do Brasil com suas famílias em busca sustento. Mais tarde, esse espaço se tornaria o palco do desenvolvimento de importantes lutas pela posse e utilização dessas terras às margens do Rio Araguaia, o que acabou ratificando e acentuando, porém, as diferenças e contrastes de perspectivas entre os sujeitos e os lugares.

Dessa forma, passarei a utilizar nesta a expressão “movimento diaspórico”, bastante utilizada na fala de Hall (2003), para me referir ao que causou a presença desses atores sociais que lutaram pela terra, considerando a diversidade que compunha os chamados “presos do Araguaia”, dentre os quais figuravam dois padres franceses e treze agricultores oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, assim como, por outro lado, verificamos a presença violenta dos fazendeiros envolvidos na questão, também oriundos de outros estados, como de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

Sobre o envolvimento dos padres franceses nesse movimento, lembro que a presença de missionários religiosos na Amazônia por muito tempo também ajudou a compor esse quadro complexo. Contudo, meu recorte é a atuação dos padres Aristides Camiô e François Gouriou, que eram membros da congregação Missions Etrangeres de Paris¹⁰, e vivenciaram semelhante realidade em uma Europa contemporânea à segunda guerra mundial, uma vez que Aristides nascera em 1941, e François em 1942. Eles se conheceram ainda no seminário, no início dos anos 1960, sendo que Aristides fora ordenado sacerdote no ano de 1968 e François, em 1969. É importante salientar que, embora partilhassem de experiências semelhantes, os padres vivenciaram realidades muitas vezes até piores no continente asiático, na República Democrática Popular do Laos, de onde, contraditoriamente, e por razões distintas, foram expulsos sob a acusação de serem anticomunistas.

Em 1977 eles chegam ao Brasil para cumprir tarefas sacerdotais na longínqua e desafiadora região amazônica (TELES, 2005), onde continuariam a seguir caminhos convergentes, apesar possuírem perfis bastante distintos, já que Francisco (ou Chico, como padre François era conhecido no Brasil) assumiria funções administrativas e burocráticas. Ele, assim como Padre Aristides, logo percebeu que enfrentaria resistência de determinados setores daquela sociedade, pois desenvolveriam papéis fundamentais na construção do movimento de oposição à ditadura militar, como podemos perceber no relato de padre Ricardo Rezende Figueira¹¹:

1978 é um ano em que [...] centenas de lavradores procuraram as casas paroquiais de toda a Prelazia porque se viram sob uma avalanche de ameaças de despejos [...]. Não tinham a quem recorrer senão à Igreja. O Sindicato fazia questão de não entrar nesses problemas e quando entrava o fazia

¹⁰ As Missions Etrangeres de Paris, ordem secular com forte formação espiritual e intelectual, fundamentava suas ações nas práticas pastorais ao cuidado dos mais necessitados; fora criada em 1658 pelos padres franceses Pierre Lambert de La Motte e François Pallu e se contavam fortemente presentes na Ásia, mas também estendendo seus trabalhos missionário ao Brasil.

¹¹ Padre Diocesano, ordenado em 1980, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de livros como “A Justiça do Lobo: Padres e posseiros do Araguaia” e “Rio Maria: O canto da Terra”. É também ativista dos direitos humanos e da Comissão Pastoral da Terra.

colocando-se contra os associados. A credibilidade do poder público local ia de mal a pior. Liminares apressadas, ineptas, eram assinadas e o oficial de justiça, acompanhado por soldados da PM e por pistoleiros, percorria as posses lançando fora as famílias, queimando as casas com tudo que havia dentro, destruindo as benfeitorias e espancando seus moradores (FIGUEIRA, 1986, p. 53).

Coloco em foco o debate em torno dos movimentos diaspóricos, levantado por meio da dimensão plural do MLPA, que construiu uma verdadeira rede de apoio em defesa da libertação daqueles homens, religiosos ou não, que se encontravam privados de viverem na “terra prometida”.

Acho oportuno dedicar alguma atenção para esse jogo de analogias que venho construindo. Primeiramente porque o movimento em busca dessa terra sinaliza para uma espécie de “êxodo moderno”, onde “o mito da busca pela terra acaba construindo uma arquitetura que refaz não só uma narrativa fundante, mas subverte toda uma estrutura temporal linear e traz para o presente um passado que serve de suporte narrativo” (BRANDÃO, 2018, p. 72), uma vez que se entende, por este termo, que ainda hoje muitas famílias se deslocam em busca de melhores condições de vida; todavia, esse deslocamento do sujeito significa também uma importante descoberta de si, numa verdadeira jornada identitária.

Destaco mais uma vez a fala de Daniela Brandão:

Esse movimento de povos que partem de sua terra natal rumo a outras terras não necessariamente apaga as características e as origens desses povos, isto decorre da existência mínima de traços comuns que fazem emergir a memória de uma origem cultural, seja pela língua ou por meio de cultos religiosos. Entretanto, essa estrutura cultural original se hibridiza, dando origem a sujeitos multifacetados culturalmente e identitariamente. (BRANDÃO, 2018, p. 35).

Situando novamente minha discussão dentro dessa temática, e à luz do que expressa essas similaridades, refaço um movimento diaspórico possível na recriação desse mito bíblico, evocado na possibilidade de entendimento de que a identidade do sujeito possa se reconfigurar. Assim, jogo luz para a identidade do sujeito entremeada pela ideia emergente de libertação, fundamentalmente a partir das considerações de Stuart Hall, em sua obra “Da Diáspora” (2003), cujo pensamento aponta para a formação da identidade do sujeito por meio de sua interação com a sociedade; sendo esta multifacetada, o produto não é se não um sujeito fragmentado.

Fazendo uma ligação imediata com a rede de apoio formada durante a prisão dos padres e posseiros do Araguaia, temos um verdadeiro prisma, isto é, uma unidade formada por

religiosos, mulheres e homens que acabam construindo um horizonte multidentitário, que alcança a hibridez cultural e denota a potência dos sujeitos dessa região.

Os Estudos Culturais, inicialmente, caracterizam-se por “borrar” as fronteiras de significados tradicionalmente estabelecidas por estruturas culturais e identitárias que, embora importantes para os seus balizamentos, propõem um olhar multifacetado das suas relações. Nesse sentido, a essas fronteiras não necessariamente interessa o apagamento, mas antes a compreensão da fragmentação de lugares, sujeitos, saberes e identidades, isto é, o estreitamento das fronteiras. Segue a fala de Brandão:

Ao longo dos tempos, a História se encarregou de mostrar a ocorrência de movimentos diaspóricos em suas diversas facetas, desde a emblemática história narrada pelo cronista bíblico em Êxodo, do Antigo Testamento, em que Moisés, capitaneando o povo hebreu em fuga da opressão e da escravidão às quais eram submetidos no Egito, parte em busca de uma terra prometida por Deus. Seja por meio das narrativas bíblicas ou dos modelos de exploração econômica colonial, ou mesmo de fluxos migratórios aos quais grandes massas são forçadas por razões diversas, como a fuga de condições climáticas desoladoras, a fuga da guerra ou mesmo a busca por melhores oportunidades de trabalho em grandes cidades, o sentido original de diáspora, hoje, se atualiza na própria configuração do capitalismo que oprime, escraviza e violenta populações inteiras, e se presentifica muito fortemente pela busca de novas condições de vida em locais considerados melhores providos de oportunidades (BRANDÃO, 2018, pp. 34-35).

Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que discutiremos mais a fundo no terceiro capítulo desta tese, os “presos do Araguaia”, sobretudo os padres franceses, tiveram convertido contra si sua condição de “estrangeiros”, o que resultou na quase expulsão desses religiosos do território nacional. Dessa forma, estes dois sacerdotes enfrentariam muitas situações adversas, ao mesmo tempo em que encontrariam um chão fértil a ser semeado por um trabalho catequético de profundo engajamento social, político e cultural. Essas observações subsidiam o entendimento acerca dos movimentos diaspóricos sob o aspecto da libertação do sujeito a partir de sua fragmentação identitária.

Sobre isso, Hall aponta uma espécie de “linha ininterrupta”, formada pelo jogo entre futuro, passado e presente, sobre o qual repousa a noção de tradição, mitificando o entendimento de identidade cultural, e produz um sujeito múltiplo e fragmentado sob constante tensão (HALL, 2003, p. 29).

Essa tensão demarca a perda do *status* regular que ora revestia a identidade e que, em decorrência das constantes trocas favorecidas pelo estreitamento das fronteiras de significações, se torna descontínua e móvel. Tal fluidez desconstrói os paradigmas culturais e identitários do sujeito, que assume, finalmente, uma configuração híbrida. Segundo Hall:

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas (HALL, 2003, p. 30).

Estaríamos, portanto, diante de entrelugares, pautados sob importantes representações de tensões de poder e de valores, uma vez que compreender o viver do homem que agora habita a Amazônia nos leva a indagar mesmo sua identidade e, para além das discussões pautadas nesse sujeito múltiplo, se faz necessário também trazer à tona debates sobre a própria região, já que a ela e aos seus habitantes recai sempre o olhar marginalizado e/ou arraigado a uma natureza supostamente chapada, imutável, mas que agora se torna oportuno visualizar os processos históricos que cercam esse sujeito e o transformam, ao mesmo tempo em que este também compreende e refaz suas práticas.

Sobre esse ponto, saliento que os entre lugares podem ser representados nessa discussão pelo sentimento de luta pelo direito dos mais fragilizados socialmente a terra, e as tensões dicotômicas, cujas fronteiras estão borradas e pelas quais o sujeito transita, seriam o embate entre o grande latifúndio e esses sujeitos. Por outro lado, esses sujeitos diaspóricos, quando confrontados por difíceis situações, muitas vezes repensam seus movimentos na busca pela afirmação cultural e política.

Trazendo para minha discussão, é desta reflexão que nasce o sentimento de pertença e se traveste em concreta a possibilidade, ainda que distante, de viverem a paga da promessa de paz, de terra e de pão naqueles castanhais.

A região do Araguaia paraense, além de apresentar todos esses conflitos citados, se mantinha em um constante estado de intensa vigilância, ainda por conta das “feridas” herdadas (e ainda abertas), resultantes da traumática e não muito e distante guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1972 e 1974 (FIGUEIRA, 1986), uma vez que muitos dos combates travados eram entre o Exército Brasileiro e os guerrilheiros do Araguaia, geralmente jovens oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, conhecidos pelos moradores da região como “paulistas”¹². Diante da eminência do “risco vermelho”, as forças de repressão sentiram uma necessidade urgente de reação, assim o Governo Central do Brasil produziria um verdadeiro período de terror e medo para aquele povo da Amazônia Araguaiana.

¹² Dentre os “paulistas” havia estudantes, professores e profissionais liberais, majoritariamente ligados ao Partido Comunista do Brasil, PC do B, que então se encontrava na clandestinidade.

Nesse sentido, a Igreja Católica Apostólica Romana percebia a imensa necessidade de mobilizar o povo pobre daquela região de intensos e contínuos conflitos, através de assembleias e debates sobre a conjuntura local. Para isso, disponibilizava parte de seu aparato estrutural, tecnológico e social, o que gerava descontentamento dos detentores dos poderes econômicos e político na região, conforme percebemos na tese de doutoramento de Pereira:

Nesse período, também os espaços da igreja [...] foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa re-apropriação e redefinição dos espaços sagrados. [...] E foi nesse contexto que surgiram e se estruturaram as Comunidades Eclesiais de Base, particularmente em áreas litigiosas. Nessas comunidades, a leitura e a reflexão bíblico-religiosa, com base na realidade ali vivenciada e por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, encorajavam os posseiros a resistirem em suas terras, além de animar outros a ocupar alguns imóveis improdutivos. A compreensão que passaram a ter, sobretudo, era que a terra havia sido criada por Deus, portanto para todos e não somente para algumas pessoas. Por isso precisavam dividi-la. Mas por outro lado os posseiros sabiam que contavam com o apoio da igreja católica, nas lutas, talvez a única instituição da sociedade civil, naquele momento, com projeção política nacional, envolvida nas questões da terra (PEREIRA, 2013, p. 172).

Fundamentadas no combate ao “perigo comunista”, as forças armadas brasileiras promoveram todo tipo de violência e repressão, prendendo, torturando, humilhando e assassinando não só os militantes do Partido Comunista do Brasil – PC do B que participavam da guerrilha, mas qualquer morador da região, ou grupo social, que tivesse, mesmo que por suspeita, alguma relação com a guerrilha (FIGUEIRA, 1986). Assim, pequenos lavradores, indígenas, religiosos, religiosas e pequenos comerciantes, mateiros, amigos, fornecedores de alimentos ou fornecedores de armas e munições ou, simplesmente, suspeitos de qualquer colaboração ou contato esporádico, estavam sujeitos à política de terror imposta pelas forças armadas do Brasil no solo daquela região. Essa política do terror perduraria por muitos anos, fazendo muitas vítimas dessas violências, fossem físicas, psicológicas e/ou simbólicas, sobre as quais podemos perceber em relato oral da Sra. Juracina Amaral:

Eles descobriram que às vezes eu tinha feito café da manhã pros paulista, pros guerrilheiro, e meu marido que era mateiro (este um que tá sentado aí e tá até muito ruim de saúde por conta das porradas que levou), e que ele as vez andava com eles. Um dia meu marido não tava, tava pro mato com eles, quando eles entraram aqui em casa cheios de revólver e espingarda procurando meu marido, como ele não tava começaram a me bater pra eu falar onde ele tava, me bateram em frente das minhas crianças gritavam palavrões de todo tipo, fizeram eu me e ajoelhar e implorar, depois me colocaram de pé e depois de muita humilhação me colocaram de pé e ficaram apontando a metralhadora pra minha cabeça, não sossegaram enquanto não viram a “garapa” escorrendo de minha saia nas minhas pernas (Juracina Amaral)¹³

¹³ Entrevista concedida em abril de 2008, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

Esse relato constitui para esse trabalho importante ferramenta, uma vez que o conduzo pela perspectiva da História Oral. Segundo a professora Lucília Almeida Neves Delgado, em seu livro “História Oral: memória, tempo e identidades” (2010), a História Oral provém preferencialmente de entrevistas em que o sujeito é estimulado a falar, tecendo o fio condutor da relação entre informante e pesquisador. Todavia, seu discurso deve ser observado e respeitado dentro dos recortes de sua individualidade, em outras palavras, através da forma como este sujeito compreende o mundo, levando em conta seus traços linguísticos e psicológicos, preservando-se efetivamente os limites do método da História Oral.

Aliado a esse entendimento, a fala e a memória os sujeitos passam a ser legítimas, ao ponto que revelam vivências. Paul Ricoeur, filósofo francês, em sua obra “A Memória, a História e o Esquecimento” (2007), basicamente pinça a fenomenologia da memória clássica e a projeta para a sua atual situação, neste caso, a memória individual, posta em uma posição de enfrentamento com a memória coletiva, o que para o professor Antônio Torres Montenegro, em seu livro “História, Metodologia e Memória” (2010), nada mais é senão o duplo movimento que a memória executa.

Ademais, também reservo importância para falar da pesquisa em fontes impressas também, já que todo “documento é um monumento”, segundo Jacques Le Goff, o que conseqüentemente traz ao texto articulações intencionalidades e tendências ideológicas e políticas. Com isto, ao pesquisar periódicos, documentos, panfletos e jornais sobre o MLPA, interpretamos a conjuntura social, econômica e política de um tempo, bem como a razão e a função de determinadas produções. Nesse tocante, a fonte documental cumpre importante papel em relação à pesquisa, assim como as fontes orais.

Ao analisar o comportamento de resistência dos padres franceses, trago novamente as contribuições de Stuart Hall, segundo as quais uma vez que o passado não se desconecta totalmente do sujeito, isto pode favorecer a resistência, ou até mesmo a não obediência, aos padrões dominantes. Teoricamente, estaríamos diante do fenômeno da desterritorialização, porém, conforme já mencionado no início de minha fala, esse fenômeno aqui é considerado pela via metafórica. Assim, o fazer daqueles homens de Deus, assim como o dos homens do campo, assumem novos formatos, novas cores e novos tempos, sugerindo a construção de novos sujeitos, modificados, híbridos, edificando novas teias para o trato com novos (e velhos) problemas, tensões e reflexões:

A emergência dessa identidade [...] implica num processo libertador, antes de tudo, uma vez que ao admitir o apagamento de fronteiras que ora separavam e segregavam sujeitos e espaços, e que agora amalgamam e prismatizam o sujeito, admitimos a

inserção política e humana desse habitante do extremo norte do Brasil [...] sujeito que, em nome de um projeto de modernização tivera sonegadas suas particularidades, goza de práticas culturais e saberes heterogêneos (BRANDÃO, 2028, p. 29).

Eis, portanto, o sujeito diaspórico: fragmentado, móvel, prismático e *duplamente liberto*, uma vez que este não o é somente pelo aspecto do corpo físico, mas, sobretudo, é liberto porque atravessa as barreiras de significações, gerando e recebendo grandes influências dos universos culturais, políticos e ideológicos, que refletem em sua consciência de si mesmo.

1.3 “Deus chama a gente para um momento novo”: A Messe é grande, os operários são muitos e precisam tomar consciência

Quando Zé Vicente fez esse chamamento em sua célebre canção de 1982, falava ali de um novo alvorecer na igreja católica, animada em suas CEBS e pastorais populares, que sentiam o sopro indomável gerado entre os espaços de debate e decisão, tanto do Concílio Vaticano II (1962-1965), Medellín (1968) e ratificados e para alguns radicalizados em Puebla (1978). Esse abrir dos braços sagrados da igreja católica representava seu exercício espiritual, intelectual e litúrgico para que pudesse caminhar mais próximo ao povo de Deus naquele cenário de inquietações e revoluções da sociedade global dos anos 1960 e seus desdobramentos.

Na nova sociedade ocidental que se apresentava já nos anos 1960, a igreja católica compreende que precisa repensar a ocupação de seus espaços de celebração e, até, de poder. Já há alguns anos, no pós-segunda guerra mundial, a chamada nova ordem mundial propõe à humanidade que reflita acerca de suas práticas e de seus costumes, já que para muitos, aquele modelo anterior de sociedade havia se exaurido em meio as milhões de mortes, violência, e todo o caos gerado durante a segunda guerra mundial. A partir daí, há uma compreensão de que se faz necessário um fortalecimento de experiências que primem pela solidariedade, pela coletividade e pelo humanismo, garantindo assim o direito à vida e à liberdade como o bem maior do homem.

Neste cenário, a igreja católica se coloca como uma instituição capaz de possibilitar novas vivências a essa nascente sociedade; experiências dessas podem ser relatadas, como o caso a Ação Católica (AC), ou a Juventude Universitária Católica (JUC), assim como a Juventude Operária Católica (JOC), que compunham a igreja e que já existiam antes mesmo da nova ordem mundial e que buscaram se ressignificar, ou mesmo as que nascem em meio a

esse novo tempo. São essas organizações que vão viabilizar a retomada em direção da igreja e do povo de deus, e que são vistas por muitos especialistas como a gênese de uma teologia da libertação na América Latina, como nos aponta o padre Luís Alberto Gomes de Souza:

Quando Gustavo Gutierrez, em 1970, terminava seu livro clássico *Teologia da Libertação*, perspectivas, veio ao Brasil entrevistar militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), nos finais dos anos 50 e começo dos anos 60. Para ele, nesse movimento havia os primeiros sinais -sementes- da futura teologia da libertação. Aqui temos que introduzir a Ação Católica Especializada, que teve, a partir de 1947, como assistente nacional, o Padre Helder Câmara. E o Movimento Universitário (a JUC), por influência do dominicano Padre L-J Lebret, em 1954, fez uma imersão na “questão operária”. O “sentido do movimento”, em 1957, se abre para os problemas sociais do movimento, numa reflexão aberta igreja-mundo, deslocando a tônica do movimento para o cristão engajado (GOMES DE SOUZA, apud AUGUSTO, 2018, p. 122).

Pulsa em meio à conjuntura latino-americana a necessidade do esforço pela “humanização do mundo”, e assim tentar evitar e/ou combater calamidades humanitárias vivenciadas tanto na segunda guerra mundial e no cenário da chamada guerra fria. Esses organismos da igreja católica ditos acima buscam, por meio de incessantes debates, núcleo de formação política e bíblica, seminários e encontros, firmar caminhos na edificação dessa nova igreja, que também caminha junto ao seu filho em meio ao deserto, ali caracterizado nas lutas dos dia-a-dia e nas injustiças sofridas pelo povo pobre da América Latina que, a cada dia, luta e sobrevive frente às cruéis e viscerais contradições que recaem sobre os filhos de Deus na terra “amaldiçoada” pelo capitalismo, que condena a uma espécie de danação eterna aqueles mais vulneráveis, desprovidos e alijados do grande capital. E é na perspectiva do surgimento desses novos grupos que começa a ser composto o mosaico da igreja católica no Brasil, já que esses grupos não são hegemônicos, residindo a esperança da amplificação da grita daqueles perseguidos e humilhados que, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), irão se deparar com o cenário ainda mais desfavorável, impregnado por violência, exclusão e violação dos direitos da pessoa humana.

A década de 1960, com suas revoluções, revoltas e reações, sugere um período de ressignificação do mundo, pautado, sobretudo, na possibilidade do acesso à informação para a construção da garantia da consciência histórica, repensando os velhos formatos e inserindo novos métodos e possibilidades reais e abstratas no fazer deste saber, que, acessado pelos múltiplos grupos sociais, especialmente, resultaria numa nova sociedade multicromática, em que os seres humanos coexistissem na experimentação de uma construção utópica. Nesse contexto reafirmamos aqui o refazer de diversos grupos católicos brasileiros, que elaboram e executam uma espécie de cristianismo dos novos tempos, garantindo de fato espaços de

decisão para grupos de leigos e minorias, garantindo inclusive um maior protagonismo à mulher. Das mentes e corações mais efervescentes de jovens dessa igreja de cristo renovada, de estudantes, sindicalistas e leigos, avista-se um novo horizonte e entoam-se novas canções, que convidam o povo à ciranda de uma igreja libertadora, como vemos ainda na fala de Gomes de Souza:

Essa nova visão aparece num manifesto do Diretório Central dos Estudantes, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1960. Ali se diz “Para o cristão, a história só tem na perspectiva da humanização do mundo como processo ordenado para o encontro com Deus; ele vive a autenticidade cada momento desse processo através de uma visão que se desdobra numa dupla dimensão, transtemporal e dialética. Naquela, ele se coloca permanentemente face ao fim ultimo da história. Nesta, ele se realiza na adesão de seu tempo histórico, na sequência da sua ação datada e situada” (Herbert José de Souza, Luiz Alberto Gomes de Souza, Cristianismo Hoje, 1963). Esse pensamento transformou também a JUC nos anos seguintes (GOMES DE SOUZA, apud AUGUSTO, 2018, p. 123).

É sempre importante salientar que este “momento novo” não era consenso dentre as instâncias de decisão da Igreja Católica; isso acabou gerando muitos conflitos internos, fissuras, perseguições e até a prática de excomunhão de membros da igreja. Alguns desses grupos mais vanguardistas posteriormente até compreendem que o momento é o de se divorciar da igreja e caminhar com mais independência política e metodológica.

Esse novo tempo de ser um novo cristão e de ser uma nova igreja, impacta a igreja católica no Brasil, em especial no Brasil mais empobrecido como o Nordeste e a Amazônia, garantindo a ela uma histórica e necessária transformação para esse novo dia que já chegou; um novo dia repleto de dificuldades, porém, de causas justas, que ocuparão de forma definitiva a agenda de um número expressivo de bispos, padres, freiras, e leigos, que caminharão juntos, cantando, marchando em romarias, rezando, e já celebrando o nascer desse novo tempo e a possibilidade desse novo dia.

1.3.1 Novas formas de fazer Igreja

Dentre as novas formas de ser igreja, surgidas no nesse repensar teórico e metodológico da igreja católica, evidenciamos aqui a experiência da teologia da enxada, que apesar de seu curto período de aplicação enquanto método de formação de novos religiosos, acaba por dialogar de forma existencial e substancial com a realidade histórica e social dos sujeitos históricos analisados em nosso objeto de pesquisa. A teologia da enxada, na compreensão que se expressa neste trabalho, e até de maneira espontânea, se fará presente no fazer igreja do povo cristão do Araguaia paraense.

A teologia da enxada consistiu numa experiência realizada, no final dos anos de 1960, pelo padre José Comblin que havia sido chamado por D. Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, no ano de 1965, até o estado de Pernambuco, para assumir a direção espiritual e intelectual como prefeito dos estudos no Instituto de Teologia de Recife – ITER, coordenando a formação de jovens seminaristas nas cidades de Salgado de São Felix, no estado da Paraíba e Tacaimbó, em Pernambuco. O padre José Comblin carregava em seu arcabouço cultural a experiência de ter vivenciado as práticas e os debates geradores de um novo pensar da igreja no cenário holandês, no pós-segunda guerra e início do Concílio Vaticano II, quando teve sua formação no seminário de Malinas, na Bélgica, justamente durante o contexto em que o padre José Cardijn ampliava e consolidava sua perspectiva de mundo cristão com a criação da Juventude Operaria Católica – JOC, ainda nos anos de 1940, que se baseava no lema “Ver, Julgar e Agir”. Essas experiências viriam a influenciar gerações de novos sacerdotes.

Naquele árido cenário do sertão pernambucano, o Pe. José Comblin se propôs a repensar a formação daqueles jovens seminaristas, que eram aproximadamente dez; este projeto pedagógico consistia em formar esses novos religiosos a partir da experiência da realidade do homem nordestino, de tal forma que passariam a compreender suas dores e seus sentimentos mais complexos, o que possibilitaria uma prática sacerdotal mais ampla, real e qualificada. Tal ação litúrgica iria ao encontro do cuidar dos flagelos do corpo e da alma, da casa e da capela, da rua e da comunidade, da lavoura e da escola. Partindo dessa realidade socioeconômica e cultural, Pe. Jose Comblin vislumbrava a possibilidade de uma igreja com as mãos para o céu, mas com os pés firmes no chão, um chão sofrido e rachado sob o escaldante sol e marcado pela escassez de água, o que na verdade evidenciava a enorme desigualdade social existente naquele lugar, como nos aponta Eduardo Hoornaert:

No primeiro ano, os estudantes estudam a realidade em 14 temas: a casa, a comunidade local, a terra, o trabalho, a refeição, o corpo, a festa, o nascimento, os santos, paternidade, pobres e ricos, fraternidade, relação homem-mulher e vida. No segundo ano, estudam a figura de Jesus em 12 temas: vida terrestre de Jesus, paixão e morte, ressurreição, espírito santo, Maria mãe de deus, eucaristia, deus pai, milagres de Jesus, reino de deus, Jesus no meio dos homens, a condição humana de Jesus e a vinda de Jesus. No terceiro ano, os seminaristas estudam a moral em onze temas (desde agora cada roteiro é explicitamente dividido em três partes: inquérito, teologia, agir): a felicidade, piedade ou religião, a lei de deus, justiça, sexualidade, riqueza e desenvolvimento, a caridade, a fé, o pecado, a doença e a morte (HOORNAERT, apud MACIEL, 2018, p. 169).

Esse novo olhar pedagógico para a edificação de um sacerdócio católico apostólico românico, que parte da realidade do sujeito gerador da macro coexistência entre os diversos grupos sociais componentes na região nordeste do Brasil, acaba por causar uma recepção

difusa por parte do grande público, e até de alguns seminaristas, que muitas vezes não entendiam fossem os métodos, fossem o papel daquele novo caminho para a formação dos jovens sacerdotes da milenar e tradicional Igreja Católica. Esse método de José Comblin que, em sua verdade, preservava as matrizes teológicas e filosóficas do vaticano, na verdade inovava enquanto experiência para uma formação mais ampla de jovens padres que atuavam naquela região, conforme aponta Eduardo Hoornaert:

A teologia da enxada é um método pedagógico que excede de longe as experiências seminarísticas de Salgado de São Felix e Itacaimbó. É o método Paulo Freire aplicado à situação concreta da formação sacerdotal, mas que nela não se esgota. Para além da religião ou fé cristã, esse método assume caráter universal (HOORNAERT, apud MACIEL, 2018, p. 173).

Nesse sentido, a teologia da enxada cumpre importante papel nesse repensar da formação sacerdotal na igreja católica e no ressignificar da reinvenção da vivência cristã e, assim, caminha com um profundo diálogo com a pedagogia freiriana, na perspectiva da proposição de uma sociedade mais justa e igualitária, calcada na comunhão e na coletivização do bem e da solidariedade, do humanismo e da fé em cristo, na diversidade e na promoção do humanismo para a humanidade.

1.3.2. Uma igreja dos pobres e multiétnica: as conferências de Medellín e Puebla

Naqueles movimentados anos 1960 e 70 a Igreja Católica vivenciava com muita intensidade seus momentos mais dinâmicos daquele século XX. A Igreja Católica latino-americana, enquanto o reverberar do Concílio Vaticano II (1962-1965), se propôs a refletir suas posições e práticas. No emblemático ano de 1968, entre as montanhas e o caos da cidade de Medellín, na Colômbia, a ICAR realiza a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, o qual fundamentava suas teses e debates na possibilidade da justiça social para o habitante da América Latina a partir de sua tomada de consciência e sua conseqüente libertação (PESSOA, 2019).

Centenas de bispos, sacerdotes e leigos oriundos de vários países da região buscavam naquele evento encontrar caminhos que viabilizassem uma melhor condição de vida ao homem do campo e da cidade, aos migrantes e aos povos tradicionais, e a todo pobre esquecido pelo “banquete” do grande capital. Destacados bispos do Brasil, como D. Helder Câmara, D. Tomás Bauduino e D. Evaristo Arns, somaram forças aos demais bispos para pensar uma igreja progressista, e elaboraram documentos com denúncias contra o

subdesenvolvimento, perseguições e violações dos direitos humanos em diversos países latino-americanos, em especial aquelas nações que se encontravam violentadas sob as sangrentas ditaduras, em sua maioria apoiadas pela política externa dos Estados Unidos da América (PESSOA, 2019).

Com o tema “A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio”, a Igreja Católica se aproxima dos perseguidos e humilhados daquele lugar, e agora os pobres servos de Deus, podem sonhar com uma nova terra, sem dor, e com fartura a mesa com partilha para todos.

Os delegados da conferência buscam entender ali as questões que levam a trabalhadora e o trabalhador latino-americanos à condição de extrema pobreza e de miséria. Na ocasião, propõem uma igreja para as periferias, que adentrem os campos, e embarquem rio acima. Nesta nova dinâmica, a fé assume também uma densa perspectiva social e política (PIETRANERA, 2019). Segundo o autor, a Igreja Católica precisa não só ouvir o clamor do povo, mas também, e fundamentalmente, precisa se fazer pobre e se mostrar pobre e humilde, como que numa postura pedagógica; até porque em muitas situações, essa mesma igreja católica, acaba sendo percebida como uma instituição de inalterável hierarquia, assim como de marcante opulência econômica. Então, é necessário, a partir daquele momento, viver o testemunho e o exemplo de uma igreja pelos, para e com os pobres, não fugindo das suas práticas do cotidiano.

Essas resoluções decorrentes da Conferência de Medellín apontam para que a ICAR viabilize caminhos reais que possibilitem ao homem latino-americano sua tomada de consciência, e essa tarefa “revolucionária” só será viável com a aplicação de experiências que viabilizem o acesso à informação destes homens simples do campo e da cidade, e que a partir deste acesso à informação, estes ampliarão suas capacidades de reflexão de mundo, de análise de conjuntura, de percepção da realidade e das relações de forças com as quais convive em seu dia a dia; e, a partir desse entendimento, e sob a luz do evangelho, ganhariam a consciência; dessa forma, mais fortalecidos, possam lutar por sua terra, que lhes é um direito divino, por justos salários e boas condições de trabalho, assim como a garantia do acesso aos mais diversos direitos da pessoa humana, condições essas que também atendam às diversas populações tradicionais, como os povos indígenas, as comunidades remanescente de quilombo, ribeirinhos, etc.

É entre os espaços físicos e as ideias, entre púlpitos, sacristias, liturgias das CEBs, orações e produção gráfica artesanal e coletiva do velho mimeógrafo, que fiel católico, daquela América latina silenciada pelas ditaduras nacionais, que ali encontrará afago e

ressonância de seu clamor. É nessas estruturas da ICAR, seja nos prédios ou nas construções abstratas, que o sofrido e resistente sujeito latino-americano percebe a possibilidade de amor e carinho diante de tanta desigualdade e de tanta crueldade. Aquele homem compreende que a Igreja Católica, talvez vivenciando agora na plenitude a prática cristã, se coloca na linha de frente de sua luta junto aquele povo de Deus que na maioria das vezes só tem a igreja católica a que recorrer. Podemos observar essa realidade descrita em minha dissertação de mestrado:

Nesse momento, a postura da ICAR permitiu maior aproximação com as chamadas bases sociais, criando as Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, assim como fortalecendo e ampliando as já existentes. Essas CEBS são núcleos litúrgicos, culturais e políticos das paróquias da Igreja Católica. As CEBS, através de debates orientados pela Teologia da Libertação e por todo o seu arcabouço teórico, possibilitariam uma aproximação da Igreja com militantes de partidos de esquerda, estudantes, movimentos sociais, como o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁴, o de mulheres, o de indígenas e o movimento negro e o movimento camponês (RIBEIRO, 2014, pp. 23-24).

A partir desse afinamento ideológico, e conseqüente empoderamento, o homem, a mulher, as comunidades tradicionais, religiosos e leigos intensificam seu processo de organização para o enfrentamento daquela difícil realidade. O leigo, em especial, cumpre importante papel nessa articulação e na mobilização social, principalmente por meio das CEBS e demais atividades que possibilitam tais ações no campo e na cidade. A ação protagonista desses eventos históricos agora não se concentra mais somente entre os “iluminados” e doutores de Deus. A partir deste momento o “escolhido” de Deus é também o homem simples, que junto a sua família e a sua comunidade assume o papel de conduzir seu povo. Portanto, essa Igreja latino-americana dos pobres e marginalizados assume uma identidade ameríndia e negra, que transpõe os limites da Igreja Católica e é entoado em canções que irão animar esse movimento, como podemos notar no lirismo da canção “Mãe do Céu Morena”, de autoria de Padre Zezinho, bastante conhecida nesse contexto:

Mãe do Céu Morena
 Senhora da América Latina
 De olhar e caridade tão divina
 De cor igual à cor de tantas raças
 Virgem tão Serena
 Senhora destes povos tão sofridos
 Patrona dos pequenos e oprimidos
 Derrama sobre nós as tuas graças

¹⁴ Movimento social surgido na transição da década de 1970 para a década de 1980, que organiza agricultores e moradores de comunidades tradicionais que lutam por seus direitos frente às mega construções de hidrelétricas, com binacional de Itaipu, na fronteira entre os países de Brasil e Paraguai, e as de Tucuruí (no rio Tocantins) e Belo Monte (no rio Xingu), localizadas no Estado do Pará.

Derrama sobre os jovens tua luz
 Aos pobres vem mostrar o teu Jesus
 Ao mundo inteiro traz o teu amor de Mãe
 Ensina quem tem tudo a partilhar
 Ensina quem tem pouco a não cansar
 E faz o nosso povo caminhar em paz
 Mãe do Céu Morena
 Senhora da América Latina
 De olhar e caridade tão divina
 De cor igual à cor de tantas raças
 Virgem tão Serena
 Senhora destes povos tão sofridos
 Patrona dos pequenos e oprimidos
 Derrama sobre nós as tuas graças
 Derrama a esperança sobre nós
 Ensina o povo a não calar a voz
 Desperta o coração de quem não acordou
 Ensina que a justiça é condição
 De construir um mundo mais irmão
 E faz o nosso povo, conhecer, Jesus...!

E é nessa nova igreja que aqueles que se sentem desprestigiados e excluídos vão buscar e encontrar conforto espiritual que os motivam a seguir firme em sua jornada, mesmo que, na maioria das vezes, a difícil realidade os faz pensar em desistir. Esses homens e mulheres carregam consigo a história da difícil trajetória de seus pais e avós, num contínuo ciclo de reprodução de extrema pobreza e sofrimento, violência, perseguição e ausência de possibilidade de uma vida melhor, sempre observando uma sociedade e uma riqueza que prestigiam alguns poucos “escolhidos”. E entre aquelas celebrações e rodas de conversa dessa nova igreja, como podemos perceber no trabalho do professor Pietranera:

Poder-se-ia dizer que a segunda conferência do Episcopado Latino deu à luz a essa nova igreja: uma igreja que sentia fome e sede de ser mais autônoma na reflexão conforme as necessidades locais. Poder-se-ia dizer também que a identidade dessa igreja latina é o campo social, os marginalizados e os pobres [...]. O continente latino-americano foi um campo fértil para a aplicação do que o Concílio Vaticano propunha. Aquilo que os bispos conciliares tinham como um sonho se poderia aplicar em vista de um homem liberto. Nesse sentido o homem latino e sua realidade passam por transformações e mudanças. São elas econômicas, políticas, e até religiosas (PIETRONERA, 2019, p. 50).

Esse novo alvorecer da Igreja Católica alterou substancialmente a relação com os fiéis e até mesmo as estruturas de poder dentro e fora da igreja. O protagonismo de leigos e o engajamento de religiosos das diversas envergaduras da estrutura hierárquica da Igreja Católica, reconduzindo a mesma para uma nova possibilidade de ação e evangelização. Professor Fábio Pessoa observa:

Muitos foram os desdobramentos dessas transformações no interior da Igreja Católica. Foi ao mesmo tempo uma modificação doutrinária, a partir de uma

releitura dos princípios do cristianismo, mas foi fundamentalmente uma mudança a partir das experiências concretas vividas por religiosos em relação aos problemas sociais com que se deparavam. A base dessa nova maneira de “ser Igreja”, da “Igreja que nasce do povo”, certamente se dá também, além do que já foi exposto, a partir das experiências comunitárias, incluindo aí aquelas relacionadas às *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) (PESSOA, 2019, p. 97).

É essa igreja repensada pela e para a América Latina que vai encontrar um terreno irrigado de sofrimento, mas também de esperança, encharcado pelas águas do Araguaia.

Voltando para a análise macro, já podemos observar que nos países das Américas do Sul, Central e do Caribe, na grande maioria daquela realidade prevalece a exploração do grande capital. Havia um cenário de intenso e contínuo sofrimento e coube à Igreja Católica cumprir fundamental papel de mobilização para a chamada libertação desse povo de Deus. Como também percebemos no trabalho de Pietranera:

A igreja católica quer voltar-se para esse homem. Reconhece debilidades e fragilidades daquilo que poderia ter sido melhor, a evangelização no continente. Contudo está disposta a levantar a cabeça e assumir o que ela mesma se propõe: agir. Com efeito, a assembleia dos bispos foi tomada por um convite a estabelecer projetos e executa-los [...] As calamidades em que se encontram os diversos povos da América Latina, sem condições dignas e sem perspectivas, obrigaram a igreja dar uma resposta. Encontraram-se carências materiais e morais. Eles decorriam de estruturas que não respondiam as necessidades humanas e que não estavam alinhadas com o que diz o evangelho pregado por Cristo (PIETRANERA, 2019, p. 50).

No dia 27 de janeiro de 1979, na cidade de Puebla, no México, é aberta a Terceira Conferência do Episcopado Latino-americano, já sob o comando do Papa João Paulo II, que recentemente havia substituído João Paulo I em seu brevíssimo papado de um mês apenas. A escolha de Karol Wojtyła para a monarquia do vaticano já apontava certa ruptura com as reflexões fruto da Conferência Episcopal em Medellín, visto que cumpria um papel pedagógico a escolha pelo Conclave de um papa que conhecesse de perto os dissabores do comunismo do leste europeu.

Na Conferência do Episcopado em Puebla, com uma década de distância de Medellín, já é perceptível certa tensão interna, presente na disputa, mesmo que velada, de correntes que vislumbram ali a possibilidade de continuidade e até aprofundamento das proposições de Medellín, em dissonância com um grupo de conferencistas que já entendia que a igreja de certa forma, havia se perdido em meio aos perigos da radicalização, e da pública e notória aproximação com o marxismo, a partir de suas experiências como as CEBs, demasiada autonomia a padres, freiras e irmãos, o que pode abalar a tradicional questão da hierarquia da igreja, assim como a grande abertura ao protagonismo dos leigos (PIETRANERA, 2018).

Pietranera também nos aponta que aquele novo e carismático papa polonês, que tinha o humilde hábito de beijar o solo do país em que chegava, conquistava corações e aplausos, mas também certo olhar de desconfiança entre teólogos e outras lideranças da teologia da libertação na América Latina, o que podemos perceber nas considerações de Pietranera:

Com efeito, o papa vai deixando clara em sua fala o sentido de “igreja Popular” onde reflete que esta está contida, isto é, faz parte da mesma igreja institucional; que não há razão para crer que a igreja institucional é alienante e contrária aos pobres, que Cristo não é, “um lutador contra Roma e contra os poderes”, que ele não fora “político, revolucionário, como subversivo de Nazaré. Essas ideias acabaram por entrar nas discussões e sendo utilizadas para possibilitar um mau entendimento entre todos. Na verdade, o entendimento da releitura dos evangelhos, era aceita por João Paulo II, o que o papa não queria era exagero na interpretação deles (PIETRANERA, 2019, p. 56).

Visto isso, antecipo o questionamento necessário se Puebla caminhava para esse novo tempo, isto é, para essa década vindoura, os anos 1980, com inspiração em Medellín, mas com o olhar no novíssimo jeito de ser igreja, se perguntando qual é a igreja que Deus quer para as novas gerações?

A face da igreja que pulsa nos documentos de Puebla é a face de muitas cores, das cores daqueles que sofrem nas esquinas, palafitas e ruas das grandes cidades; a face dessa igreja tem a cor do membro de uma comunidade tradicional. Os bispos de Puebla transpiram o sentimento de uma igreja que sente as mazelas junto ao povo, e que afirmam que toda miséria humana estampada nos rostos sofridos não são desígnios de Deus, mas sim resultado de um franco e contínuo processo de exploração do homem pelo homem, e que muitas das vezes, realizada de cristão sobre cristão.

Os bispos de Puebla, mesmo recebendo forte crítica de setores mais conservadores da Igreja Católica, e até mesmo do Papa João Paulo II, constroem estratégias que calçam seus caminhos para a construção de uma igreja cada vez mais fraterna e solidária, porém com firmeza e iluminação divina para o enfrentamento com aqueles que trazem tristeza e sofrimento: os filhos de Jesus Cristo.

A Igreja Católica tem por obrigação moral e institucional mante-se ao lado dos humilhados e rejeitados. “Puebla” compreende ali sua missão evangélica de garantir o reino de Deus aqui na terra, com a possibilidade de justiça social e melhores condições de vida. A professora Aparecida Gonçalves de Souza nos fala sobre a percepção e sentimento vivido entre aqueles “servos de Deus” que assumiram a tarefa de tornar verdade a conferência de Puebla:

[...] Quando se fala de pobreza na América latina, se fala de destruição de pessoas e povos, culturas e tradições; particularmente, dos mais despojados: índios, negros, e suas mulheres duplamente marginalizadas e oprimidas; pobreza anti-evangélica que é sinônimo de exploração, de opressão, de desumanização, pobreza de dimensão sócio-política, isto é, generalizada e estrutural. O termo pobreza em Puebla tem uma caracterização de caráter histórico e significa privação do necessário (SOUZA, 2011, p. 48).

Entre os corredores e salas de convecção oficiais, e das conversas arranjadas de instante, e até “paralelas convenções”, os participantes da conferência de Puebla assumem a renovação de compromisso de seu papel protagonista e, como a famosa escultura Pietá, de Augusto Rodin, estende maternalmente seu colo num gesto de carinho para o afagar de suas dores físicas e espirituais, protegendo e amando seu filho com plenitude divina. Esse gesto representa com grande eloquência essa “revolucionária tarefa da Igreja Católica na América Latina”, conforma ainda aponta a professora:

A igreja não pode ficar alheia a esta situação degradante com que vivem os povos. Seguindo Jesus que se colocou ao lado do pobre, do fraco, do marginalizado, a igreja é chamada e convocada para fazer a opção pelos mais fracos “os pobres merecem uma atenção preferencial qualquer que seja a situação moral ou pessoal que se encontre” (SOUZA, 2011, pp. 51-52).

A Igreja Católica Latino-Americana do final dos anos 1970 aponta para a juventude como o grande e verdadeiro instrumento de libertação do povo que vive em degradante situação de pobreza e miséria, sem saúde, sem saneamento, sem educação pública e de qualidade, sem moradia e sem emprego. Essa igreja, sob o advento de João Paulo II, acredita nesta juventude transformadora, e que tem agora a grande possibilidade de conduzir o povo pobre de Deus para um futuro de dignidade e justiça social. Uma juventude animada no espírito santo, multiétnica, já não tão vermelha, mas multicolor e capaz de transformar essa realidade latino-americana com ensinamentos, evangelização, caridade e o amor de Cristo.

Junto aos jovens, negros e indígenas, protagonizam as preocupações e os debates da Igreja de Puebla, que não se omite, e endossa a crítica ao grande capital e sua cruel exploração, que é provocador da violência no campo e o conseqüente êxodo rural, gerador também de genocídio dos chamados povos tradicionais, e causador da pobreza de muitos que vivem no meio urbano entre favelas e lixões. Apesar de certo descompasso de posicionamentos, a Conferência de Puebla reafirma a “Opção Preferencial Pelos Pobres”, e mais do que isso, amplia suas máximas para uma igreja de indígenas, de quilombolas, e das mulheres, priorizando o cuidado para com a juventude, o que fica inclusive claro em seu tema “A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina”.

1.3.3 A experiência sagrada da Terra

Durante um tradicional passeio em um domingo de manhã pela Praça da República, em Belém, como faço costumeiramente, resolvi verificar as novidades nos cinemas alternativos expostos ali, num sebo improvisado, sobre uma lona no gramado da praça; neste instante deparei-me com o documentário “Igreja dos Oprimidos”, de 1986, com direção de Jorge Bodanzky¹⁵, protagonizado pelo Padre Ricardo Rezende, Dona Maria Oneide Costa Lima (viúva de Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, líder sindical assassinado pelo grande latifúndio no dia 29 de maio de 1981, em Araguaína, localizada ao norte de Goiás, hoje Tocantins) e Manoel Martins de Almeida, o “Manelão”, agente pastoral, poeta popular, compositor, cantador e animador das Comunidades Eclesiais de Base da região. Este material fílmico foi fundamental para o redirecionamento de meu olhar sobre a igreja progressista, objeto de pesquisa desde a graduação em História, na Universidade Federal do Pará (UFPA), passando também pelo mestrado em Ciências da Religião, na Universidade do Estado do Pará (UEPA). O horizonte de meu olhar, naquele instante, deslocou-se da cidade para o campo; durante o filme, os seus momentos iniciais apresentam a preparação de uma área, em regime de mutirão, em meio ao campo, onde homens, mulheres e crianças preparam o ambiente para a celebração de uma missa que irá reunir dezenas de famílias em torno de um ato que cumpre papel de rito sacramental e, junto a isso, a possibilidade de um momento de reflexão, à luz do evangelho, sobre as dificuldades e possibilidades de construção de novos caminhos para a resolução dos problemas que afligem aquele povo que vive com muita dificuldade econômica, de saúde e de educação, além de ter que conviver em seu dia-a-dia com o medo e com a violência real e abstrata de ser expulso de seu pedaço de terra e de ter sua família abusada violentamente, ter sua produção perdida ou até ter sua vida ceifada diante de tantos ataques sofridos pelas mãos de pistoleiros a mando dos grandes fazendeiros e até mesmo de policiais e outros aparatos do Estado, como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), os quais, na maioria das vezes, se colocavam ao lado do grande latifúndio.

De volta ao filme, a película mostra a representação de uma celebração que transcorre de forma muito simbólica, onde fica clara a organização coletiva em que é possível observar a cooperação de diversos sujeitos para a ambientação daquele espaço dentro da mata, mas que

¹⁵ Premiado cineasta brasileiro que dirigiu longas metragens ficcionais e documentários, com destaques nacionais e internacionais, entre eles, o “Igreja dos Oprimidos”, de 1985, “Iracema – uma transa amazônica”, de 1976, “Os Muckr”, de 1968 e “Proposta dos Tristes Trópicos”, de 1990.

agora toma ares de celebração litúrgica, inclusive assim, evidenciando uma nova forma de ser igreja, em que o sacerdote irá, literalmente, a onde o povo estiver, adaptando os ritos sacramentais para aquela realidade de um povo simples, humilde e sofrido, sugerindo, assim, uma igreja fundamentada na comunhão dos sujeitos e que ressignifica seus métodos e suas relações, com o claro propósito de, além de demarcar seu espaço institucional, afirmar sua escolha pelos mais pobres. A seguir, as fotografias 01 e 02 ilustram esse apontamento:

Figura 03 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde Padre Ricardo Rezende Figueira inicia celebração da missa.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Figura 04 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, mostrando a forte presença da comunidade para a celebração da missa.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Em relação a esse processo de deslocamento, faço aqui um detalhamento no que se refere à semântica bíblica reconfigurada nessa nova igreja dentro dos rincões da Amazônia. Como mencionei anteriormente, minha experiência como cientista da religião me colocou em contato com diversas possibilidades de leitura cujo enfoque recai sobre a região amazônica, dentre as quais destaco uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UEPA, desenvolvida pela professora Daniela Brandão (2018), que aborda essencialmente a

ressignificação de elementos cristãos na tarefa de aproximar esse sujeito amazônida do divino ou, ainda, divinizar o caboclo da região. Segundo ela, sobre a ressignificação: “A esse produto novo, então, emergente, reescrito e mimético [...] é conferido poder de não apenas reconstruir uma memória, mas de fazer a manutenção dessas interpretações sagradas e garantir assim a permanência dessas narrativas” (BRANDÃO, 2018, p. 21).

Indiscutivelmente imutável, até então, na celebração litúrgica católica tradicional não admitia espaço para interpretações descoladas do distanciamento entre Deus e os homens; todavia, visualizei na celebração proferida por Pe. Ricardo Rezende um movimento perspicaz de realocação da mística católica, que traz para aquele solo embrenhado na mata a sacralidade de cada homem e de cada mulher trabalhador(a); é no empenho dessa igreja renovada que temos a face do Deus vivo; é no suor e no trabalho de cada lavrador que o divino se manifesta; é nas feridas, cicatrizes e rugas marcadas na pele desses sujeitos que as chagas de cristos se fazem presente.

Essa relação que estabeleci remeteu-me à noção de reescrita narrativa, entendido por Gerard Genette, que sugere a existência de textos dentro de textos; sem perder o foco da correspondência semântica que tento fazer aqui, saliento que o texto bíblico se desdobra em outras práticas, como a celebração litúrgica. De posse desse entendimento, durante o tempo em que passei assistindo ao vídeo, pude observar uma espécie de releitura desses rituais católicos, em que a corporificação desse rito transcendeu os muros da igreja e se materializou ali, no meio da Amazônia, porque agora, mais do que nunca, se fazia necessária a presença divina naquele lugar. Em tempo, retomo o título desta seção, ao qual chamei de “Experiência sagrada da terra”, movimento semelhante ao descrito na pesquisa da professora, que admite uma espécie de “recriação cabocla” (BRANDÃO, 2018) da liturgia bíblica, com a diferença que a materialização desse sagrado, nesta tese, põe no centro da celebração uma sacralidade simbolizada pelo viver daquele trabalhador rural.

[...] A partir da reescritura, e tendo como epicentro a compreensão do significado da libertação e de que maneira isso se desdobra na vida cotidiana do ribeirinho amazônida, traço um paralelo metafórico entre a narrativa dos hebreus e as narrativas literárias escolhidas para compor essa análise, reiterando a busca pela terra como uma característica arquetípica recorrente em narrativas, presente na construção das histórias ao longo dos tempos. Assim, este trabalho avança para um arco metafórico [...] propício para a atualização dos mitos, em especial, dos mitos bíblicos (BRANDÃO, 2018, p.22).

A ressemantização dos elementos míticos, como apontado pela professora, é feita com o propósito de aproximar aqueles homens de um sagrado genuíno, que sempre esteve distante da terra, inacessível por serem os homens pecadores e, portanto, a eles cabem evocar aos céus

a misericórdia divina. Contudo, a clareira aberta no meio da floresta Amazônica refaz essa ritualística, quando reconstrói, a semelhança de personagens presentes na tradição bíblica, a sacralidade cristã; nesse sentido, o paraíso é ressignificado na figura da própria floresta, homens que cortam o velho tronco caído e o adaptam em banco para os fiéis sentarem-se revivem o ofício de São José; as mulheres que, com galhos, popularmente conhecidos como “vassoura de bruxa”, varrem a clareira, acabam tornando-se todas Marias. E, cercados por figuras sacras muito mais reais, os convidados chegam a bordo de conduções conhecidas na região como “paus de arara”, cheios de poeira das vicinais maltratadas pelo poder público; e o sacerdote se coloca e se comporta numa perspectiva horizontal, possibilitando, assim, maior aproximação e paridade para com os membros da comunidade; e entre galhos e bancos improvisados e as altas temperaturas típicas do clima quente e úmido da floresta amazônica, mais de uma centena de cristãos, dentre os quais homens, mulheres, crianças e idosos, encontram naquela missa o carinho, o conforto espiritual e a animação social para suportarem seu dia-a-dia tão difícil, como bem podemos notar na imagem abaixo:

Figura 05 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos” que mostra homens e mulheres, em mutirão, preparando a área para a celebração da missa comunitária.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Embalados pelo violão do Mestre Manelão, e dos demais instrumentos da equipe de liturgia, aquela comunidade experimenta a possibilidade de erguer a cabeça, ouvir o sermão proferido por Pe. Ricardo Rezende, levantar seus olhos para um novo horizonte, que pode tornar-se real por meio da tomada de consciência, animados, sobretudo, pelas práticas e estratégias de solidariedade encontradas nessa “nova igreja”. Neste sentimento de colaboração e amizade transcorre a missa e segue o documentário que, de forma bastante didática e engajada, vai nos mostrar, por meio de diversas faces, qual é o papel daquela igreja da região do Araguaia, aquela que fez uma escolha acertada, porém perigosa, que é enfrentar muitos

poderosos, e até o descontentamento de muitos católicos mais conservadores, mas se mantém firme em seu propósito de lutar ao lado dos oprimidos, entendendo essa prática como pedra fundamental em sua missão evangelizadora, transformando sua práxis naquelas terras e águas numa nova experiência, para a qual chamo de Experiência Sagrada da Terra. Vejamos:

Figura 06 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, em que se pode ver a equipe de liturgia entoando os cânticos da celebração, sob a liderança de Manelão.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Para tentar compreender de forma mais arraigada essa experiência, fui ao encontro de alguns sujeitos históricos que vivenciaram de forma profunda e marcante eventos que verdadeiramente representam as práticas de uma igreja que se prontificou ao exercício altruísta de convivência no cotidiano daquele povo pobre e oprimido da região do Araguaia paraense. É essa mesma igreja, muitas vezes olhada com desconfiança nas áreas urbanas e de maior presença de uma pequena e média burguesia, que mesmo enfrentando todas as dificuldades, não se amedronta e nem recua no que entende ser sua missão apostólica, que é a de levar o evangelho a todas as criaturas, mas que esse evangelho cumpra um papel de conscientizar aquele povo perseguido e explorado daquela região.

É essa igreja com os pés no chão e o espírito emanado de solidariedade que vai ao encontro de seus filhos e filhas, inclusive nos locais mais longínquos, em meio aos rios, às matas e às picadas dos lotes dos posseiros. Naqueles lugares, essa igreja católica, que cada vez mais compreende e pratica a opção preferencial pelos pobres, acolhe aqueles homens, mulheres, velhos e crianças, escutando seus lamentos e suas dores, buscando encaminhar soluções para as suas questões terrenas e garantindo-lhes o conforto espiritual e a esperança necessárias para o seu dia a dia. A imagem abaixo reitera essa relação:

Figura 07 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde Manelão realiza a leitura do evangelho.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

No afã de vivenciar essa possibilidade de igreja naquele pedaço de Amazônia, no mês de setembro de 2018, fui à cidade de São Geraldo do Araguaia, *locus* do conflito do cajueiro, que gerou a prisão dos padres e posseiros do Araguaia e se desdobrou no MLPA. Nessa ocasião, em parceria com o professor Alex Costa Lima, tive a oportunidade de entrevistar a também professora Maria Oneide Costa Lima, então viúva de Gringo, genitora de Alex e de Raimundo Ferreira Lima Junior¹⁶. A partir da coleta dos relatos de Raimundo Ferreira e de Maria Oneide me foi possível compreender de forma mais sensível aquilo que me fez visualizar e considerar como uma experiência sagrada da terra, aquilo que foi possível perceber durante as falas desses sujeitos, que vivenciaram essa experiência “sagrada”, conforme destaque o relato de Raimundo Ferreira Lima Junior:

Eu me lembro, mãe, que sempre o pai falava, e depois de um tempo a gente fomos ver (sic); uma coisa interessante foi aquele negócio de Puebla, né, eu vejo nessa percepção, então eu vejo assim, o Puebla foi em 1978, e quando eu era criança ouvia muito falar em Puebla, e ouvia muito dizer assim ‘a igreja fez a opção preferencial pelos pobres’, e essa era a palavra de ordem, então assim, na minha pouca percepção na época, eu via que essa questão do documento de Puebla influenciava para que a igreja fizesse uma opção pelos pobres e os pobres aqui eram os agricultores, eram os lavradores, eram esses que ocupavam a terra devoluta do Estado. E a igreja, o relacionamento da Igreja com os trabalhadores, pode ser que agora falando a gente possa romancear, né, mas era uma coisa interessante, e eu lembro muito que eu participava, criança ainda eu participava, acompanhava os padres nas comunidades, acompanhei na Bela Vista, Lote 08... Era uma relação assim, além do amistoso, era uma relação que a igreja fosse a... Não dá para definir a palavra, mas é como se a igreja fosse a mãe dos pobres, era a única que ali estava, era única que ouvia os pobres e era a única que defendia os pobres. Eu acho essa relação, ao menos no meu ponto de vista, uma relação muito bonita. (Raimundo Ferreira Lima Junior)¹⁷

¹⁶ Vice-presidente nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR.

¹⁷ Entrevista concedida em setembro de 2018, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

O extenso relato faz-se necessário para que adentremos na essência desses tempos e espaços percorridos e ressignificados por essa cristianização católica, particularmente nessas áreas de conflito pela terra na região amazônica. A partir da fala de Raimundo Ferreira Lima Junior, notamos o quanto essas marcas da igreja progressista se tornaram indelévels para a vida destes sujeitos que mesmo passadas quatro décadas ainda trazem consigo a memória daqueles dias vividos. A imagem a seguir ilustra o exposto:

Figura 08 - Imagem do documentário “Igreja dos Oprimidos”, onde é realizado o rito sacramental que representa a queima dos pecados para o perdão e renovação da vida.



Fonte: Igreja dos oprimidos. 1985 (79min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Permanecendo, ainda, na atmosfera do relato, e recuperando também a ressemantização de elementos sacros, que agora fazem parte de uma “mística pós-Medellin” e, sobretudo, praticada e arraigada num movimento simbiótico com os sujeitos vários que habitam esta região, faço necessário expor a importância de elementos do cotidiano dessas pessoas, agora muito presentes nessa liturgia completamente ressignificada, trazendo para o meio da celebração a própria figura e a identidade desses sujeitos sacralizados. Assim, é, conforme o relato, aos pés de árvores típicas da região que sacerdote e fiéis celebram a missa que tem as cores e a tônica voltadas para a realidade e o acolhimento que eles necessitavam. O senhor Raimundo Ferreira Lima Junior relata:

É isso que eu vejo com certo encantamento; me lembro, por exemplo, das missas, que eram realizadas debaixo dos pés de manga, quando não tinha capela. Eu achava na época, por exemplo, que eu não via a relação de queimar os pecados na fogueira; pegava uma folha seca de manga ia lá na fogueira e queimava, como se tivesse pedido perdão dos pecados. Essa simbologia me marcou também; então assim, tinha conversa antes, a missa conversava com a realidade, por isso me chamava mais atenção, o padre fazia nas leituras do evangelho e fazia relação do antigo testamento, do novo testamento com a realidade. Então isso eu achava muito interessante, então tinha a conversa antes, a missa que conversava com a realidade e tinha a conversa depois com a comunidade [...] Eu queria acrescentar uma coisa, eu me lembro dos rituais do ofertório, hoje, por exemplo, pensar no ofertório hoje e naquela época, a pessoa levava o que tinha, por exemplo, arroz com casca, enxada, machado,

mandioca, um cesto de lima, um cesto de limão, um cesto de laranja, entendeu? Então era assim, um negócio que mexia com quem assistia, com quem tava lá, então eu me lembro dessa questão do ofertório como se fosse hoje, as pessoas ofertando o que produziam e ainda cantava¹⁸ (Raimundo Ferreira Lima Junior).

Geralmente, o momento do ofertório, que por sua gênese é um instante de coletivização, de sentimentos entre generosidade e reflexão dos membros da assembleia, requer o envolvimento de vários membros daquela celebração que, como disse entrevistado, enquanto realizam suas ofertas, entoam cantos que sugerem a possibilidade de uma nova relação entre sujeito e o sagrado, na prática dialogal entre o introspectivo e o comunitário, mas que, finalmente, representa o de sentimento do momento.

Nas diversas celebrações do ofertório, entre as igrejas, capelas e CEBS do campo e da cidade, o canto de ofertório mais entoado era o “Ofertório do Povo”, de Zé Vicente, que representa muito bem esse sentimento da celebração da missa:

Quem disse que não somos nada e que não temos nada para oferecer
 Repare as nossas mãos abertas trazendo as ofertas do nosso viver
 A fé do homem nordestino que busca um destino e um pedaço de chão.
 A luta do povo oprimido que abre caminho transforma a nação
 O, o, o, o, recebe Senhor
 Retalhos de nossa história bonitas vitórias que meu povo tem. Palmares, Caldeirão,
 Canudos são lutas de ontem e de hoje também
 O, o, o, o, recebe Senhor
 Aqui trazemos a semente sangue desta gente que fecunda o chão
 Do Gringo e tantos lavradores santo e operários em libertação
 O, o, o, o, recebe Senhor
 Coragem de quem dá a vida seja oferecida neste vinho e pão
 É força que destrói a morte, muda nossa sorte é ressurreição
 O, o, o, o, recebe Senhor.

E ainda, para complementar esse raciocínio, fecho essa discussão reafirmando que a substituição dos elementos sacros tradicionais em uma celebração religiosa fora de suma importância para a permanência dessa igreja renovada no Araguaia paraense, uma vez que, contrariando a expectativa dos fiéis que esperavam ali ter uma celebração tradicional da palavra de Deus, os sacerdotes traziam para o lugar do sagrado os problemas que naquele momento recaiam muito fortemente sobre aquelas pessoas; assim eram discutidos assuntos fundamentais, como a luta pela posse da terra.

Cabe destacar o exposto com a fala de Dona Maria Oneide Costa Lima, em que diz que “o padre Aristides era dono disso tudo, tinha essa coisa da conversa; antes o pessoal

¹⁸ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

botava os problemas da comunidade, aí ele escolhia o evangelho que correspondia com a realidade dos lavradores na época”. Seu relato só ratifica o que venho expondo até aqui: ao sacralizar a vivência dessas pessoas, além de fincar a base para uma igreja finalmente comprometida com o pobre, nascia ali a tomada de consciência desses sujeitos, que nada mais era do que a libertação almejada por essa gente sofrida e explorada.

1.4 O Conflito do Cajueiro e o Calvário dos Padres Franceses e dos Posseiros do Araguaia

A área de castanhais e cajueiros, uma área de extensa floresta nativa, que há muito já havia sido ocupada por diversas famílias oriundas de vários Estados do Brasil, que extraíam dali a sua sobrevivência na prática do extrativismo, da coleta, da caça ou da agricultura de subsistência. Gerações e uma ancestralidade já consolidadas permitiam àquelas famílias sonharem com a posse definitiva e a propriedade da área. Porém, devido a projetos realizados pelo Governo Federal que, na sua maioria, privilegiava os interesses do grande capital e de uma oligarquia agrária da região, gerou um tenso conflito pela disputa por essa terra, visto que grandes latifundiários, alguns deles, parlamentares, vindos inclusive de outros Estados do Brasil.

Alguns com documentos fraudados ou minimamente questionados, utilizando de força policial ou de forma legal ou através de constituição de consórcios financiados por vários fazendeiros e caracterizados como milícias rurais, passam a perseguir, a realizar todo tipo de atos agressivos como incendiar as casas, as plantações, ameaçar trabalhadores e suas famílias que já viviam há muito naquele lugar. Tais famílias, se encontrando em situação de litígio e de vulnerabilidade, dadas as condições e o pouco acesso às estruturas estatais e particulares, não têm a quem recorrer senão, à Igreja Católica, que através de seus religiosos inspirados pela Teologia da Libertação e pela Comissão Pastoral da Terra, somam forças para fazer enfrentamento frente a essa violência realizada contra os posseiros.

1.4.1 O conflito do castanhal do cajueiro

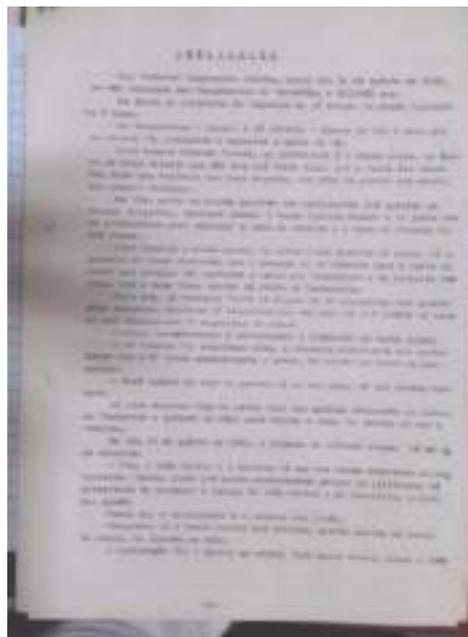
Na então Vila de São Geraldo do Araguaia, município de Conceição do Araguaia, localizada no Estado do Pará, ocorreu, no dia 13 de agosto de 1981, um evento bastante significativo e causador da prisão dos padres e dos posseiros do Araguaia, o chamado Conflito

do Cajueiro. O Cajueiro era uma área de grandes castanhais onde disputas entre posseiros e fazendeiros dos estados do Pará, de Goiás e de Minas Gerais eram muito comuns.

Diante dessas forças econômicas, era evidente que os posseiros, assim como os agricultores, lavradores, dentre outros grupos mais vulneráveis nesse cenário, eram preteridos em detrimento dos interesses desses grandes latifundiários, muitas vezes ainda com a forte contribuição do Instituto de Terra do Pará - ITERPA e Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Então, com a anuência desses órgãos, os posseiros eram ameaçados pelos fazendeiros de serem expulsos das terras que já ocupavam, além de sofrerem como represália danos patrimoniais violentos, como terem a casa incendiada, por exemplo, o que, aliás, era uma prática cruel e recorrente nesta região. Os posseiros não tinham confiança no Grupo de Trabalho Araguaia-Tocantins GETAT, e entendiam que esse órgão agia de forma policialesca, atendendo aos interesses dos fazendeiros; por esse motivo, o sentimento existente ali era o de medo, já que as ações dos órgãos públicos muito raramente atendiam as demandas dos posseiros.

Figura 09 – Depoimento de Raimundo Resplande à Polícia Federal sobre o conflito do Cajueiro.



Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Xinguara, PA. Registrado pelo próprio autor (2019).

Mesmo antes da emblemática missa no Cajueiro, houve uma tentativa de expulsão na comunidade, em que todos os homens tiveram que sair de suas casas, ficando no local, somente, mulheres e criança. No afã de proteger aquelas pessoas, houve até a tentativa de queimar a ponte que dava acesso à comunidade, porém sem êxito. Vale salientar que estavam

presentes na ação homens do GETAT e da polícia. Observo aqui também que a missa no Cajueiro ocorreu no dia 07 de agosto de 1981, e no dia 08 seria o aniversário de Pe. Aristides.

Segue a fala de Raimundo Ferreira Lima Junior:

A mãe tocou no Cajueiro, quando voltaram lá do Cajueiro conversando lá com Aristide e essa coisa me marcou profundamente, antes da missa, segundo ele e a mãe pode até confirmar, acho até que a mãe até falou isso em algum momento, um dos posseiros do Cajueiro, chegou pro Aristide e relatou toda a situação que eles tavam passando a ameaça de despejo e perguntou pro padre Aristide: o que nós devemos fazer? aí ele falou assim, eu sou padre e não dependo da terra pra viver, agora se eu fosse agricultor e tivesse nessa terra, eu defenderia ela, não sei se foi dessa forma que ele falou, mas foi parecido (Raimundo Ferreira Lima Junior).¹⁹

Foram essas violências associadas à iminente expulsão dos posseiros daqueles castanhais que os levaram a recorrer à ajuda da igreja, esta então renovada e preocupada em acolher os pobres daquela parte da Amazônia; assim entra em cena a figura de Padre Aristides Camiô, que naquela ocasião era pároco da Paróquia de São Geraldo do Araguaia, e por isso mesmo era conhecedor da realidade daquele município.

No castanhal do Cajueiro, o tipo de relação que prevalecia entre os posseiros e a igreja era exatamente a de confiança, devido ao apoio franqueado por Pe. Aristides para com os lavradores; por outro lado, esse mesmo sentimento a comunidade não depositava nas autoridades. Pe. Aristides se destacava na região por sempre atender aos chamados naquelas comunidades rurais e, com a mesma presteza, se dispunha a ouvir a todos, e suas reflexões, sempre pautadas no evangelho, estabelecia uma relação com aquela difícil realidade, como no caso específico do Cajueiro, onde os posseiros há tempos já vinham sendo ameaçados, inclusive alguns tendo suas casas e plantações queimadas por jagunços e até mesmo por policiais a mando de fazendeiros. Dona Maria Oneide nos relatou com precisão:

Eles tratavam prendendo, batendo, expulsaram eles de lá, queimaram a casa deles; então o Cajueiro era uma região onde o padre Aristide nunca tinha ido e foi convidado pra ir lá pra celebrar a missa, porque eles tavam passando por aquele momento, que tavam com ameaça de despejo, que eles falaram que foi o seu João Batista... Seu João Batista era até evangélico. Então, na missa, o padre tava lendo – não lembro qual evangelho que ele até comparou com casa de maribondo: quando vai um só, ele é morto; e quando mexe na casa que vai muitão... Ele usou esse termo, assim, pra dá exemplo lá pro pessoal. Eles lá já tinham procurado autoridade e ninguém dava ouvido pra eles, e eles moravam na terra há mais de dez anos, vinte anos... Então eles apelaria pra igreja, que a igreja fazia desobriga, ia na comunidade, celebrava a missa, batizava, reunia, e lá (no Cajueiro) eles chamaram o

¹⁹ Entrevista concedida 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

padre pra celebrar a missa e falar os problemas, ai quando o padre saiu que aconteceu²⁰ (Raimundo Ferreira Lima Junior).

O governo federal e estadual imprimia apoio aos fazendeiros pela presença e atuação do INCRA e do ITERPA, assim como também agiu no combate à atuação dos posseiros quando criou o GETAT, que atuou em nome do governo naquela região, juntamente com a Polícia Federal; cabe ressaltar aqui a presença da Polícia Militar e, frequentemente, de pistoleiros contratados pelos fazendeiros nos constantes conflitos do Cajueiro. Todavia, o agravamento da situação no local se deu quando a Polícia Federal prendeu seis posseiros, os quais só foram libertos com a intervenção de Pe. Aristides. O conflito ocorreu na comunidade do Sampaio, localizada às proximidades do Cajueiro, após o término de uma atividade litúrgica que havia sido realizada na residência do senhor João Matias, que era posseiro. A Polícia Federal já havia se colocado ali estrategicamente, de modo que um expressivo grupo de posseiros se deparou com os policiais que estavam à espreita, dentre os quais havia um pistoleiro. Acreditando se tratar o grupo de policiais formados somente por pistoleiros mandados ali pelos fazendeiros, os trabalhadores travaram tiroteio com esses agentes federais. Como resultado desta ação, Luís Antônio dos Santos Trindade, o pistoleiro infiltrado no meio dos policiais, não resistiu e morreu. Foram alvejados também três policiais e o delegado Alan Kardec (Jornal Resistência, 1982).

Figura 10 - Reportagem do jornal A Província do Pará, de Belém, de 15 de agosto de 1981.

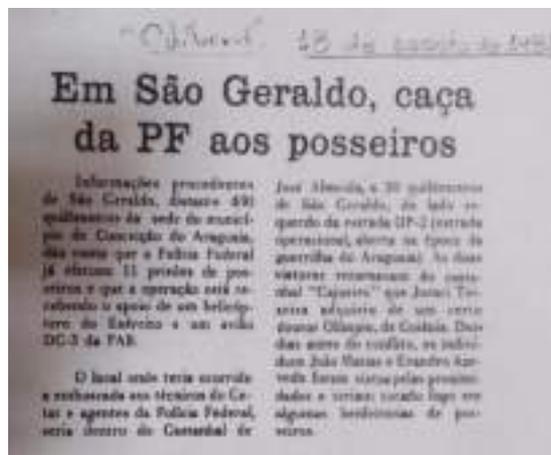


Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Xinguara, PA. Registrado pelo próprio autor (2019).

²⁰ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

Após a tragédia ocorrida, as polícias Federal e Militar se juntaram ao Exército e criaram uma verdadeira força-tarefa composta por muitos homens que, fortemente armados, desembarcaram na região. Ali iniciaram as ações de perseguição e prisão dos “posseiros subversivos e assassinos”, muitas vezes de forma truculenta e precipitada. Padre Ricardo Rezende Figueira (1985) descreve em seu livro que nessas ações não era raro ocorrerem espancamentos e torturas contra aqueles trabalhadores que se embrenhavam na mata para tentar escapar ou mesmo sobreviver. Na ocasião, o Exército estava sob o comando do oficial Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió e, após muita violência e perseguições, não levou muito tempo para que os treze posseiros se rendessem.

Figura 11 - Manchete do jornal O Liberal de Belém do Pará, de 13 de agosto de 1981(Fotocópia).



Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Xinguara, PA. Registrado pelo próprio autor (2019).

Apesar de os posseiros terem sido presos, vale ressaltar que o alvo dessas operações militares eram os pares franceses, já que eles eram considerados os agitadores e responsáveis pela insurgência dos trabalhadores. Nessa situação, iniciou-se um grande movimento, aquecido por setores conservadores da sociedade, que tinha o claro intuito de agir reforçando negativamente a imagem daquela que era considerada a “parte podre da igreja” (CHINEM, 1983), e que não era confiável. O senador Jarbas Passarinho, inclusive, em seus discursos no Senado Federal, incentivava e alimentava ainda mais esse entendimento sobre esses lugares sagrados (igrejas, capelas e sacristias) serem usados para desenvolver práticas subversivas, como a propagação do Comunismo, a invasão à propriedade privada, o uso de violência e incitação ao ódio contra os fazendeiros, por exemplo.

No encontro que tive com Pe. Ricardo Rezende, em junho de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, ele me relatou que quando ocorreu o conflito do Cajueiro, Pe. Chico havia

acabado de chegar à paróquia, e Pe. Aristides já estava por lá há algum tempo. No castanhal do Cajueiro as terras eram aforadas, e muitas famílias haviam fixado residência ali há bastante tempo. Uma das razões pelas quais o conflito aconteceu foi o Estado transferir essas terras, que eram aforadas e já ocupadas, para terceiros, além de grupos empresariais; assim, o Estado acabava privilegiando alguns grupos sociais.

Muitos ali sonhavam em fazer e/ou refazer a vida na região do Araguaia paraense, mas essa disparidade de acesso à terra era geradora de conflitos, e como a estrutura de governo acabava por se tendenciosa para o lado dos poderosos, ocorria certa criminalização dos posseiros, inclusive com o discurso reforçado na mídia local.

O Cajueiro tinha um aspecto bem específico, que era a presença de indivíduos que dominavam a prática e o manejo de armas, ainda como herança da guerrilha do Araguaia, já que alguns sujeitos dali haviam sido mateiros do Exército em suas campanhas contra os guerrilheiros do Araguaia, e, segundo relatos do padre Ricardo Resende, ainda havia mágoa por parte de alguns desses ex-mateiros, visto que o Exército Brasileiro não havia cumprido o acordado, ou lhes atribuído o devido valor, como no caso do posseiro João Matias, como aponta o padre, o que seria mais um elemento combinado à violência cometida por fazendeiros e agentes do Estado, desdobrando-se no tiroteio e aleijamento de policiais, além da morte de um pistoleiro. Figueira relata que:

E os padres nunca usaram armas, nem nunca fizeram propaganda de licença armada; o que fazíamos era defender os trabalhadores que resistiam como legítima defesa. Então, a gente era intransigente na defesa; quer dizer, os trabalhadores foram atacados, reagiram, mataram um pistoleiro. Apesar disso, houve um ato previsto pela lei, nós não sugerimos que façam isso, mas eles têm o direito, a lei brasileira prevê legítima defesa... O que havia era uma ação descabida do Estado e do latifúndio; o latifúndio agia com o apoio do estado. E naquele momento não era só a polícia; era o Exército que estava também envolvido nos conflitos. Então o crime era muito sério. E lá naquela região, naquele período, labutar naquela região, era muito complicado, as ameaças de morte, as mortes [...]. Frente aos trabalhadores, ao pessoal mais pobre, nós tínhamos todo o apoio. Os moradores de periferia, os pobres, todos esses aprovavam. A gente não tinha o apoio era dos funcionários do banco, do pessoal do comércio, da classe média local... Não nos apoiava, não nos compreendia; predominava uma ética, uma moral que era 'um posseiro é um preguiçoso ameaçando a propriedade do outro'; 'o peão que foge da fazenda tem dívida, ele é preguiçoso também e devia pagar'... Então uma desqualificação do posseiro e uma desqualificação do peão. O peão e o posseiro eram gente perigosa, era gente desocupada, que não queria trabalhar. Por exemplo, o posseiro, no caso, evidente que trabalhava, tava produzindo, mas tava produzindo em terra alheia²¹ (Ricardo Fernandes Figueira).

²¹ Entrevista concedida em junho de 2019, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

Já não bastassem as adversidades enfrentadas pelos movimentos populares, pela igreja e pelos demais grupos sociais que se afinavam politicamente com a causa dos direitos humanos, os meios de comunicação e as elites locais e nacionais também se empenharam na campanha difamatória da igreja, mas, principalmente, a atenção estava voltada para as figuras dos religiosos que atuavam ali naqueles conflitos, naquela região do baixo Araguaia. Os grandes grupos de comunicação de massa, financiados pelos poderes políticos e econômicos, e com finalidade de orientar a formação de público, justificavam legalmente a prisão dos pares franceses e dos posseiros do Araguaia com argumentos que reforçavam fortemente essa imagem “imoral”; com a abertura de espaço para que autoridades, tanto locais quanto nacionais, se pronunciassem em programas e entrevistas de rádio e de televisão, a nação era alertada sobre o perigo que representavam “aqueles padres terroristas”, assim como esses grupos também financiavam uma larga produção e distribuição de material impresso (FIGUEIRA, 1986). Além dos programas de rádio e TV, havia a circulação de panfletos e folders que alertavam a população sobre a ameaça que os padres franceses representavam, bem como eram extremamente nocivas às influências que eles exerciam sobre os trabalhadores e todas as gentes do local, pois eles seriam os responsáveis por disseminar ideias marxistas no seio daquela comunidade.

Os métodos utilizados para convencer a população dos riscos que estavam correndo com a presença daqueles religiosos estrangeiros eram bastante inescrupulosos, uma vez que as informações contidas nos panfletos buscavam atingir o objetivo por meio da difamação destes padres, plantando dúvidas sobre a moralidade deles e insinuando que eles sequer cumpriam do celibato, voto sagrado de um sacerdote. Segundo Chinem (1983), os informativos davam conta de uma suposta relação amorosa existente entre Pe. Aristides e sua agente de pastoral, Dona Maria Oneide Costa Lima.

Diferentemente do que fora relatado por padre Ricardo Rezende Figueira (1986) e Chinem (1983), os documentos produzidos Serviço Nacional de Informação - SNI, narram os acontecimentos por uma perspectiva que coloca os posseiros na condição de geradores do conflito em questão, uma vez que, segundo o SNI, eles agiam orientados pelos padres franceses, em especial padre Aristides, que seria o grande agitador da região, estimulando uma postura subversiva pautada na teoria da luta de classes.

Durante pesquisa no acervo do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2018, tive acesso documentos confidenciais, identificados como ACE – N.º 1817/81, que relatam que no dia 13 de agosto de 1981, treze colonos emboscaram uma equipe da Polícia Federal, que dava cobertura pacífica ao GETAT que, naquele momento, demarcava terras

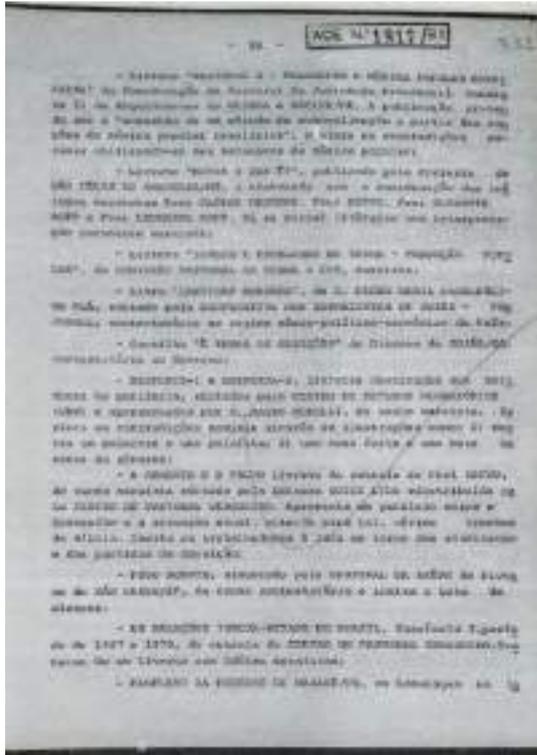
naquela região. O documento aponta que na emboscada faleceu o “guia” da fazenda, além de terem sido feridos um delegado e alguns policiais. Em decorrência desse fato, foi instalado um inquérito policial pelo Departamento de Polícia Federal, que afirma que os “colonos” foram incitados por Pe. Aristides e por Pe. Francisco; o documento informa também que essa incitação ocorreu no dia da missa no lote de João Matias. Fica claro neste documento, a partir de relatos dos posseiros, que desde o dia 12 de agosto de 1981 havia sido organizadas duas emboscadas a partir de informações privilegiadas passadas por Pe. Aristides, dando conta da movimentação das equipes de governo na região, porém acabaram se tornando infrutíferas por razões alheias, tendo a emboscada se concretizado no dia 13 de agosto de 1981.

O documento informa ainda que os envolvidos são unânimes em afirmar que os padres franceses continuamente doutrinavam e insuflavam os colonos para que reagissem de forma violenta e não entregassem jamais as suas terras e que, se houvesse algum problema, o mesmo Pe. Aristides garantiria sua impunidade, afirmando, inclusive, que quem não reagisse seria uma “Maria” ou “covarde” e não teria direito à terra. O documento segue dizendo que a atuação desses religiosos se fundamenta na atuação marxista-leninista, o que viria a se confirmar em documentos apreendidos na casa paroquial, ficando evidente a utilização de um perigoso desvio da evangelização, alterando os seus princípios tradicionais para assim atender aos interesses de um projeto esquerdista e comunista na Amazônia.

Durante a invasão na casa paroquial, podemos destacar os seguintes livros e documentos que foram apreendidos, dentre os quais podemos citar: “Situação política da terra de Jesus naquele tempo” (manuscrito de Padre Aristides Camiô), “Conversando sobre a vida, conversando sobre Puebla” (livreto da Diocese de Caruaru/PE, que aponta que o capitalismo gera miséria), “Cantando a libertação” (livreto da região episcopal de Itapeçerica da Serra/MT, com cânticos contestatórios ao governo militar), “A união faz a força” (livreto da Diocese de Conceição do Araguaia/PA, continha diversos cânticos que insuflavam as lutas de classes), “1ª de Maio”, (livreto do Centro de Estudos Operários Santos Dias da Silva e Centro de Intercâmbio de Pesquisa de Estudos Econômicos e Sociais, organizado pelo PC do B de São Paulo), “Peleja das piabas do Araguaia com o Tubarão Besta-fera – a história de um povo que se liberta” (livreto de Zé de Luca, publicado como louvação aos 10 anos da prelazia de São Felix do Araguaia e da trajetória de D. Pedro Casaldáliga), “Igreja e problemas da terra – Tradição popular da Comissão Pastoral da Terra - CPT” (livreto considerado marxista), “Araguaia, o partido e a guerrilha” (livro de Wladimir Pomar, tido como “tubarão” da linha de frente do PC do B), “A classe operária” (panfleto datado de Fevereiro/Março de 1979, organizado pelo PC do B), e finalmente “É tempo de eleições” (cartilha da Diocese de Goiás,

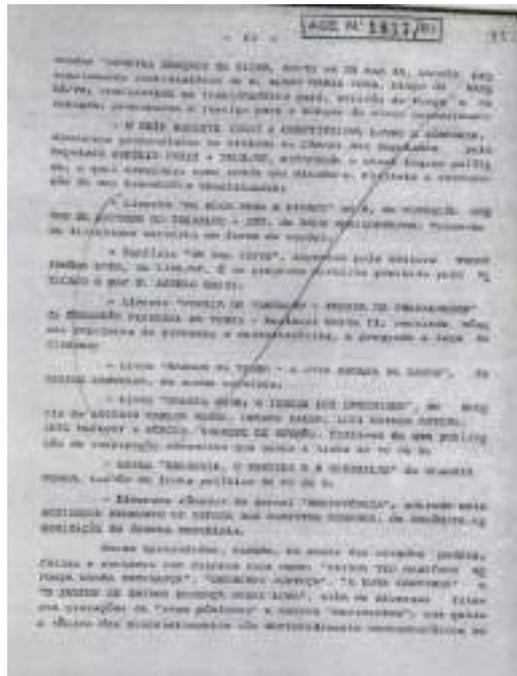
GO, que contestava o governo). Obviamente que a lista de livros, livretos e documentos é bem mais extensa, conforme as imagens a seguir podem mostrar:

Figura 12 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81 acessado no Arquivo Nacional.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 13 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81 acessado no Arquivo Nacional.



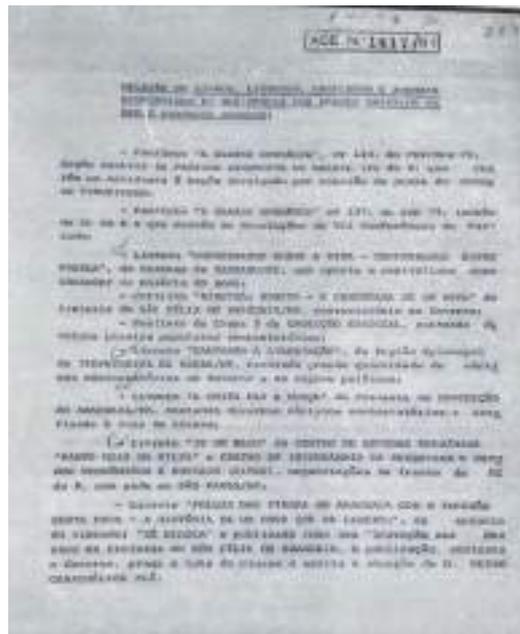
Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 14 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/81 acessado no Arquivo Nacional.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 15 - Fotocópia do documento ACE – N.º 1817/8, acessado no Arquivo Nacional.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Trago para estas considerações o entendimento de que tanto Pe. Aristides quanto Pe. Francisco, este atuava mais especificamente em Xinguara/PA, eram conscientes de que ambos

se encontravam constantemente visados e, por suas práticas que nada agradavam aos interesses do latifúndio, sabiam que corriam riscos de morte. Contudo, eles permaneciam firmes no propósito de evangelizar e levar àquelas pessoas muito mais do que a palavra sagrada, mas, fazer com que aquelas pessoas desenvolvessem a percepção de si enquanto sujeitos, e o papel delas naquele arranjo hostil. É claro que quem muito contribuiu para essa tomada de consciência foi a essa igreja alinhada às práticas da Teologia da Libertação; foi ela quem fortaleceu aqueles homens e mulheres sofridos, e fez nascer ali a resistência deles contra a todo tipo de exploração que eles vinham passando nas mãos dos grandes latifundiários, que não mediam esforços para proteger seus interesses econômico, políticos e ideológicos, usando para isso de diversas formas de abusos contra os direitos humanos.

Assim, os padres franceses faziam de tudo para não criar alardes e para não atrair a atenção, e assim não gerar preocupação aos companheiros paroquianos; da mesma forma, eles tinham um compromisso com aquelas pessoas sofridas, que depositaram neles a confiança de estarem seguros na presença daqueles dois sacerdotes, não podendo esmorecer aos olhos daquela comunidade da região do Araguaia paraense. Esse comportamento me chama atenção e me permite concluir que, apesar de todo o cenário de violência, era ali na luta em São Geraldo do Araguaia que Pe. Aristides e Pe. Francisco, que já haviam experimentado realidades semelhantes em suas passagens por países como a República Democrática Popular do Laos - que, aliás, os expulsou por considerá-los “anticomunistas” - encontravam o verdadeiro fazer sacerdotal.

Cabe aqui, para finalizar essa exposição, trazer para o debate a violação dos direitos humanos que foram negligenciados tanto pelos grandes fazendeiros, como pelas forças do Estado, na figura das Polícias Federal e Estadual, além de terem, os latifundiários, recebido muito apoio do poder judiciário, bem como da ala conservadora dos parlamentares, que nunca tiveram pudores em atuar em favor e na defesa desses fazendeiros contra o avanço “daquela igreja vermelha”. O conflito do Cajueiro demarca, então, um momento decisivo crucial para a luta pela terra na região do Araguaia paraense, que culminaria na arbitrária prisão de sujeitos históricos envolvidos no conflito, os quais passariam a ser nacionalmente conhecidos como “padres e posseiros do Araguaia”.

1.4.2 A prisão dos padres franceses e as invasões da casa paroquial.

A efetivação do conflito armado do Cajueiro fez as tensões em São Geraldo do Araguaia, que já apresentavam grandes proporções, passarem a apresentar dimensões

imensuráveis, pois com o resultado do conflito armado, no qual foi baleado o delegado Alan Kardec, da Polícia Federal, e outros policiais foram feridos, já havia de fato uma expectativa de uma enérgica reação das forças oficiais do Estado, tanto numa esfera estadual quanto federal.

Para os fazendeiros da região, assim como para as demais forças conservadoras, aquele cenário de tiroteio e baleamento de agentes do estado, tínhamos ali elementos suficientes para a construção de um cenário ideal que possibilitaria a fundamentação legal para a prisão daqueles padres estrangeiros, em especial Pe. Aristides Camião, que há muito tempo já incomodava as elites locais com sua postura “moderna” e de aproximação demasiada com os posseiros, partindo, muitas vezes, para o enfrentamento teórico e prático com aqueles grupos dominantes política e economicamente na região, que não se preocupavam em demonstrar o seu descontentamento com aquele “perigoso padre vermelho”, a quem os mesmos acusavam de estarem a serviço de interesses de forças internacionais e, por isso, estimulavam a insubordinação e a invasão das terras alheias, e que a culpa dos conflitos de terras na região era atribuída não somente a Pe. Aristides, mas a muitos padres, freiras e até bispos, que não se furtavam a utilizar a palavra de Deus para estimular a luta de classes naquele pedaço da Amazônia (FIGUEIRA, 1986).

Um exemplo do quanto padre Aristides incomodava os poderosos da região foi no processo para a eleição do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, quando o Major Curió buscou medir prestígio popular com o padre Aristides, inclusive se utilizando do aparelhamento da máquina oficial para o convencimento ideológico e eleitoral junto ao povo e garantir o voto dos lavradores naquela disputa; para essa empreita, Curió viabilizou uma estrutura formada por atendimento médico e dentário para o povo, uma prática assistencialista que, mesmo necessária para aquela empobrecida região, não gerou o resultado eleitoral esperado pelo Curió e seu grupo político. Figueira diz:

A razão da prisão dele é que o Curió não era tão inteligente quanto o Aristides, e ele então perdeu a parada. Ele tentou ganhar os conservadores do Baixo Araguaia; o Curió fez tudo para ganhar a confiança e ele não conseguiu [...] e na hora de ver quem tinha força, era a hora da eleição sindical, que foi realizada em 1980, e tinha sido prevista, se eu me recordo, em julho de 1980. Mas aí o Gringo tinha sido sequestrado e morto no dia 29 de maio. E o Curió fez de tudo para ver se a Chapa 1 ganhava o sindicato, então ele tinha ido conversar com o Aristides [...]. Quando ele sabia que o Padre Aristides estava num local, ele pegava o carro e ia naquela comunidade e se apresentava como amigo do Aristides, e o Aristides nunca negou que ele fosse amigo, nunca disse nem desdisse. Então ele ria, ficava na dele [...]. E aí, no dia da eleição, quer dizer, precedendo a eleição, chegaram helicópteros do

exército jogando panfletos contra a igreja, contra a Chapa 2; médicos atendendo, dentistas...²²(Ricardo Fernandes Figueira).

A conquista do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia se tornara projeto prioritário para o Major Sebastião Rodrigues Curió, já que ele, apesar de ostentar evidente poder político e econômico na região que, segundo ele próprio, é legitimado pelo presidente da república João Batista Figueiredo, entendia a conquista do sindicato para o seu grupo político como a consolidação de seu nome para a região, tanto que para isso não media esforços pessoais, estruturais aplicados pontualmente àquele pleito específico, o qual o resultado consagraria seu nome como grande liderança da região; todavia, segundo relatos de Pe. Ricardo Rezende, nem com todo seu esforço nessa empreita conseguiu evitar a derrota de sua chapa nesse processo eleitoral, no qual a forte influência e presença de Pe. Aristides, mesmo que de forma discreta, foi fundamental para o resultado final desta eleição.

[...] O Curió tava preocupado e foi na casa paroquial falar com o Padre Aristides, e disse: ‘eu preciso ganhar essa eleição, você tem que me ajudar’. Aí o Aristides disse: ‘ué, então fala com o povo’. Aí o Aristides estava cercado de lavradores e disse: ‘ó, ele quer falar com vocês’. Aí o Curió fala que tá apoiando a Chapa 1 e na hora da contagem de votos deu só 6 votos para a Chapa 1 e o resto todo na Chapa 2. Isso foi o decreto da prisão dos padres. E qual foi a senha? Foi o discurso do Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho faz um discurso, e era algo inédito, em cadeia de rádio e televisão, convoca toda a mídia nacional, e não era comum um presidente de congresso fazer discurso acusando a igreja de comunismo, um discurso violento. Era a senha porque imediatamente então houve uma operação lá do Rio Grande do Sul; tava iniciando o acampamento do MST, e em São Geraldo do Araguaia, onde Chico e Aristides são presos. E o Chico foi preso porque estava na casa paroquial na hora, se não ele não teria sido preso²³ (João Batista Figueiredo).

A prisão de Padre Aristides era do interesse particular do Major Sebastião Curió, a sua postura, já conhecida na região desde a guerrilha do Araguaia, em verdade representava todo um sentimento dos grupos sociais dominantes da região, sejam latifundiários, empresários, parlamentares e representantes dos demais poderes, como o executivo e o legislativo, incluindo aí as forças armadas, grupos esses que não abririam mão de seus privilégios e da possibilidade da ampliação de seu patrimônio material e político, mesmo que para isso recorressem constantemente às práticas arbitrárias, inclusive com o uso da violência desmedida, ainda que vitimassem não somente os posseiros e demais trabalhadores rurais e urbanos daquele espaço, e perseguindo e atacando também religiosos, já que entendiam que esses padres e freiras, por conta de sua relação próxima com os trabalhadores e sua visão de

²² Entrevista concedida em junho de 2019, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

²³ Entrevista concedida em junho de 2019, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

mundo inspirada pela teologia da libertação, tornavam-se um entrave em seus avanços para a ampliação e perpetuação de seu poder, mesmo que para isso tivessem esses empresários e latifundiários que destruir a floresta, “escravizar” trabalhadores, assim como expulsá-los de sua terra, persegui-los e até ceifar suas vidas.

Figura 16 - Charge criticando o controle que Sebastião Curió buscava exercer sobre o processo eleitoral para o sindicato dos trabalhadores rural de Conceição do Araguaia em 1981.



Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Xinguara, PA. Registrado pelo próprio autor (2019).

Esse clima de tensão na região, que envolvia ameaças veladas e públicas ao Pe. Aristides, já vinha se intensificando; comitês representativos das classes dominantes se organizavam na região para encontrar soluções para o “silenciamento” daqueles sacerdotes. Já era evidente aquela ampla movimentação de forças para que se fizesse prevalecer os interesses de grandes comerciantes, fazendeiros, políticos, parte significativa do judiciário local e também de grupos de católicos conservadores locais, em especial das classes média e alta, e que não percebiam qualquer afinidade com o modus operandi de Pe. Aristides e dos demais membros da igreja católica progressista.

Mesmo ciente dos conflitos existentes e dos riscos que corriam, Pe. Aristides continuou a desenvolver normalmente suas atividades sacerdotais entre missas, batismos, casamentos e atendimentos à população, principalmente a população mais pobre que em Pe. Aristides encontrava o respeito e o carinho negados pelos demais setores da sociedade, apesar de ter contra ele uma plural representação de forças econômicas, dentre as quais a própria comunicação jornalística de massa, que tanto em Marabá e Belém do Pará, que atendiam a

interesses dos grandes grupos econômicos, continuamente publicavam matérias e pronunciamentos oficiais, como o do Senador Jarbas Passarinho, do PDS, e presidente do Congresso Nacional que, em seu eloquente discurso buscava desqualificar a ação de padres e freiras e até bispos progressistas daquela região, colocando em dúvida as suas presenças, seus interesses, assim como a sua real missão evangelizadora. As demais matérias veiculadas nestes grupos de comunicação de massa geralmente se portavam de maneira tendenciosa a favor da “verdade” proferida pelos grandes latifundiários e seus grupos de afinidades (FIGUEIRA, 1985).

Padre Ricardo Rezende Figueira, no livro *A justiça do lobo*, aponta também que aconteciam reuniões inclusive no estado de São Paulo para que fossem deliberadas soluções para aquela incômoda postura da Igreja Católica na região.

Enquanto isso, representantes da Sociedade Rural Brasileira, da Associação dos Empresários da Amazônia e dos Criadores de Nelore do Brasil, se reuniram em São Paulo para denunciar os bispos que atuam na região de comandar invasão de propriedades particulares, contando para isso com a ajuda financeira de grupos franceses e alemães interessados em explorar as reservas madeireiras (sic!) existentes na Amazônia. O objetivo da reunião, conforme admitem os participantes, foi avaliar a ação dos religiosos na região e avaliar, particularmente, o objetivo que atribuem aos bispos, de desocupar a Amazônia e entrega-la a grupos estrangeiros (REZENDE, 1985, p. 79).

Em agosto de 1981, conforme detalha Figueira (1985), o que era temido aconteceu. Homens fortemente armados sob o comando do delegado José Luiz Cardoso invadiram a casa paroquial, revistaram todo o ambiente de forma feroz e apreenderam objetos pessoais e de trabalho de padre Aristides e padre Chico. E, de pronto, detiveram Pe. Aristides; em seguida, violaram a casa de Dona Maria Oneide. Lá, no momento da invasão, os filhos de Dona Maria Oneide dormiam. A ação policial foi permeada de muita ofensa e violência física e psicológica e, ainda, durou até o final da noite, por volta das 23h e 30min, condicionando, inclusive, Dona Maria Oneide à condição de prisão domiciliar, conforme ela mesma relata em entrevista a mim concedida:

O Júnior tava pra escola, né, os meninos todinhos tavam pra escola, aí a polícia cercou a casa. Pularam pela janela, entraram, pegaram tudo que tinha lá, papel, máquina e tudo, e eu tava lavando roupa, lembro direitinho. Isso era umas 16 horas ou 16 e 30, que cinco horas a gente ia celebrar a missa aqui no Batateira, onde o padroeiro era São Raimundo. Eles entraram na janela da Casa Paroquial, uma turma da Polícia Federal pulou a janela, comandada pelo Zé Carlos, nem lembro o nome dele, tava lavando roupa na casa paroquial, que a área de serviço era na casa Paroquial. A casinha que nós morava era no fundo, aí eu tava acabando de lavar a roupa pra a gente ir pra missa sete horas na Batateira, aí fecharam a casa e não deixaram ninguém sair. Prenderam o Aristides, naquele momento ninguém sabia pra onde levaram, mas depois disseram que era do GETAT. O padre Chico não foi na

hora porque ele não tinha um mandado de prisão, aí ainda foram fazer pra trazer. Levaram o Chico era umas oito horas da noite, aí não queriam me deixar sair da casa; o Júnior chegou e não deixaram o Júnior entrar, aí disseram que iam atirar, aí eu disse: ‘ó, é meu filho que vem chegando da escola’, aí ele deixou o Júnior entrar, aí mandou pôr um lampião lá na porta, com medo dos lavradores chegar e saber da notícia que o padre tava preso. O medo deles era esse, os lavradores virem da zona rural e atacar eles, por isso que não era pra ninguém sair e não dar notícia pra ninguém. Aí passamos a noite lá, levaram o que tinha de levar, pegaram os dólares do Chico, e no dia seguinte o Aristide ia pra Belém, eles levaram até o dinheiro da mulher do seu Satu, que ela deu pro Aristide comprar a peça duma máquina lá pra ela, eles levaram todo o dinheiro. Quando foi lá pra uma hora da manhã, eles mandaram chamar seu Satu pra assinar como testemunha, e também mandaram eu assinar e eu falei pra eles que não ia assinar, que eu não sabia nem o que eu tava assinando, aí peguei pra ler e eles tomaram de mim, me xingaram, disseram que eu tinha que assinar daquele jeito, aí eles viraram pro seu Satu e falaram que ele só ia sair de lá quando amanhecer, que ele ia servir de testemunha e só ia sair de lá quando eu assinasse²⁴ (Dona Maria Oneide).

Já padre Chico só recebeu ordem de prisão no início da noite; quando foi levado para o GETAT, e lá ficou sabendo que tanto ele quando Aristides havia sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo colocado em um quarto improvisado minimamente preparado para a sua estada. Mesmo nessas circunstâncias, Pe. Chico procurou permanecer tranquilo, pois acreditava que não passaria tanto tempo em poder da polícia (FIGUEIRA, 1985).

Padre Ricardo ainda informa que as instalações do GETAT ficavam próximo ao Rio Araguaia, e aquele mesmo ambiente foi testemunha de constantes violações dos direitos humanos; ao fundo, em uma estrutura precária que funcionava como garagem, instalaram o padre Aristides que, mesmo estando próximo aos lavradores, não conseguia dialogar com os mesmos, enquanto Chico Gouriou foi levado para o 2ª BEC, confinado em um minúsculo e insalubre quarto. A prática de invasão, revista, vigilância e demais violências cometidas nos espaços de convivência da igreja e de seus parceiros cumpre uma estratégia pensada de forma muito bem elaborada com a finalidade de, além de prender os padres, intimidar e inviabilizar qualquer possibilidade de reação que pudesse colocar em risco aquelas operações. Por isso, mais do que cumprir os mandados de prisão, as forças policiais não economizaram esforços para ameaçar e agredir de toda forma todos aqueles os quais consideravam inimigos da ordem e da pátria, não importando se ali havia mulheres e crianças.

Como já foi possível verificar anteriormente no relato de Dona Maria Oneide, os policiais aplicaram naquela ação toda sorte de táticas de violência e de tortura, inclusive psicológica, com contínuos xingamentos, como uso de palavras obscenas e que desqualificassem Dona Maria Oneide e seus filhos, assim como quem tentasse ajudá-los. O

²⁴ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

registro desta recorrente postura das forças policiais se faz muito presente na literatura ficcional e na produção historiográfica elaborada sobre o período da ditadura militar brasileira, inclusive apontando que muitas dessas técnicas foram adaptadas e aperfeiçoadas pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de cursos realizados pela Central Intelligence Agency (CIA) e outros organismos de segurança dos EUA. Essas torturas tinham por objetivo humilhar e amedrontar suas vítimas, causando pavor e, imediatamente, evitando uma eventual reação, como podemos observar no relato de Dona Maria Oneide:

Quem invadiu ali a casa eram uns dez ou doze, e agora quem ficou lá mesmo eram quatro [...]. Eles era da polícia federal, aí uma hora eles mexeram num toca fita do padre lá, no motor, tanto que pra desligar foi uma dificuldade, até me mandaram mexer lá, mas não fui não, não sabia mexer naquilo, eles mexendo lá ameaçando a gente, eu com medo de ele fazer alguma coisa com o Junior disse pro Junior desligar lá, depois disso eles passaram a noite todinha do lado de fora lá, a janela era aquelas Veneziana e a gente ia toda hora lá olhar e via a fumacinha subindo, era eles vigiando e fumando. No outro dia ele foram la que eles esqueceram um documento lá em cima da mesa e eu encontrei, era a carta que o pai da menina o seu João Matias pro padre Aristide eu achei, aí eu peguei a carta e enfiei num saco de feijão, e o documento que eles tavam procurando, eu peguei, olhei, aí tinha uma prateleira que o Aristide tinha feito na alvenaria, aí enfiei nos buraco da alvenaria, e eles procurando, jogaram papel no chão, bagunçaram tudo e perguntando se eu tinha visto e eu disse que não. Na hora que eles foram sair, mandaram eu arrumar a casa paroquial, eu disse que não ia arrumar nada, pediram a chave da casa eu não dei, disse que na falta do Aristide só ia entregar pro bispo, nisso o pessoal que vivia por lá foi chegando e um deles foi o Bento, um lavrador, nisso contei pra ele que tinha acontecido e ele falou que ia avisar o Bispo, como tava a casa e o que tava acontecendo, e tudo vigiado né, a moça que era telefonista era minha amiga e avisou o Bispo, que quando soube achou que era trote, aí a menina do telefone esperou o agente que tava sair de perto e disse que era verdade mesmo, mas o pessoal ouviu, quando o Bento voltou prenderam ele e levaram ele lá pro GETAT, foi engraçado quando chegou lá tiraram a roupa dele e deixaram ele nu lá e ninguém sabia onde o Bento tava [...].Tinha [muito xingamento] de rapariga, filha de puta, de sem vergonha, que eu tinha mandado matar meu marido pra ficar com padre, que o padre tinha mandado matar o Gringo pra ficar com eu, pra morar mais o padre, Zé Carlos disse: ‘a senhora lembra de mim, eu passei três dias pescando mais seu marido’, ele usava outro nome, chamava [não lembra]. [...] Umás quatro horas ele mandou que eu fosse embora pra casa pra dormir e que ninguém ia ficar vigiando lá não, mas eu fiquei presa domiciliar, mais de 24 horas²⁵ (Dona Maria Oneide).

As fotografias a seguir foram registradas *in loco*, no momento de minha pesquisa de campo. Considero que apresentá-las nesse estudo corrobora para o entendimento das questões levantadas até aqui.

²⁵ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

Figura 17 - Antiga igreja de São Geraldo Magela, em São Geraldo do Araguaia/PA.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 18 - Local onde em 1981 residia a família de Dona Maria Oneide Costa Lima, em São Geraldo do Araguaia/PA.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 19 - Local onde, em 1981, funcionava o GETAT, em São Geraldo do Araguaia/PA.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Figura 20 - Local onde funcionava, em 1981, a casa paroquial em São Geraldo do Araguaia/PA.



Fonte: Registrado pelo próprio autor (2018).

Outras estratégias utilizadas pelas forças armadas no combate ao que eles consideravam como perigo vermelho foi a espionagem e o disfarce. Quando, arditamente, infiltravam agentes disfarçados no cotidiano daqueles sujeitos, muitas vezes esses espões usavam falsa identidade, contando falsas histórias, se fazendo passar, inclusive, por amigos e/ou forasteiros que ali chegando, e desconhecendo a região, precisariam da colaboração de terceiros para supostamente conhecer o lugar, “trabalhar” na terra, ou mesmo somente para alguma atividade específica, como caçar e pescar ou atividade relacionada ao montanhismo, muitas vezes se fazendo passar por lavradores em busca de oportunidade, argumentando que haviam sido expulsos de sua terra em outras regiões, relato esse que acabava por sensibilizar ainda mais os posseiros, que se identificavam pela trajetória relatada pelos supostos lavradores violentados, despertando assim, os sentimentos de pertencimento e de solidariedade entre os membros daquela comunidade.

As constantes chegadas e partidas dos sujeitos de fora não geravam tanto estranhamento devido ao grande fluxo migratório na região, como foi possível verificar na seção 1.2. Todavia, essa ambientação dos sujeitos daquele lugar com o movimento dos sujeitos estrangeiros, acabava por se transformar em um risco eminente e contínuo, pois na maioria dos casos não havia disponibilidade de métodos, por vezes nem interesses, em confirmar a veracidade das histórias contadas por esses forasteiros, isso acrescido de uma concepção cristã pautada na solidariedade e no amor ao próximo, que se traduzia num comportamento permeado de hospitalidade para com o outro, característica muito presente nos hábitos da vida interiorana, o que resultava, muitas vezes, em expor a gente simples da região à condição de vulnerabilidade diante do interesse desse estrangeiro que representava, na verdade, um real perigo de espionagem realizado pelas forças policiais, militares e

paramilitares (milícia rural), a fim de munir os “poderosos” no combate àquela gente “insubordinada e perigosa”, fossem religiosos ou não religiosos, como no caso relatado por Dona Maria Oneide Lima, sobre um espião que havia frequentado sua casa:

Chegou lá de barco dizendo que morava em São Paulo, que tinha separado da esposa, que a esposa tinha traído ele, e pra esquecer tava ali no Araguaia, aí Gringo pescou uns três dias mais ele, e ele dormindo na casa do meu pai, aí lá no dia da prisão do Aristide ele falou que passou três dias: ‘A senhora não tá me conhecendo não?’, aí mostrava a foto do Gringo, e falava: ‘Um homem bom desse, justo, porque mandou matar pra morar mais o padre’, aí a Nedma [outra mulher que era mantida em cárcere junto a D. Oneide] queria xingar ele e eu não deixava, depois disso, eles mandaram eu abrir a bolsa do Aristide pra pegar não sei o quê lá, aí eu fui abrir a bolsa e pegar; eu peguei no dinheiro que era da D. Maria, quando eu peguei me assustei e tirei a mão, o agente do lado assim perguntou: ‘o que tem aí dentro?’ e ele mandou eu pegar e mostrar pra ele, se não pegasse ele ia me levar pra pedreira que tinha ali me mostrar como faz com uma mulher, nessa hora a Maria chegou lá e ele mandou ela ir embora, disse pra ela que não ia acontecer nada não e pra ela ir cuidar dos meninos, eles tavam tomando o vinho da igreja, colocando a música e dançando lá²⁶ (Dona Maria Oneide).

Diante da cruel situação, fatores como a comunicação precária na vila e o local completamente sitiado pelas forças policiais que, a esta altura, já vigiava estradas, ruas, matas e rios, restava agora aos amigos de Pe. Aristides e Pe. Chico encontrarem uma forma de comunicar imediatamente tal fato a outras pessoas ligadas à igreja de outras cidades da região, e até de outros estados, como na cidade de Xambioá, logo atravessando o rio Araguaia, já no estado de Goiás, onde um lavrador, conhecido como Bento, conforme relatado por Dona Maria Oneide, conseguiu acesso ao posto telefônico e, assim, finalmente efetuar uma ligação quando comunicou o fato ao Pe. Ricardo Resende, confirmando assim tal cenário que Pe. Ricardo já havia recebido de outra fonte, e comunicado a outros padres e bispos da região, como D. Celso Pereira de Almeida, bispo de Porto Nacional. Como resultado de corajosa investida do lavrador Bento, ele acaba por ser preso pela polícia federal, no momento em que fora bordado pelo jipe do GETAT e, tendo uma metralhadora apontada para seu rosto, não ofereceu resistência e fora levado para sua detenção.

Com a permanência do encarceramento dos padres e posseiros, se intensificaram as articulações em todo o Brasil para uma pressão que exigisse a libertação daqueles prisioneiros. Alguns membros da igreja permanecem em São Geraldo enquanto outros rumam para Conceição do Araguaia e outras cidades, a fim de garantir apoio para a causa. Foi lançada uma nota pública pelo Conselho Pastoral Diocesano, onde denunciava a

²⁶ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

arbitrariedade das prisões e violências sofridas pelos padres e posseiros. No dia 7 de setembro chegam a São Geraldo D. José Alano Pena, bispo da Diocese de Marabá e o Pe. Mário, Aldighieri, secretário da CPT nacional. No dia seguinte, D. José Patrício Hanrahan (*Patrick Joseph Hanrahan*) bispo da Diocese de Conceição do Araguaia consegue autorização para dialogar com Pe. Chico e Pe. Aristides, o que foi muito alentador para ambos, porém o diálogo não se deu de forma tão profícua devido a constante e desconfortável vigilância de policiais, que tudo registravam e em tudo intervinham. No dia posterior à conversa com os posseiros, que receberam bem o bispo, com exceção de João Matias, que culpava Pe. Aristides pela prisão, e se recusou a aceitar a oferta feita pela Igreja Católica, que deveria se comprometer em assumir os custos processuais, garantido os mesmos advogados que estavam a defender os padres e, inclusive, já no outro dia as autoridades inviabilizaram em a visita do bispo aos lavradores. No dia seguinte, se efetivou a transferência dos prisioneiros para Belém, capital do estado do Pará (FIGUEIRA, 1985).

Algumas semanas depois, já no dia 15 de outubro, houve a chamada “segunda invasão”. Já naquele momento, Dona Maria Oneide já se encontrava em Brasília, no Distrito Federal, pois havia sido avisada que corria sério risco de morte e, com essa gravidade, houve uma articulação para enviá-la até um local onde pudesse se sentir segura. Durante esse período, seus filhos ficaram sob os cuidados de sua jovem prima Maria Olinda Arruda Luz²⁷, que é quem vai sofrer de forma mais aguda a violência cometida pelos policiais que realizaram a segunda invasão da casa paroquial. Saliento que Maria Olinda também nos relatou o ocorrido naquele lamentável acontecimento.

Com a prisão de Pe. Aristide e Pe. Francisco, a paróquia de São Geraldo Magela ficou sob a responsabilidade de padres de diversas ordens e dioceses da região e do Brasil, que voluntariamente se dispunham a passar entre 30 e 60 dias ali, realizando celebrações e demais atividades litúrgicas daquele lugar. Durante o período do ocorrido, quem se encontrava na paróquia era Pe. Peter Mac Carthy que no momento da invasão não estava na casa paroquial, o que causou descontentamento aos policiais que chegaram fortemente armados em um carro do GETAT.

Assim como na primeira invasão, esses homens adentraram a casa paroquial pelas janelas e quebrando portas, e apontando armas, aos gritos, perguntavam onde estava Pe. Peter. Além de Maria Olinda e as crianças, filhas de Dona Maria Oneide, estavam também na casa algumas freiras que naquele instante contribuía com as tarefas da paróquia, dentre as quais

²⁷ A Sra. Maria Olinda Arruda Luz é servidora pública.

estavam a Irmã Helder Suarez Bedendo²⁸ e Irmã Helena Suarez²⁹, que também sofreram todo tipo de violência dos agentes de segurança pública, entre homens do GETAT e da polícia federal.

Dona Maria Olinda nos conta que foram muitos os xingamentos e agressões físicas sofridas, além de ameaças com arma de fogo e tortura psicológica. Ela nos conta também que esses policiais e homens do GTAT já haviam, inclusive, agredido covardemente o padre capelão, quando lhe aplicavam socos e pontapés, tapas no rosto, chegando até a queimar partes do corpo do religioso com cigarro em brasa, quando ele tentou fugir. Dona Maria Olinda recorda que mesmo violentado, o capelão ainda se mostrou preocupado com ela e com as freiras, falando-lhes do risco de morte que se aproximava. Após isso, conta Dona Maria Olinda, ele empreendeu infrutífera fuga pelo mato. Nesta ação, os policiais sequer respeitaram a presença de mulheres e crianças, como podemos perceber no relato de nossa informante:

Logo que eles chegavam, já vinham pra pegar o padre, eles vinham e perguntavam: ‘cadê o padre?’, e nós: ‘o padre tá viajando, ele tava pra Conceição’, nós dizia mentindo né [...]. Era dia 15, era dia dos professores e fui pro colégio; eu estudava a noite, quando eu ia pro colégio, antes de prender nós, os professores mandavam a gente levantar: ‘levanta aí’, eu levantava; aí outro dizia: ‘olha, essa aí é filha do padre’, e eu sem saber de nada aguentando aquilo todo dia. Aí a Maria (Oneide) falou que ia viajar, aí falei pra ir que eu ficava com os meninos. Nesse dia que o padre chegou, era assim umas 3 horas quando ele chegou, aí ficou por lá; quando eu cheguei de lá, me deu vontade de ir embora... Quando eu cheguei já vi o carro do GETAT, com os (trecho inaudível) do padre (o Capelão), aí eu cheguei e passei direto, né, peguei uma laranja, descasquei e o padre me chamou: ‘Maria, vem cá [...]’. Aí o padre falou assim: ‘eu tô com pena de vocês, vocês todos vão apanhar e vão morrer, eu tô com pena de vocês’. Ele tava todo queimado de cigarro, apagavam cigarro nele, no padre Capelão. Aí foi só eu virar de costa que o padre saltou a cerca e escafedeu, acho que tinha alguém esperando ele, que a caminhonete tava lá esperando pra prender, mas não pegou ele. Aí depois disso, não passou nem meia hora, e a casa foi invadida; entraram pela janela, pela porta, e eu mais a irmã Heleninha tava lá atrás botando o Alex pra dormir, e eles foram lá: ‘chama, chama todo mundo aí!’, falou o policial, e esse aí (Junior) tava numa rede deitado, e ele (policial) perguntou: ‘quem é esse homem aí?’, aí eu falei: ‘não é homem não, é um menino, só que é grande desse jeito’. Aí virei pra ele na rede e disse: ‘deita Junior’, e ele ficou lá. Eles (os agentes) foi lá dentro e pegou a irmã Heleninha (trecho inaudível), aí todo mundo entrando e o tempo chegando, né. O nome melhor era rapariga, essas puta, essas rapariga, e nós dizia que não era não, eles tudo fedendo a pinga, a bebida; eles falaram que eu tinha batido no padre e eu dizia que eu mesma não tinha batido no padre³⁰ (Maria Olinda Cruz).

A partir dos relatos de nossas (os) entrevistadas (os), fica evidente que durante estas ações havia aplicação de excesso de força bruta, física e psicológica para com aquelas mulheres, demonstrando, assim, elementos que podemos caracterizar como misoginia.

²⁸ Freira da congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

²⁹ Freira da congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

³⁰ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

A agressão física a mulheres foi bastante comum nesses tipos de abordagens, onde muitas vezes prevalecia a amplitude dessas práticas sobre essa mulher que, ameaçada, amedrontada e, por vezes, até assassinada, era obrigada a fazer o que seus algozes mandavam. Assim, eram cometidos todos os tipos de atrocidades contra elas, chegando a informante relatar ocorrência de agressões como tapas, chutes, empurrões, assim como obscenidades de toda ordem dirigidas a mães, jovens, e até religiosas.

Tendo esses agentes da lei a vantagem da superioridade física e/ou bélica para se impor, tentavam evitar uma eventual reação, não importando se essas mulheres eram mais frágeis, ou religiosas; e quanto mais demonstrassem medo, maior seria aplicação dessas estratégias de violência e intimidação e, sabedores dessa disparidade, esses agentes públicos, usavam e abusavam destas práticas de agressões e humilhações. Relatou Dona Maria Olinda:

Eles foram botando as mulher dentro, as derradeira era eu e a irmã Helder, a irmã Heleninha foi na frente, né. Ele me deu um tapa assim, na porta da casa, que fui bater lá no jipe que tava de porta aberta, aí ele falou: ‘entra!’, e eu perguntei onde, né, ele falou: ‘entra, rapariga sem vergonha!’, e me deu outro tapa no pé do ouvido e outro na bunda, que na hora eu acertei o caminho de entrar. Nós saímos dali não era 11 horas, era umas 10 e pouco, nós fomos chegar na beira do rio era uma hora; aí chegou na beira do rio e eles mandou nos fazer fila, e veio o Barra Pesada - era um agente da PF, era um negão que todo mundo conhecia, usava duas pistola, uma dum lado e outra do outro - então eles pegaram primeiro as irmãs e colocaram lá dentro da igreja; elas mais o padre que, diz que, tava jogado lá morto; aí eles falaram pra mi: ‘você bateu no padre’, e eu dizia que não tinha batido nada no padre [...]. Dai me tiraram de lá, me levaram pra uma sala só dinheiro, nem sei quanto tinha de tanto dinheiro, e mandou eu sentar: ‘senta aí’, daí eu peguei e fiquei em pé e falei que não sentar, não, aí eles falaram assim: ‘tá vendo esse tanto de dinheiro? Ele é pra ti, ó, é tudo pra ti’. Daí peguei e falei: ‘não, não quero, não’. Tu acha que se eu pego aquele dinheiro eles iam fazer o que comigo? Iam me matar. Aí ele pegou pelo meu cabelo e depois pelo pescoço, chegou perto do meu ouvido e falou assim: ‘agora tu vai dizer onde ela tá’, ele falou assim: ‘tu vai conhecer a cachoeira de Santa Isabel’, aí pegou a arma e mostrou a bala assim (roleta russa), e aí na hora inventei a mentira, falei que tava pra Conceição, aí me deu um tapa e disse: ‘agora tu falou a verdade, vagabunda’³¹ (Maria Olinda Cruz).

Faz-se importante salientar que essa prática relatada acima não era percebida somente na região do Araguaia Paraense, mas acabava por ser percebida em toda a Amazônia, no Brasil e na América latina, como reflexo macro de uma sociedade machista e patriarcal que ainda insiste na permanência de modos de relações sociais e, especificamente, familiares com comportamento ultrapassado, colocando em risco as mulheres por meio de práticas de agressões físicas e verbais, espancamento, crimes sexuais e assassinato dentro e fora do seio familiar; lembrando que muitas dessas práticas perduram até os dias atuais.

³¹ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

Apesar dos avanços em pautas concernentes à defesa e valorização da mulher já naqueles anos iniciais de 1980, o que resultaria, inclusive, em rupturas com algumas dessas práticas, ainda havia, como ainda há muito que se debater e solucionar para que caminhássemos e caminheemos para uma relação mais pautada na equidade entre os gêneros, possibilitando, assim, mais igualdade de salário, respeito individual e coletivo, a não violência e a dignidade social às mulheres do Araguaia paraense, da Amazônia e da América Latina, como nas canções e vozes entoadas entre liturgias e assembleias das CEBs, embaladas pela Teologia da Libertação.

Esses eventos e tensões, aqui registrados com toda a sua complexidade e seus desdobramentos, vão desaguar no MLPA, que acabará por articular e mobilizar sujeitos, grupos sociais e políticos, instituições, imprensa nacional e internacional, assim como três nações: Brasil, França e o Estado do Vaticano, e entre gritos por liberdade e ao som das balas e batalhões da repressão, envolverá uma multidão tanto em Belém quanto no Araguaia paraense, e caminharão em defesa da liberdade daqueles posseiros e padres, no que se constituirá como o maior movimento social da Amazônia do século XX.

CAPÍTULO II

MLPA: PRÁTICA E SUBVERSÃO SOB O VERBO VIBRADO PELAS CORES E TIMBRES DOS SUJEITOS DO ARAGUAIA

2.1 A Conjuntura político-partidária daqueles anos iniciais da década de 1980 no Estado do Pará

O cenário político eleitoral dos anos no final de 1970 e início dos anos 1980 no Estado do Pará acaba por refletir o novo cenário nacional com advento do bipartidarismo. Grupos agremiações e aglomerados de lideranças políticas e comunitárias vão se reajustar na perspectiva de compor este novo cenário com a percepção de novos partidos surgidos a partir da Lei 6.777 de 20 dezembro de 1979.

No Estado do Pará especialmente vai se acirrar a disputa política entre dois grandes nomes do cenário local que cumpriram expressivos papéis durante os governos militares no Brasil entre 1964 e 1985. Coronel Alacid Nunes que governou o Estado do Pará entre os anos de 1966 a 1971 e 1979 a 1983 e Jarbas Passarinho que governou o estado do Pará entre 1964 a 1966, também cumpriu mandato de Senador da República entre os anos de 1967 a 1983 (dois mandatos consecutivos) e de 1987 a 1995. Ambos os governadores indicados pelo Governo Federal, estes ingressam no PDS como parte integrante da nova estratégia dos militares para o processo de transição democrática vigente no país, visto o PDS se apresentava como partido herdeiro do legado social e político do ARENA, que outrora concentrava o poder desde o ano de 1964, na Amazônia e no Brasil. Porém em virtude das próprias disputas internas o próprio coronel Alacid Nunes, meses depois de filiado ao PDS, acaba por ingressar no PMDB trazendo consigo 01 deputado federal e 05 deputados estaduais todos do PDS, assim como diversos prefeitos e vereadores no interior do Estado ampliando a força política do PMDB, que trazia consigo toda a herança da uma da “oposição consentida” ao regime militar e que em virtude disso havia ampliado significativamente a sua área de influência no Estado do Pará, inclusive como a nos aponta Petit (2003), e tem sua força representada não na burguesia, mas nos trabalhadores do campo e da cidade especialmente os do campo como na região do baixo Tocantins e do Marajó e do Nordeste Paraense.

Petit, aponta em sua obra *Chão de Promessas*, que um dos uma das estratégias da advento do pluripartidarismo é que o governo central do Brasil acreditava aqui com

surgimento de novos partidos iria inclusive certa forma desidratar o próprio MDB que tinha acumulado muita forças nos últimos anos porém, com o surgimento dos novos partidos acabaria por perder parlamentares como perdeu para o próprio PP (partido popular) e também para o PTB que havia se autorizado a sua legalização, porém com uma disputa interna entre Leonel Brizola, que havia sido governador do Rio Grande do Sul, pré-golpe militar de 1964 (1959-1962), e a sobrinha neta de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, que conquista na justiça o direito de comando do partido, o que leva Leonel Brizola a propor a criação do PDT - Partido Democrático Trabalhista, e também acaba atraindo lideranças de políticos de outrora, que haviam se abrigado no dossel do MDB por abrigar grande parte das forças progressistas e opositores do regime militar.

O ano de 1982 estabelece novos paralelos no mosaico político partidário que estava tomando conta do Brasil e da Amazônia durante o processo de abertura política. É nesse contexto que o país e a América Latina se encontram em uma realidade de muita dificuldade com altas taxas de desemprego, elevados níveis de inflação, contundentes taxas de violência e outros indicadores que apontam Índices de Desenvolvimento Humano - IDH em níveis bastante preocupantes. Contexto esse resultante de dificuldades encontradas nas principais economias do chamado primeiro mundo, e em especial dos Estados Unidos da América, que governador por Honald impõe severas políticas de juros altos e que levam uma superinflação dos países da periferia da economia mundial, causando a chamada década perdida (PETIT, 2003).

Aquele ano de 1982 vai apresentar à população Brasileira já em seu “refazer democrático” a possibilidade real de votar para governadores e prefeitos de diversas cidades, com exceção daqueles municípios enquadrados na lei de segurança nacional ou mesmo na capital, os quais iriam aguardar alguns anos para as eleições diretas. Essa possibilidade de exercício democrático acabava por inspirar os brasileiros e amazônidas das mais diversas localidades, já que estava para acontecer aquele aguardado momento que se encontrava suspenso desde o ano de 1964, quando se deu o golpe civil militar do Brasil.

No Estado do Pará o alvorecer desse novo tempo torna evidente o “frenesi cidadão” dos mais diversos cantos do Estado, quando políticos, lideranças comunitárias, lideranças sindicais, intelectuais, artistas, e demais ativistas sociais passam a se mobilizar em favor de uma ou outra candidatura até porque para além de governadores e prefeitos, também serão eleitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, contribuindo assim, num continuo redesenhar da geografia político partidária do Estado do Pará (PETIT, 2003).

Partidos consagrados como o PDS – antigo ARENA, PMDB - antigo MDB assim como PT, PDT e PTB se apresentam para a sociedade paraense como alternativas para ocupar esses cargos políticos e desenvolver uma gestão pública com seriedade, competência e honestidade.

O PDS, partido alinhado ao Presidente João Batista Figueiredo, apresenta o nome do empresário Osiel Carneiro como candidato a governador do Estado, e o Senador Jarbas Passarinho como o candidato a reeleição ao Senado Federal, enquanto o PMDB trás o nome do jovem Deputado Federal Jáder Fontenelle Barbalho para Governador do Estado do Pará, e Hélio da Mota Gueiros candidato ao Senado, ambos apoiados pelo então Governador Coronel Alacid Nunes, recém migrado do PDS para o PMDB. Faz-se importante o registro de que mesmo os chamados partidos de esquerda tendo candidatos ao Governo do Estado do Pará, muitos dos setores progressistas ligados a esses partidos acabam optando por declarar apoio ao Jáder Barbalho, principalmente em virtude de ter se colocado na oposição aos governos militares durante o exercício de seus mandatos como Deputado, como aponta Petit (2003).

Jáder Barbalho teve apoio, além do Governado Alacid Nunes e dos setores que com ele tem abandonado o PDS, de parte dos empresários e comerciantes, classes médias e a grande maioria dos setores progressistas e/ou de esquerda no Pará, inclusive de boa parte das organizações e tendências internas do PT, apesar do partido ter lançado candidato próprio. Apesar de âmbito Nacional o PDST ter conquistado a maioria das cadeiras da câmara e do Senado Federal, assim como a maioria dos Governadores, no Estado do Pará o PMDB consegue eleger um quantitativo expressivo de Deputados para a Assembleia Legislativa do Estado, assim como também na eleição majoritária elegendo para o Senado Hélio da Mota Gueiros, evitando assim a reeleição de Jarbas Passarinho, e tendo como sua principal vitória a condução de Jáder Fontenelle Barbalho para o chefe do executivo Estadual do Palácio Lauro Sodré em mandato de 1983 até 1986 (PETIT, 2003).

Destarte compreendemos assim que esses processos políticos e eleitorais do início dos anos de 1980 cumpriram um papel fundamental no processo de transição para redemocratização na Amazônia e no País, onde inclusive o PMDB venceu nas urnas e também, simbolicamente, aqueles partidos e políticos que historicamente representavam a Ditadura Militar, instaurando no Estado do Pará uma nova forma de governar, que primava pelo diálogo tanto com as elites, com a classe média, mas também com as camadas mais populares e lideranças comunitárias, tanto que deixaram marcar indelével na política paraense. Não atoa o Ex-Governador Jáder Barbalho hoje se encontra no exercício do seu terceiro mandato de Senador (1995- 2011, 2011- 2019, 2019-2027), além de também ter

exercido um novo mandato de governador entre os anos de 1991-1998, e a Ex-primeira dama, Elcione Barbalho, encontra-se em seu sétimo mandato de Deputada Federal (1995 – 1999, 1999-2003, 2007 – 2011, 2011-2015, 2015-2019, 2019- 2023, 2023-2027), e Hélder Barbalho, filho do então casal Jáder e Elcione, depois de exercer um mandato de Vereador de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, Deputado Estadual (2003-2004,) e depois Prefeito de Ananindeua em dois mandatos (2004-2008;2009-2012), assumiu o Governo do Estado do Pará entre os anos de 2019-2022), permanecendo no cargo até os dias atuais quando se reelegeu no ano de 2022 de forma expressiva com 2.515.953, cargos estes todos pelo PMDB-PA (PETIT, 2003).

Contar a história no tempo presente da Amazônia passa por garantir o devido valor ao protagonismo do espírito humano de mulheres e homes que, por gerações ocupam essas terras, onde plantam e constroem os seus sonhos na condução de uma vida mais justa e mais digna para seus familiares e para a sua comunidade, onde possa caminhar fraternalmente na condução do chamado bem-viver. Porém, essa “terra prometida” atraiu e atrai o interesse dos mais diversos grupos econômicos e políticos, dentre eles, os detentores de grandes poderes, com os quais não abrem mão e os utilizam de várias formas para reprimir, explorar, desarticular e combater os mais vulneráveis, as comunidades tradicionais, os agricultores familiares, de posseiros e todo aquele que ouse interferir ou questionar a realidade existente na conjuntura local. Especialmente tratando do MLPA, centenas e até milhares de mulheres e homens, principalmente jovens, se organizaram junto à Igreja Católica e constituíram novos mecanismos de resistências pautados no humanismo e amor ao próximo ensinado pelo Cristianismo primitivista. Nesse sentido, esses sujeitos históricos, subalternos, caminharam, marcharam, rezaram, jejuaram, cantaram e enfrentaram a ditadura militar no Brasil e na Amazônia em nome de um sonho, em nome de um objetivo, que era a libertação dos presos do Araguaia e que, e para, além disso, representava a libertação dos oprimidos, a libertação contra a ditadura militar no Brasil e a libertação dos sonhos dos aprisionados pelo capitalismo feroz, desigual e injusto. E nesse sentido, a força e a valorização desses sujeitos que unidos em prol de uma meta ousaram e viabilizaram a luta e a resistência nessa parte do Território Nacional.

2.2 O Fazer Humano na Luta e na Resistência

Este item que início se propõe a discutir e descrever o Movimento pela libertação dos presos do Araguaia – MLPA, a partir de relatos de sujeitos históricos que vivenciaram tanto

os bastidores como as múltiplas práticas desenvolvidas pelo movimento seja na cidade de São Geraldo do Araguaia, como em Belém do Pará, observando a sua práxis e o desenvolvimento das diversas estratégias e táticas de mobilização, articulação e resistência de familiares, amigos, militantes e simpatizantes da causa pela libertação dos padres e posseiros do Araguaia.

Para a construção desta preposição priorizaremos o método da história oral, nesse sentido dialogando com autores como Marieta Ferreira e Lucília Delgado (2014), que nos ajudarão a compreender a importância da utilização deste método, os quais dialogados com outras fontes históricas como fotografias coletadas dos nossos próprios relatores, assim como também de documentos encontrados em diversos arquivos de cidades como Belém/PA, Rio de Janeiro, Xinguara no Pará e São Geraldo do Araguaia no Pará, além da análise de elementos e objetos de caráter artístico e litúrgico tanto em Belém como em São Geraldo do Araguaia.

Esta proposição multifacetada se lança na experiência de um fazer histórico pautado numa maior humanização da prática da escuta, garantindo aos sujeitos subalternos (SPIVAK, 2010) o protagonismo e lugar³² necessários à compreensão do olhar mais aprofundado e sensível daqueles e para aqueles indivíduos que diretamente estiveram envolvidos nos diversos eventos referentes ao MLPA, que eclodiu naqueles espaços onde se travaram os principais duelos tanto de retórica e de ação.

O que ousou chamar de história sinestésica nasce da vontade de compreender a memória que reproduz a história no seu mais inquietante sentir, problematizando essa memória enquanto reflexo do fazer social e militante praticado por homens e mulheres de Belém do Pará e de São Geraldo do Araguaia refletindo a luz de suas produções humanas daquele recorte temporal, daí a necessidade de uma experimentação de uma reflexão mais humanizada, e que a partir dessa movimentação dialogal da memória física e abstrata com o contínuo exercício do refazer dessa própria memória, busquemos caminhos que desaguem numa compreensão hodierna como produto desse exercício teórico e metodológico desse recontar do MLPA nas suas diversas faces, mesmo que priorizando o olhar daqueles que sofreram a repressão, o que não necessariamente reflete uma escolha ideológica mais sim a realidade das dificuldades de se fazer pesquisa de campo e do uso da história oral.

³² Utilizo a categoria de lugar na perspectiva de Yi-Fu (2013, p. 12) que “afirma que lugares são centros aos quais atribuímos valor, portanto diferente espaço, que é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Quando esbarramos com muitos sujeitos históricos que atuaram no campo alinhado ideologicamente e institucionalmente a ditadura militar no Brasil, o que tenho a impressão que talvez por lealdade ao que julga ser patriotismo ou talvez até a realização de práticas violentas e desumanas os levem a ter vergonha ou pelo menos se negar a assumir tais práticas. Realidade essa que torna muito difícil a coleta de relatos dos “sujeitos da opressão”, o que de alguma forma acaba por possibilitar certo vácuo nas informações, porém se houver o tratamento adequado e isento dos relatos obtidos, não necessariamente comprometerá o resultado da produção historiográfica.

No decorrer da construção da tese algumas vezes consegui contatos indiretos com agentes, ou supostos agentes da repressão nas duas principais cidades onde ocorreram o evento. Essas pessoas de alguma forma ou entraram em contato com intermediadores para conversar comigo ou eu mesmo tentava encontrar esses sujeitos com ou sem ajuda de intermediadores, porém das vezes que foram marcadas entrevistas, três delas em Belém, duas em São Geraldo do Araguaia e uma em Xinguara, esses supostos agentes da repressão, ou desistiram ou no momento que começou a entrevista declinaram e desconversaram sobre o assunto, assim inviabilizando o relato não necessariamente como um todo, já que essa negativa desses indivíduos torna evidente o fato de que “aquelas histórias” incomodam muito, uma espécie de recalque³³ e provavelmente não são fardos agradáveis de carregar, mesmo que por amor a pátria.

Outro dado que acredito importante deixar registrado, é o advento da trágica pandemia da COVID-19 que para além das mais de seiscentas mil mortes no Brasil entre os anos de 2020 e 2021, teve impacto extremamente danoso na produção da historiografia nacional e não poderia deixar de ser diferente também na tessitura desta tese que agora apresento, visto que a COVID-19 inviabilizou muitas das entrevistas que eu havia agendado, ou ainda agendaria para realizar com diversos sujeitos históricos, como é o caso do Professor e Advogado Egídio Sales Filho que atuou na defesa do Presos do Araguaia, e que logo após ter agendado uma entrevista comigo, foi a óbito vítima de infarto fulminante ainda no início da COVID-19. Outros atores históricos, devido ao isolamento passaram a desmarcar entrevistas inclusive se recusaram a fazer relatos mesmo que por meios eletrônicos, situação delicada essa provavelmente causada por um sentimento de medo que assolou parte significativa da população Brasileira e mundial.

³³ Na psicanálise, para Ricoeur, as âncoras são os conceitos de “recalque” e “luto” freudianos, por meio dos quais o historiador opera como um analista, um mediador entre o “não-dito” e aquilo que permite dizer-se. Paul Ricoeur (2004)

Permiti-me fazer este preâmbulo da realidade social de vida e de saúde dos diversos atores envolvidos na construção desta tese, sejam eles o próprio pesquisador e os diversos relatores, e faço isso porque acho importante a compreensão da complexidade da existência daquele e deste momento, já que me proponho a refletir essa história do MLPA a luz do espírito humano refletido nas suas mais diversas reverberações e linguagens sociais, seja na fala no olhar, no cantar, no pintar, no dançar, no fazer e no gritar, e compreender quando tudo isso e outros aspectos mais, claro que a partir do tratamento teórico e metodológico, passam a gerar um produto da historiografia, que reflete a essência do fazer histórico e científico. Desta feita, parto dos pressupostos de Edward Palmer Thompson (1987), no que tange ao engajamento, tal atitude pressupõe um historiador preocupado com a realidade social, com posicionamento político que é coerente com sua atividade profissional enquanto prática social.

2.3 Ser Cristão naquele novo lugar, O Êxodo, e a Missão às Margens do Araguaia

Com a prisão dos dois padres franceses e dos treze posseiros e suas transferências para a cidade de Belém o clima em São Geraldo do Araguaia e adjacências permaneceu e até se tornou ainda mais tenso, pois a região se encontrava sob forte vigilância das diversas forças de segurança pública tanto da esfera estadual como federal, o sentimento por parte dos moradores em especial daqueles mais pobres do lugar era de medo já que a sensação era de constante vigilância e intimidação, cada estrada caminho de mata, braço de rio, casa ou roça a qualquer instante poderia ser visitada e violada pelas forças repressoras que temiam qualquer foco de resistência e de insurgência dos amigos daqueles “padres comunistas”, naquele cenário todo e qualquer morador que tivesse contato com os padres franceses ou com os posseiros passaram a se tornar um potencial subversivo, que traria consigo os traços da experiência revolucionária seja de Cuba ou de um “novo Araguaia”.

Aquela região do Araguaia Paraense que desde o conflito da guerrilha do Araguaia já se enquadra como área de segurança nacional, passa nesse instante a atrair os mais diversos olhos do Brasil seja das forças de segurança nacional, seja das forças políticas, das forças mais progressistas do Estado brasileiro, da grande imprensa nacional, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ou mesmo do público em geral. O Brasil queria saber como naquele remoto pedaço do estado do Pará, o Estado brasileiro representado ali por suas forças de segurança, caçou e prendeu dois “representantes de Deus” e que por mais que sejam

estrangeiros, com um novo e tanto quanto detentores de perigosas ideias são padres, isso sendo o Brasil um país predominantemente católico naquele contexto histórico.

Nas ruas e até mesmo dentro das casas de São Geraldo Araguaia e região havia um crescente sentimento para além do medo, que se fortalecia como a incerteza em quem se pode confiar já que àquela altura todos se sentiam vigiados e passíveis de serem delatados ou se tornarem delatores. A cada esquina, comércio ou bar não se sabia ao certo quem podia ser o novo morador ou agente das forças opressoras, disfarçados e até por isso todo e qualquer gesto ou conversa tinha que tomar muito cuidado já que não se sabia a origem daquela pessoa no qual se falava ou observava ou era observado por ele então a situação na região que já não era fácil na região passa a tomar proporções insustentáveis em especial para a população mais pobre, e/ou para todo e qualquer forasteiro personagem muito comum naquela região de grande atração populacional das mais diversas regiões do país. E todo aquele contexto de disputa desigual geradora de contínua e consistente violência, tornava aquele espaço um lugar de continua reconfiguração e preocupante situação de tensão.

Era um capitalismo bravo que entrava aqui na Amazônia, um latifundiário dizia vou limpar essa área e saiam limpando tudo a bala. A lei quem fazia eram eles e quando não davam conta de fazer eles compravam o judiciário, a polícia, pistoleiros, olheiros e caguetas, e por conta do dinheiro e da violência acabavam tomando o controle de quase tudo, e conseqüentemente se tornaram donos dessas terras tornando o dia a dia muito difícil de se viver naquele lugar, lugar aquele onde o capital oligárquico se apropriou das terras públicas, e isso aconteceu no Brasil inteiro especialmente na Amazônia mas aqui na nossa região toda tem muito sangue, muita violência, muito suborno, falsificação, etc³⁴ (Inocência Gasparin).

Raimundo Lima, que traz consigo e em toda a sua família as chagas da violência da pistolagem, também nos fala sobre essa situação:

Uma coisa interessante depois da prisão dos padres, é que toda e qualquer reunião que fazia era da igreja, por que não tinha movimento sindical e nem nada, então todos as organizações era a igreja que fazia, então com a constante migração de nordestinos e tal, as reuniões a gente percebia quem era e quem não era lavrador, quem era e quem não era da roça, a gente percebia por causa do biótipo, da forma como andavam, como se vestiam, as bolsas que usavam a cor da pele, as unha bem feita e tal e era estranho ao lugar, então mesmo com o fluxo migratório muito grande e as reuniões constantemente a gente identificava que geralmente era infiltrado ou da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, ou da Polícia Civil, e nas reuniões a gente identificava e tinha uma bolsa com gravador, era engraçado que a gente pegava papel e ficava perto da pessoa esfregando pra atralhar (risadas), aqui em São Geraldo, não tinha nada, banco, telefone, nada e eu sempre acompanhava as mulheres que iam em (nome da cidade não é audível) pra fazer essas coisas, e todas vezes, não teve uma que o carro não tivesse sido sabotado, colocavam açúcar, colocavam sal no tanque, tinha que provar, do meio do rio nos vimos um cara

³⁴ Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, na Cidade de Belém do Pará, mediante documento de livre consentimento esclarecido.

mexendo no carro que nos deixamos pra pegar a voadeira, ai chegamos lá ,a beira do rio, chamamos o cara (mecânico), ele tirou abriu o tanque, e tava só açúcar³⁵ (Raimundo Lima).

D. Oneide também relata a condição de terror que sua família passava constantemente, em especial devido a sua relação de amizade e lealdade com os padres franceses que se encontravam presos em Belém. E não somente convivía com a questão do conflito do cajueiro, como também o trauma³⁶ do assassinato do seu marido, o líder sindical gringo em 1980:

Lavrador vinha dormir aqui em casa pra fazer segurança pro meus meninos, o Valmir, o Quito, o Zé Maria cansaram de dormir aqui pra fazer segurança{...} Geovani Queiroz tava na lista de consórcio pra matar o Gringo, eu tenho nojo da cara dele, ele veio falar comigo, estendeu a mão mas não peguei nem na mão dele. Aqui era mais assim mesmo, a oligarquia de Marabá tinha pouca influência aqui (D. Oneide).³⁷

O nosso relator Inocêncio Gasparini, a partir de sua experiência monástica de mais de 15 anos, após ter deixado o seminário já se encontrava em relação matrimonial com a senhora Ivana Gasparini que também havia sido freira, já na cidade de Brasília recebe a tarefa de realizar visitas semanais ao presídio da papuda, onde se encontravam custodiados Padre Aristides e Padre Francisco e que a partir desses encontros se constrói uma relação de amizade, admiração e confiança entre os padres e nosso relator, assim como, com sua esposa Ivana.

Por conta do acirramento das tensões sociopolíticas em São Geraldo do Araguaia, por diversas vezes foram enviados religiosos ou novos agentes pastorais para assumir a tarefa de organizar e executar as atividades litúrgicas e administrativas da paróquia de São Geraldo. Muitos foram aqueles que chegaram e acabaram passando pouco tempo em virtude de toda essa diversidade, padres das diversas paróquias do Pará se revezavam para cumprir essas agendas clericais, assim como agentes pastorais também chegavam e, logo em seguida pediam para sair com medo, em um movimento contínuo de impossibilidade de lidar com aquela difícil realidade, é nessa conjuntura que Inocêncio e Ivana Gasparini são convidados a se mudarem para São Geraldo do Araguaia e assumir a árdua tarefa de comandar as mais diversas ações da Igreja de São Geraldo.

³⁵ Entrevista concedida em setembro de 2018, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

³⁶ O conceito aqui está alinhado com as assertivas de Paul Ricoeur (2004) em que trauma encontra-se interligado com a memória sua seletividade e logo com o esquecimento, desse evento dolorido.

³⁷ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Eu lembro muito bem que a nossa ida lá pra região já foi meio complexa porque tinham algumas pessoas que nos amedrontavam com alguns comentários como a jornalista da Folha de São Paulo Meneia Moreira que entrou conosco e nos disse: “olha, se vocês estão indo pra lá se lembrem que de lá só se sai preso ou morto”, porém mesmo assim assumimos tal tarefa por compreender o papel revolucionário que a prisão dos padres franceses e dos posseiros, assim como, do próprio MLPA em si cumpria na resistência e na luta pela terras daqueles que ousaram enfrentar o grande capital. Eu cheguei lá em 18 de Abril de 1983, eles estavam presos lá desde 1981. Lá em São Geraldo entre as grandes referências existia a dona Oneide, viúva do gringo que fora assassinada a mando do latifúndio, assim como o Bispo de Conceição do Araguaia que sempre estava lá dando apoio aos agentes de Pastoral. Outra figura marcante e sempre atuante era o Ricardo Rezende coordenador da CPT Araguaia/Tocantins, eu e a Ivana então viramos empregados da CPT e viramos meio que responsáveis pela paróquia realizando uma agenda meio pastoral e de ajuda aos posseiros³⁸ (Inocência Gasparin).

O Casal Inocência e Ivana Gasparini já estava se organizando para morar no estado de Goiás no entorno de Brasília quando segundo Inocência chegaram à casa dele alguns bispos ligados fortemente a teologia da libertação³⁹ entre eles: D. Pedro Casaldáliga, D. Moacir Gleik e D. Jorge que tinha trabalhado com ele lá em Itacoatiara no Amazonas, esses bispos comunicaram ao casal que os mesmos deveriam se mudar para São Geraldo do Araguaia no Pará, pois a igreja e o povo daquele lugar estavam precisando muito da ajuda deles, e que por mais que fosse de conhecimento de muitos a dificuldades que seria trabalhar e viver lá eles teriam todo o apoio da igreja, poderiam contar com sua estrutura e com as orações daqueles religiosos.

Resolvida essa questão, o casal toma condução até Conceição do Araguaia, no Pará, e de lá segue até Araguaína, onde se encontram com diversas lideranças para um grande ato que deveria acontecer naqueles dias e esse trajeto para São Geraldo era feito por fora, inclusive passando por cidades do norte de Goiás devido ser inviável a trafegabilidade por dentro do sul do Pará, dadas as condições das estradas, tanto na qualidade da rodagem como na distância, quando, por exemplo, só de Xinguara até São João do Araguaia seriam mais de 400 km de chão batido e dependendo das condições do tempo, em geral de chuva, e ainda tinha que passar por dentro de umas fazendas correndo risco de ser abordado por pistoleiros ou qualquer infortúnio do gênero.

Já no ato da cidade após a chegada em São Geraldo do Araguaia depois de passar por Xambioá e atravessar Araguaína em direção a São Geraldo do Araguaia, estavam presentes

³⁸ Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

³⁹ Para entender melhor esse movimento na Amazônia ler os trabalhos Karl Heinz Arenz & George Alexandre Barbosa Vasconcelos (2014); Airton dos Reis Pereira (2008); Fábio Pessoa (2013); Pere Petit (1996); Elias Sacramento (2009); Jaci Vieira (2014) e (2019); Célia Santiago (2015); e Paulo Gomes (2014). Adriane dos Prazeres Silva (2021)

milhares de pessoas, dentre elas parte da primeira bancada federal do Partido dos Trabalhadores, Deputada Beth Mendes (PMDB e depois PT/SP), Deputado Airton Soares (PMDB e depois PT/SP) e o Deputado José Genuíno (PT-SP) que cerca de dez anos atrás lá em torno de 1993 havia saído daquela região preso depois de ter sido torturado pelos militares que combateram a guerrilha do Araguaia, por isso o deputado José Genuíno muito se emocionou como relata Inocêncio:

Dez anos depois ele voltava para lá deputado federal de São Paulo ele tava indo conhecer quando foi chegando perto daquelas montanhas começou a enxergar o Araguaia, Xambioá e São Geraldo, ele foi para aquela escadinha ficou lá numa emoção chorando muito, emocionado⁴⁰ (Inocêncio Gasparini).

Após o ato foi servido um assado para cerca de mil e quinhentas pessoas, o que contou com a presença também do Deputado federal Ademir Andrade do Pará, de Mário Juruna e Paulo Fonteles, depois do almoço todos desceram para a beira do rio Araguaia para banhar-se. Esses atos fortaleciam os laços de fraternidade e esperança ente os militantes do MLPA em Belém e São Geraldo, como observamos no relato de Ferreira Lima Jr:

Tanto que teve um ato bem aqui onde hoje é o Raimundo Ferreira Lima (Colégio) que deu mais de dez mil pessoas, ó os deputado que vieram na época, Juruna, Deputado Federal, Genoino Neto, Bete Mendes, Irma Passoni, Paulo Fonteles, Antônio Vilela, veio a mulher do Santos Dias, veio Gerson Peres.⁴¹ (Ferreira Lima Jr.)

Assumir as ações da igreja em São Geraldo do Araguaia não poderia ser tarefa para qualquer um visto as dificuldades, riscos ali apresentados como todo o controle e vigilância exercidos pelas forças de segurança ou mesmo de uma certa vigilância dos moradores da cidade e da área mais urbana que ostentavam uma certa desconfiança com novos “paulistas” que desde o longínquo conflito do Araguaia, a sua presença faz remeter aos traumáticos episódios da guerrilha do Araguaia logo a aproximação e a sedução para aquela população não se dava de forma tão prática e eficiente como se esperavam. Mesmo diante dessa realidade, Inocêncio e sua esposa Ivana acabam por consolidar ali as presenças e estabelecer laços de fraternidade e confiança por parte daquela população e isso muito como fruto da sólida formação teológica de Inocêncio e Ivana assim como de inegável compromisso social e político inspirados pela teologia da libertação, conseguindo o casal circular com certa

⁴⁰ Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁴¹ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2023, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

eficiência nos meios sociais daquela população católica local dada a sua capacidade de estabelecer novos laços de amizade e de sua postura gentil. Como relata Sergio Galiza:

O Inocêncio e a Ivana foram as pessoas certas para assumir aquela tarefa revolucionária. O Inocêncio tem aquele jeito duro e amável ao mesmo tempo, e uma grande capacidade intelectual política de mobilização de organização/reorganização das coisas, ele tinha a capacidade de observar atento, compreender os movimentos e as necessidades e assim agir de forma proativa evitando novos problemas e de certa forma contemplando as mais diversas demandas e coletivos do entorno da pauta e assim o fez em São Geraldo do Araguaia. A Ivana que Deus a tenha, era a figura de uma alma muito elevada litúrgica com discernimento político, ela sempre conduziu todas as suas tarefas de forma muito respeitosa e responsável em especial com as CEBS e demais movimentos sociais, cumpriu um papel fundamental na organização do partido dos trabalhadores e de tantas tarefas.⁴² (Sergio Galiza)

De fato, ser responsável pela organização da paróquia de São Geraldo requeria forte engajamento e capacidade de ressignificação das coisas já que para além das atividades pastorais padrão como missas, novenas, catequeses, desobriga, círculos bíblicos, vistas aos doentes tanto na área urbana como rural de São Geraldo. As lideranças também se responsabilizavam por outros papéis como auxiliar os posseiros da região em especial as famílias daqueles que foram presos no conflito do Cajueiro, em sua totalidade homens inclusive chefes de família, deixando em grande vulnerabilidade socioeconômica suas esposas e filhos a priori desassistidos do braço masculino, do labor e com grande sentimento de insegurança, visto que essas famílias continuam sendo monitoradas e violentas física e simbolicamente pelas forças militares.

Diante dessa realidade depois de diversas tentativas ainda insuficientes Inocêncio e Ivana Gasparini e toda a equipe de pastoral elaboram uma estratégia de denúncia e mobilização de caráter nacional a fim de garantir recursos para a subsistência das famílias dos posseiros presos além de viabilizar outras atividades como confecção panfletos, camisas e faixas, passagens, alimentação, telefone, suporte jurídico e todo e qualquer atividade do MLPA na região, assim como de Belém. Assim, foi construída uma grande rede de solidariedade “aos presos do Araguaia” quando eram enviadas correspondências para as mais diversas dioceses e paróquias do Brasil, correspondências essas contendo informe do movimento que esclareciam a realidade da situação e solicitavam apoio financeiro para a causa.

⁴² Entrevista concedida em 13 de março de 2022, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

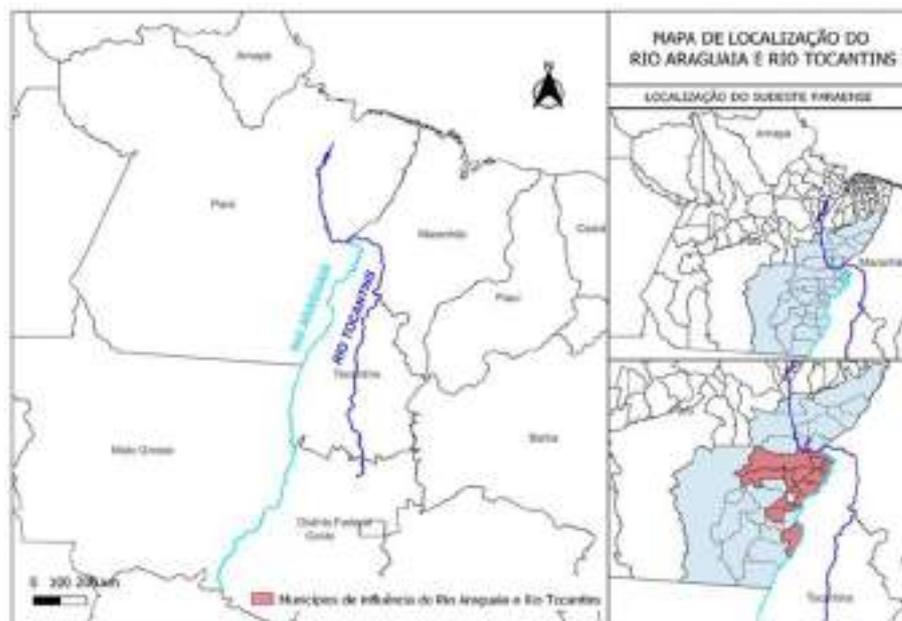
A partir dessa iniciativa de muitos cantos do Brasil chegavam respostas para as correspondências enviadas para a paróquia de São Geraldo, nestas continham tanto apoio espiritual, moral, como apoio financeiro alguns desses expressivos, o que viria a garantir até certo conforto e a estrutura necessária para a condução da agenda urbana, social e política da igreja de São Geraldo, esta rica rede de solidariedade cumpre múltiplo papel promovendo o esclarecimento da real situação daquele lugar da prisão do padre e dos posseiros, o que por muitas vezes era costumeiramente deturpado pela imprensa nacional e local, funcionando também de um amplo dossel na tentativa de evitar que novos sujeitos do campo assim como religiosos e leigos fossem vitimados pela violência física e simbólica seja da polícia, do GETAT, da justiça dos latifundiários e de seus pistoleiros dos políticos conservadores locais e de todos que estavam atrelados aos grandes latifúndios. Como relata Inocêncio Gasparini:

As famílias tinham muita dificuldade, a maioria dos posseiros era corajoso porque viviam em uma área de vida muito difícil, aceitaram o desafio de largar o pouco que tinham para se meter num lugar desconhecido, então eles não chegavam com dinheiro chegavam com uma mudança pequenininha, se metiam no mato fazendo um barraco de palha, cercavam bem por medo de onça e de bicho, faziam uma roça, viviam de caça jabuti, tatu, de pesca e frutos do mato, etc, aos poucos eles iam se estruturando numa casa de pau a pique, ou perto de uma grotta, do igarapé, faziam um poço no lugar que não fosse muito profundo. Culturalmente quem pegava “pesadão” era o homem que derrubava a mata virgem. Vou relatar dois movimentos interessantes, um que eu conversei com o bispo e disse D. José acho que nós temos condição de pedir o apoio da igreja Mundial nesse São Geraldo para aumentar a pressão para libertação dos padres, aí tinha aquela discussão, mas a pena mínima é de 8 anos, eu mesmo elaborei uma carta e mandei para todas as dioceses dando o número de uma conta para ajudar os posseiros, foi daí, que não faltou mais nada porque chegou tanto dinheiro nessa conta que a diocese parou de mandar dinheiro porque não precisava mais, e já tinha iniciado a construção de uma igreja matriz em São Geraldo que era chamada de igreja da libertação⁴³ (Inocêncio Gasparini).

A partir daquele instante os padres e posseiros do Araguaia, assim como a igreja do Araguaia do Pará, cada vez mais recebiam a solidariedade cristã e humana, necessária para luta e resistência no cotidiano dos sertões da Amazônia e em especial no Araguaia Paraense que é uma porção específica geográfica do Estado do Pará, porém sua realidade não difere das diversas realidades da chamada Amazônia profunda.

⁴³ Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Mapa 3: Localização do Rio Araguaia e Rio Tocantins – localização do Sudeste Paraense – Municípios de influência do Rio Araguaia e Rio Tocantins.



Fonte: Larissa Mourão Pantoja, mestra em Gestão de recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, PPGEDAM/UFPa.

A região do Araguaia recebeu atenção especial do governo Federal inclusive por questões que iam para além do chamado agronegócio e das “feridas abertas” da guerrilha do Araguaia (Ribeiro, 2014), havia um interesse bem específico no controle social e territorial da região em virtude do interesse geológico e econômico da então Companhia Vale do Rio Doce, àquela altura já era considerada uma gigante estatal que já extraía minério de ferro da região da serra dos Carajás localizada naquele entorno.

O Aristides era uma pessoa muito abnegada, muito simples que tinha uma visão política de ajudar os menos favorecidos muito aguda (...) ele não tinha dúvida, ele tinha uma concepção meio anarquista ele ia no foco ajudar o povo, ele tinha uma relação com os posseiros da época, era muita gente e esse trabalho dele acompanhava conflitos muitos fortes de encontros de interesses de pistoleiros contra os posseiros os fazendeiros tinha feito isso em todo Brasil e era lá o ponto visceral de apropriação de terras públicas e todos aqueles fazendeiros eram bem experimentados e era tudo na base da pistolagem. Comprava-se o poder judiciário, polícia e pistoleiros e como o poder judiciário central ficava longe em Belém e com aquela documentação dos castanhais meio confusas, com o apoio da polícia e da pistolagem eles iam ocupando expulsando os pistoleiros inclusive gerava todo tipo de conflito inclusive armado. Importante salientar que esses conflitos já vinham acontecendo antes e vários posseiros já haviam sido assassinados e naquele mesmo momento tem se a polícia Federal e até a Polícia Militar na época também “cuidando” da questão fundiária para a Companhia Vale do Rio Doce⁴⁴ (Inocêncio Gasparini).

⁴⁴ Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, em Belém /PA, mediante termo de consentimento Livre e esclarecido.

Essa postura de abnegação do Pe. Aristides, também fica evidente no relato de Paulo Roberto Ferreira, que por sua posição de destaque na imprensa local, assim como militante de vanguarda no movimento sindical, teve a oportunidade de conviver por diversas ocasiões como dessa experiência que nos relata agora:

Olha Marcos eu conheci o Aristides e o Francisco antes da prisão. Eu me lembro uma vez que nós íamos passando em frente ao cinema Olympia e o Aristides queria entrar para assistir o filme, só que ele foi barrado porque ele estava de sandália o que não era um traje adequado para entrar no cinema e ele olhou pra mim e disse não me deixaram entrar porque estou sem sapato e então eu olhei para ele e disse nos calçamos o mesmo pé e eu dei meu sapato para ele e ele me deu suas sandálias e ele entrou no cinema eu fui para a casa dele usando as sandálias (Paulo Roberto Ferreira).⁴⁵

Os fazendeiros com suas práticas habituais em todo o Brasil ditavam padrões de seu interesse e, era ali no Araguaia Paraense o ponto visceral de apropriação das terras públicas e todos aqueles fazendeiros muito experimentados e estruturados, habituados a resolver tudo na base da pistolagem e da compra da polícia e do poder judiciário como relata Inocêncio Gasparini em especial com a centralização do poder judiciário em Belém e a situação precária da documentação dos castanhais tudo confuso e incerto, o que facilitava os fazendeiros a ocupação e a expulsão daquele palco de vários conflitos que antecederam a tensão do Cajueiro inclusive com o assassinato de vários posseiros (FIGUEIRA, 1982), no cenário onde a polícia Federal, o Exército e também a polícia Militar a época atuavam indiscriminadamente nos interesses fundiários da Companhia Vale do Rio Doce.

Inocêncio também relata que eles sempre eram acompanhados de perto pela Polícia Federal em todos os momentos o relator nos fala também que Ivana sua esposa à época tinha uma relação mais estreita com as lideranças do MLPA de Belém e que algumas vezes receberam algumas visitas, e que também diversas vezes seguindo orientação da própria Diocese de Conceição do Araguaia, precisaram ir a Belém para participar de reunião com o comando central do MLPA para assim afinar estratégias de luta e resistência do movimento.

E não somente o casal Gasparin, se sentia na condição de vigiados pelo poder policial, já que muitos daqueles que tinham relação direta ou indireta com o Conflito do Cajueiro, também se sentiam “acompanhados de perto”, sempre e a qualquer instante, como observamos no relato de D. Oneide: “Quando a gente ia pra Conceição, entrava na balsa era muita foto que tiravam (risadas)”.

⁴⁵ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Essas reuniões do comitê central por ter um caráter estratégico de tomada de importantes decisões não eram abertas ao grande público para assim de alguma forma se defender do regime militar, mas ali se encontravam as principais lideranças do movimento. Essas reuniões além de pensar as próximas ações do movimento visavam potencializar o caráter nacional e internacional do movimento outra pauta para além do estreitamento das ações do Comitê MLPA Belém, MLPA São Geraldo, era o debate na busca de soluções também para tender as famílias dos posseiros lá em São Geraldo do Araguaia. Como relata Inocêncio:

A gente conseguiu assistência básica para as famílias deles, as esposas e as crianças ficaram desassistidas, mas nós conseguimos dar acompanhamento e assistência básica a todo tempo. Eu ia pra lá de Toyota velha e não era muito perto, não era cerca de 60 km na estrada, chão brabo e nós sempre com medo pois a Polícia Federal estava na nossa cola.⁴⁶ (Inocêncio Gasparini)

Outro evento importante foi o chamado “Igreja da Libertação”, organizado pelo pessoal da CPT⁴⁷ Araguaia/Tocantins e da CPT do norte do Mato Grosso, esse ato foi pensado para o dia 11 de novembro de 1983 em São Geraldo do Araguaia e deveria reunir cerca de três mil pessoas. A multidão convidada começou a chegar três dias antes do sábado quando ocorreria a grande missa, onde inclusive haveria apresentação de espetáculo de teatro de caráter popular e revolucionário, estratégia essa muito utilizada para evangelização e tomada de consciência daquele povo que em parte era analfabeto.

A relação do MLPA com a comunidade de São Geraldo do Araguaia, não necessariamente se dava de forma tão amistosa, já que havia certa rejeição aos “padres comunistas”, pelo pessoal da cidade, em especial os moradores da área urbana, o que inclusive gerava dissonância com o massivo apoio que os “Presos do Araguaia” recebiam do povo que morava na zona rural da região. Por muitas vezes foi necessário articular com familiares e moradores da região, para que eles pudessem realizar depoimento, funcionando assim como testemunha de defesa, o que muitas vezes esbarrava em diversas dificuldades já que a situação instável da região tornava aquela realidade bem difícil. Como podemos observar nestes relatos de D. Oneide e Ferreira Lima.

⁴⁶ Entrevista concedida em de julho de 2023, em Belem/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁴⁷ A Comissão Pastoral de acordo com Verbete do dicionário da terra organizado pela historiadora Márcia Motta (2005), a instituição foi fundada no encontro de bispos e prelados da Amazônia legal, em junho de 1975, e tinha como função, interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor de homens sem-terra e dos trabalhadores rurais pag 107.

A gente tava aqui aí eles ligavam, “Eneide vai lá no Cajueiro pegar o depoimento de fulano, ouve lá e vem depor”, nós fomos, no caminho um pau na estrada, aí nós ficamos até na casa do seu Alfredo, e nós ficamos este homem vim desta roça e anoitecendo e esse homem não aparecia, quando nós chegamos, a mulher conversou alguma coisa com o filho que o menino sumiu, que ele não aceitava nem a gente conversar com ele e nem a família, ficamos lá até umas 5 horas, quando voltamos, passamos por dentro da fazenda do Zé Almeida, e colchete, colchete (porteira de arame), e ficando escuro, aí o Joãozinho disse “é tu que vai abrir o colchete” aí eu falei que não né, ele falou “vai lá, eu fico aqui na luz e tu vai lá” quando eu fui lá, senti assim uma bala, a gente olhava pro mato assim e via gente, sentia né, e fomos assim, mais uns três colchete e eu chorava (risos)⁴⁸ (D. Oneide).

Apesar de ser acompanhada de perto pelas forças policiais, a família de D. Oneide, continuou a manter consistente relação com os padres franceses e demais posseiros do Araguaia, tanto que além de fazer a conexão com as famílias dos lavradores presos, também em algumas situações, conseguiu visitar os padres franceses na cidade de Belém, mesmo que para isso passassem por diversos constrangimentos e até violência, como nos relata a Própria D. Oneide:

Não, ele falava que tava sendo respeitado lá, que tomaram porronca dele (risadas), mas a gente quando ia lá, eles ficavam batendo na gente lá esperando pra subir, a polícia cuspi na gente, aí na hora de subir eles não queriam me deixar subir sozinha, eles queriam que subisse no elevador com eles, aí a Isa Cunha disse que não e que ia alguém comigo, eu lembro benzinho, que foi comigo foi o Paulo Fonteles, aí da outra vez foi a Fernanda que entrou comigo com medo de eu ir só no elevador e o pessoal não queria deixar eu ir e eles ficavam insultando a gente “querem ficar aí preso?” [.....] “mas o mais importante é que o Aristides sempre encarou tudo de forma mui tranquila ele dizia: “quero é ter notícia do povo, tem reagido lá? Caçador, Boa Vista” ele nunca abaixou a cabeça⁴⁹ (D. Oneide).

De alguma forma, muitos davam a sua contribuição naquele movimento, que tanto na cidade de Belém, como em São Geraldo do Araguaia, fez história e cumpriu simbólico papel naqueles anos finais da ditadura civil-miliar na Amazônia. Para os membros da igreja de São Geraldo havia sempre muita dificuldade em organizar as questões ali na cidade, pois pairava no ar uma desconfiança da população urbana para com aqueles padres estrangeiros ou paulistas remetendo sempre a preocupação da memória e do trauma da guerrilha do Araguaia. Mesmo com toda a adversidade, fora preparada a ação com a ajuda da coletividade de trabalhadores do campo e de alguns da cidade, também com centenas de pessoas ajudando fazendo desde a produção do café que havia sido colhido nos terrenos, nos lotes dos

⁴⁸ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2023, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante termo de consentimento Livre e esclarecido.

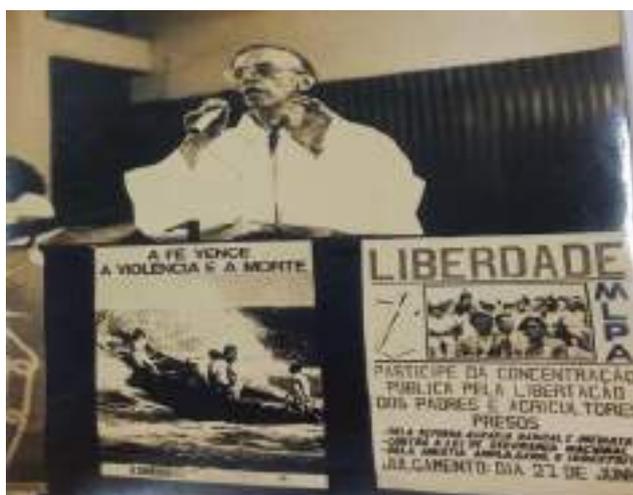
⁴⁹ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2023, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

trabalhadores, até o descascar de dezenas de sacas de macaxeira, foi quando em meio ao preparo do café por intermédio de D. Pedro Casaldágia é que chega a notícia:

Quando chegamos em São Geraldo tava um foguetório do diabo, foguete, grito de gente, aí eu parei lá na frente da casa paroquial com caminhão cheio de macaxeira e tava lá a galera para descascar a macaxeira para o café do povo, e aí o D. Pedro veio comigo “Inocência deixa eu conversar contigo um negócio eles libertaram os padres lá em Brasília na polícia federal” aí eu disse “D. Pedro macaco velho não conhece a rádio nacional não, ela vive falando mentira sobre o senhor sobre a gente aqui mudando nossa agenda confundido todo mundo, não é verdade vamos fazer o seguinte vamos lá no telefone público”: o telefone público era uma sacanagem ele era onde é a casa paroquial de São Geraldo, no pé da ladeira da igreja na subida da casa da Oneide, a gente descia 2 Km até à beira do rio para atravessar para o Araguaia para ir no posto lá em Xambioá, e o posto era montado para ouvir todo mundo era baixo e falava alto então tinha que gritar eles sabiam de tudo, vamos lá ligou para CNBB para falar com Aristides e ele bispo né, aí o Aristides veio eu falei com Aristides “filho da mãe rapaz tu tá solto mesmo, tô solto, então vou mandar agora um avião ir te buscar para fazer uma festa muito bacana aqui”⁵⁰ (D. Oneide).

Dom Pedro Casaldágia é reconhecido internacionalmente por sua contínua luta em defesa dos mais pobres, e na garantia dos Direitos Humanos na Amazônia Brasileira, foi muito ativo em diversas atividades litúrgicas e políticas, tanto em São Geraldo do Araguaia como na cidade de Belém/PA, e a sua presença fortalecia de forma muito vibrante as celebrações que realizava em defesa da libertação dos presos do Araguaia, como das missas celebradas na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, localizada no bairro da Pedreira e na Igreja Santa Cruz, na Avenida Almirante Barroso, bairro do Marco, ambas em Belém/PA.

Figura 21 - D. Pedro Casaldágia



Fonte: Acervo pessoal Alberdan Batista.

⁵⁰ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2023, em São Geraldo do Araguaia/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Diante desse novo cenário e após alguns debates travados entre membros da igreja, lideranças do MLPA e forças de segurança pública também foram feitos alguns ajustes para a definitiva chegada dos padres franceses em São Geraldo do Araguaia, pois ainda havia um grande temor, resistência e diversas ameaças que mesmo após a libertação e com a chegada dos padres franceses estariam sujeitos e poderiam ser vítimas de emboscadas por pistoleiros contratados pelo grande latifúndio, mas apesar dos infortúnios, das ameaças e adversidades como um todo é exatamente no dia 13 de dezembro de 1983 que o Padre Aristides Camio e Padre Francisco Gouriou chegam a São Geraldo do Araguaia onde o povo os recebe com uma grande festa popular e ainda inauguram a Igreja Jesus Cristo Libertador. E a construção dessa igreja representava para além de um novo templo litúrgico, o exemplo de uma experiência que refletia a práxis daqueles sacerdotes que ousaram desafiar o poder político e econômico consolidado naquela região. Aquela igreja representava cada dia de trabalho e esforço empenhados por todos que contribuíram em sua edificação.

Naquelas comunidades que atuavam em torno das Comunidades Eclesiais de Base, era muito comum a prática do sistema de mutirão para a construção de instalações de trabalho, individuais e coletivas, assim como para a edificação de casas, dentre as muitas reuniões que ocorriam naquelas comunidades, uma em especial lá no MEB, segundo o nosso relator Raimundo Ferreira Lima, então foi combinado na Desobriga e na própria Paróquia que cada comunidade iria mandar uma quantidade de homens e alimentos para que pudessem realizar os diversos mutirões que a igreja necessitava, então, por exemplo, vinha quinze da comunidade conhecida com Cabral, permanecia naquela tarefa por cerca de dez ou quinze, em seguida vinham de outras comunidades como Itaipava e Caçador, e assim permaneciam no revezamento.

E esse sistema de coletividade também se aplicava a coleta e produção do material que eram utilizados nessas obras, em especial na construção da Igreja de Cristo Libertador, onde a areia era coletava na praia pelos integrantes do mutirão e trazida até a obra em caçambas, assim como o tijolo para a alvenaria que era produzida numa espécie de olaria coletiva que pertencia a própria igreja, e que desenvolvia a prática de divisão dos lucros obtidos com a produção entre os seus trabalhadores. Como inclusive podemos ver nos relatos do senhor Raimundo Ferreira Lima Jr: Eu trabalhei lá, mais de um ano e meio, essa rua aí (Pilões) é hoje a do Ipiranga, tinha uma cota de tijolo, a caçamba que era da paróquia ajudava a pegar areia,

de pedra, pegava e colocava lá. O Alex e os meninos foram pegar areia lá na praia.⁵¹
(Raimundo Ferreira)

E concluo esse trecho de meu trabalho, refletindo sobre a força e perseverança desses sujeitos históricos, que apesar de todo o processo traumático com o qual conviveram e convivem até hoje, numa realidade que lhes apresentou todo o tipo de violência, impactando diretamente suas existências (FICO, 2012):

Valeu por que a gente sai fortalecido né, tem o lado negativo, que depois de tanta luta, briga, morte as pessoas não ficaram nas suas terras, lá no Caçador o pessoal vendeu porque não tinha assistência do governo, então fora obrigado, mas assim, valeu a pena, apesar do sofrimento, hoje eu sei que a união da minha família veio daí, fortaleceu, uniu mais, aqui em São Geraldo, nossa família é um exemplo.”(D. Oneide).....“queria só dizer que acho que sim, a vida é isso né, hoje eu continuo” (Raimundo Lima).⁵²

2.4 No Araguaia: Arte, Mística e Signos para a Resistência

O vocábulo “Mística” vem do adjetivo *mystikos*, sendo este derivado dos verbos *myo* (fechar olhos e boca para gerar um mistério internamente) e *myeo* (penetrar no mistério). Assim, a mística representa o caminho interior da fé humana e o elo do criador com a criatura. Saliento que a mística é algo que não existe apenas na tradição cristã, e sim compreende experiências de fé que perpassam por diversas formas de louvação e culto a entidades superiores que, de acordo com cada construção cultural, detém o poder de felicidade ou tristeza, do céu ou do inferno (ou seu equivalente). Assim, a mística compõe o fazer e o sentir do homem e de sua fé nas mais diversas regiões do mundo, sob as mais diversas formas.

A mística cristã é representada por diversos símbolos, como formas geométricas, cores, sons e movimentos bem específicos, mesmo que em dado instante sugira algum diálogo com outras religiões, em especial com o Islamismo e o Judaísmo. Porém, a mística cristã se apresenta como proposta de uma ligação simbólica com Deus e seu filho, pautada, sobretudo, no amor e no perdão. A atual mística cristã se originou a partir das suas relações de construto e tensões das experimentações e vivências com as Sagradas Escrituras, tanto do Velho quanto do Novo Testamento. Essas diversas interpretações místicas da bíblia possibilitaram um novo encontrar e vivenciar Jesus Cristo e seu Pai Nosso Senhor.

⁵¹ Entrevista concedida em setembro de 2023, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁵² Entrevista concedida em setembro de 2023, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Na tradição mística cristã, verificamos tanto a presença da mística oriental, quanto da ocidental; logo imaginamos tamanha pluralidade e grandiosidade do exercício da prática mística cristã na construção das sociedades pós-Cristo.

Esses coletivos são os grupos que percebem e, em meu entendimento, até confundem a prática da alteridade, que entendo como um princípio cristão o mero assistencialismo, acaba por matar a fome daquele indivíduo naquele momento e naquele dia, porém não resolve o real problema que é o da injustiça social.

Ao observarmos atividades litúrgicas de caráter artístico, seja de forma presencial ou através dos meios de comunicação em massa, seja em festivais de canção e de dança, é patente a forte presença de elementos que conduzem tal ato em uma perspectiva conservadora no prisma da cristalização de conceitos consagrados em uma tradição da percepção da chamada família tradicional cristã.

Essas representações em diversas linguagens artísticas corroboram para um pensamento com características “imutáveis”, visto que suas mensagens não sugerem ou possibilitam a reflexão sobre uma análise e, conseqüentemente, a ressignificação dos signos cristalizados da vida cristã.

Esse chamado cristianismo conservador, presente tanto no pentecostalismo quanto no neopentecostalismo, também é percebido em representações de um catolicismo de forte apelo mariano, patriarcal e de forte concepção burguesa. Esses últimos aspectos são muito perceptíveis no movimento de renovação carismática católica, conforme afirma o excerto abaixo:

Esses grupos tinham como objetivo a busca do equilíbrio e da disciplina dentro da espiritualidade da igreja e da “missão da renovação” e usavam como metodologia de ação a divisão interna e a instalação de ministérios, como os de intercessão, cura, evangelização, música, arte e aconselhamento. Praticavam em sua liturgia a seqüência de perdão dos pecados, de louvor a Deus, de espaço de escuta da palavra e do Espírito Santo, leitura e interpretação de textos bíblicos (priorizando os atos dos apóstolos – ação do Espírito Santo), testemunho (um diferencial muito grande, muita música e alegria) (RIBEIRO, 2014, p. 94)

A experiência da mística praticada pela Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base vem propor uma experimentação cristã que ultrapassa o aspecto pentecostal em si, mas aprofunda a experiência dialógica com o mana superior cristão, no instante em que propõe uma vivência da carne e, mais além, uma experiência do sofrimento pelas mazelas sociais geradas pelo capitalismo, e a contínua e incessante busca de soluções que gerem uma justiça social e assim garanta a presença de todos os filhos de Deus sentados a fatura do pão do Senhor.

Evidentemente que essa experiência mística se dá pela via das representações metafóricas, expressas por meios de signos carregados de uma semântica que se quer sagrados, porque no exato momento em que é celebrada é reconhecida como o caminho entre o mundo celestial e o terreno, por meio do qual, e através da adesão a esses significados, o sujeito se depara e desfruta de uma efetiva experiência religiosa.

Nestes tempos de CEBS, buscava-se a construção de uma mística que também trabalhasse a questão das minorias e de todos os expropriados e explorados pelo grande capital e por regimes autoritários – militares espalhados por toda a América Latina; e na Igreja de São Sebastião não era diferente: em todas as atividades litúrgicas, como missas, novenas, crisma, via sacra, páscoa e até no natal, primava-se por processos litúrgicos que levassem à reflexão da realidade, do sofrimento e das lutas ali vividas. O formato de assembleia preferido era o da roda dos irmãos, pois, dessa forma, ninguém se encontrava acima ou abaixo e, sim, ao lado do irmão em Cristo. Alguns deles empunhavam instrumentos musicais como pandeiro, violão, xeco-xeco, tambor, ou mesmo apenas batendo palmas, e entoavam os clássicos cânticos das CEBS, cada um a seu modo, estabelecendo a louvação religiosa e, ao mesmo tempo, o apoio às lutas da população e às camadas mais sofridas (RIBEIRO, 2014, p. 39-40).

Sem dúvida, uma das formas de estratégias de mobilização e reflexão mais utilizadas pela Teologia da Libertação, bem como suas igrejas e CEBS, eram a representação de homens e mulheres oprimidos por meio da linguagem artística, que poderia ser a música, a pintura, ou até mesmo a recriação do presépio natalino, onde as tradicionais personagens eram substituídas por objetos que remetessem aos sujeitos alijados da sociedade pelo sistema econômico excludente do capitalismo.

Outra linguagem artística bastante utilizada para a evangelização e conscientização das massas era o Teatro, prática já muito utilizada pelos Jesuítas durante a colonização do Brasil. Na paróquia de São Sebastião, no bairro da Sacramenta em Belém do Pará, esse recurso era muito acessado na reconstrução mística da tradicional Paixão de Cristo, durante as celebrações da semana santa, como podemos ver abaixo:

Uma das cenas mais retratadas era a imagem do homem do campo amazônida, aquele que é perseguido e muitas vezes assassinado por grileiros, fazendeiros e pelo próprio poder público, que se utiliza de força policial para garantir os direitos somente daqueles que detêm o capital. A imagem mais clássica da representação ficava por conta de um ator, membro de pastoral, que erguia um chinelo com uma de suas mãos enquanto os demais colegas de cena se encontravam mortos e feridos sob o fogo cruzado de pistoleiros, grileiros e a força repressora do Estado. Ali era mostrado um ato de resistência que, apesar de toda a violência e abandono por conta do poder público, a luta continuava, e lá, de chinelos na mão, a razão para uma justa resistência em busca de sonhos que não devem e nem podem ser cessados. A representação em que o governo de Roma, na figura de Pôncio Pilatos, decretava a prisão e a crucificação de Jesus era feita por pobres e negros, os quais são a grande maioria nos presídios do Pará e do Brasil. A cada gesto de violência e de tortura realizados contra Jesus Cristo, eram lembrados os índios, as mulheres, os

homossexuais e todos aqueles que sofrem sob uma sociedade machista e desrespeitadora dos Direitos Humanos, que privilegia o indivíduo detentor dos meios de produção em detrimento da coletivização. A última das catorze estações, não sendo diferente da clássica e milenar história de Jesus de Nazaré, mostrava sua ressurreição, depois de todo o martírio passado na mão do Império Romano. Naquele instante, Jesus de Nazaré, três dias depois de morrer, ascendeu para ficar ao lado de Deus, ser Pai e Filho de todos os homens. Essa ida ao Pai Celestial representava uma proposta de libertação total, pois estando Jesus Cristo ao lado do Pai Celestial, estaria reinando junto a ele, e a ressurreição dos atuais Cristos na terra representaria a libertação de todo homem e de toda mulher que eram oprimidos pelo grande capital. Isso garantia a todos os filhos de Deus a dignidade e a justiça a que todo cristão e filho de Deus são merecedores, pois assim como Jesus ressuscitou após três dias, também o trabalhador se levantou contra todas as desigualdades na terra, especialmente na Amazônia (RIBEIRO, 2014, p. 48).

Nesse ponto, recupero a ideia do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, na qual temos que o imaginário é a “prática espontânea do espírito que sonha” (MORIN, 1970). Segundo o autor, o imaginário aciona vontades, desejos e medos. Todavia, Durand (2002) percebe o imaginário como conjunto das imagens e de suas relações que constitui o produto do ser e fazer do homem, assim, o homem é por natureza um disseminador de imaginários.

2.4.1 Uma Mística da Libertação: O Povo representado em Canções

Nesse sentido, não era raro que se ouvissem cantos populares, dentre os quais podemos citar os de Zé Vicente, como “O povo de Deus”, “Baião das Comunidades”, “Mãe do Céu Morena”, “Terra da Libertação”, “Maria de Deus”, “Maria da Gente”, “Seu nome é Jesus Cristo”, “Pai Nosso Revolucionário”, “Somos um Povo de Gente” e “O Milagre de Repartir”, além de outros que traziam em sua composição a realidade do povo pobre e explorado, entoando a saga do homem do campo, sua lida com a terra, seus dissabores e a violência física e simbólica praticadas pelo grande latifúndio.

Essas canções também faziam a grita dos povos indígenas ameaçados de perder sua terra e sua cultura, e relatavam também a questão da mulher que sofria com a fome da família, com o machismo, com desemprego e com a falta de estrutura social para seus filhos. O negro e as mazelas sofridas em decorrência do processo violento de escravidão e a posterior exclusão e marginalização, também eram cantados, assim como o operário que tanto trabalha e não consegue comprar sua casa própria. Enfim, eram cantos entoados em missas, novenas, reuniões, festas e assembleia, e que cumpriam o papel de formar, informar, louvar e animar a comunidade seja do campo, seja da cidade na busca desse mundo mais justo.

Figura 22: Representação pictórica da Teologia da Libertação.



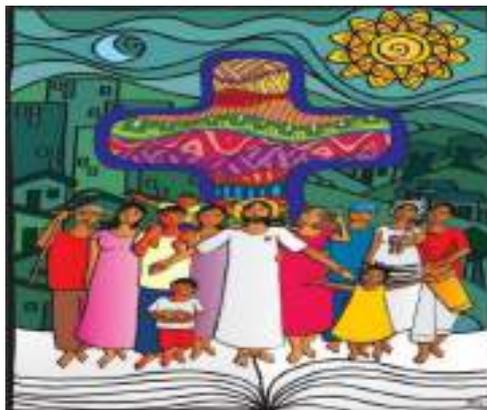
Fonte: <https://observatoriodaevangelizacao.files.wordpress.com/2017/06/cebs-1.jpg?w=463&h=321>

Essa forma de louvar e evangelizar buscava a aproximação e gerar o pertencimento da luta para aqueles trabalhadores da terra, gente simples, mas que se identificava com aquele jeito de ser igreja, por isso e para isso, a cada lugar e a cada luta também se adaptava aquele lugar e sua gente, como vemos nos estudos do pesquisador Airton Pereira, em que esses objetos campesinos:

Simbolizavam a ‘íntima ligação’ com os trabalhadores rurais, denominados de pobres da terra, como, por exemplo, sandálias, bebidas e comidas, bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti, pão, chapéus de palha, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas e certas palavras e expressões e outros, alçados a condição de vestes litúrgicas, além de ocorrer a politização dos rituais como ‘missa da terra’, ‘romaria da terra’, ‘as caminhadas’ e as ‘santas missões populares’ em que as leituras bíblicas, os cânticos, ‘O Credo’, ‘O glória’, ‘O Ofertório’, ‘A Ladainha’, e outros momentos na liturgia faziam referência a cultura e a luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias passaram também a ser incorporadas as celebrações, missas, ordenações sacerdotais, assembleia e reuniões, sobretudo nas comunidades de posseiros. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Vale mencionar também que os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada, e os frutos da terra (as colheitas) faziam parte do ritual litúrgico (PEREIRA, 2013, p. 169).

Pe. Luís Mosconi (1997), figura muito presente em diversas atividades da CEBs, a “iluminação” de Cristo e o trabalho evangelizador em qualquer espaço onde esteja o povo, representa a presença do Espírito Santo, e a inspiração necessária no cotidiano do Povo de Deus. Assim, a Teologia da Libertação buscou emblemáticos diálogos com diversas linguagens artísticas entre artes plásticas, música e teatro, sempre pautados numa fundamentação bíblica, porém com um olhar para a realidade social, política e cultural daquele povo sofrido daquelas bandas da Amazônia.

Figura 23: Representação pictórica da Teologia da Libertação.



Fonte: <https://2.bp.blogspot.com/-5HRmv6xwrE0/V1Yfvq2TBQI/AAAAAAAAACAI/dwIT-N3EA3MLYibkWeqKRKMZoC2x81vmwCLcB/s1600/aa%2BCEBs%2B2016%2Ba%2B03.jpg>

2.4.2 Semiótica, Análise Pictórica e Construção de Sentidos em “Painel do Cristo Libertador”

Buscando um percurso que dessa conta de abarcar a potência interpretativa que emana do texto imagético, visualizei nos estudos semióticos uma alternativa rica e bastante oportuna para o propósito desta tese, que traz à luz não somente o significado que a pintura, enquanto texto imagético pode assumir, mas evidencia, sobretudo, o significado da mística dentro da Teologia da Libertação.

Semiótica é a ciência que se ocupa do estudo dos signos, expressos em linguagens verbais e não verbais, e ambas são utilizadas pelo ser humano com a finalidade de expressar sentidos. Nesse âmbito, tudo aquilo que expressa sentidos é chamado de Signo.

Pontual em torno da teoria da comunicação, a Semiótica é considerada o estudo mais eficaz na busca pela explicação dos significados que as linguagens podem conter, bem como por aquilo que está por trás do signo, seja verbal ou não verbal. Mas foi durante a primeira metade da década de 1970 que os estudos realizados pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce tiveram maior circulação no Brasil. Contudo, O caráter interdisciplinar da Semiótica permite-nos transitar de posse desse conceito pelo estudo em diversas áreas, como a História. Nesse sentido, as considerações em torno do signo que serão apresentadas aqui se dividem em dois momentos. O primeiro ilustra a discussão semiótica em si, onde trarei as contribuições teóricas de Pierce em relação à teoria geral da Semiótica. O segundo volta-se para os estudos de Lúcia Santaella e dará consistência aos argumentos em torno do objeto aqui apresentado, uma vez que a professora se debruça mais especificamente aos estudos voltados para as análises pictóricas.

A escolha da pintura “Painel do Cristo Libertador” não se deu ao acaso; muito pelo contrário, ela se revelou durante a pesquisa de campo. Na ocasião, pude ter contato com atores que tiveram participação ativa no movimento, os quais, por meio de narrativas, me relataram a existência de um grande painel que fica exposto no salão da Paróquia de Jesus Cristo Libertador, pintado pelo Pe. Mário Aldighieri em 1983.

A representação pictórica chamou-me atenção de imediato pela evidente intenção do autor em metaforizar, através de elementos consagrados pelo cristianismo, a luta pela terra naquele município. Conforme nos prescreve a semiótica de Pierce, toda expressão comunicacional do ser humano que seja mediada por linguagens deve ser cuidadosamente verificada pelos vieses de onde foi produzida, quem a produziu, quando e por qual motivo. Todavia, ao olhar com mais acuidade para a imagem, pude notar um elemento crucial para seu efeito interpretativo, que é a resignificação de personagens sacros, onde lhes foram atribuídas, além de feições caboclas e conhecidas no contexto local, funções e papéis sociais atualizados e remodelados pelo olhar do artista, que além de ser o pintor é, antes de tudo, sujeito pertencente àquela realidade.

2.4.3 O Signo pierciano

O signo pierciano, tripartido em ícone, índice e símbolo, está centrado em si mesmo, isto é, leva em consideração a captação imediata do fenômeno (ícone). Todavia, a relação de sentido do signo é feita com o objeto (índice), sendo ligado ao ícone por meio da interpretação que o sujeito é capaz de fazer do mundo ao seu redor (símbolo). Vinculando o “Painel do Cristo Libertador” a esse preâmbulo pierciano, já podemos, então, passar a utilizar a terminologia “Símbolo” para aludir ao significado que as imagens projetadas pelo artista conferem, conforme podemos perceber observando a obra de arte tão bem elaborada pelo autor:

Figura 24: Fotografia do “Painel do Cristo Libertador”.



Fonte: Registrado pelo próprio autor, em 28 de setembro de 2018.

O que se observa nesta tela é a representação de um Jesus Cristo com traços não europeizados, e que num gesto de firmeza e compromisso com os posseiros e pequenos lavradores, rompe a cerca que é a representação do grande latifúndio, que gera tanta dor e sofrimento ao povo de Deus. Esse Jesus e essa igreja se impõem contra os poderosos e exploradores do homem simples da terra, tanto que vemos derrotados no chão as representações da classe dominante como fazendeiros, militares de alta patente do exército, Delfin Neto, que era então ministro da reforma agrária, o capelão do exército (que representava a forçada substituição dos padres franceses) e até Márcia Ferreira, cantora da rádio Nacional. Na parte superior da tela percebemos o rio Araguaia, a cidade de Xambioá e a Igreja de Cristo Libertador, construída durante o cativeiro dos padres e dos posseiros do Araguaia, e inaugurada em 1983, para celebrar sua libertação. À esquerda, próximo ao Cristo, estão São João Batista (padroeiro da paróquia), Pe. Aristides Camiô e Pe. Francisco Guriou, Dom José Patrick Hanrahan, que era Bispo da Diocese de Conceição do Araguaia, e Dom Pedro Casaldáliga. À direita, São Geraldo Magela, Pe. Ricardo Resende, Pe. José Maria Cavalcante Costa, Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo” e sua viúva dona Oneide Lima.

Nesse sentido, se adentrarmos mais em direção ao nosso propósito, não nos custará entender as nuances significativas desse(s) signo(s) que compõe o painel. Seguindo a lógica pierciana, a reação causada ao expectador exposto diante da obra pela primeira vez aciona os processos mentais de relação, que tentam explicar o que une ou afasta elementos que aparecem na tela.

No nosso caso, o sujeito buscaria, por exemplo, fazer a imediata relação entre as imagens bíblicas e as desprovidas, aparentemente, de qualquer aura mítica. O passo seguinte seria testar a hipótese criada no primeiro contato com a obra, ativando conhecimentos de mundo, bem quanto ao seu contexto temporal, político, etc. Finalmente, após o expectador ponderar sobre a hipótese, ele certamente terá chegado a uma conclusão, que é a aquisição do entendimento do sentido expresso pelo signo.

2.4.4 Interpretação dos signos

Desse modo, incluo no percurso pierciano de interpretação semiótica do signo a tarefa do expectador de analisar, a partir do estágio hipotético, o próprio autor da pintura, nesse caso o Pe. Mário Aldighieri, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, sujeito ativo, sobre o qual recaíram também os revezes dos eventos simbolizados, e produtor dos símbolos expressos pela mídia pictórica. Tomando como ponto de partida para a análise do espectador sobre o

“Painel do Cristo Libertador”, nos resta atribuir, então, a ele a tarefa delicada de decodificar nas imagens a intenção do autor. Todavia, não custa reiterar que tanto autor quanto espectador precisam partilhar minimamente experiências que os insira, de alguma maneira, no mesmo arco interpretativo.

Assim, a professora Santaella salienta que é esse olhar do outro que visualiza a imagem que dará a completude interpretativa para o quadro, necessitando, pois, para isso a correta percepção das intenções expressivas do autor, uma vez que a obra de arte retrata, como no caso da pintura, elementos que podem ajudar a compor, através de processos mentais, a produção do sentido da obra. Segundo Santaella (1984): “O signo pode ser examinado, é aquele que diz o tipo de efeito que ele está apto a produzir, e, de fato, de uma forma ou de outra, produzirá numa mente ou em qualquer equipamento interpretador, quando seu encontro com essa mente ou equipamento se efetivar” (SANTAELLA, 1984, p. 162). O que a autora salienta em seus estudos sobre a semiótica peirceana, e que eu trago para esta análise, é, sobretudo, a contribuição desta ciência para a interpretação de obras de artes, em especial a pintura. A professora coloca autor e espectador em posição de complementação na tarefa de produzir/compreender os sentidos da obra. Essa relação é mediada por meio de um percurso semiótico, que exige que sejam acionados processos mentais de interpretação e conhecimento de mundo dos sujeitos implicados nessa tarefa.

Fragmentando o painel em quatro planos, temos:

Figura 25: Recorte do painel (Plano central).



Fonte: O próprio autor, em 28 de setembro de 2018.

Neste plano central, a figura que sobressai às demais é a de Jesus, cujo corpo jovem e robusto não apresenta a fisionomia triste ou sofrida, muito embora presente nos pés feridas

ou chagas. Seus cabelos são curtos e seu rosto é desprovido de barba, e na cabeça avista-se um halo. Ele traz em cada uma das mãos a ponta de arames farpados, que por sua vez estão presos a cercas, sugerindo que Jesus os tenha rompido.

Figura 26: Recorte do painel (Plano da esquerda).



Fonte: O próprio autor, em 28 de setembro de 2018.

Aqui fica clara a ressignificação de personagens bíblicas para causar o efeito esperado pelo artista. À semelhança de Moises (ou de São João Batista), vemos um ancião de cabelos e barbas brancas, e ao redor da cabeça emanam espécies de halos, como os que adornam a cabeça de Jesus no plano anterior. Notar que o ancião traz em sua mão esquerda um objeto, que nos remete à imagem de um cajado, e com a mão direita aponta com o dedo indicador para Jesus (visualizar imagem em sua totalidade). Logo em seguida, vemos que ele lidera ou guia uma multidão, cujas vestes, objetos trazidos e ferramentas empunhadas sugerem que se trata de trabalhadores (rurais, operários, dona de casa etc.), grupo composto por mulheres, crianças e homens negros e brancos.

Figura 27: Recorte do painel (Plano da direita).



Fonte: O próprio autor, em 28 de setembro de 2018.

Do lado oposto, temos a figura de um padre, também com a cabeça adornada por halos, que, de crucifixo em punho, apontado na direção de Jesus, lidera uma multidão composta por mulheres e crianças indígenas, crianças não-índias e homens, tanto jovens quanto velhos. Aqui destacamos as figuras do Gringo e de sua viúva, D. Oneide.

Figura 28: Recorte do painel (Plano inferior).



Fonte: O próprio autor, em 28 de setembro de 2018.

Finalmente, o plano inferior evidenciado pelo recorte acima retrata pessoas e personagens que sugestivamente são atores de um contexto temporal e histórico, no qual é possível notar, além de pessoas retratadas com vestes luxuosas, a imagem da justiça mergulhada, juntamente com os demais, na lama, o oposto imediato dos planos anteriores, cujos personagens ou estão de pés firmes na relva, ou estão flutuando.

Feita essa pequena leitura imagética, nos resta concluir que o quadro pintado por Pe. Mário Aldighieri traria para o espectador a intenção do artista, expressa por meio de suas experiências e expectativas em relação ao mundo, que resultariam na produção de um signo que precisa ser desvendado pelo espectador a partir, não mais (ou não somente) do ponto de vista do artista, mas a partir dos processos mentais hipotéticos do outro que a decodificação demanda.

Dito de outra forma, a intenção do artista precisa ser lida pelo espectador para que se alcance, finalmente, o entendimento do sentido dos signos contidos na obra de arte. Nesse sentido, nos cabe apenas reiterar que a obra de arte precisa percorrer, a reboque da perspicácia do espectador, por três níveis de percepção, que demandarão desse espectador, a ativação de competências mentais e de conhecimento de mundo, que poderão o auxiliar a decodificar e compreender o sentido que o autor expressou.

É a partir da compreensão do papel político e social da arte, que percebemos o quanto a ICAR acessou-a enquanto recurso pedagógico com o objetivo de possibilitar uma reflexão

de mundo a luz do evangelho, que gerasse a consciência para luta de classe neste imenso pedaço de chão, floresta e sertão amazônico.

O “Painel de Cristo Libertador” já não mais ocupa lugar de destaque no altar central daquela paróquia. Ao contrário; está esquecido e empoeirado sobre uma velha mesa de madeira carcomida por cupins. Há tempos que não mais se ouvem o velho pandeiro e os cânticos, bem ao estilo Zé Vicente, em meio a uma roda de mutirão, e o teatro agora voltou a retratar fielmente as catequéticas passagens do velho e do novo testamento. A impressão é que a luta da Teologia da Libertação cessou ou foi silenciada por novas e velhas formas de ser igreja. Porém, a concentração fundiária, a exploração da mão de obra e a violência no campo só aumentam.

No olhar melancólico que me sobrou ao me retirar daquele templo, só me restaram a memória daquele povo lutador e a esperança da possibilidade da justiça social como representante de uma justiça ainda maior que é a de Deus, e restou também o compromisso do árduo trabalho pela história e pela memória de uma igreja que ousou lutar em tempos de resistência, que parece ser o que vai nos restar nos tempos ásperos que se avizinha.

2.5 Na Cidade de Belém ecoava “A Grita” pela liberdade dos Presos do Araguaia

Nas lutas populares dos finais dos anos de 1970 e início de 1980, em especial aquelas inspiradas pela Teologia da Libertação através das comunidades eclesiais de base e das igrejas comprometidas com a opção prévia preferencial pelos mais pobres, o fator determinante se encontra no exercício da coletividade, onde a experiência comunitária do respeito e da compreensão das ideias e das ações dos diversos sujeitos, em especial, aqueles detentores de uma identidade coletiva de causas que os unem, e de práticas que possibilitem o ressignificar do seu dia-a-dia, estabelecendo a práxis dessa chamada resistência popular. Logo, em toda e qualquer atividade desenvolvida, seja ela, de organização, de planejamento, mobilização ou execução, o exercício da escuta e do debate e da reflexão, é o que vai conduzir as decisões que irão subsidiar as diversas ações que irão garantir o enfrentamento e a luta em defesa dos interesses desses grupos e dessas comunidades.

Esse movimento pela libertação dos presos do Araguaia, o qual não distingue raça, gênero, idade e até mesmo religião e grupo social, se constitui um exemplo de movimento agregador das diferenças que conduzem para o que afirmamos ser o maior movimento social da segunda metade do século XX na Amazônia.

2.5.1 Era na coletividade que se encontrava forças

O MLPA representava essa nova face da Igreja Católica na América Latina, a Igreja da Teoria da Libertação, uma igreja que tinha a capacidade de reunir diferentes como no caso das ações de exercício de coletividade que possibilitaram todo tipo de ação pela libertação dos PRESOS DO ARAGUAIA era um movimento que animava desde o militante comunista ateu convicto, quanto um militante comunista cristão, um movimento que possibilitava que católicos e protestantes como os da Igreja Luterana e Presbiteriana cantassem um único canto, inclusive também cantado por praticantes de cultos de matriz africana, era o que eu posso chamar de experiência do trabalho religioso conjunto, embora muitas vezes uma coisa são as ações pensadas pela chamada militância de base e outra era pensada pelas estruturas das hierarquias dessas igrejas o que por vezes poderia se tornar um problema já que em muitas ocasiões o militante de base ou de área (como costumava ser chamado), ou até mesmo um dirigente religioso, está elaborando uma coisa a estrutura hierárquica está pensando outra, e esses conflitos de fato existiram inclusive no próprio MLPA, porem nessa experiência social e religiosa eles (os problemas) tomam uma nova ressignificação muitas vezes como resultado, realinhando as relações, reduzindo, e ou até mesmo superando essas distancias históricas consagradas no Brasil e no mundo, inclusive na igreja da Amazônia, numa igreja cabocla que tem dois de seus sacerdotes presos a cerca de um ano por crimes que lhes foram imputados pela ditadura militar no país, crimes esses que também foram atribuídos não somente aos padres mas também a treze posseiros residentes em São Geraldo do Araguaia. Não se pode incorrer no erro de não compreender que parte significativa da comoção nacional e internacional de fato se dá em virtude de a prisão dos religiosos serem dois padres franceses, dois padres europeus o que confere ao movimento características atípicas e transnacionais ao novo episódio da luta fundiária na Amazônia brasileira.

O caso do MLPA acaba por tomar proporções bastante distintas, na medida em que, em sua pauta, para além da costuma e violência com o posseiro da região, agora existem dois sacerdotes estrangeiros, mais precisamente franceses, o que reverbera no desenvolvimento de outras dimensões, e que inevitavelmente acaba por chamar atenção de um expressivo número organismos nacionais e internacionais que acabam por se somar ao movimento, demonstrando publicamente sua solidariedade humana, e uma contundente vigilância social, inclusive tendo como destaque a cobertura da imprensa, seja alternativa ou convencional, o que de alguma forma acabava por garantir um certo dossel aqueles Sujeitos do Araguaia que já se encontravam há tempos encarcerados. Como presenciamos no relato do Sr. Humberto Cunha:

Nós tínhamos uma articulação muito forte com os jornais de imprensa alternativa de diversos lugares como o jornal Resistência em Belém do Pará o jornal O trabalhador do Acre e em Porto Alegre O jornal, além do Jornal movimento que tinha sede em São Paulo. Quando algum deles sabiam alguma notícia do MPLA tratavam de compartilhar com os demais e como eu era presidente da SPDDH eu tinha contato com muitas pessoas inclusive qualquer coisa eu ligava direto para o professor José de Souza Martins da USP, assim como eu , mantinha contato com o Jam Rocha que era representante da BBC para a América Latina então eu dava um jeito de informar essas pessoas já que em função da censura no Brasil muitas vezes era mais fácil publicar os fatos fora do país para depois divulgar aqui dentro. Eu muitas vezes cumpria esse papel de divulgar para muita gente as vezes meu telefone tocava na madrugada para avisar que lideranças haviam sido presas ou assassinadas.⁵³ (Humberto Cunha)

O nosso relator Humberto Cunha enfatiza que o MLPA a partir de sua grande força mobilizadora transpôs os limites do movimento em si, inclusive que por conta do MLPA ele conseguiu fazer articulações com a Deputada Maria Luiza (PMDB/CE), que era amiga do Senador Teotonho Vilela (PMDB/AL) e que a partir desses contatos foi possível que o referido senador estivesse no lançamento dele, a vereador de Belém uma vez que o senador estava na cidade para visitar os padres e posseiros encarcerados.

A partir do relato de nosso entrevistado nos fica ainda mais evidente que o MLPA possuía uma força que transgrediu diversas barreiras, religiosas, sociais, econômicas e geopolíticas. Algumas destas até então não percebidas pela sociedade paraense naqueles primeiros anos da década de 1980, que apesar de já configurarem um processo de reabertura política em pleno governo de presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) ainda coexiste com fortes características com a ditadura militar no Brasil.

Muito provavelmente a Amazônia paraense e em especial a cidade de Belém ainda não havia experimentado esse pulsar militante presente de forma tão contundente no dia a dia da cidade. Naquele tempo os noticiários as ruas e as rodas de conversa entre Belém, Marabá e São Geraldo do Araguaia reproduziam fielmente o exercício da reflexão do caso dos PRESOS DO ARAGUAIA com toda sua polissemia e versões conflitantes e convergentes.

Esse debate que refletia a ordem do dia possuía uma representação muito maior enquanto que trazia consigo um sentimento que fora censurado naquelas décadas de 1960 e 1970 pós-golpe civil militar (MOTA, 2015) e que já no início dos 80' ficava muito difícil controlar “grito preso na garganta” e o sentimento de liberdade que luziam os olhos e enchia o peito de grande parte da população brasileira em especial da juventude no campo e na cidade,

⁵³ Entrevista concedida em 29 de dezembro de 2021, em Porto Alegre/RS, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

nas ruas nas escolas, nas universidades, nas fábricas, nos sindicatos, dentro das casas, nas mentes e nos corações. Enquanto na concepção oposta atuavam nos bastidores assim como na linha de frente sujeitos individuais e coletivos que ainda usavam de vários métodos para a manutenção e perpetuação daqueles status que, grupos esses representados por banqueiros, fazendeiros e empresários classe média urbana e membros conservadores da Igreja Católica Apostólica Romana.

Aqueles anos foram de fato de grande repressão para com lideranças da Igreja Católica, sejam leigos ou religiosos especialmente os ligados a Teologia da Libertação, e isso de fatalmente iria perdurar até a chamada Anistia Ampla Geral e Irrestrita, que apesar de sua dicotomia apresentada, acabou acontecendo para muita gente inclusive para padres, freiras e até bispos, o que numa visão geral dava até impressão de que a sociedade já caminhava para uma certa coerência social, porém milhões no Brasil e na Amazônia ainda passavam fome, camponeses continuavam sem terra, o sistema de saúde era precário e não havia escola para todas as crianças, “O Pão de Cristo” ainda não estava repartido de forma justa. E ainda não está!

Assim a Igreja Católica, através das pastorais da juventude e das comunidades eclesiais de base, permanecia firme no propósito do questionamento do modelo econômico da sociedade Brasileira e da Amazônia mais especificamente, mesmo que essa postura não agradasse a muitas alas da própria igreja inclusive nas instâncias da organização das decisões da hierarquia interna da instituição.

2.5.2 A militância de base assume o protagonismo nas ruas da cidade

Outro ator Social muito importante no processo de consolidação do MLPA foi o gráfico Alberdan Batista que era professor de artes gráficas na Escola Salesiana do Trabalho e que segundo ele mesmo nos afirma já havia se sindicalizado em 1975 e para além da sua relação com o movimento sindical operário, também exercia funções de liderança em meio às comunidades eclesiais de base e no recente criado Partido dos Trabalhadores (PT), Alberdan como morador do bairro da sacramento, militante social e ativista cultural desenvolveu uma percepção e sensibilidade muito perspicaz no sentido da luta pela garantia dos direitos sociais trabalhistas e culturais da juventude em especial, mas particularmente daquela da periferia da cidade de Belém, já que Alberdan Batista era morador do bairro da Sacramento que inclusive era palco de diversas disputas fundiárias urbanas, algumas delas emblemáticas como, por exemplo, a Luta Pelo Direito de Morar que foi travada por moradores contra ao

Ministério da Aeronáutica no caso da questão da área das Malvinas (RIBEIRO, 2014), e assim como na disputa pela área denominada Ferro Costa (Ribeiro, 2014).

Nesse sentido, Alberdan relata que é nesse desenvolvimento dessas diversas atividades e com o despertar deste olhar especial do método Ver, Julgar e Agir, que era experimentado nas diversas ações desenvolvidas tanto nas séries quanto na relação trabalhista e do PT em especial estimulada pelo Padre Salesiano Bruno Secchi que posteriormente iria criar a República do Pequeno Vendedor (RPV), instituição criada no início dos anos 1980, e que tinha por finalidade a proteção social de crianças e jovens em vulnerabilidade social nos bairros da Cremação, Centro e adjacências., e então a partir dessa lógica do ver, julgar e agir, aquela Juventude se sentia convidada a participar e atuar diretamente nos diversos conflitos existentes pela garantia dos direitos à moradia à saúde a cultura e ao trabalho, o nosso relator nos informa também que em dado momento ficou sabendo do conflito lá na região Sudeste do Pará mais especificamente do conflito do Cajueiro o que teria gerado a prisão dos dois padres franceses Pe. Aristides Camião e Pe. Francisco Gouriou.

Nosso relator aponta ainda que esse potencial de mobilização dos diversos segmentos de movimentos sociais convergia no sentido da realidade da população existente aqui na cidade de Belém, como nas diversas cidades do Brasil e da América Latina, em especial em suas periferias. Nesta perspectiva refletimos acerca de que o conflito do Cajueiro ocorreu devido à falta de política pública da reforma agrária ou seja a terra era negada ao posseiro e a quem nela de fato trabalhava e produzia para sua subsistência e para o abastecimento dos mercados internos, então se entendia que a mesma terra que era negada ao pequeno ao trabalhador rural do Sul e Sudeste do Pará, simbolicamente era também a educação o saneamento e a saúde negadas a população pobre da periferia de Belém, e esse sentimento foi fundamental para uma unificação de forças no sentido de estabelecer o clamor de libertação desses padres franceses e dos posseiros, foi um sentimento que unificou o que eles chamam de "lutas" e mais do que isso por conta das conexões, que se tornam mais amplas já que estamos tratando da igreja católica e todo o seu potencial estrutural e político e, além disso, eram padres estrangeiros, mais especificamente franceses.

Dada a capacidade de conexão para além do Estado do Pará e até Internacional da causa, foi possível também uma articulação e uma mobilização com a Anistia internacional, e com outras forças que somassem empenho no sentido da pressão sobre o governo Brasileiro para a libertação dos padres franceses e dos posseiros, assim, Alberdan Batista também nos informa que essas reuniões, assembleias, passeatas, missas e novenas vão acontecer em diversas paróquias da periferia da cidade, não só da periferia, mas também em paróquias do

centro da cidade, claro que onde existem padres progressistas alinhados de certa forma a teologia da libertação, essas atividades vão acontecer também nos sindicatos, nas comunidades eclesiais de bases, em escolas, em quadras no meio da rua, na frente de órgãos públicos, etc.

É-nos compreensível então que diversos espaços da cidade de Belém acabam funcionando como acolhedores e potencializadores do MLPA, e dada a necessidade de produção de material, de alimentação e do próprio transporte público dessas pessoas, são construídas estratégias para se levantar algum recurso entre elas são vendidas cartões ,fotos em defesa da libertação dos padres franceses e dos posseiros ,são confeccionadas e vendidas camisas, bandeiras, são realizadas festas ,são enviadas cartas para paróquias de todo Brasil no sentido de levantar recurso para o movimento da libertação dos Presos do Araguaia, além disso, vendidos jornais como o próprio jornal Resistência outros jornais todos no esforço coletivo para garantir a estrutura necessária para libertação dos Presos do Araguaia.

A partir do diálogo realizado com nossos relatores, e com diversas fontes documentais referentes ao período, assim como com a nossa robusta bibliografia, podemos perceber que àquela altura do MLPA, todo e qualquer movimento que buscasse mobilizar tanto os membros do MLPA como sujeitos externos ao movimento geraria uma reação das forças de repressão. Assim, toda e qualquer assembleia estudantil, assembleia sindical, ou reuniões de comunidades eclesiais de base, assembleia de movimentos culturais etc., que houvesse ou pudesse haver entre seus pontos de pauta questões referentes ao MLPA eram acompanhados de perto por algum órgão da segurança pública seja do estado no caso polícia civil (Departamento de Ordem Política e Social - DOPS) e polícia militar ou até mesmo órgãos de segurança federal como exército e aeronáutica, inclusive quando ocorriam as audiências na junta militar a turma do MLPA se mobilizava para estar lá presente e era fato consumado de que a polícia militar se fizesse presente no ambiente para dispersar aquela multidão sob a alegação de que aquele alvoroço estava causando transtorno para os moradores da região, inclusive há relatos de nas diversas assembleias ou reuniões supracitadas existiam a presença de espíões e ou policiais disfarçados, questão que foi constatada em algumas situações como vamos ver neste relato do senhor Alberdan Batista.

Então prendeu um companheiro nosso Mateus Waterloo e a Euníciana Peloso que era uma companheira que inclusive estava gestante tentaram levar e nós movimento fomos praticamente nós tiramos os companheiros da polícia, então cada vez que a gente fazia uma assembleia eles ficavam ao redor eles ficavam vigiando, então a gente tinha que sempre ter um vigia que sempre ficasse alerta para que ele não se metesse na nossa plenária, uma das vezes numa plenária que a gente fez na igreja Nossa Senhora da Aparecida no salão lá da Aparecida eu fui um dos últimos a sair

da sede da polícia federal eu vi um cara sair federal olhei Pra Ele isso ficou na minha cabeça ele não era preso e aí esse moço entrou na nossa plenária e quando eu olhei eu vi que ele tava lá no meio assim meio desconfiado então eu chamei os companheiros da coordenação e disse olha, aquele fulano ali de estava lá na polícia federal hoje da polícia federal ele veio pra ver a gente aqui, aí o pessoal já estava começando a dar os informes aí parou de informes, companheiro Euniciana Peloso disse assim, antes de começarmos a reunião nós vamos fazer o seguinte, todo mundo aqui vai se apresentar, dizer o seu nome ,qual é o bairro, qual é o movimento que participa ai ele se levantou para sair ai quando o pessoal correu atrás dele o carro tava lá fora com o motor ligado esperando ele , então essa relação com o órgão de segurança ele era sempre presente , sempre esteve presente⁵⁴ (Alberdan Batista).

Nesse momento histórico uma das grandes estratégias de comunicação em especial para os movimentos sociais eram as gráficas, mais especificamente as ligadas a membros do sindicato, pois não deixava ser uma alternativa para combater o discurso empregado pela grande imprensa, rádio, televisão, que na grande maioria das vezes defendia o discurso dos latifundiários grandes empresários ou do estado autoritário e nesse sentido com a gráfica auxiliar que tinha uma relação direta com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), e há relatos de vários incidentes de várias tentativas de terror contra a gráfica ou contra a sua produção, vários jornalistas e funcionários sofreram agressões físicas como o jornalista e editor Paulo Roberto Ferreira, contra o jornalista Luiz Maklouf, assim como contra o sócio Edir Veiga, inclusive a própria gráfica sofreu ação de incêndio para justamente inviabilizar a produção de material considerado subversivo pelas autoridades por sorte parte desse material foi recuperado por nosso relator.

Era o seguinte a gente aproveitava todos os momentos para denunciar, um desses momentos era o círio, então teve um círio que a gente fez que ia para o meio do círio, então a gente pegava botava faixa com palavras do evangelho da bíblia pegava frases da bíblia e botava lá e a gente vinha carregando aquele material e a polícia sempre querendo tomar o material da gente e da gente, e a gente conseguiu levar o material pra lá ai quando a gente foi se aproximando da Basílica abrimos as faixas ai virou um sururu, virou um sururu porque os caras vieram pra cima e ai tinha um arcebispo da Bahia alguma coisa da Bahia dentro da igreja eu não sei exatamente qual era a hierarquicamente o papel de dele, sei que ele foi preso, jogaram ele dentro da Kombi, bateram nele ai prato cheio pra gente denunciar , isso também tem registrado no material que saiu e ele dizendo assim eu não sei porque estavam prendendo aquele povo, o povo mais animado, cantando louvores animados rezando com frases bíblicas e a polícia vem e bate e prende porque isso ? ai os caras foram pedir perdão pra ele, eu acho que os caras da polícia tentou se desculpar com ele ai ele não, não tem desculpa não (Alberdan Batista).⁵⁵

Como também verificamos no relato da jornalista Cristina Serra:

⁵⁴ Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁵⁵ Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Neste ano na procissão do círio a gente foi com uma faixa pela liberdade dos padres, eu estava nesse grupo, tanto que a gente caminhou um tempo na procissão com a faixa, depois a gente teve que dispersar, porque alguém alertou sobre a possibilidade de uma repressão policial, e todo mundo se desmobilizou, mas me lembro que a gente caminhou um tempo com essa faixa (Cristina Serra).⁵⁶

Naquele Círio, a reforçada vigilância realizada pelas forças policiais não foi suficiente para impedir que, no meio daquela multidão de cristãos em procissão, fosse erguida a faixa exigindo a pronta libertação dos presos do Araguaia, ação militante que acabou por desencadear em um grande tumulto quando aquela juventude empunhada com faixa e cartazes em todos os cantos não recuou frente à repressão e se manteve o quanto pode no sentido de clamar pelo apoio e apelo popular para a libertação dos dois padres franceses e dos treze posseiros, buscando inclusive, sensibilizar o povo num dos dias mais importantes para a população católica do Estado do Pará.

Figura 29 - Círio de nossa Senhora de Nazaré.



Fonte: Acervo pessoal Professor Leopoldo Nogueira Jr

Naquela esperada procissão do círio de Nazaré de 1982, realização da grande festa católica de profissão de fé mariana dos paraenses que já naquele ano reúne cerca de um milhão de pessoas na cidade de Belém, a expectativa gerada era muito grande mesmo que os padres já tivessem sido transferidos para o presídio da Papuda na cidade de Brasília,

⁵⁶ Entrevista concedida em 14 de junho de 2019, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

justamente para evitar uma, um levante, um processo subversivo revolucionário porem a população em especial a militância do MLPA busca alternativas para aproveitar a procissão e denunciara a injusta prisão dos posseiros e padres do Araguaia.

Dentre as diversas táticas, pensadas pelo movimento entre faixas caminhadas e orações, surge a ideia da construção de uma grande e simbólica cruz o símbolo maior do cristianismo, e que foi levada pelos militantes do MLPA que em uma hora ou outra paravam, afixava nessa cruz cartazes exigindo a libertação dos padres e posseiros assim como entoavam cantos do movimento e gritos e palavras de ordem exigindo a libertação daqueles presos.

No sentido da vigilância continuada exercida pelas forças policiais sob o MLPA já desde o início da sua confecção que ocorrera na igreja das Mercês pela juventude do MLPA, passando a noite toda e a madrugada concluindo o projeto da cruz, cedo se abriram as portas da igreja das Mercês localizada no bairro da Campina próximo à Boulevard Castilho França uma das principais avenidas do trajeto da procissão do Círio quando a juventude sai em procissão entoando cantos, gritos em protesto a polícia acompanha de perto abordasse inclusive tenta inviabilizar agindo violentamente para inviabilizar a ação daqueles ativistas sejam eles homens, mulheres jovens, senhoras, religiosos e até crianças que clamavam pela libertação dos presos do Araguaia. Logo a polícia agiu de imediato empregando desproporcional força repressiva sobre esses militantes como relata o professor Domingos Conceição.

Eu tive a responsabilidade de construir esse equipamento de representação da igreja católica que é a cruz. [...] nós viemos aqui para a COBAJUR e depois fomos para a igreja das Mercês e deixamos lá. Quando foi a noite nos obrigamos adormir lá, pois nós sabíamos que tinha a opressão e que provavelmente se não chegássemos e dormíssemos lá, provavelmente não pudéssemos entrar porque a polícia tava de olho em nós, muito atenta se ia ter alguma coisa, pois a gente já vinha fazendo manifestação [...] Quando acordamos já era 07h e o círio já tava passando, então pedimos pro pessoal abrir a porta da igreja e quando vimos: Ah!, já tinha muita polícia, toda a região alí da praça das Mercês tava tomada, aí[...] pegamos a cruz e saímos, aí a gente vai para a porta e a polícia lá perguntou :o que é isso aí?, então dissemos que era uma cruz, e que vamo pagar uma promessa... (Domingos Conceição).⁵⁷

A grande maioria das centenas de milhares de fiéis naquela procissão matinal se quer perceberam alguma tensão maior que estivesse acontecendo até por que todos os devotos de Nossa Senhora de Nazaré que frequentam o círio, já estão habituados ao “empurra, empurra”, a gritaria de vendedores, a calouradas manifestações de fé, e a pontos de estrangulamento e sufoco principalmente com a aproximação da corda de promesseiros e da berlinda trazendo a

⁵⁷ Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Virgem de Nazaré, tanto que naquele dia se quer identificaram qualquer movimentação atípica como a que nos relata o Professor Leopoldo Nogueira:

Nós estávamos todos com a camisa da Virgem de Nazaré liberte os presos do Araguaia, ali já houve um enfrentamento com a polícia, muitos correram para dentro do Ver-o-Peso e eu fui um deles, porque eu trabalhei no Ver-o-Peso e eu conhecia a feira, conhecia os feirantes, então eu me escondi no meio das barracas, virei a camisa, e uma coisa interessante (eu nunca falei para ninguém isso) o que a gente percebe que no Círio, as pessoas levam promessas, eu comprei uma melancia e coloquei na cabeça, entrei no Círio. Chega uma hora quando abriu a faixa, realmente que eu não lembro onde foi, se foi em frente do colégio Nazaré, eu sei que quando abriu a faixa, aí não teve melancia que desse jeito, foi muita pancadaria, eu não lembro quem foi preso, só sei que nessa hora eu corri de novo quando abriu um clarão no meio da Romaria e os cara entraram batendo, e aí eu tive que correr já parei lá para perto da Basílica lá para o final da romaria⁵⁸ (Professor Leopoldo Nogueira Jr).

Assim como este evento supracitado, há registros de diversos atos que demonstravam publicamente a solidariedade aos Presos do Araguaia. Um destes foi uma vigília celebrada na Basílica de Nazaré para cerca de 800 pessoas, celebração essa que contou com a presença da mais alta autoridade da igreja do Pará, D. Alberto Gaudêncio Ramos, o que pode ser até considerado um fato peculiar já que o mesmo sempre atuou de forma mais conservadora e por vezes mais alinhado aos governos Militares (COIMBRA, 2006), acompanhado pelo arcebispo auxiliar de Belém D. Vicente Zico, que aproveitou a oportunidade para realizar uma arrecadação com o intuito de ajudar as famílias dos posseiros que estavam desamparadas, já que tais posseiros se encontravam presos. Outra celebração ainda maior ocorreu no Santuário de Perpétuo Socorro, que reuniu aproximadamente duas mil pessoas e contou com a participação de oito bispos e vinte quatro padres (FIGUEIRA, 1986).

Quando dialogamos com as diversas lideranças entrevistadas passamos a compreender que o MLPA ultrapassando as barreiras enquanto movimento social representa um papel pedagógico formativo no sentido que educa a população e especial a população mais pobre e a juventude a tomar consciência da realidade e fazer uma leitura da vida a partir tanto das leituras sagradas, mas também, da leitura de mundo então passam a compreender a dimensão social, política, econômica e cultural da realidade local e da sua região partindo assim a tomar uma nova postura em relação aos problemas existentes no seu dia a dia, inclusive, propondo e buscando soluções oficiais republicanas ou minimamente denunciar aquelas inviabilizações

⁵⁸ Entrevista concedida em 05 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

para garantia dos direitos à saúde, do direito ao saneamento, direito a educação, do direito à moradia, do direito a cultura então, o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia cumpre um papel pedagógico e transpassa a cada dia a cada reunião, a cada experiência vivida, a transformar a vida daqueles que participam e que emergem no cotidiano e no fazer da ação política, litúrgica e cultural da Belém dos anos 1980, a qual sente dores equivalentes ao sul e sudeste do Pará, aos oeste do Pará e grande parte da realidade da Região Amazônica.

Nossos relatores costumeiramente nos apontam que nas mais diversas atividades realizadas, sejam elas missas, novenas, palestras conferências plenárias, passeatas ou atividades culturais eles inclusive experimentam as trocas culturais com as outras gerações, gerações que vivenciaram o início inclusive dos anos da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e os anos de 1970, e essa experimentação, essa experiência dialogal acaba por trazer a maturidade acaba por despertar os sentimentos em uma perspectiva mais experimentada e mais e mais azeitada e mais fundamentada possibilitando assim a ampliação do leque de possibilidades e ações, no enfrentamento das diversas dificuldades encontradas pelos narradores e por suas famílias e, buscar também alternativas principalmente no sentido de viabilizar o objetivo maior que passa ser a libertação do cativo daqueles dois padres franceses e dos treze posseiros presos em 1981 e que representavam ali a partir do seu martírio e sofrimento todo o sofrimento de uma realidade de um povo e de uma região como o povo amazônico.

Nos anos iniciais da década de 1980 que, apresenta uma população majoritariamente católica, traz características de representação dicotômicas no sentido da postura tanto das estruturas superiores eclesiais quanto no comportamento social, religioso e cultural dos paroquianos e fiéis, até porque essa espécie de polarização também representa um debate existente na sociedade daquele tempo refletindo posições Antagônicas de uma lógica nacional e internacional. Especificamente falando da arquidiocese de Belém que tem a frente já algumas décadas o arcebispo metropolitano de Belém Dom Alberto Gaudêncio Ramos que se posiciona de forma mais conservadora e em muitas situações comunga com aspectos filosóficos e ideológicos dos governos militares e das elites políticas e econômicas locais e inclusive, fazendo o debate nos espaços religiosos e sociais da cidade, sendo comum perceber o arcebispo estabelecer críticas públicas as chamadas comunidades eclesiais de base inspiradas pela Teologia da libertação, ou fazer críticas inclusive a padres e freiras alinhados ideologicamente a uma postura mais vanguardista defendendo uma opção preferencial pelos mais pobres inspirados pelo concílio vaticano segundo e pela reunião do episcopado latino americano, inicialmente de Medellín e depois ratificado em Puebla no México, inclusive o

arcebispo comumente também critica a postura das pastorais da juventude, dos grupos pastorais, de sindicatos, de clubes de mães, a postura de seminaristas (RIBEIRO, 2014).

Eu particularmente em uma de minhas pesquisas compreendi um recorte de jornal encontrado nos arquivos da Arquidiocese de Belém do ano de 1968, o qual já não se encontra mais comigo, sob minha posse, onde o arcebispo metropolitano faz na igreja da Basílica de Nazaré uma crítica publica as mulheres da cidade de Belém no púlpito da igreja, que naquele ano estavam adentrando na universidade, fazendo essa crítica dizendo que o papel da mulher não é adentra na universidade, e sim cuidar da família, do marido e da casa .

Na outra ponta, em divergência a essa postura, a gente vai perceber inclusive nas próprias estruturas da igreja como o CIMI⁵⁹ - Conselho Indigenista Missionário, a própria Comissão Pastoral da Terra, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil representação Norte II, um posicionamento mais de vanguarda, como um enfrentamento aos regimes de governos militares e na plena defesa das comunidades ribeirinhas dos lavradores, das mulheres dos indígenas dos quilombolas dos operários e inclusive muitas vezes disponibilizando as estruturas da igreja no sentido da defesa desses grupos sociais economicamente vulneráveis, até por que a igreja católica nesse momento era uma das poucas instituições capazes de fazer um enfrentamento dos governos militares, logo, a gente entende que apesar a cidade ser majoritariamente católica e a causa da questão dos padres franceses e dos treze posseiros ter a capacidade de sensibilizar parte significativa da população local, não havia um consenso no aspecto da defesa da causa e dependendo do líder religioso, tanto na diocese, na prelazia, como nas paróquias ou nas demais instituições religiosa, os seus fiéis os moradores do local tendiam a ser orientados e reproduzir essa postura gerando muitas vezes conflitos locais e regionais, como podemos ver no relato do professor Leopoldo Nogueira Jr.:

Nós por exemplo da juventude em um episódio sobre isso em nossa igreja no Jurunas em Santa Terezinha era dirigida por um padre negro extremamente conservador que dirigiu uma paróquia em um bairro pobre, mas celebrava como se estivesse no centro da cidade, não conseguia identificar a necessidade daquelas pessoas, então nesse momento nós tínhamos um movimento de jovem chamado GREJOT (Grêmio Jovem Santa Teresinha) ele não concordava com o nosso método de atuar dentro da igreja, de fazer a discussão freiriana, de discutir Marx, então ele reuniu o seu apostolado da oração fizeram uma assembleia e nós fomos expulsos de dentro da igreja, e foi bom até porque nós fomos atuar em uma comunidade no Jurunas que era a Carlos de Carvalho, e lá nos fundamos uma CEBS que por sinal

⁵⁹ Para compreender melhor a atuação do CIMI na Amazônia ler os trabalhos Henri Burin des Rozières: Padre e advogados dos pobres de Airton Pereira (2016) VIEIRA, Jaci Guilherme; AREZ, K. Violência contra os povos indígenas e a igreja católica em Roraima: entre a ditadura e a democracia. Textos e Debates (UFRR), v. I, p. 07-23, 2015. VIEIRA, Jaci Guilherme; MATIONI, J. V. D.; SILVA, P. S. R. Violência contra os povos indígenas em Roraima e a luta pela homologação da Reserva Raposa Serra do Sol 1970 - 2009. Canoa do Tempo (UFAM), v. 5, p. 113-136, 2012.

nós recebemos um companheiro da guerrilha do Araguaia, eu tenho um texto escrito sobre isso, dessa visita, desse companheiro que eu não tô lembrando o nome agora, que foi sobrevivente do Araguaia, ele nos visitou lá na nossa comunidade, foi um dia muito especial, nós o recebemos.⁶⁰ (Professor Leopoldo Nogueira Jr)

A juventude da periferia de bairros como, o Telégrafo, Pedreira, Jurunas, Guamá, Terra firme, Sacramento, Pratinha identificava nas pautas e causas do MLPA a sua realidade vivida aqui na cidade, logo, aquele sentimento de luta por direitos sociais, de igualdade, justiça e dignidade que estavam ocorrendo lá na Região do Araguaia paraense, passam por gerar o pertencimento nessa juventude, em especial na juventude pobre da periferia da cidade de Belém e, somando-se a isso certa autorização, já que estamos falando de 1982, para que os movimentos, fossem eles estudantis, intelectuais, sindicais ou políticos, voltassem a se organizar.

Isso fortalece a possibilidade da estrutura e da mobilização para a luta e para a resistência daqueles grupos, e a partir da sua leitura e realidade de uma perspectiva freiriana muitas vezes trazida a debate nas comunidades eclesiais de base faz com que essa juventude, experimentada e vivenciada naquela situação assumia o MLPA enquanto um movimento protagonista daquelas vontades, daqueles desejos e daquelas esperanças assim, a grande maioria dessa juventude ligada aos grupos de pastorais sociais, de pastorais da juventude, das comunidades eclesiais de base, dos grupos de capoeira, dos grupos de teatro dos grupos de estudantes vão se identificar com aquela proposição e assumir uma tarefa que muitas vezes no percurso do processo, acabam contendo um papel protagonista já que, é essa massa que atribui valores como a grande participação popular que vai despertar a sensibilização na sociedade, na grande mídia, no puncionar a mídia alternativa, vai chamar atenção de organismos nacionais, internacionais no olhar da sociedade ampla para que se pressionasse a justiça e de governo militares para a libertação daqueles posseiros e daqueles padres, exatamente, dos treze posseiros do Cajueiro e os dois padres franceses Aristides Camiô e Francisco Goriô que tinham a necessidade da justa libertação, aquele movimento representava a possibilidade de um novo Brasil e a possibilidade de uma nova Amazônia, como podemos ver no relato do senhor Domingos Conceição:

A nossa realidade aqui do bairro do Jurunas era muito difícil, isso aqui nem tinha rua direito, eram umas vielas cheias de lama e ponte...Então, eu fui convidado para participar dessa reunião lá do MLPA, quando eu sai de lá, confesso que sai muito assustado e meio atônito sem saber de pensar uma coisa que os caras falavam lá,

⁶⁰ Entrevista concedida em 05 de agosto de 2023, em Belém/ PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

olha tem cuidado , tem um tal de Comando de Caça aos comunistas, eu nem sabia que porra era essa, eu não tinha nenhuma habilidade de lidar com isso(inaudível), como é que eu vou dar conta de resolver...”⁶¹ (Domingos Conceição).

Domingos Conceição continua a me apresentar o quanto o seu contato com o movimento, através daquela forma de “fazer igreja”, construía ideia e perspectivas para uma nova geração de sujeitos da Amazônia.

E ainda [...] Uma das coisas, era a mobilização, ela era uma igreja mobilizadora... tinha os cantos e isso era o atrativo. Existia uma mobilização geral, mas cada grupo que pertencia a uma determinada paróquia e tinha a seu lugar social, religiosa e política, e esse momento da igreja, era uma igreja que não separa, ela não dizia: “olha se tu vier com um símbolo político, pega e joga fora” ..., e tinha até uma discussão chamada Fé e Política [...] Portanto, o trabalho da igreja era um trabalho sistemático e politizava os seus participantes, era uma das habilidades na formação da competência desse engajamento e da luta (Domingos Conceição).

E ainda complementa o Professor Alberdan Batista:

Eu creio que outra coisa muito importante nesse foi quando os presos foram levados para a Polícia Federal lá no Comercio, isso foi no dia que nós fizemos uma plenária no CPT, então nós saímos de lá em passeata e a repressão veio em cima da gente no caminho tentando dispersar. Teve prisões, muita correria, bomba de gás lacrimogênio, e i dispersou uns pra cá e outros pra lá, umas pessoas foram presas e aí tiveram que soltar essas pessoas que estavam presas, mas a gente conseguiu chegar a Polícia Federal (Alberdan Batista).

Dentre os mais diversos momentos e espaços em Belém e em outras cidades onde ocorreram ações ligadas ao MLPA, sem dúvida as escadarias do antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IPASEP) em torno da Polícia Federal, representa o que há de mais simbólico na perspectiva da compreensão da capacidade e da força de aglutinação desse movimento. Movimento esse que na sua lógica multidimensional seguiu agregar uma grande variedade de dimensões da existência humana na produção de consciência e ações que desdobravam em práticas de caráter político, cultural, místico e social. Profusão de ideias que sem qualquer dúvida conseguia projetar para inclusive além da percepção daqueles próprios sujeitos o mosaico de sentimentos e conduções cotidianas de homens, mulheres e jovens de diversos grupos sociais, em especial da periferia, do campo e da cidade da Amazônia, do Brasil e da América Latina.

Esse prédio do IPASEP tinha uma escada que parecia encima um palco, e ali a gente acampou e ficamos por sessenta dias, sessenta dias se revezando, quem pudesse ir de manhã ia, quem pudesse ir a trade ia. E tinha uma turma que ficava a noite vigiando pra denunciar caso eles tentassem deslocar, sequestrar, levar embora, enfim...E toda

⁶¹ Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

manhã a gente fazia uma celebração, convidava um padre, uma comunidade, mexia com os alunos (inaudível) e essa celebração demorava um tempo, o pessoal falava, se manifestava, ai acalmava, dava enforme, a gente cantava a música do movimento. Ai por lá mesmo o pessoal dava um jeito de almoçar, mas não saía de lá da frente, e quando era no final da trade a gente fazia mais uma celebração, então teve muita celebração ecumênica, muita missa, muitos padres de outros lugares que vinham visitar, eles ficavam lá com a gente, então sempre tinha uma celebração diferente porque sempre tinha muita gente diferente (Alberdan Batista).

Naqueles dias dos anos iniciais da década de 1980, debaixo de sol e chuva e a qualquer hora do dia, centenas e até milhares de atores sociais que viviam na Região Amazônica exercitaram a audácia de enfrentar com o corpo e a alma o autoritarismo e a violência do governo militar brasileiro e com isso, conseguiram transformar práticas de seu cotidiano, dialogando com outras experiências e resignificando-as, gerando uma nova possibilidade de Amazônia e de Brasil que mesmo em uma visão utópica vislumbrava o sonho de uma terra sem males onde todos e todas tivessem acesso à terra para trabalhar, a educação, a saúde, cultura e moradia dignas, e esse olhar e fazer pautados na sacralidade da justiça social conduziria a sociedade ao verdadeiro reino de Deus onde prevaleceria a paz, a verdade e o amor incondicional entre os irmãos.

2.6 O Cerco à Igreja da Santíssima Trindade

Na cidade de Belém, provavelmente poucas situações se assemelham ao caso do cerco a Igreja da Trindade no dia 21 de junho de 1982 já que foi para lá que correram centenas de pessoas que se manifestavam em defesa dos PRESOS DO ARAGUAIA como inclusive é relatado de forma muito eloquente na obra *A Justiça do Lobo* do padre Ricardo Rezende Figueira (1986), durante o julgamento que ocorria no tribunal de justiça militar que ficava na Avenida São Jerônimo entre as travessas Rui Barbosa e Benjamim Constante e naquele lugar já desde a noite anterior, inúmeros integrantes do MLPA já aguardavam na fila para conseguir assento no auditório da justiça militar para acompanhar o julgamento ou taticamente somente guardavam vaga para apoiadores que vinham de outros estados e até de outros países para mostrar solidariedade aos PRESOS DO ARAGUAIA. O problema é que também as forças militares também enviaram agentes disfarçados para assegurar lugar a repressão e evitar acesso a militantes do movimento.

Neste cenário todo e qualquer espaço passa a ser um espaço de disputa entre repressão e movimento organizado. Na imprensa local os grandes veículos de comunicação a todo instante emitiam notas solicitando aos moradores da cidade de Belém que evitassem se dirigir

ao centro da cidade em especial a região do tribunal de justiça militar, a cada hora ou intervalo comercial nas rádios e televisões da cidade eram emitidas notas do governo do estado reforçando essa informação de que todos deveriam ficar em casa e evitar tumultos e desordem querendo com isso o governo enfraquecer ou inviabilizar o apoio popular aos PRESOS DO ARAGUAIA.

Como resultado desse clima de terror promovido pelas autoridades locais muitos membros das paróquias da cidade de Belém em especial da periferia optaram por não se dirigir ao centro da cidade com medo do que poderia acontecer, porém houve uma orientação por parte dos membros da igreja progressista a todos os fies católicos que pudessem não estar nas manifestações de apoio, e que pudessem acenderiam uma vela na janela de suas casas numa forma de apoio espiritual aqueles cristãos que estavam sendo julgados. A inclusive informação talvez um tanto romantizada de que em pouco tempo esgotaram-se as velas nos mercadinhos e tabernas da periferia de cidades como Belém, Marabá e São Geraldo do Araguaia.

Mesmo com o clima de terror instaurado uma multidão em especial de jovens ligados a pastoral da juventude de diversas igrejas da periferia de Belém como a Igreja São Sebastião na Sacramente, São Judas Tadeu na Condor, Igreja de Nossa Senhora Aparecida na Pedreira, Igreja nossa senhora do Perpétuo Socorro no Telégrafo, e Igreja de Maria Goretti no Guamá construíram alternativas para chegar até aquele lugar no julgamento. Como nos relata o senhor Alberdan Batista:

No dia que ia ser o julgamento, Já tinha passado um tempo nisso, aí a gente fez uma mobilização grande, o pessoal da anistia Internacional teve presente, o Lula veio participar, Valdemar Rossi que era o líder da oposição sindical de São Paulo veio, vieram outros bispos, padres enfim e então a gente se reuniu nas igreja todo mundo se reuniu na igreja , nós nos reunimos na igreja de São Sebastiao e estávamos reunidos lá então nós vamos sair daqui e tava lotado, primeiro a gente cantou, cantou, se animou, ai pronto agora nós vamos sair daqui e nós vamos fazer uma atividade de solidariedade aos nossos irmãos e ta. Então uma pessoa que estava sentada no banco se levantava ia lá na frente, com uma coordenação ai o pessoal tinha feito uma coleta pegava o dinheiro e só essa pessoa sabia para onde ia mais ninguém sabia ai saia a primeira fileira o objetivo era chegar em determinado lugar e o pessoal ia entrava no ônibus ia embora, ai o outro e assim foi, só uma pessoa sabia onde era , a polícia militar imaginou que a gente ia para a praça da republica e cercou a praça da republica, muito cachorro, muito cavalo, polícia militar armada até os dentes enfim não deixa ninguém nem atravessar a praça, então a praça estava cercada, helicóptero voando, muito caminhão do exército da polícia e então a gente tinha combinado que ia se encontrar na igreja da Trindade, então o pessoal ia devagarzinho de pouquinho ia entrando na igreja e ai a gente conseguiu montar um caminhão, eu acho que o caminhão era do Emaús, aquele caminhão(inaudível) caminhão de guerra(inaudível) tinha mandado pra porque queimava muito óleo eles não queriam esse caminhão pra lá , ai a gente colocou uns projetores uns projetores amarrados na lateral e estávamos montando quando a polícia veio com tudo, de helicóptero viram a movimentação e chegaram ai foram desmantelando tudo

desmontando o caminhão e ai tentando prender as pessoas ai nós entramos na igreja da trindade que não é um espaço grande a gente entrou na igreja e uma parte ficou do lado de fora então eles cercaram toda a igreja e cercaram toda a praça mas cercaram a igreja e colocaram assim quem quiser sair sai entrar não entra ninguém é ai cortaram a agua, cortaram a energia e a gente lá dentro rezando e fazendo palavras de ordem cantando coisas do movimento, os hinos do movimento que a gente conhecia e fazendo celebração , é tem muitas fotos desse dia desse local dessa coisa toda , então o que aconteceu a gente estava sem água , como a igreja era separada do banheiro então eles cercaram não deixavam ninguém ir para o banheiro então a gente teve que arrumar uns baldes botar atrás das portas para quem precisasse fazer as coisas lá né dá o jeito jogar enfim, a gente percebeu então que eles queriam matar a gente no cansaço, só quem conseguia sair e entrar eram os advogados e uma moça da anistia internacional que pegava as coisas das fotos e ela passava levando as fotos e não podiam mexer com ela ou os advogados, isso durou a manhã inteira e ai como o pessoal não podia entrar comida nem nada que eles não deixavam, pessoal montou um esquema e depois chamaram a gente e disseram olha o seguinte então pode sair pode, não, pode sair pode sair mas tem que ir embora e só pode sair de dois em dois não pode sair de quatro de cinco, ta bom não tem problema, só que a gente reunião lá dentro e dizia olha nós vamos para a igreja das Mercês, sai da uma volta e vai para a igreja das Mercês, é lá que a gente vai se encontra então o pessoal já tinha colocado agua, já tinha feijoadada, pão, já tinha café, já estava mobilizado lá para receber o pessoal, já tinha farinha, tudo isso já tinha colocado lá ,quando eles perceberam que o pessoal estava entrando numa movimentação grande tentaram cercar a igreja mas a gente já estava lá dentro então passamos o resto da tarde a noite e o Lula foi lá com a gente para dar informes, eu sei que eles foram condenados então a gente soube da condenação dentro da igreja das Mercês e cercados pela polícia sem poder sair porque ai eles já prendiam quem saíssem também passamos a noite lá quando foi para banda da madrugada amanhecendo o dia o Lula foi lá para dar a informação pra gente e ai o movimento já se transformou e continuou porque agora nós já queríamos o recurso enfim e tal e isso levou bastante tempo eu acho que tem uma coisa importante ai no MLPA que é o seguinte a gente aproveitava todos os momentos para denunciar e um desses momentos era o círio (Alberdan Batista).

Ao chegarem à região do julgamento foram cercados por uma expressiva força repressora que envolvia cavalaria, centenas de homens fortemente armados com cães treinados no canil da PM diversos soldados do Exército, Marinha, Aeronáutica, Policia Civil, Policia Federal inclusive com sobrevoos de helicópteros das forças armadas além de agentes duplos disfarçados.

Eu lembro, batemos na porta e o padre não abriu a igreja porque o Cônego de lá o Padre Menezes era do lado do Dom Alberto que não concordava com o nosso movimento, então assim, foi um desespero “abre, abre que a polícia tá batendo, tá chegando”! Não sei se alguém foi lá acordar o padre aí ele abriu, nós entramos e quando a gente entrou a polícia fechou, então ficou uma turma de fora e uma turma dentro eu fiquei na turma de dentro da igreja, e a partir daí a gente não teve mais comunicação com ninguém, não sabíamos o que tava acontecendo lá fora [...] como é que a gente ia ficar preso numa igreja sem poder ir ao banheiro? Improvisaram baldes, panelas para se urinar lá dentro, água entrava pelas grades, então criou-se um Pânico na cidade porque as rádios conservadoras diziam: “não deixem seus filhos sair de casa, não mande seus filhos” ... criou-se um Pânico nas rádios falando, eu

fiquei sabendo depois que até nos cinemas nos rodapés dos filmes rodava um alerta: não vão para rua (Professor Leopoldo Nogueira Jr)⁶²

Todas essas forças da repressão partiram para cima dos militantes e apoiadores do MLPA e em formação tática agiram para dispersar aquela multidão aplicando tiros de borracha, tiros para o alto, gás lacrimogênio e o avanço da polícia de choque expulsando aquelas centenas de pessoas que em sua defesa correram em direção à Praça da República sendo perseguidos pelos policiais e encontrando refúgio somente na Igreja Santíssima Trindade que se encontrava de portas abertas.

Estando ali refugiados e aglomerados inicia-se o chamado cerco da Igreja da Trindade quando as forças Policiais estabelecem cordões de isolamento e desenvolve práticas de abuso físico e psicológico inviabilizando qualquer comunicação entre os militantes do MLPA que estavam na parte interna da igreja e o mundo externo, levando aqueles jovens, idosos, religiosos, homens e mulheres a condição de cárcere privado, condição que iria perdurar por diversas horas.

Eu tava na igreja onde eu via a concentração e a Polícia Federal todinha cercou a igreja e o pessoal ficou cantando lá dentro e muita gente do lado de fora olhando aquele cerco, foi um momento de muita tensão para nós, mesmo porque na época os militares não queriam saber se tu eras da imprensa ou não era o tratamento era um tratamento duro que eles davam para todo mundo ele não pensavam duas vezes em nos agredir física ou psicologicamente, era agressão de todo tipo... ao mesmo tempo era interessante aquela postura porque o povo tava vendo como era que o governo tratava aquelas pessoas inclusive como tratava a igreja, isso era uma ousadia dos militares um abuso de poder contra a própria igreja, e até muitas pessoas que ali estavam passando que não sabiam o que estava acontecendo se aproximavam para tentar entender até mesmo aqueles que não era da igreja ficaram horrorizados ficavam curiosos e aquela informação foi descendo do centro para a periferia da cidade aquele foi um dos momentos mais fortes e marcantes que eu acompanhei (Alberdan Batista).⁶³

Sem dúvida o cerco à Igreja da Trindade foi um dos momentos mais icônicos durante as atividades do MLPA, já que este cerco atraiu à cidade de Belém/PA milhares de agentes e forças policiais que atua para reprimir os manifestantes, acabam por isolar o Templo religioso durante horas seguidas e chamou muita atenção da população da cidade, gerando muita especulação e repercussão na imprensa local e nacional.

⁶² Entrevista concedida em 05 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁶³ Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Figura 30 - Cerco policial a Igreja da Santíssima Trindade



Acervo pessoal Alberdan Batista

Enquanto permanecia o cerco policial em torno da Igreja Santíssima Trindade cada vez mais se juntava uma multidão de curiosos e se intensificavam entre as negociações entre o movimento, a igreja católica representada naquele momento pelo Bispo auxiliar Dom Vicente Zico e as forças da repressão que àquela altura já havia inclusive cortado a energia e a água da paróquia, que inclusive não possuía banheiro interno o que obrigou os encarcerados a adaptarem com alguns tapumes um banheiro improvisado, se utilizando de baldes e afins.

Outro fato bastante curioso e até dramático que pude constatar tanto na literatura utilizada (Figueira, 1986) e (Chinen, 1983) e dos relatos de história oral foi o fato específico de que devido a toda atenção gerada pelo cerco pelo barulho da cavalaria do canil da polícia e do ressoar dos cacetes no escudo da polícia de choque além do calor da sede e da falta de comunicação da área externa da igreja o que gerou um grande medo daqueles que se encontravam em cárcere privado, e como a quantidade de mulheres aprisionadas dentro da paróquia era um número expressivo ocorreu um histeria coletiva entre o gênero feminino, todas as mulheres em idade fértil menstruaram simultaneamente e que, como as mesma não estavam prevenidas para tal emergência de cuidado íntimo e não possuíam do local, restou a estas rasgar as faixas de protesto para resolver temporariamente tal situação constrangedora.

Figura 31 - Vista Interna dos militantes encarcerados na Igreja da Santíssima Trindade (Junho de 1982)



Fonte: Acervo pessoal Professor Caíto Aragão, Ex-vereador do PT – Belém (1997 – 2000, 2001 – 2004)

A tensão entre as partes perdurou por horas afins mesmo após a intervenção de Dom Vicente Zico enquanto o povo dentro da igreja continuava a rezar entoar cantos e protestar e sem de comunicação com a área externa restou a algumas lideranças do movimento a utilização das torres da paróquia quando de lá aos gritos tentavam dar algum recado aos que estavam fora ou mesmo receber orientações e informações, pratica essa que curiosamente causou intenso desconforto e preocupação nas forças policiais uma vez que aquele ato trazia a memória de uma das maiores revoluções ocorridas no Brasil Imperial que se deu no Estado do Pará entre 1830-1835 (MAIA, 1999), a Cabanagem, revolução essa onde indígenas, negros, escravos e libertos, brancos pobres, pequenos proprietários de terra e até religiosos pegaram em arma para destituir o poder vigente. Memória essa que levou as forças armadas a imaginar que naquele dia 21 de junho de 1982, a cidade de Belém poderia novamente ser tomada por uma espécie de nova Cabanagem com revoltosos vindos por caminhos de terra e água fazendo assim, uma nova revolução e libertando os padres e posseiros presos:

Eu acho que do ponto de vista da luta e da resistência, esse movimento MLPA deixou uma herança muito interessante no sentido de uma mobilização, da capacidade de resistir, de lutar e de articular um movimento diferente eu acho que nesse sentido foi um movimento muito importante, um movimento que aconteceu no início da década de 80 e que mudou a história dos movimentos sociais na Amazônia. (Sérgio Galiza)⁶⁴

2.7 Jornal Resistência: Uma Imprensa Alternativa e de Luta

As forças de repressão buscaram diversas estratégias de intimidação aos militantes do MLPA, dentre estas consistia na tentativa de controle e censura aos jornais de postura mais progressista e/ou mais alinhada ao movimento, em especial destacamos a contundente perseguição ao Jornal Resistência, veículo este que cumpria importante papel da denúncia de muitos crimes e injustiças cometidas, seja por fazendeiros, pela polícia, por empresários, ou pelo próprio estado em suas diversas dimensões, vitimando assim posseiros, lavradores, operários, servidores públicos, indígenas, quilombolas, e todo aquele ou naquela que se sentisse alijado ou vilipendiado pelos detentores do poder econômico e político no estado Pará.

O Jornal Resistência, e sua organização a SPDDH, não mediam esforços na denúncia dessas práticas, e com o MLPA, não seria diferente, em verdade o jornal resistência promove

⁶⁴ Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2021, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido

uma ampla e competente cobertura sobre os casos da prisão dos padres franceses e dos 13 posseiros, despertando a ira e a desconfiança das forças de repressão, tanto estadual como federal, os quais se utilizavam de diversas táticas de espionagem, sabotagem, invasões as instalações, prisões e até agressões físicas.

Um episódio emblemático foi o caso da invasão da gráfica Suiá onde estava instalado a redação e o parque gráfico do Jornal Resistência, que ficava localizada na travessa Primeiro de Março e que teve ação deflagrada pela polícia federal em de 1982, quando os policiais ocuparam o prédio e fizeram devassa em busca de “material subversivo” produzido sob encomenda da coordenação do MLPA, material esse que seria distribuído na procissão do Círio de Nazaré, procissão católica que se realiza sempre no segundo domingo de outubro na cidade de Belém e que reúne cerca de um milhão de pessoas nas ruas da cidade e que por isso é considerado uma das maiores manifestações de devoção mariana do mundo. E por reunir essa imensa quantidade de fieis católicos, havia certo temor por conta das autoridades de que pudesse ocorrer um grande levante na cidade e parte dessa população de romeiros se dirigisse até o local de prisão dos padres e posseiros, e num gesto de “justiça dos homens”, libertassem os presos do Araguaia.

Nesse sentido, busquei os sujeitos históricos que participaram ativamente também deste evento específico, como é o caso do Jornalista e escritor Paulo Roberto Ferreira, 71 anos, nascido na cidade de Belém do Pará e que testemunhou de perto o ocorrido, já que Paulo no início dos anos 1980 atuava como diretor e jornalista do jornal resistência, além de administrar a gráfica Suiá, a qual era sócio junto com Daniel Veiga e Humberto Cunha, além de também trabalhar no consagrado jornal O liberal. Faz-se importante registrar também que Paulo Roberto foi funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal, até ser demitido em 1980 por perseguição política da ditadura militar. O nosso relator faz questão de apontar que uma das “marcas” do Jornal Resistência, consistia justamente na solidariedade aqueles grupos sociais mais sofridos de fome, e violência de toda ordem, e que parte desta postura vinha da razão de sua própria composição que agregava em suas fileiras membros da chamada Igreja Católica Progressista (CPT, CIMI), membros da Igreja Luterana, assim como outros membros da sociedade civil organizada, entes esses que compreendiam e atuavam de forma contundente na defesa dos direitos desses grupos sociais marginalizados, entre estes os perseguidos, maculados, prometidos de morte, expulsos da terra, e famílias de assassinados pelo grande latifúndio com seus pistoleiros e suas articulações com as mais diversas esferas de poder.

Importante também apontar que havia outros jornais de mesma característica sociopolítica, como por exemplo, os jornais *Tribuna da Luta Operária*, *Em tempo*, *O Movimento*. Os jornais de grande circulação como *O liberal* e *A Província do Pará*, também disponibilizavam relevante cobertura sobre o caso, porém sem necessariamente compromisso com a voz dos sujeitos subalternizados, já que esses periódicos por mais que fizesse cobertura de qualidade, não deixavam de atender preferencialmente os interesses dos anunciantes entre os quais se encontravam empresários industriais, latifundiários e outros representantes das oligarquias locais. Para, além disso, havia também, dependendo do caso, uma orientação do governo do Estado e até da prefeitura municipal de Belém para que as matérias publicadas não incomodassem seus partidários ou outro indivíduo ou grupo social que estivesse alinhado política, fisiológico e ideologicamente.

Figura 32 - Jornal Resistência: “Os padres vão ser expulsos”



Fonte: Acervo pessoal Professor Amilson Pinheiro

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 não era muito seguro publicar e distribuir / vender jornais da imprensa alternativa, já que havia uma grande articulação de caráter nacional entre os grandes grupos de comunicação, seus anunciantes e as forças repressoras na tentativa de intimidar e inviabilizar a circulação de jornais de posturas progressivas incorrendo inclusive em atentados onde eram colocadas bombas dentro das bancas de revistas inclusive ataques de metralhadoras, o que levou muitas dessas bancas a serem incendiadas e destruídas por atos terroristas da extrema direita.

Na cidade de Belém a imprensa alternativa também não encontrou cenário tão diferente, porém a partir de diversas articulações os organizadores destes jornais supracitados

viabilizaram alguns pontos de vendas, o que não se preservaria por muito tempo, tendo mesmo que buscar alternativas.

Mas a gente chegou a vender em vários pontos, em bancas de revistas, até que chegou o momento em que essas bancas se recusaram a vender talvez por medo da polícia. Resolvemos então realizar mutirões de vendas de jornais na rua, todo sábado a gente ia para a Rua João Alfredo que era o point daquela época em Belém, um grupo de estudantes colaboradores do jornal ia para lá e a gente gritava as manchetes, depois daquela multidão foi se agregando a outros jornais alternativos então passou a ser um mutirão de vendas de jornais alternativos não mais só do Resistência, mas começou só com ele e se ampliou. O jornal Resistência também, circulava muito nas entidades como a FASE, a CPT e igrejas como a católica e a luterana alcançando seus grupos de pastorais e suas CEBs, circulando inclusive fora de Belém como na Transamazônica para onde eram enviados os malotes que chegavam até a irmã Dorothy Stang que distribuía o jornal na região, como os malotes enviados ao padre Ricardo Rezende responsável pela distribuição e venda em todo sul e sudeste do Pará⁶⁵ (Paulo Roberto Ferreira).

Diante do relato do jornalista Paulo Roberto Ferreira é possível identificar que o jornal resistência dispunha de uma significativa rede de solidariedade para produção e distribuição, rede esta que também se articulava no sentido de subsidiar o veículo de comunicação informações e dados que alimentariam a novas edições rede esta que passava inclusive pelo próprio Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPA líderes sindicais e líderes comunitários que conseguiu distribuir o jornal em diversos espaços da cidade de Belém inclusive em espaços específicos e pensados de forma estratégica como as feiras dos bairros do Jurunas, Pedreira e Sacramento nos aponta Paulo Roberto Ferreira.

Entrevistei muitos representantes dos movimentos sociais, inclusive entrevistei o pessoal que fazia vigília na porta da Polícia Federal que funcionava na época no prédio da rua Manoel Barata próximo a avenida Portugal. Tinha um prédio onde o pessoal fazia uma vigília permanente e a gente ia para lá, entrevistava as vezes os padres, os bispos que iam visitá-los, era um local onde a gente ficava na porta da polícia, entrevistava ali tanto quando eles iam visitas quando eles retornavam da visita então a gente ia lá tomava os depoimentos depois publicava lembro uma vez que entrevistei o Dom Patrício que era o Bispo do Araguaia (Paulo Roberto Ferreira).⁶⁶

Aqueles anos de transição ente ditadura cível-militar e democracia, apresentavam características bastante incomuns já que ainda carregavam consigo elementos característicos da repressão como a espionagem oficial, a vigilância e o patrulhamento aos adversários políticos, resultando em perseguição (mesmo que velada) a lideranças políticas e sindicais, a

⁶⁵ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁶⁶ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

forte presença do militarismo, aparelhamento do estado em nome de poderosos grupos econômicos.

Condição essa que levou a diversos episódios de violência, muitas vezes ocorridas obscuridades, outras presenciadas por diversas pessoas e/ou organizações, o que levava a mobilizar um grande grupo de pessoas para de imediato tentar inviabilizar, ou minimamente denunciar a organismos da imprensa nas suas mais diferentes representações, o que de imediato gerava resultado em favor daqueles violentados, e que de alguma forma também ajudar a mobilizar ainda mais os militantes e simpatizantes do MLPA, como percebemos neste novo relato de Paulo Roberto Ferreira:

Teve uma vez uma tentativa de sequestro do advogado Egídio Sales, na verdade eles tentaram montar uma casinha para o Egídio e pegaram um outro jornalista Afonso Clautau que trabalhava no jornal Estado do Pará que era o jornal que existia antes do Diário do Pará, ele foi confundido e preso porque ambos usavam barba grande. o Afonso tinha uma casa em Icoraci na Beira do rio naquela primeira via e o Egídio ia sempre lá porque eles eram muito amigos, e aí eles tentaram pegar ele lá achando que eles estavam lá fumando maconha, e a ideia era desmoralizar os advogados dos padres e a polícia se deu mal além de não pegarem o Egídio prenderam o cara errado e foi um escândalo na cidade⁶⁷ (Paulo Roberto Ferreira).

Logo, o MLPA, assim como outros muitos movimentos e lideranças políticas, estudantis, sindicais, religiosas e populares daqueles anos 80 elaboravam e viabilizavam estratégias de sobrevivência as muitas práticas de repressão realizadas por grupos que buscavam combater a todo custo a organização e resistência dos múltiplos grupos existentes de distintas representações e formas de agir, condição essa presente em vários grupos e nas diversas regiões do país e da América do Sul (MOTA, 2015).

E aqui na Amazônia e com o MLPA também pude registrar um número expressivo de ocorrências que vitimaram o movimento, tanto na chamada região do Araguaia, como na cidade de Belém, um deles inclusive desrespeitou e fez o enfrentamento, quase que como uma prática de sacrilégio, ao desencadear operações policiais as vésperas do círio de Nazaré, inclusive não respeitando a própria procissão que acontece sempre no segundo domingo do outubro em Belém do Pará. Já naqueles anos:

Outro episódio, véspera do círio, na sexta feira antes a Polícia Federal arrumou duas incursões uma na sede do IPAR onde ela encontrou e prendeu o vereador Humberto Cunha que era uma pessoa muito ligada ao CPT e ao instituto pastoral onde a Isa Cunha que era mulher dele era professora do IPAR e mais um colega meu que na época era estudante do IPAR foram presos. A outra ação foi que na mesma hora

⁶⁷ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

invadiram a gráfica Súiar, essa gráfica que eu falei, eu estava para o almoço porque eu passava o dia todo na gráfica e entrava a noite no O Liberal que ficava na Gaspar Viana no comércio e a gráfica ficava ali mesmo no bairro da Campina. Quando eu voltei a gráfica já estava ocupada pela Polícia Federal prenderam todo mundo que tava lá inclusive todos os funcionários, e aquele prédio tinha um espaço que funcionava a administração e a redação, jornalista estagiários e estudantes que vendiam jornal na universidade estavam lá, Ai eles fecharam a porta pegaram todo mundo e foram fichando, fotografando, botavam contra parede, fotografaram de frente de lado e de perfil e foram pegando o nome de todo mundo... algemaram o Daniel Veiga que era o gerente da gráfica, e prenderam também o Oberdam que era o chefe da gráfica, cada cliente que chegava la encontrava a porta fechada, batia na porta e eles colocavam o caboco pra dentro e fotografavam seja cliente ou fornecedor, todos eram constrangidos. Eu quando cheguei percebi fui devagarzinho puxei minha chave do bolso e um garoto do outro lado da rua gritou Paulo tem uns homens estranhos ai dentro, então eu desconfiei puxei a chave e não abri a porta ai meti o pé para a Presidente Vargas lá na loja da Telepará arrumei umas fichas e liguei pra uns jornalistas, pra SDDH e pra uns advogados, ai voltei pra lá e quando eu abri a porta eles me pegaram pelo braço me fotografaram mas eu fiquei calado e nem disse qual era a minha função. Depois deles terem recolhido todo material perguntaram quem era o responsável pela gráfica e todo mundo ficou calado depois dele gritar três vezes eu respondi sou eu porquê e eles me questionaram porque só àquela hora eu estava dizendo que eu era o responsável então eu disse porque vocês perguntaram só agora depois de fazer todo o estrago então eles me pegaram me agarraram me levaram para dentro do escritório e me fizeram assinar uma lista com tudo que haviam apreendido lista está feita com a nossa máquina de datilografar elétrica e nessa lista de vinte e cinco itens ficou evidente o material incriminador que era a chapa futurito, alguns matérias impressos, cartões e tudo o que a gente já tinha feito para o MLPA, que era o material que estávamos fazendo para distribuir na romaria do círio. Logo após e e outro funcionário fomos colocados em uma Kombi e conduzidos para a Polícia Federal onde já estavam esperando por nós o doutor José Carlos Castro e uma outra advogada do SDDH, inclusive já tinham uma turma mobilizada na frente do prédio Manoel Barata e todo mundo gritando soltem nossos presos⁶⁸ (Paulo Roberto Ferreira).

É fato que no decorrer de todo processo de prisão e julgamento dos PRESOS Do ARAGUAIA a imprensa alternativa em especial o jornal Resistência realizaram um importante papel na denúncia e compartilhamento de informação com relação ao tema, inclusive enviando notas e material para outros jornais de circulação nacional que dependendo da situação divulgavam ou não. Era comum o jornal Resistência tornar público manifestações que diversos parlamentares e outras personalidades nacionais e internacionais e que acabava por gerar mais musculatura política e social ao movimento, inclusive o jornal Resistencia acompanhou muitos dos interrogatórios realizados nas diversas fazes tanto policial tanto no tribunal militar inclusive entrevistando diversos atores essenciais naquele momento como o famoso advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que depois veio se tornar vice-prefeito de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina entre 1989-1992, ambos do Partido dos

⁶⁸ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

Trabalhadores, outra entrevista histórica conseguida ao Jornal Resistência neste momento, foi a visita da liderança nacional do PT e do grande líder sindical do ABC Paulista, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que fez questão de vir a Belém demonstrar solidariedade aos padres e posseiros presos.

Figura 33 - Jornal Resistência: “Lula acusa”



Fonte: Acervo pessoal Professor Amilson Pinheiro

Mesmo já no período transitório, como já mencionamos anteriormente, inclusive mesmo que o jornalista trabalhasse nos jornais mais conceituados e “autorizados”, da cidade de Belém, você não necessariamente estava livre das inúmeras práticas abusivas postas em ação pelas instituições policiais das diversas esferas, muitas vezes inclusive desrespeitando tratados internacionais de liberdade de imprensa, onde inclusive nem mesmo jornalistas mulheres eram poupadas destas inesperadas e truculentas ações.

Eu lembro do caso da jornalista Ana Célia Pinheiro que trabalhava no jornal O Liberal e ficou detida dentro do quartel da Aeronáutica lá no primeiro COMAR, ela ficou detida porque foi fazer uma entrevista com as mulheres dos presos que foram visitar os seus maridos e lá conseguiu a informação de que o Major Cúrio teve acesso a essas mulheres, ela teve essa informação pelas mulheres de que o Cúrio teve acesso aos presos e ele não poderia de maneira nenhuma já que era um agente da repressão, ele não poderia nunca ter acesso aos presos de justiça então foi um escândalo, então quando ela estava lá ouvindo as mulheres foi detida dentro do quartel e ai eu vi toda uma movimentação, uma mobilização e ela acabou sendo liberada posteriormente (Paulo Roberto Ferreira).⁶⁹

⁶⁹ Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

Dialogando com o professor Antônio Montenegro (1010), assim como com as professoras Amado e Marieta (2006), pude refletir acerca das particularidades da História do tempo Presente e do método da História Oral onde em uma questão de curto prazo, acabam alterando o curso do processo, tanto na perspectiva de avanços, como na orientação de rupturas, perdas e reordenamentos, com os quais precisamos estar sempre dispostos a entender, ou minimamente enfrentar na busca de soluções que venham a reparar e/ou realinhar os acontecimentos. Aproveito aqui para fazer o registro de que a História do Tempo Presente fios e os rastros (GINZBURG, 2007) Neste caminho, no ano de 2019, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tive a oportunidade de entrevistar a conceituada jornalista da Folha de São Paulo, Cristina Serra, que já trabalhou em importantes veículos de comunicação do Brasil, como a Rede Globo de Televisão.

Como já relatei aqui, eu me encontrava na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para uma entrevista marcada com o padre e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Praia Vermelha, entrevista essa já apresentada ao leitor no primeiro capítulo desta tese, e então aproveitei a estada na cidade para, a partir de contatos por Belém com a Historiadora Venize Rodrigues, histórica militante do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores, a qual mantém longeva relação com a renomada jornalista, e acabou por fazer a "costura" para a agenda que acabou acontecendo no bairro de Ipanema, e a partir dessa entrevista, pude ampliar meu olhar referente à imprensa alternativa daquele momento histórico, já que Cristina Serra que é paraense de Belém do Pará, e a época do MLPA cursava o curso de jornalismo na Universidade Federal do Pará (UFPA), e atuou como estagiária no Jornal resistência e no Jornal "O Nanico", em períodos distintos. E numa conversa, de característica um tanto informal, porém de importante conteúdo, Cristina Serra nos diz assim:

Em 1982 quando aconteceu o episódio dos padres franceses, eu ainda era estudante de jornalismo, só que trabalhava já no Resistência, que foi o meu primeiro trabalho como jornalista, antes eu tinha trabalhado no NANICO que era um jornal alternativo também onde eu era colaboradora eventual. Já no Resistência eu fui trabalhar mesmo, eu recebia pagamento, e ia lá todo dia pegava minhas pautas e saía para fazer matéria, mas ainda sim eu era ainda estudante e tinha 19 anos e estava ali Tateando, querendo aprender eu vou falar aqui o que eu tenho na memória, e a memória trai muito a gente... eu fazia muito matéria assim nas associações de moradores, fazia também manifestações e como estudante eu era ligada a uma tendência estudantil chamada "Caminhando", que também atuava no resistência, era uma ação ali conjunta, uma dissidência do PCDB que o PCO e que ajudava a bancar os custos do resistência... Digamos assim nunca fui oficialmente do movimento, mas eu era muito próxima, eram todos os meus amigos e conversávamos muito sobre política[...] a gente organizava protestos, manifestações, vigílias lá na frente da polícia federal onde ficaram presos por muito tempo e eu participava muito disso tudo. O NANICO era muito pequenininho, quem fazia o NANICO era o Marcos Soares, mas na verdade o nome dele é Pedro, ele era neto do Pedro Pomar que foi

assassinado naquele massacre da lapa, o filho do Pedro que é o Wladimir Pomar, mandou o Marcos que se chama Pedro pra Belém para protegê-lo de São Paulo e aí o Pedro adotou o nome de Marcos Soares⁷⁰ (Cristina Serra).

Este relato da jornalista Cristina Serra, nos possibilita compreender a dimensão daqueles anos iniciais da década de 1980, onde acontecia uma profusão de ideias sentimento e ações que foram impossibilitados por décadas anteriores de intensa repressão política, logo, já nesse período transitório todo e qualquer espaço momento apresentava potencial de se tornar um gesto agregador e mobilizador pela redemocratização, seja ele movimento religioso, sindical, popular, acadêmico ou movimento estudantil, como observado no relato abaixo:

Quando eu entrei na faculdade, já cai automaticamente no movimento estudantil, Eu me achei ali, era um curso majoritariamente feminino e tinha um centro acadêmico, eu me encantei com aquilo ali, eu me descobri e cai matando no movimento estudantil, tanto que fui presidente do centro acadêmico um tempo depois, mais era sobretudo muito arriscado, porque tinham muitos agentes, espiões da Polícia Federal, alguns até a gente sabia... tinha uma margem de risco grande mas também tinha maneiras de se proteger, os líderes estudantis pensavam estratégias para a gente ficar esperto se vai acontecer algo e pra onde correr, eram lideranças estudantis maravilhosas, Ana Julia Carepa, Romulo Paes, Valmir Bispo e etc. (Cristina Serra)⁷¹

Pelo relato acima, é perceptível que também os espaços de produção técnica, científica e intelectual na Universidade Federal do Pará, apresentava uma dinâmica de características inovadoras, onde centenas de estudantes dos mais diversos cursos e áreas, apesar da juventude, apresentavam a maturidade acadêmica e política para se organizarem e se movimentarem em torno de pautas comuns que interessavam toda comunidade acadêmica, em especial ao Movimento Estudantil, mesmo que já neste instante já emergiam as mais plurais correntes ideológicas presentes em vario segmentos de vários partidos, já como um reflexo do pluripartidarismo de 1980, o que não os impedia sempre de se unificarem pelo bem do interesse comum como aconteceu na ação do M.E no MLPA.

Entre as práticas desenvolvidas pelos estudantes da UFPA existia a do processo de construção da consciência publica política e para tal, muitos desses estudantes não mediam esforços para a elaboração, produção e distribuição de panfletos, cartazes e jornais alternativos das mais diversas dimensões, em especial aqueles com maior capilaridade social,

⁷⁰ Entrevista concedida em 14 de julho de 2019, Rio de Janeiro/RJ, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁷¹ Entrevista concedida em 14 de julho de 2019, Rio de Janeiro/RJ, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

logo com maior possibilidade de contribuição no movimento. Essas ações se davam tanto nos espaços como nos corredores do setorial básico e profissional da UFGPA como nas periferias da cidade, nas paróquias e comunidades eclesiais de base, assim como no comércio de Belém, que nos anos de 1980 era o ambiente de maior circulação populacional do município, que faria com que um maior público tivesse acesso às informações, sejam consumidores das lojas ou, trabalhadores do comércio da cidade.

Íamos lá para a João Alfredo vender jornal e era na cara de pau ali no Ver-o-Peso, porque a gente queria que o povo comprasse, na época a gente sabia que classe média alta tinha o pensamento que o jornal era um jornal comunista. As vezes a pessoa não olhava na tua cara, as vezes a pessoa tinha que ter cara de pau de vendedor mesmo, tinha gente que comprava, mas ainda sim era um esquema muito amador, tinha banca que se recusava a vender por medo então o alcance era limitado, Os jornais impressos atingiam uma pequena faixa da população, a forma mais frequente utilizada era o rádio pois pouca gente tinha televisão e quem cobria mais essas coisas era o rádio, o rádio era forte e muito controlado e o rádio tinha muita gente extremamente identificada com os conservadores e sentava o pau e tratava mesmo os padres e os posseiros como terroristas então parte da população achava que os PRESOS DO ARAGUAIA eram terroristas justamente por conta dessa mediação feita sobretudo com alguns programas específicos como o patrulha da cidade e tinha muitos radialistas de direita como o Eloi Santos e Adamor Filho que tinham imensa (audiência e por serem alinhados ao governo militar acabavam colaborando com a imagem de padres subversivos e comunistas.⁷² (Paulo Roberto Ferreira)

Essa venda e distribuição dos jornais alternativos, além de gerar renda para a manutenção deles, buscavam cobrir lacunas deixadas pela cobertura da grande imprensa, já que, como falamos mais acima esses veículos de comunicação de massa acabavam por ter que cumprir seus acordos políticos e comerciais o que de alguma forma limitava o seu raio de ação. Porém, se faz necessário o registro de que, a grande mídia também foi muito importante para a cobertura da crise do Estado brasileiro com a igreja católica e a comunidade internacional, no caso do MLPA acompanhando os mais diversos passos desse duradouro processo, mesmo que muitas vezes tivesse um posicionamento questionável.

Até onde eu me lembro, a imprensa local cobriu, até porque chegou numa hora onde não tinha como não cobrir esse assunto. A maneira como o Resistência cobria era completamente diferente porque era um jornal comprometido com essas causas, era um jornal comprometido com a democracia, com a volta da democracia. Então você não cobrir a prisão de dois padres com uma atuação claríssima a favor dos trabalhadores no interior do Pará e ser uma cobertura isenta, como os jornais da grande mídia local pretensiosamente faziam (Cristina Serra).⁷³

⁷² Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

⁷³ Entrevista concedida em 14 de julho de 2019, Rio de Janeiro/RJ, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

E Cristina Serra conclui a entrevista falando do seu velho e querido amigo dos tempos de Jornal Resistência em Belém do Pará, que para ela continua sendo o seu grande exemplo como profissional: “Quando me perguntam qual a minha referência como jornalista eu digo que é o Mack Loif que sempre foi uma referência porque se expunha a riscos muito grandes, eu olhava e dizia: quero ser que nem ele ‘quando crescer’” (Cristina Serra).⁷⁴ Para ilustrar essa doce referência feita a este grande nome da imprensa local nacional que teve uma contribuição importante para a causa dos perseguidos, em especial na Amazônia, mas também em todo o Brasil, que foi o Jornalista Paulo Mack Loif, que por muito tempo foi o grande nome do jornal resistência, apresentamos em seguida a capa desta edição especial que ao mesmo tempo denuncia a questão da perseguição aos padres franceses, e ainda problematiza questões internas e polêmicas referentes às Forças Armadas, em especial a Aeronáutica em sua representação local, mostrando com isso uma postura de ousadia jornalística e coragem política.

Figura 34 - Jornal Resistência: “Suicídio na Aeronáutica”



Fonte: Acervo pessoal Professor Amilson Pinheiro

Matérias como essas costumavam sempre causar muito desconforto com as autoridades de segurança, o que muitas vezes resultou em reações imediatas, ou posteriores, porém, causadoras de impactos de diversas proporções como invasões, apreensões de equipamentos e publicações, conduções para delegacia, ameaças com violência física e simbólica e até mesmo prisões, fazendo com que a prática do fazer jornalístico alternativo na

⁷⁴ Entrevista concedida em 14 de julho de 2019, Rio de Janeiro/RJ, mediante termo de consentimento Livre e Esclarecido.

cidade de Belém na Amazônia exigisse um esforço hercúleo e um determinismo político capaz de enfrentar todo tipo de adversidade.

Figura 35 - Jornal Resistência: “A grande farsa”



Fonte: Acervo pessoal Professor Amilson Pinheiro

Em seus mais de quarenta anos o Jornal Resistência enquanto veículo de comunicação SPDDH, foi exemplar e exerceu e exerce uma importante missão, que é a de educar na informação todos os grupos sociais sobre as mais diversas pautas, principalmente aquelas mais sensíveis aos sujeitos socialmente e economicamente vulnerabilizados nos mais diferentes espaços da Amazônia legal, em especial no Estado do Pará, garantindo sempre o protagonismo daqueles homens e mulheres invisibilizados nas perspectivas das desigualdades que existiram e insistem em permanecer no cenário da região, como mostra o relato do advogado Sérgio Galiza, membro fundador do SPDDH:

Eu tenho a minha mente limpa que dei a minha contribuição para o Jornal Resistência que naquele momento histórico era o veículo de comunicação mesmo que com alcance limitado, que conseguia falar o que queríamos e o que sentíamos até porque a população de Belém e do Estado do Pará precisava de fato saber a verdade e as razões da prisão dos padres franceses e dos posseiros. E não só nesse caso, mas em vários outros o Jornal Resistência foi o que a gente chamava de “A grita do Povo sofrido da Amazônia” (Sergio Galiza).⁷⁵

É fato que a história do tempo presente na Amazônia nas suas últimas quatro décadas se confunde, soma e harmoniza com a história do Jornal Resistência. Este recorte temporal e espacial trazem consigo as mais diversas dimensões da existência, subsistência, resistência e conflitos das trocas sociais culturais e políticas da presença humana desse lugar, onde na

⁷⁵ Entrevista concedida em 13 de março de 2022, em Belém/PA, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

maioria das vezes prevaleceu a desigualdade e a exploração geradoras da fome, da pobreza e de todo tipo de violência, tendo como testemunha ocular e verbal o Jornal Resistência com seus editores, jornalistas, parceiros e simpatizantes que de forma muito competente e comprometida impuseram uma marca indelével, a marca de um jornalismo responsável, corajoso e fundamentalmente humanizado nesses rios, florestas e sertões da Amazônia.

O Jornal Resistência para Sérgio Galiza foi o espaço de resistência e o porta voz das denúncias, naquele momento que a repressão se desdobrava sobre a grande imprensa sem contar com os colaboradores da mídia hegemônica, no Pará, o jornal A Província, entre os anos de 1967 -a 1967- 1974⁷⁶, não publicou matérias sobre a guerrilha do Araguaia ou sobre os presos do Araguaia. Logo, o jornal Resistência teve esse papel de denúncia e atualmente é utilizado como fonte para pesquisas, entre esses trabalhos se encaixa essa tese.

2.8 Sentença e Libertação: A Ressignificação das Coisas

Naqueles tempos dos anos 70 aos iniciais da década de 1980, as ruas de Belém do Pará e São Geraldo do Araguaia, haviam experimentado uma vivência pulsante de culto a liberdade, a democracia, e a construção do fazer político em plena Ditadura Militar brasileira.

O caminho “sagrado” percorrido pelo MLPA, por onde quer que passasse, exalava o perfume de todo o suor empenhado e toda flor empunhada por seus integrantes. Sua pluralidade de representações irradiava aqueles olhares que emanavam o sonho da liberdade daqueles presos, o que em verdade representaria toda a liberdade de um povo daquele pedaço do Brasil em meio à floresta do extremo norte.

Foram incontáveis manifestações de solidariedade, entre missas, novenas, vigílias, “jejum”, passeatas, reuniões, assembleias, produções de documentos, de panfletos, de camisetas, bôtons, faixas e cartazes, assim como apresentações artísticas. O MLPA foi um tempo intenso e tenso de vida daquelas mulheres, homens e jovens empenhados no que acreditavam ser a mais nobre das missões. No exercício de sua praxis, centenas e até milhares de pessoas investiram no movimento o que tinham de melhor, de mais humano e de mais brilhante.

Na Dissertação de Mestrado em História, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), intitulada “MLPA, o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia, do Conflito do Cajueiro as maiores manifestações

⁷⁶ Pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso da discente Wanessa Oliveira do 7º semestre de História da UEPA, (2023).

pró-democracia do Norte do Brasil – 1981 – 1982”, seu autor, o Prof^o. Me. Jair Mauro Dinis Nérís, que teve como orientador o Prof^o. Dr. Pere Petit Pena Rocha, nos aponta que a cidade de Belém viveu neste momento o clímax do desejo por democracia, representado nos mais diversos atos e sujeitos históricos que compuseram aquele mosaico amazônico do Tempo Presente, que independente do lócus de sua manifestação poderia se apresentar em forma de protesto padrão, e até e/ou principalmente encharcado de arte e espiritualidade, compondo uma mística típica da Teologia da Libertação representada em suas mais diversas formas de expressão, como podemos ver na fala do professor Jair Dinis:

Essa canção foi muito executada durante o período em que existiu o MLPA, nas igrejas ela podia ser ouvida durante as missas e se fez extremamente popular nas ruas, pois o movimento era plural e por abraçar essa causa, a classe artística mais engajada também se envolveu na questão da libertação dos presos [...] O movimento se tornava popular e se fazia divulgar por diversas maneiras: adesivos, camisetas, cartazes, uma vasta confecção de panfletos, pichações em paredes e muros e como não poderia deixar de ser, pelas músicas de protesto executadas em coro nas reuniões e manifestações de rua. (Dinis, 2022, p. 95)

Assim, o professor Jair Dinis, nos aponta com profícua lucidez, que o MLPA, cumpriu o importante papel político, social e cultural, tanto em sua pauta reivindicatória prioritária que era a liberdade “dos presos do Araguaia”, como também teve a capacidade de formar uma geração de novos e futuros líderes sociais, sindicais, culturais e políticos, deixando assim um verdadeiro legado de mulheres, homens e jovens mais conscientes e humanizados, o que iria contribuir significativamente para o desenvolvimento da região nos mais diversos segmentos e porções territoriais, e nesse sentido o professor Jair Dinis nos fala:

[...] enquanto o MLPA se via frustrado, embora orgulhos do papel desempenhado na luta por respeito ao Estado democrático de direito e consciente de que aquele tinha sido sim um passo importante para a conquista de suas liberdades de reivindicações e pelas devoluções das vozes caladas dos brasileiros, nas buscas por esses direitos desde o golpe de 1964 [...] Assim, o MLPA [...], deixou como herança uma grande quantidade de lideranças políticas, sindicais, e fortaleceu sem dúvida as entidades e pessoas (que já compunham ou que depois vieram a compor essas identidades), que olhavam com bons olhos para as causas dos direitos humanos (Dinis, 2022, p. 137).

O MLPA se constituiu em um movimento de exponencial envergadura e que inclusive ultrapassou as fronteiras da Amazônia e do Brasil envolvendo diferentes sujeitos e suas representações sociais e institucionais. E nesse sentido, o MLPA precisa ser compreendido em sua complexidade, e capacidade de influência na sociedade daquele tempo, e que até hoje reverbera como símbolo de um movimento social que mobilizou multidões em torno de uma causa que trazia consigo o sentimento de milhões de brasileiros.

Aproveito aqui para fazer o registro de que as pesquisas em torno do MLPA assim como as diversas ações inspiradas pela Teologia da Libertação na Amazônia não se esgotam nessa tese, pois ainda apresentam uma farta disponibilidade de possibilidades; visto que no decorrer da tessitura de minha tese, tive acesso a um contundente acervo referente aos temas aqui abordados, acervos esses que expressão uma vasta produção documental encontrada em arquivos de cidades como Belém, Marabá, São Geraldo do Araguaia, Conceição do Araguaia e Xinguara no Pará, assim como no Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, Belo Horizonte/Minas Gerais e Brasília/Distrito Federal. Esses acervos em especial aqueles ligados a Instituições Não Governamentais, em parte não apresentam bom estado de conservação, tão pouco, oferecem uma eficaz estratégia de consulta e manipulação, o que muito tem me preocupado e incomodado quanto ao risco de Perda total ou Parcial dessa importante documentação.

Para além das dificuldades estruturais encontradas, pude constatar a ainda robusta oferta de possibilidades de pesquisa neste tema em pauta. Outro tipo de acervo que trabalhei e que também me surpreendeu quanto a sua existência e pujança foram os acervos pessoais com os quais pude constatar um forte laço afetivo entre os sujeitos históricos entrevistados e aqueles documentos (fotografias, cartas, panfletos, camisas, folders), carinhosamente guardados pelos mesmos por cerca de 40 anos, como no caso do senhor Alberdan Batista, que ao final da entrevista concedida a mim, em minha casa, me confidenciou o risco que foi resguardar aquele material de um princípio de incêndio na gráfica Suiá durante a invasão da Polícia Federal ao prédio sede, tendo o mesmo gentilmente me doado aquele acervo que ele mesmo relatou o quanto “lhe era caro” e que depois de tanto tempo estava fazendo este gesto em nome da ciência histórica e para que as novas gerações tivessem acessos àquelas informações e pudessem conhecer amplamente e solidariamente a importância histórica do MLPA.

Afirmo aqui a necessidade urgente e hodierna da reflexão epistemológica sobre esse tem apara a História Política e História do Tempo presente na Amazônia, especialmente e uma conjuntura nacional que apresenta traços de Dicotomia Sociopolítica, o que de alguma forma tem colocado a sociedade brasileira em lados opostos no aspecto da percepção da sociedade atual, em uma relação que margeia o maniqueísmo entre esquerda e direita.

Cenário sociopolítico que eu particularmente entendo como perigoso, visto que muito recentemente nas eleições de 2022 para presidente da república que consagrou o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva – PT, para o Palácio do Planalto em seu terceiro mandato, obtendo vitória relativamente apertada sobre Jair Bolsonaro – Partido Liberal (PL), que exerceu o mandato de presidente da república entre 2019 e 2022, tendo como resultado final, Lula com

50,9% (60.345.99), versus Bolsonaro com 49,10% (58.206.354). Resultado este que confirma uma sociedade nacional dividida, onde inclusive insiste em permanecer uma conservadora e questionável máxima: “Era bom nos tempos dos militares”, travando assim no país, uma verdadeira e perigosa disputa pela memória dos governos militares do Brasil.

Assim, reafirmo a necessidade, possibilidades, e a importância de pesquisas sobre o MLPA e equivalências, para que possam ser revisitadas, retomadas e intensificadas, na perspectiva da ampliação da compreensão desse período histórico que traz consigo inúmeros e contínuos crimes e violações contra a pessoa humana, cometidos pelos governos militares na Amazônia e no Brasil entre 1964 e 1985. As seis da manhã do dia 22 de junho de 1982, o Tenente Coronel Rômulo Oliveira Maciel pronunciou a sentença que condenou Padre Aristides Camião a 15 anos de prisão, Padre Francisco Gouriou a 10 anos, o posseiro João Matias a 9 anos e os demais posseiros a 8 anos de reclusão. (Chinem, 1983) e (Figueira, 1986)

Assim, essa sentença consolida a ideia de uma justiça que funciona para atender a lógica do poder constituído em detrimento dos mais vulneráveis. Com o tempo, vieram outros julgamentos e a ressignificação do movimento e realinhamento da conjuntura sociopolítica local e nacional. No dia 17 de dezembro de 1983, os padres Padre Aristides Camião e Francisco Gouriou, foram libertos e depois seguiram para São Geraldo do Araguaia para nos braços do povo inaugurar a igreja Cristo Libertador, um emblemático templo erigido em regime de mutirão, como vemos na dissertação Alex Costa Lima do Programa de Pós-graduação em Território e Sustentabilidade, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará -UNIFESSPA, sob a orientação do Profº Dr. Airtom do Reis Pereira. (Chinem, 1983) e (Figueira, 1986).

Figura 36 - “Igreja Cristo Libertador”



O Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia representou para a Região Amazônica e para partes importantes do Brasil, toda a expressão de um sonho projetado nos olhos, no coração e na voz de milhares de jovens e adultos, mulheres e homens, que ousaram enfrentar a violência da Ditadura Militar em nome da liberdade! Da liberdade dos Presos dos Araguaia! Da liberdade da Amazônia!” E da Liberdade do Brasil.

CAPÍTULO III

O VÍDEO – MEMÓRIA: 40 ANOS DO MLPA

<https://www.youtube.com/watch?v=uzgD2IYboYQ>

3.1 MLPA: Uma Identidade Coletiva de Lutas e Sonhos

A ideia da construção deste capítulo nasce da reflexão acerca da oferta de novas fontes que possibilitem a compreensão sobre a ciência histórica, e mais especificamente sobre a história do tempo presente na Amazônia. Buscar compreender a complexa rede de relações sociais e econômicas políticas e culturais no espaço amazônico na segunda metade do século XX, passa pelo exercício hermenêutico e epistemológico do diálogo com um profundo arcabouço teórico e metodológico, que possibilitem uma maior compreensão das disputas, dos conflitos, das construções e das ressignificações dos mais diversos sujeitos individuais e coletivos que guardadas as devidas proporções e diferenciações sócio econômicas, contribuam na edificação do atual e multifacetado cenário geopolítico que se encontra a sociedade amazônica hodierna.

No processo de tessitura da tese em história social da Amazônia, cujo ter acesso a um robusto e significativo acervo documental e humano referente ao meu objeto de pesquisa, assim como as plurais reverberações dos mais diversos campos daquela sociedade, daquele tempo e daqueles lugares. Dialoguei com mulheres e homens de diferentes origens e trajetórias de vida, percursos humanos esses que carregam consigo uma expressiva gama de possibilidades, de perspectivas e compreensões daqueles movimentos, daquelas ações e daquelas formas de existir e mais daquele isso de resistir naquele pedaço de chão da Amazônia, encharcados pelas águas do rio Araguaia e que representavam sentimentos plurais e por vezes contrastantes, à medida que aquelas terras representavam tanto na esperança na possibilidade de uma vida nova e farta, os distanciando assim de uma vida, de um passado recente que trazia os dissabores da fome e da miséria. É ali naquela vastidão entre a floresta e rio que aquelas famílias sonhavam em plantar, colher, coletar e pescar, um novo amanhã que lhes garantiria a paz e a bonança capaz de oferecer-lhes uma vida minimamente digna. Porém, contraditoriamente ao ideal de “terra prometida”, o que essas famílias irão vivenciar, na verdade uma conjuntura de continuas e intensas adversidades, na medida em que numerosos e constantes conflitos na luta pela terra surgirão a partir da reclamação de inúmeros

latifundiários e supostos proprietários daquelas terras surgem de vários cantos do país requerendo a posse e a propriedade daquelas terras, utilizando para alcançar sua finalidade todo tipo de violência física e simbólica como espancamentos, assassinatos, incêndios das casas e plantações, ameaças, onde muitas dessas vezes contando com a retaguarda das instituições do Estado como a polícia, as forças armadas, o judiciário e os organismos responsáveis por demarcações de terras como INCRA, ITERPA, GETAT, assim como organismos da sociedade civil.

Este sentimento vivenciado profundamente por aqueles que eu chamo de “sujeitos do Araguaia”, compartilha de equivalentes “experiências espirituais” daqueles atores sociais que atuaram como militantes do MLPA. As realidades da Região do Araguaia paraense, assim como a realidade da periferia da cidade de Belém, apesar das diferenças geográficas e culturais, convergiam para um caminho da busca pela conquista de um sonho, que era o de viver em uma sociedade onde não predominasse as relações desiguais, desdobrando em uma realidade do campo e da cidade que pudesse assegurar a todas e todos os moradores o acesso a saúde, educação, trabalho e moradia gratuitos e de qualidade, onde pudessem criar suas famílias com paz e tranquilidade. Este sentimento comum aos militantes do MLPA acaba por ser um gerador daquilo que chamam de uma Identidade Coletiva De Um Olhar Sobre a Amazônia. E essa identidade coletiva construída no processo, pelo qual ousou afirmar como o maior movimento social de mobilização da Amazônia paraense na segunda metade do século XX, transcorrido entre as ruas de Belém e os caminhos de água e estradas do Araguaia, desdobram em uma única “grita” que instala definitivamente uma posição firme e inegociável pela libertação dos Presos do Araguaia. E é nessa identidade coletiva dos sujeitos do Araguaia que instaura a possibilidade dessa nova Amazônia que para a lei da libertação dos padres franceses e dos treze posseiros, reclama e exige agora um Pará, uma Amazônia, e um Brasil definitivamente libertos da opressão da ditadura Civil Militar no Brasil.

Essa identidade coletiva forjada no dia-dia do MLPA tem a capacidade de reunir expressivo e diversificado número de mulheres e homens amazônicos com o mesmo objetivo, e essa identidade coletiva acumula tamanha força política e simbólica que consegue ultrapassar fronteiras até então impensáveis, chegando a se fazer presente em diversas unidades federativas do Brasil, assim como também em outros países, tanto na América Latina, Europa e África, construindo assim uma quase que indecifrável e indescritível rede de solidariedade aos presos do Araguaia. Essa identidade coletiva do MLPA faz com que durante meses a fio, centenas, e por vezes milhares de pessoas, buscassem alternativas para encontrar algumas horas do dia, para juntos caminharem em prol desse mesmo objetivo, conseguiram

cada um em seu tempo e lugar viabilizou formas de contribuir com aquela “pororoca” que tomava Belém e o Araguaia paraense.

Nas mais diversas paróquias, CEBs, assim como na igreja luterana, centenas de jovens se reuniam em plenárias assembleias novenas e vigílias, contribuindo assim na organização e execução de tarefas inerentes ao movimento. Essa identidade coletiva do MLPA também mobilizou muitos sindicatos, os quais também contribuíram nas diversas atividades componentes naquela pauta. O movimento estudantil seja ele secundário ou superior também reconheceu naquela causa um sentimento necessário e urgente que articulava e mobilizava os seus pares para conquista da tão sonhada libertação, seja dos Presos do Araguaia, seja da redemocratização. Nos lares católicos, e até não católicos de Belém e da região Araguaia Paraense, se fazia presente um olhar maternal de preocupação daquelas donas de casa pela liberdade daqueles padres e posseiros, como se cada um daqueles Presos do Araguaia fossem seus filhos, fazendo assim com que de alguma forma toda a família se solidarizasse naquela questão. E como não poderia ser diferente, em muitos tablados, palcos, poesias e telas pintadas, ou seja, em muitas obras artísticas nas mais diversas linguagens, ali eram representadas o martírio daqueles encarcerados, assim como a vontade de liberdade democrática dos povos da Amazônia e do Brasil, fazendo assim com que muitos artistas intelectuais da região também se revoltassem nessa Identidade Coletiva em engrossassem as fileiras do MLPA. Em uma Amazônia onde convive uma plural rede de interesses socioeconômicos, a formação desta Identidade Coletiva do MLPA acaba por elaborar um novo e necessário *modus operandi*, na forma de coexistência entre essas diferenças dos mais vários grupos sociais que compõem a região.

O MLPA, já nos anos finais da ditadura civil militar no Brasil, instaura uma possibilidade de um novo mundo, encarnado nas distintas e contundentes ações desenvolvidas pelo movimento e segundo os relatos, e documentos analisados na pesquisa, tenha a capacidade de formar uma nova consciência social e histórica, a qual é compartilhada e difundida por seus militantes que inclusive muitos deles em processos de formação humana, que inclusive acaba por permitir o nascimento de uma inigualável geração de mulheres e homens que irão pensar a Amazônia de forma diferente. Inclusive até mesmo durante o processo de desenvolvimento do movimento, esses militantes em processo de formação tendem a se reorganizar dentro do próprio MLPA, e por vezes até tomando tarefas vitais, o que o levaria a condição de ocupar espaços de destaques e até protagonismo.

No percurso dessas mais de quatro décadas do pós-MLPA, muitos desses militantes acabam por trilhar caminhos que direta ou indiretamente apresentam relação com o

movimento já que muitos desses membros do MLPA ou é filiado ao recém-criado Partido dos Trabalhadores, ou se filiam posterior ao movimento, assim como também se filiam a outros partidos de esquerda como PCdoB e PCB. Alguns desses também assumem cargos em mandatos parlamentares e sindicatos e até ONGs como a FASE, FETAGRI, e CUT. Há relatos desses militantes, no qual estes afirmam que após o MLPA se sentiram inspirados e instigados a cursar uma universidade, já que durante o movimento tiveram contato com diferentes pessoas e diferentes assuntos inclusive estudos bíblicos, estudos culturais, e estudos marxistas, o que os fez buscar outras formas de conhecimento, sendo uma delas o ingresso nas universidades.

Também foi possível identificar nos relatos dos militantes que após o MLPA, ou retomaram de forma mais intensas suas atividades acadêmicas e laborais, ou se inseriram em novas formas de conduzir o seu cotidiano, podendo assim experimentar alternativas de condução e ressignificação de suas vidas seja o aspecto religioso, acadêmico, profissional ou artístico. Porém, independente do caminho que seguiram esses militantes do MLPA, é comum entre os entrevistados a afirmação de que o movimento foi um verdadeiro divisor de águas para as suas vidas assim como para outros militantes, assim como para movimentos sociais e partidos políticos de orientação ideológica alinhada à esquerda na Amazônia Paraense.

Assim, podemos constatar que uma identidade coletiva cumpre um papel muito importante na construção e na consolidação de grupos sociais dos mais diversos componentes de agrupamentos humanos em diversificadas sociedades, e a partir dessa identidade coletiva cultural que se elaboram ou se reafirmam estratégias de sobrevivência e ampliação e consolidação as relações, e ou novas relações de poder, seja esse poder já cristalizado, ou em disputa, o que inclusive estabelece uma intensa dinâmica nas reelaborações de afinidades grupais onde reunidos com objetivo único se agrupam com finalidades específicas, seja de tomada de poder através de ruptura, ou mesmo continuidade e até perpetuação deste *status quo*. Essa Identidade Coletiva presente no MLPA, em muitos casos, especialmente nos casos relatos coletados nos processos de pesquisas, vai perdurar e acompanhar esses militantes durante a sua trajetória de vida, influenciando significativamente, inclusive na formação de suas famílias, em especial de seus descendentes, já que esses ex-militantes atribuem ao MLPA o protagonismo e o caráter fundante na formação do seu espírito humanista alicerçados na ética do bem viver, na solidariedade humana, na justiça social, na igualdade entre os povos, e na liberdade e democracia plena. Princípios esses que nossos relatores não abriam e não abrem mão na garantia da transmissão dessa essência para seus filhos, netos, amigos e demais pessoas queridas.

A compreensão da memória e sua transmissão geracional cumpre importante etapa na construção da ciência histórica, visto que apesar da delicadeza e complexidade de sua formação, nos oferece subsídios fundamentais na reconstituição desse passado, o que não necessariamente representa uma realidade já vivida em sua totalidade, mas sim fragmentos que constituem partes ou tipos desse passado. Inclusive, o que nos aponta o professor Fernando Montenegro, quando nos traz à tona suas lembranças que acionam operações cognitivas múltiplas lembranças essas que compõem um mosaico multifacetado dessa memória, resultante da forma de perceber e ressignificar esse passado no presente.

E a teia desse passado constituído de lembranças toma dimensões diversas a partir da trajetória das experiências vividas pelo sujeito, tanto em sua individualidade como a coletividade entre ações e eventos dos mais plurais, como no caso das ações do MLPA, que acaba por gerar essa Identidade Coletiva, que vai marcar esses atores sociais do movimento, e nesse sentido nos aponta o próprio historiador Paul Ricour (2007), quando nos traz a luz que a lembrança é uma imagem indefinida e a representação desse passado se dá de forma duplicada, ora memória ora imaginação, e essa capacidade da memória humana recai na prática do exercício da mesma, sendo que um elemento provoca o outro, o que é muito perceptível nos relatos dos Sujeitos do Araguaia com os quais pude realizar entrevista.

Logo, compreendemos que os caminhos para análise dessa memória necessitam de sólida construção metodológica para uma maior aproximação possível daquele passado vivido e transmitido através dessas lembranças.

E nesse caminho, a Prof^a. Marieta Ferreira (2002) nos mostra que a memória gera uma demanda de reflexão acerca desse passado, enquanto o tempo é também base dessa memória. E esse tempo da memória encontra-se com o tempo da história, já que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes antigos, e de tradições de histórias escutadas e registradas; e no caso dos militantes do MLPA, que participaram efetivamente deste movimento de características expressivamente multicolor, esse tempo de memória, e essa memória geradora da identidade Coletiva do MLPA, se apresenta de forma bastante contundente.

Dialogando com o professor Pierre Ansart (2020), no livro *História e Memória dos Ressentimentos*, a gente pode chegar à conclusão de que, apesar dos consideráveis eventos violentos e possíveis geradores de trauma, os sujeitos do Araguaia, com os quais pude dialogar, não representam, pelo menos de forma enfática, sentimentos como rancores, inveja, ou desejo de vingança. Talvez, em alguns casos, como a própria inocência, carregam consigo o fantasma da morte, que segundo o próprio professor, são sentimentos de representação designados pelo próprio termo do Ressentimento. Essa questão também vislumbra, quanto ao

papel específico e identitário desempenhado por esses indivíduos e também seus grupos, que são porta-vozes e reprodutores e equadores de um sentimento e de uma história que cumpre uma função social sem igual, principalmente por sua compreensão interna e profunda dos movimentos sociais e suas sociabilidades e sensibilidades, que acaba por resultar a uma exteriorização de um novo porvir a partir desse olhar forjado na experimentação de uma variada oferta de processos. Conclui-se que é importante enfatizar que estes sentimentos apresentados por nossos relatores do MLPA, que são sentimentos de indivíduos, porém que representam um sentimento coletivo, gerador de uma identidade coletiva (PIERRE ANSART, 2020). A Identidade Coletiva do MLPA carrega consigo as representações ideológicas e imaginárias com um projeto de vida específico que não seja, senão a libertação dos presos do Araguaia e a redemocratização do país.

Aqueles dias, meses, e anos, entre 1981 e 1983, em que Belém e a Região do Araguaia Paraense vivenciaram a intensidade e policromia do MLPA entre suas novenas, missas, batuques, passeatas, assembleias, cantos e orações, os moradores desta região puderam presenciar sem qualquer dúvida, uma nova forma de ser igreja, uma nova forma de ser cristão, uma nova forma de ser militante, uma nova forma de exigir a redemocratização na Amazônia e no Brasil. No processo de plena imersão dessa pesquisa, a partir do profícuo diálogo com suas variadas fontes foi crucial projetar e compreender, uma verdadeira multidão de mulheres e homens das mais variadas classes sociais que presenciaram e muitas vezes presenciaram de forma atônita aquelas manifestações de fervor na crença de uma vida melhor através de possíveis libertações de corpos e de almas. Em muitos casos foi possível detectar que grupos dominantes do ponto de vista econômico e político, chegaram a deliberadamente temer o eclodir de um processo revolucionário de fato. E naquele momento, dadas as condições apresentadas e a capacidade de articulação e mobilização social e política do MLPA, o que sem qualquer exagero gerou um certo pavor em alguns grupos dominantes, entre eles as forças militares, latifundiários, e outros fortes grupos econômicos conservadores; como inclusive já foi supracitado no caso do cerco a igreja da santíssima trindade, quando as forças policiais temeram pela efetivação de uma nova Cabanagem.

Sem dúvida a Identidade Coletiva do MLPA foi a responsável pela formação de uma geração inteira de novos sujeitos amazônidas que a partir dessas experiências vividas na praxe revolucionária inspirada na teologia da libertação, puderam constituir novos tempos e novas formas de resistir para uma sociedade que no decorrer nas últimas quatro décadas se modificou substancialmente, porém continua a enfrentar velhos e até novos desafios postos, na medida em que muitas barreiras sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda não foram

transpostas, sendo algumas dessas muitas vezes até mesmo reeditadas, intensificadas ou mesmo novos desafios surgidos. Essa Realidade regional ainda nos dias atuais que continua a nos apresentar imensos desafios para cada um dos velhos militantes do MLPA, ou mesmo dos novos militantes e novos movimentos sociais.

Sem dúvida este trabalho nos conduz a crença de que a gênese e a práxis do MLPA representou e representa uma reinvenção simbólica e efetiva da edificação de um jeito novo e multicolor para o enfrentamento e a superação dos imensos desafios do dia a dia, apresentados para as moradoras e moradores do campo e da cidade, de Belém de sua região metropolitana e das demais onze regiões de integração do estado do Pará. Permito ainda estabelecer aqui uma interface com o livro sagrado de “Mateus cap. 5:13-16”: o MLPA foi na Amazônia dos oprimidos: o sal da terra, a luz no mundo, o fermento no pão.

3.2 A Disputa pela Memória e o MLPA

Na atual conjuntura social, política e cultural brasileira e, especialmente, após as eleições presidenciais de 2018 e 2022 que sagraram Bolsonaro eleito e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, eleitos, há certo comportamento e sentimento dicotômico e, em certo grau, até maniqueísta que paira sobre a sociedade brasileira. Isso é perceptível nas diversas regiões do país. Inclusive, já foram constatados registros de atos de violência resultante desse enfrentamento ideológico que por vezes se tornou atrito físico inclusive com agressão com lesão corporal e, em alguns casos, assassinato.

Esse cenário se faz continuamente alimentado, para além de outros aspectos que compõem este contexto, existe uma franca, antiga e contínua disputa pela memória da Ditadura Civil Militar do Brasil e seus usos com a finalidade de influenciar setores dos mais diversos componentes da sociedade brasileira. Desde aqueles formadores de opinião, muitos desses, instalados na classe média e na classe alta, como também os grupos da grande maioria da população, em especial os grupos mais vulneráveis. Assim como também os grupos ligados a igrejas cristãs, mais especificamente igrejas evangélicas e igrejas neopentecostais, que tendem a seguir uma orientação mais conservadora, pautada na máxima “Deus, Pátria e Família”, tal lema utilizado pela extrema direita brasileira, que sugere, inclusive, uma reutilização de uma estratégia já executada ainda na marcha Com Deus Pela Família durante os anos iniciais da década de 1960, na efervescência das grandes passeatas organizadas pela igreja católica e pela classe média urbana contra as reformas de base de João Goulart e depois em apoio ao golpe Civil Militar de 31 de março de 1964.

Esta disputa pela memória tem um fator simbólico e prático determinante no comportamento de inúmeros coletivos sociais que acabam por se identificar com narrativas construídas de forma positivas que os levam a ter uma compreensão de que os anos governados pelos militares entre 1964 e 1985 favoreceram a consolidação de uma lógica, de um conceito de família tradicional, de família nuclear: pai, mãe e filhos; de que havia segurança pública para toda a população, de que as pessoas tinham mais acesso à educação, de que as pessoas tinham mais acesso ao trabalho, ao lazer, de que havia certa harmonia, uma convivência pacífica e de que o país era um país que progredia do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, de que as pessoas eram mais felizes.

Há uma construção, uma projeção de uma memória, uma heroificação dessa categoria que gestou o país por mais de duas décadas, inclusive ocultando uma realidade que tornou diversas camadas do país em grupos extremamente vulneráveis, sujeitos à pobreza, à miséria, à exploração, à perseguição, à tortura, ao assassinato, consolidando o Brasil não um país do Futuro, mas sim um país de miseráveis, um país de pobres, um país desigual. E, nesse sentido, essa disputa pela memória acaba por reverberar em atuais e futuros comportamentos políticos e eleitorais desses grupos que desaguam em apoiadores dessa lógica, desse entendimento, que inclusive contribuiu para levar Jair Bolsonaro à presidência da República no ano de 2018.

Nas eleições presidenciais de 2018 entre Jair Bolsonaro, então no PSL e Fernando Haddad do PT, a disputa pela memória e pelo uso dessa memória da ditadura militar no Brasil, toma contornos especiais na região sul e sudeste do estado do Pará. Na medida em que, Jair Bolsonaro - candidato a presidência da República, resolve lançar sua candidatura no Pará, em frente ao simbólico monumento em memória aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás de 17 de abril de 1996. Memorial este, criado por artistas estrangeiros, especificamente pelo artista plástico Dan Baron o que acaba por dividir opiniões na região, já que uma parte expressiva da população local do município de Eldorado do Carajás e do entorno, não necessariamente entende o assassinato de Eldorado do Carajás como uma tragédia contra a humanidade, visto que de uma forma quase hegemônica, prevalece na região o discurso e a memória do progresso que fora trazido pelos grandes fazendeiros, pelos grandes empresários da região durante os vários processos de ocupação daquelas vastas terras. E que o episódio em qual eles fazem questão de chamar que de conflito de Eldorado dos Carajás, foi, na verdade, resultado de atritos entre policiais e baderneiros, caracterizando até como um próprio reflexo da violenta prática dos militantes do MST que invadiam terras alheias, terras daqueles que, segundo suas narrativas, querem trabalhar, produzir e gerar emprego na região.

Com isso, o monumento acaba se tornando um exemplar do discurso e do debate,

muitas vezes até, maniqueísta entre a extrema-direita e a esquerda no Pará e na Amazônia, o que inclusive remete à memória da ditadura militar no Brasil e seus grandes projetos para o desenvolvimento da Amazônia, visto que é neste momento histórico desde a implantação da transamazônica e outros grandes projetos, como o projeto Grande Carajás, onde os governos militares pensam em políticas públicas desenvolvimentistas para a região, com o discurso da geração do emprego e a real possibilidade de enriquecimento. Realidade essa que com o passar dos anos é questionada pelos movimentos sociais e por parte dessa população, já que a grande maioria desses projetos foi pensada para atender aos interesses dos grandes grupos detentores de poder político e econômico.

A região sul e sudeste do Pará, rica em minérios e florestas, terá a sua política de terras mudada com os governos militares. Estes governantes viam a floresta como obstáculo ao seu objetivo de integração nacional. Toda a mudança feita em relação à legislação estadual agrária, a partir de 1971, permitiu a venda de terras devolutas do estado. A região tornou-se palco de várias políticas dos governos militares, que trabalharam com os pressupostos de espaço vazio, integração, desenvolvimento, segurança nacional, nacionalismo e fronteira. Em suas políticas de intervenção na Amazônia, os militares viram a região como um problema nacional que lhes cabia resolver através de políticas planejadas para integrá-la ao mercado nacional. Assim, era necessário ocupar a região e desenvolvê-la dentro de uma proposta que articulava o uso de recursos internacionais para viabilizar grandes projetos de extração de commodities — no caso do Pará, minérios para uso industrial em outros países. Os planos nacionais de desenvolvimento (PND) são exemplos de políticas públicas construídas pelos governos militares para a região. Essa intervenção constituía uma ruptura fundamental na forma de gerenciar a Amazônia. A floresta foi invadida por novas formas de “ocupação do espaço”, sendo desmatada e transformada de muitas outras formas. (FONTES, p.100, 2020)

Nesse sentido, Fontes (2020) comenta que a extrema direita do Pará, especialmente aquela que coordenava a campanha ou o lançamento da campanha de Jair Bolsonaro, a reeleição no Brasil, escolhe aquele lugar como que fosse a reinauguração de um marco numa nova lógica que irá fortalecer um discurso progressista e liberalista no perfil econômico, e conservador na pauta dos costumes; em defesa do latifúndio, da monocultura, das forças policiais, da família tradicional, de Deus etc. Outro aspecto relevante a ser considerado é o fato de um discurso, por diversas vezes retomado pela extrema-direita, da desqualificação e criminalização dos movimentos sociais e do questionamento em colocar em dúvida os projetos e as práticas das chamadas organizações não governamentais, quando sustentam teorias de que essas ONG's representam interesses de sujeitos e grupos estrangeiros que fazem o discurso da defesa das minorias, de quilombolas, indígenas, ribeirinhas e da floresta, porém que na verdade querem explorar a biodiversidade local, que inclusive o fato do monumento ser pensado executado por um artista estrangeiro ele acaba por corroborar nesta

narrativa que busca construir a versão, essa versão a esse estrangeiro defensor das minorias.

Segundo a autora Edilza Fontes (2020):

O presidenciável Jair Bolsonaro visitou a curva do S, durante o período da campanha eleitoral (14 jul. 2018), quando declarou que “quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer”. Ele estava em frente aos troncos de castanheiras queimados que marcam o local do massacre. Um grupo de policiais que acompanhava o discurso aplaudiu a fala do então candidato. Esse discurso foi aceito por parte da população. “Jair Bolsonaro é uma pessoa sincera que não esconde o que pensa e fala tudo que o povo quer ouvir. Nós estamos felizes com esse posicionamento dele e apoiamos” (Alípio Batista). A vinda do candidato Jair Bolsonaro a Eldorado do Carajás foi recebida com muito entusiasmo por uma parte da população. Quando você vê o pessoal do MST invadindo propriedades, depredando, matando animais, tocando fogo em prédio você fica indignado com isso. Temos que ter uma relação bastante dura, para que esses que vivem fora da lei sejam enquadrados. (FONTES, p 113, 2020)

Narrativa xenofóbica esta que interfere diretamente no processo de construção, ou de até uma certa flexibilização da sustentação de identidade dos moradores da região em relação aos movimentos sociais e à esquerda na Amazônia, já que aquele conflito de 1996, não necessariamente desperta naqueles sujeitos moradores de Eldorado dos Carajás e redondezas, o sentimento de pertencimento a causa, mesmo que inclusive, haja na área específica onde ocorreu o conflito, um grande assentamento e que muitos dos descendentes daquelas pessoas, filhos e netos, morem ou vivam neste assentamento e/ou na cidade de Eldorado dos Carajás, onde inclusive a municipalidade, ou mesmo o governo do Estado do Pará, não elabora e efetiva políticas públicas que conduzam à celebração da memória daquelas famílias que tiveram a vida ceifada pela Polícia Militar do Estado, a mando do então governador, Dr. Almir Gabriel do PSDB. Logo, este lançamento da candidatura de Bolsonaro no Sul d/Sudeste do Pará naquele lugar específico com suas referências e sua indicação provocativa nos projeta uma contínua e gritante disputa pelo uso da memória no processo de ocupação, de luta, resistência e disputa pela terra no sul e sudeste do Pará, assim como em toda a região Amazônica, como observamos nos relatos contidos no artigo da professora Edilza Fontes (2020):

A identidade construída em terras dos militantes do MST hoje recebe questionamentos. O feriado de 17 de abril é visto pelos moradores do núcleo urbano como algo pertencente somente às pessoas ligadas ao MST. Esse discurso é perceptível em quase todas as narrativas dos entrevistados. “Por se tratar de uma comemoração muito restrita ao movimento, a população quase não valoriza. Parece que a tragédia não atingiu o município como um todo, mas somente o MST” (Cíntia dos Santos). A maioria dos entrevistados nunca participou da semana de rememoração na curva do S, e os que foram, o fizeram apenas como visitantes curiosos para ver os manifestos dos sem-terra. Esse sentimento de não pertencimento vai além da justificativa de não ser militante do MST; é uma questão social.

Essa Pauta da memória que deságua em elaborações e reelaborações identitárias apresenta a capacidade de desenhar novos projetos de existência e relações sociais, pautados na priorização de sentimentos e comportamentos de princípios da individualidade e de certa ausência de comprometimento com a alteridade, desaguando inclusive em práticas até violentas, ou minimamente excludentes, construindo uma sociedade mais endurecida, menos fraterna, e até um tanto desidratada de humanidade.

Parte significativa da população brasileira que, ou não teve acesso a escola, na educação formal, tão pouco tem acesso a livros, ou obras fílmicas mais elaboradas, ou museus, acaba tendo acesso a informação mais superficial, mais rasa, resultando em uma orientação radical, religiosa, construindo neste imaginário essa memória reelaborada, ressignificada ou até mesmo fictícia da ação dos militares e assumindo, construindo essa identidade e defendendo, mesmo, inclusive com reflexo em um comportamento alienado e alienante para as suas gerações e para os seus, não compreendendo o quão nocivo pode ser a reprodução daquele modelo.

Nesse sentido, o objeto aqui proposto, a reflexão proposta através do vídeo-memória e no sentido de atender a diversos grupos de camadas da sociedade brasileira, utilizando diversos instrumentos tecnológicos, ultrapassando os limites, as circunscrições da academia reflete e compreende no sentido de que esses relatos registrados na tese e no vídeo memória, possam alcançar centenas e milhares de pessoas, em especial estudantes do nível Superior, médio e fundamental, para que eles possam, a partir destas informações, refletir a cerca das práticas desenvolvidas pelos governos militares no Brasil, na Amazônia, mas especificamente no caso dos padres do Araguaia. E para que essas gerações, esses estudantes, essa população compreenda ou, pelo menos, reflita quanto a outras possibilidades de compreensão daquele período, que foi um período marcado por forte repressão e forte violência patrocinada e executada pelo Estado brasileiro através das Forças Armadas, onde diversos moradores da Amazônia, entre eles religiosos, leigos, estudantes, lavradores, trabalhadores livres, professores, moradores da periferia, senhoras, foram perseguidos, presos, torturados, simplesmente pelo fato de estarem lutando por algo que acreditavam representar a verdade. Foram presos, torturados, violentados por protestar e pedir a liberdade daqueles que lutaram em defesa dos trabalhadores do campo.

Nessa linha de raciocínio, compreendemos este vídeo-memória como uma ferramenta com uma possibilidade de capilaridade essencial e um instrumento de salvaguarda eficaz no

sentido de compartilhar informações e relatos de sujeitos históricos que sofreram a ação, porém de uma forma ativa e cumprindo um papel, muitas vezes de protagonista dessas ações, reagiram e construíram possibilidades de uma nova Belém, de uma nova Amazônia e de uma nova sociedade, inclusive resistindo a todo tipo de investimento brutal por conta das forças militares e das demais forças policiais no Estado.

Então, fortalece-se assim o objetivo da busca, não necessariamente romântica, da tomada de consciência, mas minimamente de garantir o acesso à informação e dos relatos diretamente das fontes que viveram, experienciaram e que, por conta das possibilidades tecnológicas da pesquisa e do diálogo teórico-metodológico, colocaram e colocam à disposição informações e experiências de vida para nos fazer e fazer esse público, especialmente a juventude, repensar o que é ser morador da floresta, o que é ser morador das cidades, o que é e o que foi ser morador da Amazônia durante a ditadura militar no início dos anos 1980 e quais são as continuidades, quais são as rupturas, quais são as possibilidades inclusive de novas disputas na construção de memórias e de presentes

Essa disputa pela memória e pelo uso da memória, e mais ainda pelo uso político e político-eleitoral da memória, apresenta movimentos de oscilação no pós-processo de redemocratização do país. O que se percebe é que à medida que foi se afastando o tempo do processo de redemocratização, houve um sutil e depois mais perceptível crescimento dessa sensação nostálgica em relação à ditadura militar no Brasil. Logo após a ditadura, já na segunda metade da década de 1980 e até nos anos 1990, como as feridas ainda se mantinham bastantes abertas em relação à ditadura militar, parte significativa da sociedade se blindava, ou minimamente se envergonhava ou se omitia, quanto a esse sentimento de retorno dos militares ao poder. Até porque com o advento do exercício da eleição para presidente a partir de 1989, assegurado pela Constituição de 1988 e as várias eleições disputadas também em 1994, tendo sido vencida pelo Partido da Social Democracia Brasileira com Fernando HC, em 1998 também foi vencida por FHC do PSDB. Em 2002, sendo vencido por Luiz Inácio e o Luiz da Silva do Partido dos Trabalhadores, sendo reeleito em 2006 e depois o PT elegendo a Dilma Rousseff em 2010 e reelegendo-a em 2014, houve durante este período uma disputa intensa, contínua, também se alternando no poder dois partidos com sólidas e consolidadas forças de caráter nacional e regionalizadas que tanto se alternaram no poder na presidência da República como nas mais diversas unidades da Federação e capitais e cidades de pequeno e médio porte dessas unidades da Federação.

Porém, com certo enfraquecimento do PSDB e até podemos afirmar uma hegemonia do Partido dos Trabalhadores, houve, o que precisa ser mais estudado, o retorno e o

fortalecimento da extrema direita. Talvez porque muitos desses eleitores da extrema direita se sentiram órfãos diante da fragilidade, da impossibilidade da reação do PSDB, que apesar de ter uma plataforma, uma postura de centro, do ponto de vista econômico se apresenta como conservador, mas na política de costumes nem tanto. Mas acabou, até certo ponto, não atendendo às expectativas deste grupo mais à direita. É por isso que há uma vacância nessa disputa pelo poder no Brasil, que acaba sendo ocupada pela extrema direita, que também se fortalece a partir da ampliação do poder e do potencial de voto do neoprotetantismo brasileiro, tanto na sua participação no Congresso Nacional, pela chamada ‘bancada da Bíblia’, quanto no processo eleitoral como um todo.

Com esse ressurgimento, essa retomada, dessa parcela significativa e crescente da população brasileira que se coloca de forma saudosa em relação à ditadura militar no Brasil, se faz cada vez mais urgente e ávido essa reflexão sobre a construção da memória ou das memórias e seus usos políticos e eleitorais. Junto a essa questão, não só no processo eleitoral ou político partidário, mas para além da esfera política, há grupos econômicos ligados à elite e ao agronegócio que financiam parlamentares e práticas de discurso e utilização de meios de comunicação de massa, mas também meios de comunicações alternativas, em especial as redes sociais, para fortalecer essa memória positiva da ditadura militar, se utilizando inclusive de informações e argumentos que não reproduzem a realidade, que são as chamadas ‘*fake news*’, que inundam os celulares, inundam as redes sociais em todos os cantos deste país. Causando vários problemas de toda ordem, inclusive a própria justiça eleitoral brasileira precisando intervir nesse processo.

E nesse sentido, é muito comum que diversos chamados grupos de *WhatsApp* ou outras redes sejam construídos pequenos vídeos ou pequenos textos que representam uma narrativa que reproduz uma memória que leva ao brasileiro a acreditar que ele precisa sentir saudade de um tempo que ele não viveu ou que ele não lembra. Fazendo assim, que esta memória herdada ou esta memória compartilhada pelos meios de comunicação mais atuais contribuam na formação de um imaginário, que edifica um período supostamente de progresso, supostamente de avanço e de dignidade social e de harmonia ao povo brasileiro. Essas narrativas que na maioria das vezes não compreende um debate mais profundo, ou uma reflexão que represente a realidade, acaba atingindo grande parte significativa da população brasileira, inclusive os mais jovens, construindo assim verdadeiros exércitos em prol dessa postura mais conservadora, fundamentada no lema supracitado - Deus, Pátria e Família - inclusive, podemos observar em algumas cidades, em especial nas eleições de 2018, mas também nas eleições de 2022 e no pós-eleição de 2022.

Assim, reitero aqui a importância da construção desta fonte histórica, a que denomino de vídeo-memória, que apresenta a possibilidade de interação com os mais diversos públicos, mas especialmente retoma aqui o debate com a juventude através das mais diversas plataformas para que elas possam visualizar e, à luz das informações, refletir acerca de um tempo e acerca de uma práxis, o qual muitas vezes só ouviu o outro lado da versão. E, o compartilhamento deste vídeo-memória elabora um compromisso deste pesquisador para com o público geral, na compreensão de que a história pública, inclusive os arquivos sensíveis, até mesmo os arquivos humanos que a gente dialoga com o texto *História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Documentos sensíveis: O caso Brasileiro* (2012) do Carlos Fico. Cumpre um papel fundamental na reelaboração desta memória para uma nova compreensão de um tempo que, por mais que seja presente e que aconteceram 40, 50 anos atrás, continua cada vez mais na ordem do dia e que enquanto experiência de pesquisa, enquanto experiência educacional, enquanto experiência artística, enquanto experiência humana se propõe a um projeto de reelaboração da impressão de um passado que teima em não passar. E que continua alimentando e retroalimentando debates e muitas vezes fracionando e segmentando em diversas partes o povo brasileiro, o povo da América Latina. Porém que, a partir desta inspiração teórica, metodológica e epistemológica, se apresenta enquanto um objeto, uma fonte, uma possibilidade de construção e de reconstrução deste tempo do Brasil da Nova República.

3.3 Sobre os Sujeitos do Vídeo - Memória

No percurso de confecção desta pesquisa, tive oportunidade de dialogar com um expressivo número de sujeitos históricos, os quais participaram em diferentes proporções e papéis nas mais diversas ações realizadas do dia a dia do movimento, sejam essas ações envolvendo pequenos números de pessoas como reuniões e panfletagem, ou aquelas ações de grandes proporções que reúnem centenas e até milhares de pessoas, tanto em Belém como na região do Araguaia Paraense.

Esses encontros com os sujeitos históricos me possibilitaram um aprofundamento em uma percepção mais sensível e humanista, que indo ao encontro dos diálogos teóricos e metodológicos para construção deste trabalho, acaba por resultar na compreensão do papel formador e inspirador realizado pelo movimento diante desses sujeitos, inclusive em relação ao seu meio social, interferindo até nas suas chamadas decisões de vida, na medida em que o

MLPA fez parte de sua formação intelectual e social, o que iria definitivamente integrar de forma holística a identidade destes sujeitos.

Diante dessas diversas possibilidades de escuta, acabei por optar em selecionar um grupo bem específico destes sujeitos que atuaram como militantes do MLPA. Cada um com seu método colaborativo, sua trajetória de vida e de sua percepção de mundo, disponibilizarão importante parcela de contribuição no MLPA.

Na entrevista com o experiente jornalista e escritor Paulo Roberto Ferreira, me foi possível um olhar profundo e ampliado da percepção da imprensa local sobre o movimento, já que o mesmo, no início dos anos de 1980, apresentava a versatilidade de atuar em dois veículos de imprensa de ações bastante distintas na sociedade paraense, O Jornal Resistência e o Jornal O Liberal, o que segundo o próprio Paulo Roberto assegurava uma perspectiva de dois ângulos sobre o movimento, possibilitando que o mesmo por muitas vezes se encontrasse em condições favoráveis e até de certo privilégio em virtude de ser um repórter do maior jornal de circulação do estado, o que curiosamente lhe assegurava informações privilegiadas, coberturas exclusivas e até o direito de “produzir furos de reportagens”, o que segundo a linguagem popular entre os jornalistas significa notícia importante e inédita. Essa condição de Paulo Roberto em pertencer a um grande jornal de propriedade de uma família componente da oligarquia local que defende o direito de grandes grupos econômicos, acabava por contribuir e facilitar o acesso a ambientes e informações que garantiam assim subsídios ao Jornal Resistência.

Pelo fato de nosso relator, atuar tanto como repórter, editor e até gerente em um desses veículos de imprensa, também me possibilitou maior compreensão dos usos políticos e econômicos no direcionamento das produções das matérias, e com isso construindo “verdades e mentiras” sobre os mais diferentes pontos de pautas.

Paulo Roberto Ferreira, também se coloca de forma enfática no sentido da alegria e do orgulho de ter cumprido o papel de denunciar os abusos cometidos durante o cárcere e o julgamento dos Presos do Araguaia, tanto que Paulo Roberto é categórico ao afirmar que, enquanto jornalista, escritor e gestor público, se identifica como militante dos movimentos sociais.

Ao conversar com o Senhor Alberdan Batista, foi possível identificar a predominância do sentimento de nostalgia e do predicativo da sensibilidade, já que por várias vezes nosso relator se mostrou emocionado em suas lembranças, daquilo que ele considera como um dos maiores movimentos sociais da história da Amazônia.

Um dos aspectos predominantes nos relatos de Alberdan consiste na definição de heterogeneidade em relação aos componentes do movimento inclusive no aspecto religioso, já que ele nos aponta que para além das missas, novenas e celebrações católicas, eram muitos comuns outras celebrações cristãs como Luteranas e Anglicanas, além de concorridos batuques de matrizes africanas.

Um elemento muito presente na descrição de Alberdan Batista, nos fala da capacidade de organização na elaboração de estratégias e combates a espionagem, já que segundo nosso relator em muitas ocasiões foram detectadas as presenças de agentes da segurança pública infiltrados em reuniões, plenárias e celebrações litúrgicas, o que forçava os militantes do MLPA a permanecerem em constante vigilância e sempre desconfiados quando da presença de qualquer sujeito que estivesse sozinho ou que nunca tenha sido visto antes em meio àquelas agendas.

A sensibilidade marcante do relato de Alberdan Batista também aponta na caracterização de uma quase que inesgotável aliança entre iguais e diferentes para a sustentação da rede de solidariedade aos presos do Araguaia, uma vez que pessoas sozinhas ou em grupos, se alternavam continuamente seja noite, ou seja, dia em uma espécie de vigilância para evitar qualquer tipo de ação que pudesse colocar em risco a integridade física e a vida daqueles que estavam encarcerados e pelos quais eles tantos lutavam e cantavam.

Assim como os demais relatores, Alberdan Batista que é membro fundador do Partido dos Trabalhadores e ex-líder sindical, compreende o MLPA como um movimento que vai instaurar uma nova forma de fazer militância política social e cultural na Amazônia paraense. Ao entoar o canto símbolo do MLPA, Alberdan finaliza a entrevista de forma muito emocionada me entregando um acervo de fotografias o qual havia guardado por quatro décadas e que sem dúvida alguma, tem condições de configurar como um dos acervos mais importantes do tempo presente da Amazônia.

Depois de mais de um ano de tratativas em virtude de robusta agenda de compromissos políticos do Senhor Inocêncio Gasparin decorrentes do cargo que ocupa como Secretário de Assistência Social, Trabalho Emprego e Renda do Estado – SEASTER, finalmente, consegui um momento para entrevistá-lo quando ele me recebeu de forma muito gentil em sua residência.

Inocêncio, com toda a sua trajetória monástica, militante e política, contribuiu significativamente para esta pesquisa na perspectiva do fazer político e religioso na região de São Geraldo do Araguaia durante o MLPA, visto que o mesmo junto com sua então esposa foi

o responsável em assumir os compromissos daquela paróquia enquanto o Padre Aristides e o Padre Francisco estiveram presos em Belém.

Quando chegou a região de São Geraldo do Araguaia o casal Inocêncio e Ivana se depararam com a bruta realidade do Sul e Sudeste do Pará, realidade esta que os mesmos já conheciam porém de forma teórica durante seus estudos no seminário e no convento, nessas circunstâncias pela primeira vez iam de fato lidar com tal situação propriamente dita e ainda numa situação extremamente adversa onde os nervos se encontravam a flor da pele em decorrência do conflito do cajueiro e da prisão dos dois Padres Franceses e dos treze Posseiros.

O relator me confidenciou que inicialmente ele e sua esposa relutaram em se mudar para o Pará, já que fazia pouco que residiam no Distrito Federal. No entanto, foi convencido por Bispos ligados a teoria da Libertação, que o casal representavam as pessoas ideais para assumir árdua tarefa no sertão amazônico, visto que traziam em sua bagagem uma vertiginosa experiência religiosa e política, as quais seriam muito importante naquele trabalho de reconstrução daquela paróquia, especialmente no cenário que o seu Vigário encontrava-se preso e a grande maioria dos fies da cidade se colocavam de distintas formas, visto que muitos se encontravam com medo da repressão e de sofrer igual violência daqueles posseiros que se encontravam presos, o que inicialmente afastou os fiéis da paróquia diante daquela difícil situação, outro aspecto a ser considerado é que parte significativa dos fies da cidade em especial da zona urbana acabaram por reproduzir os discursos das oligarquias locais que vendiam a ideia de que aqueles padres eram comunistas e perigosos, levando a cidade a instabilidade política.

Mesmo diante dessas dificuldades Inocêncio e Ivana assumiram a tarefa e desenvolveram ali junto aos moradores da cidade em especial aos moradores do campo um profícuo trabalho, que além das atividades litúrgicas garantiam assistência básica às famílias daqueles posseiros presos em Belém com distribuição de cestas básicas, remédios, assistência médica, e até passagens para visitas aos familiares que estavam detidos na capital. Segundo Inocêncio essa rede de solidariedade, só foi possível a partir de uma rede de comunicação pensada e executada por ele e com a colaboração de muitos, quando construíram o sistema de comunicação por cartas onde além de informar a real situação do movimento e dos Presos do Araguaia, buscou-se também arrecadar recursos para o sustento dessas famílias e o desenvolvimento das ações do MLPA naquela região.

Inocêncio Gasparin se coloca de forma assertiva quando afirma que mesmo tendo se submetido a emboscadas com tiros e todo tipo de ameaça para com ele e também sua mulher,

não se arrepende em qualquer momento daquele tempo em que viveu as margens do grande rio Araguaia, quando com vigor de militante, disciplina revolucionária e inspiração libertadora, ele e sua mulher, assessorados por um grande contingente de cristãos, esteve à frente daquela igreja, que ousou fazer Opção Preferencial Pelos Pobres, naquela rica e desigual região que ainda sangrava as feridas abertas da Guerrilha do Araguaia, ocorrida cerca de 10 anos antes do conflito do cajueiro.

O bairro do Jurunas na periferia da cidade de Belém carrega em si as chagas da pobreza e da violência causadas pelas desigualdades sociais, no entanto é também um bairro que além de muito populoso tem a sua história marcada pela fortíssima presença de emblemáticos movimentos sociais e respeitadas manifestações artísticas e culturais. E é este bairro que margeado pelas águas do Rio Guamá, que nos apresenta os ex-militantes do MLPA, os professores Leopoldo Santana e Domingos Conceição, ambos na plenitude da juventude e ao serem convidados para engrossarem as fileiras do movimento, encontraram nele um novo sentido para suas vidas, sentido esse que os acompanharia de forma indelével pelas próximas décadas seguintes até a atualidade.

Domingos Conceição, hoje professor de Sociologia da Rede Estadual de Ensino, em seu relato afirma que o MLPA foi um grande divisor de águas em sua vida, já que as diversas atividades desenvolvidas naquele movimento cumpriram um importante papel em sua formação social, humana e cristã, despertando no mesmo a consciência crítica para sua realidade, o levando a repensar as suas relações dentro e fora da família assim como na comunidade que o cercava, implicando diretamente nas escolhas do por vir em sua vida.

Professor Domingos faz questão de registrar que mesmo sendo apenas um jovem militante e membro da pastoral da juventude da sua paróquia, não poupava esforços para realizar as tarefas que a ele eram incumbidas, algumas dessas tarefas sendo inclusive pensada por ele próprio, como no caso da construção da grande cruz de madeira que seria levada na procissão do Círio de Nossa de Nazaré.

Domingos relata no Vídeo-Memória que na ocasião da procissão do Círio a situação se deu de forma bastante tensa já que a juventude de MLPA vinha sendo acompanhada de perto por agentes da segurança pública que temiam uma manifestação em plena procissão, e que eles precisavam passar a noite inteira na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, só saindo pela manhã no horário do círio de Nazaré que de imediato gerou conflito com a polícia.

Na conversa de onde foi extraída a entrevista na sala de sua casa e uma estreita rua do bairro do Jurunas, onde também funciona a sua ONG Quilombo Urbano, onde desenvolve importantes, atividades de formação e combate ao racismo, até porque Domingos

seguramente representa junto com outros a gênese e a resistência do movimento negro na cidade de Belém. E é neste lugar, que este professor imerge em suas lembranças em meio a emoção reafirma a importância capital do MLPA na formação intelectual, espiritual e política daquela juventude, que muitas vezes só encontrava amparo em movimentos nessa envergadura, ou junto as lutas populares travadas na luta pelo direito de morar nas chamadas áreas de litígio fundiário urbano, como a emblemática disputa pela área da Radional.

No decorrer da entrevista o professor e líder do movimento negro Domingos Conceição por alguns momentos, interrompe sua fala para buscar velhas camisas e bandeiras daqueles dias de luta dos anos iniciais da década de 1980. Embriagado em suas memórias carregadas de afeto e simbolismo, declama versos e entoia canções que nos conduz aqueles tempos de lutas e resistência.

Desde que eu iniciei meu exercício docente na Universidade do Estado do Pará (UEPA), estabeleci firme contato com o Professor Leopoldo Santana, o qual eu já conhecia de renome, daí se deu uma honesta e produtiva relação de trabalho e respeito, e pude perceber muitas afinidades, entre elas a militância social, militância no PT e a plena admiração pelo fazer político e cultural dos anos de 1980.

No ano de 2018 quando ingresso no doutoramento em história da UFPA para pesquisar este objeto em questão, de pronto o professor Leopoldo se colocou à disposição para colaborar, já que é um testemunho vivo daquele frenesi ocorrido nas ruas da cidade de Belém entre 1981 – 1983.

Após compartilhamos vários debates, conferências, mesas redondas e bancas, finalmente no início do segundo semestre de 2023, foi possível realizar a importante entrevista na qual o professor Leopoldo relatou alguns episódios ocorridos com ele durante o MLPA, e a representação política, filosófica e cultural neste movimento para o mesmo.

Não diferente dos demais sujeitos históricos apresentados no Vídeo-Memória, o professor Leopoldo afirma que o MLPA foi o grande formador de uma geração de ativistas políticos, culturais e intelectuais que ocupariam naquele tempo as ruas da capital e do interior do estado, exigindo das autoridades a libertação dos Presos do Araguaia e mais do que isso exigindo o fim da ditadura militar Brasileira. E seria no pulsar dessas movimentações que se forjariam nomes de pessoas e coletivos que viriam a recontar a história da Amazônia, numa perspectiva da consagrada história vista de baixo,

Durante a entrevista, deitado em uma rede e vestindo camisa do MST, o professor Leopoldo muito serenamente percorre parte significativa de sua trajetória de vida que, claramente, é entrelaçada aos movimentos sociais e sempre acompanhada de muita emoção,

criticidade e respeito por este percurso caminhado. Em parte do relato o professor Leopoldo afirma que com o fim do MLPA, o mesmo passou a apresentar sentimentos contraditórios que passam pelo fortalecimento na crença pela redemocratização do país, mas também um sentimento de desalento na medida em que já não conseguia enxergar naquele instante outra razão existencial, situação essa que com o tempo vai se dissolvendo nos processos derivados do tempo, como até mesmo seu ingresso na universidade, um sonho até então não almejado antes do contato com aquelas pessoas que representavam o novo.

Entre o balançar da rede, o nosso entrevistado descreve o dia que foi convidado a palestrar no Centro comunitário Alan Kardec, um centro referencial no bairro do Jurunas pela sua atuação social, tarefa que assumiu e realizou com êxito, causando muito orgulho pessoal.

Dentre as diversas atividades relatadas pelo professor Leopoldo as que mais marcaram essa memória foi o conturbado cerco a Igreja da Santíssima Trindade no dia do julgamento dos Presos do Araguaia em 21 de julho de 1982, assim como tumultuada procissão do Círio de Nazaré de 1982.

Ao final da entrevista Leopoldo se coloca de forma erigida em meio de sua casa para olhar nos olhos deste pesquisador e em forma de gratidão cantar o hino da Libertação dos Padres Franceses e com sua frágil voz deixar-se tomar pela emoção das lembranças daquele movimento que marcou a sua vida.

Todos esses cinco atores sociais do MLPA supracitados formaram consolidaram e exaltaram o seu espírito de militância, conduzidos pela luz da teologia da libertação, que através do método “Ver, Julgar e Agir”, possibilitavam uma análise da conjuntura local dialogada com a fundamentação bíblica, a qual era geradora das decisões para organização e ação desses movimentos, pautados na construção do sonho de uma vida digna para todos e todas, como podemos observar no trabalho do professor Alberto da Silva Moreira (2012).

Como é sabido, o momento do Ver compreende o levantamento e mapeamento dos grandes problemas e desafios enfrentados pela comunidade local ou regional, em todos os âmbitos: religioso, político, econômico e cultural. Para elucidação dos desafios econômicos e políticos os animadores dos encontros, ou seja, os mediadores pedagógicos lançaram mão de pesquisas, estudos e dados produzidos por cientistas sociais de recortes críticos muitos deles de orientação marxista. Lembro-me dos diversos cursos que participei como agente pastoral engajado na pastoral da terra no Sul do Pará, Sul do Maranhão, Matogrosso e Norte de Goiás (Tocantins), organizados pela CPT na década de 70 e 80 com a participação de José de Sousa Martins e outros intelectuais de peso.

O segundo passo, o Julgar, implicava na avaliação e no julgamento crítico da situação levantada, sempre em referência bíblica, a vontade de Deus e ao que se considerava ser o projeto de Jesus (a realização do reino de Deus).

O terceiro passo, o Agir implica pensar e estabelecer conjuntamente propostas para superação ou enfrentamento das grandes e pequenas questões que angustiam as

pessoas e as comunidades. Da discussão brotavam pautas, sugestões de encaminhamento concreto. (MOREIRA, 2012)

Essas vivências teóricas e práticas de leitura marxista do evangelho aplicado à realidade dos sujeitos se tornaram verdadeiros impulsionadores de uma nova gente e um novo tempo os quais independentes das tensões resultantes desse processo, não recuaram diante das dificuldades, como que de forma muitas vezes heroica, constituíram a essências que pulsou o luzir dos novos movimentos sociais da Amazônia paraense.

3.4 A Função Sociocultural do Vídeo-Memória: MLPA - 40 Anos de História

Esta tese do programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPIHST/UFGPA), através do Vídeo-Memória: “MLPA 40 anos de história”, disponibiliza para a sociedade brasileira uma nova Fonte Histórica para a pesquisa da história do tempo presente na Amazônia. Esta inédita fonte que propõe um exercício dialogal entre o pesquisador, os documentos escritos, a oralidade, e o uso de novas tecnologias digitais, a fim de repensar novas possibilidades pedagógicas para a pesquisa o ensino e a extensão universitária, ampliando suas perspectivas ao encontro de novos públicos que ultrapassem o universo da comunidade academia cristalizada, buscando assim alcançar diversas camadas da sociedade, incluindo-se aí especialmente a juventude secundarista a qual se encontrando em plena fase de formação intelectual e ideológica, acaba por muitas vezes se comportando de forma vulnerável frente ao uma atual amplitude de informação com pouca ou sem qualquer fundamentação teórica, as chamadas *Fack News*. Desse modo, pretendo disponibilizar este Vídeo-Memória aos mais diferentes canais de comunicação em massa, incluindo as redes de comunicação alternativas e comunitárias. Pretendo também inseri-lo nas concorridas e abrangentes plataformas digitais para que qualquer morador do campo e da cidade, que possua minimamente um aparelho com acesso à internet, possa conhecer essa história recente que compõe o mosaico multifacetado de luta e resistência daqueles que se levantaram contra a ditadura militar na Amazônia.

Pesquisar e ensinar a história do tempo presente na Amazônia para a Amazônia, muitas vezes nos exige um hercúleo esforço no caminho de construir novas formas desse pensar e fazer o conhecimento histórico local. Durante as reflexões decorrentes da disciplina Tópicos Temáticos História do Tempo Presente, ministrada pela professora Edilza Fontes no PPIHST, este pesquisador teve contato com o debate referente à história pública e uso dos arquivos sensíveis, o que a partir dali me instigou a refletir sobre mecanismos e possibilidades

pedagógicas que suscitassem uma maior aproximação do público geral com o debate historiográfico imediato produzido nos mais diversos programas de graduação em história.

Quando muito jovem no ano de 1990, ainda no então chamado primeiro grau na Escola Salesiano do Trabalho, localizada entre os bairros da Sacramento e da Pedreira, tive contato com professores os quais tinham por hábito a utilização de obras fílmicas para a reflexão e o debate histórico, foi com ele que pude conhecer clássicos como o “O Nome da Rosa”, (1986), dirigido por Jean – Jacques Annaud, adaptado da obra homônima de Umberto Eco, “A Missão”, (1986), dirigido por Roland Joffe e gravado no extremo Sul do Brasil, o mesmo com produção genuinamente Brasileira chamada Avaete - Semente da Vingança, (1985), dirigido por Zelito Viana. Essas produções cinematográficas citadas sem qualquer dúvida me foram grandes instigadores e incentivadores educacionais, despertando em mim e em meus colegas o sentimento de descoberta e de inquietação por novas informações históricas, principalmente aquelas trazidas naqueles filmes e depois comprovadas nos livros didáticos (realidade nem tão presente naquele momento histórico), especialmente pelo fato de nos anos de 1980 e início dos anos 90 entre as estreitas ruas e palafitas da Sacramento e da Pedreira, não ser muito comum a presença de televisores em casa, muito menos de vídeo cassete, instrumento este que tínhamos contato somente no auditório da escola Salesiano, e sem falar especialmente na impossibilidade de prestigiar cinemas de fato da grande Belém.

A professora Circe Bittencourt, em sua obra intitulada Ensino de História: fundamentos e métodos (2005), reflete que desde as primeiras décadas do século XX, já havia alguns professores que buscavam utilizar filmes cinematográficos para facilitar a mediação do ensino e da compreensão da história, que ela acredita ser uma forma de abandonar o tradicional método de memorização, diante daquela conservadora e tradicional prática de decorar as páginas dos livros didáticos. E no decorrer do aperfeiçoamento tecnológico e artístico das obras fílmicas elas passaram a contribuir mais ainda no processo de diálogo entre os alunos e até o público geral e o ensino de história e a transmissão da memória, inclusive Circe Bittencourt fala que até mesmo a televisão por muito tempo recebeu olhares preconceituosos de intelectuais e demais pesquisadores, com o tempo foi se entendendo que na verdade se bem utilizada acabava por ser um recurso colaborativo e auxiliar de grande importância para o ensino de história porque era através delas que a grande maioria do público em geral e em especial das escolas públicas acabavam tendo acesso a produções cinematográficas de grande importância que gerariam um robusto debate em sala de aula no dia posterior ou até mesmo projeções realizadas por grandes veículos de comunicação do Brasil.

Uma reflexão específica que os pesquisadores do ensino de história referem-se ao aspecto de que não somente cabe ao professor ou ao palestrante ou o chamado facilitador a projeção da obra em si, porém se faz necessário todo um processo de análise pretérita da projeção por parte deles, depois da elaboração de um roteiro para um questionário que leve à reflexão diante do público. E nesse sentido, garantindo assim certo rigor teórico e metodológico, vai coincidir com o maior aproveitamento sobre determinado assunto que parte tanto da leitura teórica quanto da apreciação da obra fílmica. E, sem dúvida nenhuma, a professora Circe continua nos informando que a penetração do cinema é necessária, e que podemos relativizar, e que, atualmente, as plataformas digitais acabam por aproximar, seja o aluno ou expectador, com a suas realidades e as realidades mais distantes. Hoje é possível, em qualquer ambiente onde haja disponibilidade tecnológica e ela é muito abrangente, que um professor mesmo estando em um lugar distante se conecte com uma turma de forma remota possa projetar um filme produzido na Ásia, por exemplo, e estabelecer assim um debate mais amplo e geral sobre cultura.

Sem qualquer dúvida a nossa recente e difícil experiência do enfrentamento à pandemia da COVID -19 nos mostrou quase que de forma amarga e emergência que, precisamos estabelecer um maior contato uma maior afinidade para uma mais eficiente utilização dessas ferramentas tecnológicas no debate da pesquisa e do ensino de várias disciplinas, inclusive especificamente a disciplina história, e a história do tempo presente na Amazônia, claro que essa utilização passa por um cuidado desde a escolha do produto até o manuseio desse material, com uma finalidade elaborada para o resultado de forma específica. Sem dúvida nenhuma, no tempo recente mais difícil da história da humanidade, que foram os anos 2020 e 2021, o cinema e o áudio visual remoto através de televisores e outras ferramentas, foram sem dúvida um grande transmissor do conhecimento científico do conhecimento histórico e para, além disso, cumpriram até de forma contraditória um papel humano de aproximar pessoas, familiares, amigos e amores, que se encontravam distantes; ou esse contato tecnológico simplesmente se fazia companhia para aqueles que por uma razão qualquer se encontravam na solidão, razão essa muito presente na sociedade de hoje.

Para ampliar a minha compreensão quanto o papel da produção audiovisual na construção da ciência histórica para o esclarecimento da sociedade, busquei dialogar com profissionais do cinema e do audiovisual paraense, como o professor Alexandre Rosendo mestre em arte pelo Instituto de Ciência da Arte da Universidade Federal do Pará ICA-UFPA, além de ser servidor da Fundação Cultural do Pará e de possuir forte experiência neste campo,

como as produções Paraenses “O engano” (2003), com direção de Lorena Montenegro e “Vai quem quer” (2008), com direção de Faeli Moraes, neste sentido Alexandre Rosendo nos diz:

Na época do Fascismo e do Nazismo aqueles países investiram na sua produção áudio visual, filmes retratavam e colocavam uma valorização tanto do Mussolini quanto do Hitler, que era a grande propaganda que poderia ir para outros lugares como se aquilo fosse interessante como projeto de vida da população. Quando a gente vai para o Brasil a gente percebe, por exemplo, que o cinema Frances tinha uma grande abertura e era muito influente na sociedade local. Com o golpe militar no Brasil os Estados Unidos começam a exercer uma maior influência cultural em nosso país, você começa a perceber uma diminuição da presença do cinema Europeu no Brasil e o aumento do cinema Americano. O cinema Brasileiro como uma ratificação do quem nós somos, você percebe, por exemplo, a força do cinema Brasileiro antes da ditadura, o qual faziam grandes questionamentos e análises do que é esse Brasil por dentro e tendo como representante por exemplo Deus e o Diabo na Terra do Sol de Glauber Rocha, O Pagador de Promessas de Alcemo Duarte, mas durante a ditadura você vê a importância dos filmes dos trapalhões para o público infantil, as pornô-chachadas que também na verdade era uma forma de ver o Brasil alegre feliz brincalhão e produziram muitos filmes e também você tinha os filmes da boca do lixo.⁷⁷

E essa variedade da produção nacional, independente do seu uso político e artístico, tem a capacidade de representar esse país em boa parte de sua diversidade étnica, cultural, social e econômica, inclusive assim agradando os mais diversos públicos que lotavam os cinemas de rua, num momento em que os televisores ainda eram peças raras nas salas das famílias brasileiras. Essa representação era tão diversa que até mesmo o professor Marcos Napolitano (2015), em seu artigo “A resistência Cultural”, publicado no livro “Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai”, organizado pelo prof. Rodrigo Patto Sá Mota, durante o Regime Militar Brasileiro, com novo olhar historiográfico, chega a ponderar o papel exercido por esse cinema nacional de vanguarda, visto a sua reduzida capacidade de mobilização para a tomada de consciência revolucionária para a resistência.

E ai você percebe quando vai se falar em Amazônia [...] O cinema te faz repensar o país e vê o que você é até porque as pessoas querem se identificar e alguns sutis questionamentos [...] hoje você um olhar maior para cá de repensar o que é Amazônia através de filmes como Uma índia transamazônica de Jorge Bodanszk, que retratava a Amazônia naquela profundidade, então você tem ai um olhar de um povo que é explorado, hoje você vê toda essa questão da Amazônia, mas também de uma auto valorização disso, porque a partir do momento que eu me vejo como protagonista em quanto povo eu tenho a consciência do que eu posso produzir, do que eu posso ter e do que eu posso fazer, assim ressignificando o olhar que não é mais de fora para dentro e sim do eu enquanto amazônida, gerando assim a tomada de consciência do que nós somos, do que nós temos, do que nós fazemos enquanto povo da floresta.

⁷⁷ Entrevista Concedida em 11 de novembro de 2023, em Belém/PA, pelo Ator Alexandre Rosendo por Termo de Livre Consentimento Esclarecido.

Nesse contexto, ressaltamos a reflexão de Alexandre Rosendo acerca da importância humanística que o cinema e o audiovisual exercem sobre o sujeito e sua realidade em toda e qualquer parte do mundo, mas especialmente na realidade amazônica.

O audiovisual ele apresenta várias núncias já que é baseado no texto literário, você tem um cenário, você tem várias linguagens artísticas entrelaçadas para a formação da sétima arte, e através do cinema e do áudio visual a gente repensa sim nossa existência enquanto ser humano no sentido de se identificar com alguma narrativa, seja no filme de ficção ou documentário. O áudio visual tem uma função na metodologia não só para o ensino da história, mas para a percepção geográfica e filosófica da sua existência, assim como do próprio entendimento, para buscar retratar o que aconteceu, até mesmo como alicerce humano, na busca de sua essência seja na Amazônia ou na Escandinávia, conluo dizendo que o cinema áudio visual pode fazer uma revolução interna e psicológica no ser humano.⁷⁸

Apesar do caráter eminentemente humano e simbólico do ponto de vista da expressão artística uma das grandes críticas que se faz sobre a questão do áudio visual e do cinema Brasileiro, compreende justamente em seu sele público de espectadores, com exceção de algumas produções nacionais de artistas consagrados que tem capacidade de arrastar verdadeiras multidões, a grande e vasta produção cinematográfica nacional, em especial as regionais, acabam por ensimesmar, no aspecto do alcance de público, o que infelizmente resulta na exclusão da grande plateia de excelentes debates e reflexões da realidade local e nacional.

Conluo essa reflexão sobre o papel social do Vídeo-Memória MLPA - 40 anos de História, discorrendo sobre uma prazerosa conversa que tive em formato de entrevista com o conceituado diretor Jorge Bodanzky, que gentilmente me recebeu quando de uma agenda na cidade de Belém, e de imediato se colocou a disposição para uma agradável porfia.

Bodanzky inicia a entrevista falando que mesmo antes da produção do filme-documentário A IGREJA DOS OPRIMIDOS (1986), por sinal uma de minhas inspirações para a escolha de meu objeto de tese, o diretor já tinha estado na região em outras ocasiões profissionais, e ainda nos enfatiza uma preocupação referente à violência do lugar, violência esta ainda presente na região, e que inclusive uma de suas grandes tristezas, é a de constatar que muitas daquelas lideranças que lhe concederam entrevistas, algumas delas ameaçadas de morte, e perseguidas, hoje já se encontram mortas, pois foram assassinadas por pistoleiros a mando do grande latifúndio. Ainda Sobre a produção do filme-documentário, Bodanzky nos diz:

⁷⁸ Entrevista Concedida pelo Ator Alexandre Rosendo por Termo de Livre Consentimento Esclarecido, em 11 de novembro de 2023, em Belém/PA.

Quando a gente iniciou o projeto, eles ainda estavam presos. Eles foram libertados acho que pouco antes do início das filmagens. Esse filme é uma co-produção com a televisão francesa, aí o filme foi montado em Paris né...E eles tinham acabado de chegar em Paris naquele momento, então fizemos uma boa tomada que aparece eles caminhando né...na cidade de Paris onde eles contam as experiências deles no Brasil, e agente estava naquele momento muito felizes por eles terem sido soltos, e a situação parece até que ia amenizar, foi uma ilusão...⁷⁹

O reconhecido cineasta continua seu relato dizendo que houve momentos que realmente sentiu medo, pois segundo ele corria-se o risco de se levar um tiro na cabeça no meio da rua, principalmente quando descobriram que eles estavam fazendo um filme contra o sistema, e até porque segundo Jorge Bodanzky, a impunidade era uma das marcas daquela região. Segundo o diretor de cinema, um dos momentos mais tensos foi quando ele entrevistou um jagunço de codinome Sebastião da Terezona, o qual se envaidecia de ser o maior matador da região, e essa entrevista aconteceu na própria residência de Sebastião da Terezona, que segundo o cineasta, depois foi preso e logo em seguida teria sido solto, Jorge Bodanzky também nos informa que um dos aspectos que mais lhe chamou a atenção no conflito do Cajueiro, não foi necessariamente a prisão dos posseiros, o que era muito comum na região, mas sim a perseguição a ICAR e a prisão dos padres franceses. Assim nos conta Bodanzky:

Olha, o que mais me interessou não foi especificamente os presos, mas o que mais me interessou foi a participação da igreja com tudo né, com aquele movimento que tava muito intenso naquela época, e a igreja era a única instituição que confrontava o governo, foi sim a presença da igreja, pois não tinha outra instituição que tinha coragem e condições de enfrentar aquilo.

O diálogo avança, e nosso já “íntimo cineasta”, me parabeniza pela escolha do tema da tese, e se mostra muito feliz com a possibilidade da confecção do vídeo-Memória, como uma importante fonte histórica para a compreensão daquele tempo que em alguns aspectos teima em permanecer com suas continuidades e rupturas. Bodanzky diz assim:

Eu acho que vocês têm uma missão pela frente, dando continuidade a isso aqui [...] exibir esses absurdos que não são exibidos, nem nas Universidades, muito mesmos nas escolas. Então, aí o trabalho que você está fazendo, tá pretendendo fazer... Porque não adianta fazer e ficar guardado na gaveta [...] tem que sair, tem que ser discutido pela sociedade. E isso é a tarefa que vocês têm que fazer.⁸⁰

⁷⁹ Entrevista Concedida por Jorge Bodanzky por Termo de Livre Consentimento Esclarecido em novembro de 2021.

⁸⁰ Entrevista Concedida por Jorge Bodanzky por Termo de Livre Consentimento Esclarecido em novembro de 2021.

Assim, concluo a entrevista e me despeço daquele artista e jornalista que num momento especial de minha vida, foi inspiração para escolhas que conduziram o meu caminhar por entre os caminhos inicialmente ideológicos, e de bem-viver e depois dialogados e consolidados numa caminhada acadêmica e profissional, pautadas num compromisso com uma sociedade com justiça social e fraternidade, com os tons e cores da esperança e liberdade.

3.5 O Vídeo-Memória: MLPA 40 anos de história, como uma possibilidade de Educação para o Ensino de História

Pensar o ensino de História na Amazônia, passa também por compreender a realidade desses moradores locais, na mediada da ocupação deste espaço, que ainda apresenta uma particular distribuição na proporção morador x área ocupada, indicando uma baixa densidade demográfica, além de pouco acesso à tecnologia digital firme, e uma ainda insuficiente tradição de leitura técnica e científica.

Nesta conjuntura, se faz necessário repensar esse ensino de história, e particularmente o Ensino de história do Tempo Presente na Amazônia, visto que este, acaba por até receber um certo olhar desconfiado das formas mais tradicionais e cristalizados de diferentes Tempos Históricos, reproduzindo assim a falsa impressão de quanto mais distante da atualidade o Tempo histórico apresenta, mais “pureza” e consistência científica ele passa a apresentar.

Assim, cada vez mais se faz necessário encontrar novos caminhos que busquem democratizar o acesso das mais variadas representações que compõem essa multifacetada sociedade amazônica, incluindo diversos grupos e classes sociais, sujeitos e coletivos esses que habitam as porções do campo e da cidade de toda a Amazônia, porém e inclusive com atenção necessária especial as camadas da juventude, já que é nessa camada social que consiste e se projeta a esperança da edificação de uma sociedade mais justa, e pautada na humanização e no conhecimento científico.

A juventude amazônica, seja moradora das grandes e médias cidades, ou aquelas que vivem nos municípios menores e territórios de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, e moradores de Reservas Extrativistas - RESEXs, em grande parte ainda carecem fontes históricas, que possibilitem um debate mais atualizado, e ressignificado referente a pauta do Tempo Presente na Amazônia, e inclusive que trate dos grandes projetos de ocupação da Amazônia, e seus desdobramentos sociais e culturais resultantes de políticas públicas ineficientes, e inacabadas e que em grande parte das situações, privilegiava as oligarquias locais.

Nesse sentido, o professor Davison Alves da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, que nos apresenta uma discussão em torno do debate da História do tempo Presente, através de novas possibilidades digitais, para o ensino de História escolar. Assim apresentamos o Vídeo-Memória como uma fonte histórica na pesquisa e construção do conhecimento histórico produzido nas universidades, porém com potencial dialogal para uma ressignificação no espaço do conhecimento histórico escolar.

Considera-se importante investigar outras verdades e com isso a possibilidade de restaurar as vítimas do poder instituído após o golpe civil militar de 1964 o seu lugar de fala, ou seja, seu poder de narrar sob seu ponto de vista os acontecimentos que impactaram sua vida durante os anos de 1964 até os anos de 1980 do Séc. XX. O papel dos testemunhos está no sentido de construir um outro olhar sobre o tema do trauma, não invisibilizando os sujeitos, pois a memória deles incomodam determinados setores de uma dada sociedade (ALVES, 2022).

Assim, possibilita-se a reflexão histórica referente aos chamados Temas Sensíveis, estes presentes em muitas pautas históricas, principalmente aquelas que os historiadores apontam consenso no sentido de insuficiência de solução para estas questões, especialmente aquelas que apresentam relações com famílias e instituições que de alguma forma ainda precisam amadurecer o acesso e compreensão de determinados eventos históricos, o que inclusive acaba por Externalizar reações derivadas de traumas dessas vivências ou mesmo do repressivo Silenciamento institucional e social , ainda persistente mesmo no pós ditadura militar. “Portanto, pensa-se na perspectiva da história pública e digital, que democratize o acesso as informações referentes a ditadura civil-militar no Pará. O debate da história pública está presente na ordem do dia dos historiadores” (ALVES, 2022).

Portanto, se primaz que o debate referente aos anos dos governos militares na Amazônia, assim como os diversos, conflitantes e muitas vezes traumáticos desdobramentos até os dias atuais, ocupem os diversos espaços de reflexão científica nos seus mais distintos graus, ampliando seu raio de acesso e gerando amplos e profícuos resultados que contribuam para a construção da memória e da história do Tempo Presente na Amazônia, assim reverberando em uma compreensão mais ampla desse passado recente que muitas vezes teima em nos assombrar tanto pelos seus eventos traumáticos em si, quanto pelas lacunas causadas pelo silenciamento intencional, e negligência social, e por vezes até científica e educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo este trabalho com a clareza do percurso percorrido entre as fontes documentais e orais, de espaços urbanos e rurais, produzidos na Amazônia do Tempo Presente, e mais especificamente durante os anos finais da ditadura militar no Brasil com o foco geográfico da Amazônia Paraense, dialogando com os sujeitos históricos que atuaram na militância do Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optei por discutir aspectos que se iniciam na localidade de São Geraldo do Araguaia, naquele momento parte integrante do município de Xinguara/PA, localidade onde eclodiu o conflito do Cajueiro, ocorrido na segunda metade do ano de 1981, e que acabaria por se desdobrar na prisão, e depois formal acusação e julgamento dos chamados Presos do Araguaia, sendo dois padres franceses e treze posseiros.

Compreender aquele lugar, aquele “outro” Pará, foi elemento fundamental na construção deste trabalho, haja vista que como sou de Belém, Capital do Estado, não fujo a regra no sentido de apresentar até então um olhar pouco aprofundado daquela realidade que para a grande parte da população no início dos anos 1980, representava ao mesmo tempo e de forma dúbia, a esperança numa vida melhor, e o choque com um cotidiano de pobreza, violência e uma contínua luta contra a exploração, a violência, e a exclusão.

Sem qualquer dúvida, esse difícil cenário vivenciado pelos mais pobres da região, teria se desdobrado em uma conjuntura ainda mais desfavorável para essa população, se não fosse a presença e o profícuo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, e a CPT, assim como também outras estruturas e organizações internas da ICAR, que cumpriram um protagonismo inegavelmente fundamental na caminhada de luta e resistência daqueles mais pobres, diante das investidas dos latifundiários, grandes comerciantes, e outros representantes das oligarquias locais e externas, que quase que com o apoio hegemônico das estruturas do estado, promoviam todo tipo de atrocidade contra aqueles “despossuídos” da região (Figueira 1986).

É essa igreja, que fez a Opção Preferencial Pelos Pobres, que inspirada pela Teologia da Libertação, que vai muitas vezes viabilizar as condições necessárias as diversas atividades de organização e mobilização desses trabalhadores do campo e da cidade, que encontram nas estruturas da ICAR, como salões para reuniões e plenárias, equipamento sonoro, mimeógrafo, telefone, fax, carro para deslocamentos urgentes e táticos, assim como também apoio jurídico através dos advogados da CPT. Todos esses mecanismos vão garantir minimamente as condições

para o enfrentamento desses trabalhadores, frente os opressivos e muitas vezes covardes avanços dos representantes do grande capital (Pereira, 2015)

Uma das mais expressivas representações dessa igreja comprometida com os mais pobres eram as emblemáticas Comunidades Eclesiais de Base- CEBs, que com suas representações em diferentes e plurais espaços, inclusive aqueles mais distantes da sede da Paróquia, apresentavam a capacidade de através de suas plurais atividades litúrgicas e políticas, desenvolver uma capacidade de consciência crítica naquela população, o que acabava por desaguava em um despertar sociológico, os quais garantiam a preparação para o desenvolvimento de firmes e produtivas ações de mobilização e organização daquelas famílias de posseiros e/ou outros trabalhadores em condição de vulnerabilidade social. Essas CEBs, seja na cidade ou a beira de rios e caminhos de florestas, agiam verdadeiramente na animação daqueles homens, mulheres e crianças que encontravam naquelas celebrações litúrgicas e reuniões de teor mais político, um afago e um incentivo para não desistirem de seus sonhos, e percebiam naquelas lideranças leigas, na pastoral da juventude, e naqueles sacerdotes, a força, e inspiração necessária a sua residência para uma vida mais digna e justa, ainda aqui mesmo na existência terrena (Ribeiro, 2014).

Sou um pesquisador habituado ao campo, até porque entendo que não se faz História do Tempo Presente na Amazônia, e especialmente com robusta utilização do método de história oral, sem uma forte agenda de visitas a arquivos (institucionais e pessoais), busca ativa de sujeitos históricos para a captação de relatos orais através de entrevistas tecnicamente elaboradas, porém com elementos de humanização no contato e no trato horizontal com esses sujeitos e o produto resultante dessas entrevistas. Refiro-me a esse aspecto da humanização das relações, devido à percepção tanto durante a tessitura de minha tese, quando em meu exercício docente no curso de licenciatura em História da Universidade do Estado do Pará, especialmente nos campi Salvaterra/Marajó, São Miguel do Guamá, e Vigia, onde dependendo da demanda da disciplina, opto também e costumeiramente pela prática da atividade de campo, o que tem me levado também a constatar uma corriqueira reclamação de, oradores de vilas, ilhas, comunidades tradicionais etc.; que algumas dessas experiências com outras instituições e outros pesquisadores que essas comunidades e seus moradores, acabaram por resultar em uma espécie de trauma gerador de um certo silenciamento, como resultado de contatos e entrevistas que se desenvolveram de forma até não agradável, devido a uma espécie de comportamento vertical entre o pesquisador e seu entrevistado, isso sem contar o aspecto do comum (segundo alguns relatos de alguns moradores), de um inexistente retorno daquela

pesquisa pós-finalização para aquela comunidade, seja em forma de livros, palestras, mesas – redondas, ou minimamente uma visita para agradecer.

Assim, empreendi diversas viagens (com investimento próprio), para cidades como Marabá, Xinguara, Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, assim como Belo Horizonte/MG, e Rio de Janeiro/RJ. Nas cidades de Xinguara especialmente em São Geraldo do Araguaia, pude desfrutar de experiências sinestésicas que resinificaram em definitivo a minha percepção daqueles lugares, eventos, e sujeitos históricos que compõem essa pesquisa.

Após a qualificação ocorrida em agosto de 2020, priorizei a produção referente ao MLPA em si, levantando material bibliográfico, documental, e com realizações de outras entrevistas que pudessem contribuir na compreensão da multifacetada práxis deste movimento, tanto na região do Araguaia Paraense, como na região metropolitana de Belém.

Com o devido denodo, me lancei na busca dessa documentação, em especial dos acervos pessoais, assim como outros sujeitos históricos que pudessem disponibilizar entrevistas, quando particularmente uma preocupação me acompanhou, na medida em que alguns homens e mulheres da minha possível lista de entrevistados, ou haviam morrido, ou se encontravam com grave sequela decorrente da pandemia de Covid-19 que teve seu auge nos anos 2020 e 2021, o que inclusive me vitimou consideravelmente (segundo suspeitas médicas, porém sem confirmação), já que agravou quase que fatalmente a minha condição de doente renal, para a condição de renal crônico, como já relatei no início do segundo capítulo.

Um exemplo dessa dificuldade frente à finitude da vida, e que pode vitimizar fatalmente a sua fonte, foi especificamente no caso do prestigiado professor Egídio Sales Filho, que foi um dos advogados de defesa dos Presos do Araguaia, e com o qual eu havia conversado e afinado um momento para entrevistá-lo, quando o mesmo se mostrou extremamente gentil e disponível para conceder tal entrevista, porém dias após esse diálogo e de forma súbita, o mesmo veio a falecer, deixando atônitos todos os seus admirados da sua trajetória como pessoa, militante político, e advogado que não mediu esforços em defesa dos direitos humanos na Amazônia Paraense.

Assim, depois de novos e muitos contatos, viabilizei condições para acessar muitos desses militantes históricos do MLPA, realizando assim importantes entrevistas e garantido o privilégio de acessar preciosos acervos pessoais, que depois de guardados por muito tempo, me foram confiados, e me possibilitaram ampliar o meu olhar entendimento sobre esse importante movimento. Faz-se importante o registro de que mesmo que eu em minha trajetória acadêmica, profissional e militante, tenha conseguido consolidar uma significativa rede de relações, especialmente no campo progressista da cidade, e nos arrais culturais, esse

processo de contato e convencimento para a concessão de entrevistas e acervos pessoais, se da de uma forma que nos exige um delicado trabalho propriedade na apresentação da proposta , e na forma aproximação e troca de informação com esse sujeito histórico.

Vencidas essas barreiras, pude executar essas entrevistas para a edificação deste trabalho, que qual necessitou de incontáveis horas de gravação com a minha simples tecnologia disponível, e sempre se adequando ao tempo e espaço mais confortável para aqueles os quais eu iria entrevistar, o que resultou em um considerável material com capacidade para a produção de muitos produtos científicos, entre publicações, exposições, produções artísticas, audiovisuais, e outras possibilidade que a sensibilidade e o compromisso educacional e científico posso ousar criar.

Ao experienciar essas conversas de grande teor humanista e também de característica multimídias, pude finalmente perceber e compreender que entre esses Sujeitos Históricos do MLPA, há um fio condutor que os aproxima e tem a capacidade de constituir o que nesta tese eu chamo de Identidade Coletiva do MLPA, que a partir de suas experiências de cada um desses militantes do movimento, vai marcar suas vidas, e de forma indelével elaborar e formar em cada um e cada uma, o seu caráter em seu espírito, no sentido mais helênico da formação do sujeito (Manuel Jr, 2000).

Ao ouvir as histórias e o cantar de cada um desses sujeitos históricos, se manifestar de forma muito evidente a condição dessa Identidade Coletiva do MLPA, expressa em suas memórias, atravessando cada trajetória com suas semelhantes e também distintas histórias, porém com singularidades que se traduzem em unidade de percepção do mundo através de suas lembranças, as quais orgulhosamente as ostentam como símbolo de um tempo que foi transformador em suas vidas, moldando definitivamente as suas personalidades, e de certa forma, segundo seus próprios relatos, transformando as vidas a partir daquele tempo histórico, a partir daquele momento, e daquele Movimento, que sem qualquer dúvida os acompanham até hoje, evidente ocupando um outro espaço em suas vidas já que tanto tempo se passou. No entanto, essa Identidade Coletiva do MLPA, ainda hoje funciona (através de suas lembranças), quase que como um elemento mítico, possuidor de características mágicas, e que sempre serão acionadas (seja como lembrança, seja como uma credencial imagética), as quais esses Militantes do MLPA, teimarão em acionar, seja somente no campo da memória afetiva, memória patrimonial (enquanto possibilidade de transmissão para suas futuras gerações), ou até para fins de legitimação de uma prática ou somente uma escolha política que determinará um comportamento social, especialmente nesta conjuntura de dualidade e

ideológica predominante na sociedade brasileira, se refletindo no cotidiano de usos e abusos de determinadas memórias.

E quando apresento este vídeo-Memória: MLPA - 40 anos de História, disponibilizo para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, uma fonte histórica com qualidade científica, e características artísticas em condições de informar e envolver o seu expectador, garantindo o honesto protagonismo histórico aos militantes do MLPA, possibilitando inclusive que essas histórias formadoras dessa Identidade Coletiva do MLPA possam dialogar com uma grande variedade de gerações, para que o nobre objetivo da Ciência Histórica e da Educação oficial e não oficial (Bitencourt, 2005; Burke, 2001). Assim, para que essas possibilidades educacionais, clássicas ou populares, possam dispor de um material educativo e artístico, que de alguma forma possam despertar nestes um pertencimento quanto à importância das lutas sociais, e da organização de movimentos sociais que possam também discutir a sua realidade, ou simplesmente proporcionar novas possibilidades. Possibilidades, de sonhos, de existência e de resistência, e até a construção e ressignificação de novas identidades, como a Identidade Coletiva do MLPA, forjada entre os anos 1982-1983 (Bitencourt, 2005; Burke, 2001).

Quando de minha terna infância e juventude no meu afetuoso bairro da Sacramento, bairro de tantos combates travados pela melhoria da qualidade de vida daquele povo pobre e sofrido, como a emblemática Luta pelo Direito de Morar, luta esta travada contra o Aeronáutica, e com contundente apoio da Igreja Católica progressista através do Pe. Cruzio, João Bekembo, pela ocupação e conquista da Área das Malvinas, popularmente conhecida como Elo Perdido (Ribeiro, 2014); da janela da casa de meus avós, eu assistia a apresentação de tetro de bonecos com o personagem João Miséria, do outro lado da Avenida Senador Lemos em plena feira da Sacramento, de alguma forma eu já era sensibilizado para as questões das lutas populares. Foi também entre procissões, missas, crisma, e outros eventos e manifestações religiosas da Paróquia de São Sebastião na Sacramento, que meu caráter e espírito político foram forjados, até eu me tornar um presente militante do Partido dos Trabalhadores.

E depois de percorrido minha trajetória em caminhos que vão da militância igreja e político-partidária, passando por mais de uma década de atividade artística e profissional entre os picadeiros e tablados de chãos de terra e água no solo paraense, acabei por enveredar para o exercício da docência e da pesquisa acadêmicas, das quais tenho muito orgulho e compromisso; concluo esta tese de Doutorado em História, no Programa de Pós-graduação em história da Universidade federal do Pará-PPHIST/UFPa, com a clareza de que qualquer tema,

ou objeto de pesquisa histórica, se encontram em condições de esgotamento quanto a possibilidade para novas pesquisas, e que a cada tempo, e circunstância, podemos e devemos nos aperfeiçoar enquanto pesquisadores. Deixo aqui meu sentimento de dever cumprido, e a esperança de que em breve possamos contar também novas histórias, e que dessa vez, possam terminar com justiça social e uma vida mais digna e feliz para todas e todos!

PESSOAS ENTREVISTADAS

1 ALBERDAN BATISTA

Foi importante militante e animador espiritual e artístico do MLPA. Atuou também como gráfico e coordenador da gráfica Suiá, atuando como líder sindical e histórico militante do Partido dos Trabalhadores. Ativista Cultural, atualmente trabalha como elaborador e formador de projetos culturais, realizando capacitações nas doze regiões de integração do estado do Pará. Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA.

2 ALEXANDRE ROSENDO

Ator de Teatro e Cinema, trabalhou em curtas e longas-metragens locais e nacionais, como “O Engano” e “vai quem quer”, foi professor substituto do curso de letras da Universidade Federal do Pará-campus Bragança, atuando também no Programa nacional de Formação de Professores-PARFOR. Licenciado em letras, e mestre em Artes pelo ICA/UFPA, atualmente compõe o quadro efetivo de Técnicos Culturais da Fundação Cultural do Pará. Entrevista Concedida em 11 de novembro de 2023, em Belém/PA.

3 CRISTINA SERRA

Jornalista paraense, conceituada nacionalmente, já tendo trabalhado em veículos de comunicação em massa como A Folha de São Paulo, Globo News, TV Globo, e jornal O Globo. É autora de importantes livros como O Caso Mariana. Nos anos 1980, foi estagiária do Jornal resistência, quando ainda era estudante de jornalismo da UFPA. Entrevista concedida em 14 de junho de 2019, na cidade de Rio de Janeiro/RJ.

4 DOMINGOS CONCEIÇÃO

Foi militante do MLPA, atuando firmemente em meio àquela juventude. É membro fundador do Movimento Negro de Belém, onde até hoje atua como importante liderança, também se identifica como militante histórico do partido dos Trabalhadores, e atualmente é professor de sociologia da rede estadual de ensino do Pará. Entrevista concedida em 23 de agosto de 2023, em Belém/PA.

5 HUMBERTO CUNHA

Membro fundador do Partido dos Trabalhadores em Belém, foi vereador pelo MDB na câmara municipal de Belém, e candidato a prefeito pelos PT nas eleições municipais de 1983 e 1988. Foi também agente formador da FASE na região do Baixo-Tocantins, atualmente mora na cidade de Porto Alegre/RS. Entrevista concedida em 29 de dezembro de 2021, em Porto Alegre/RS.

6 INOCÊNCIO GASPARIN

Ex-Seminarista ligado influenciado pela Teologia da Libertação, foi escolhido para assumir as funções administrativas e litúrgicas da Paróquia de São Geraldo do Araguaia, durante o cárcere de Pe. Aristides Camião e Pe. Francisco Gourieur. Assumiu diversas funções de caráter nacional e local durante gestões do PT e outros governos progressistas. Atualmente exerce a função de Secretário Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará. Entrevista concedida em 18 de julho de 2023, na Cidade de Belém do Pará.

7 JORGE BODANZKY

Cineasta e foto-jornalista dirigiu o clássico filme “Iracema- Uma Transa Amazônica”(1975) , assim como o documentário “A Igreja dos Oprimidos”(1986), uma Coprodução Brasil-França. Atualmente continua em ação no cinema nacional. Entrevista Concedida em novembro de 2021.

8 LEOPOLDO NOGUEIRA SANTANA JR

Importante militante do MLPA atuou em tarefas de vanguarda na organização e mobilização do movimento, tendo cumprido também importante papel nos movimentos Sociais do bairro dos Jurunas na periferia da cidade de Belém. Filiado ao partido dos Trabalhadores desde os anos 1980, atualmente é professor do curso de história da Universidade do Estado do Pará-UEPA. Entrevista concedida em 05 de agosto de 2023, em Belém/PA.

9 MARIA ONEIDE COSTA LIMA

Viúva do Gringo, líder sindical assassinado a mando dos latifundiários da região do Araguaia Paraense. Após a morte de Gringo, atuou como agente de pastoral do Pe. Aristides Camiô. Grande referência na luta pelos direitos humanos, atualmente ainda mora em São Geraldo do Araguaia onde é professora aposentada. Entrevista concedida em 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA.

10 PAULO ROBERTO FERREIRA

Jornalista e autor de importantes livros como *A Mordaza e a Censura do Pará pós-64*, *Encurralados na Ponte*, entre outros. Foi editor e repórter do jornal *Resistência*, foi sócio gerente da gráfica *Suiá* nos anos 1980, foi repórter do influente jornal *O Liberal*. É membro fundador do Partido dos Trabalhadores-PT, militante dos movimentos sociais, e atualmente é diretor de planejamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM. Entrevista concedida em 19 de julho de 2023, em Belém/PA.

11 RAIMUNDO FERREIRA LIMA JR.

Filho do líder sindical Gringo, assassinado em 1980, também atuou como coroinha de Pe. Aristides, acompanhando-os nas atividades de desobrigas e das Comunidades Eclesiais de Base –CEBs. Atualmente mora em Brasília, onde é vice-presidente nacional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados. Entrevista concedida 24 de setembro de 2018, em São Geraldo do Araguaia/PA.

12 RICARDO RESENDE FIGUEIRA

Padre, com inspiração na Teologia da Libertação, desenvolveu suas atividades litúrgicas na região do Araguaia Paraense, cumprindo fundamental papel nas atividades desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, naquela região. É autor de importantes obras como “*A Justiça do Lobo*” (1986) e “*Rio Maria*” (1992). Realiza importante papel nas denúncias e no combate ao trabalho escravo contemporâneo, assim como exerce sua docência como professor da Escola de serviço social, no Instituto de Defesa e relações Internacionais e do Programa de pós-graduação do NEPP-DH, além de coordenar o Grupo de Pesquisa Trabalho escravo

Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Entrevista concedida em junho de 2019, na cidade de Rio de Janeiro/RJ.

13 SÉRGIO CALVO GALIZA

Militante histórico dos Movimentos Sociais no Pará, foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores, colaborador do Jornal Resistência, além de atuar como agente formador da FASE (Capanema/PA). Cumpriu papel de destaque durante o MLPA, e posteriormente atuou em diversos mandatos parlamentares do PT, entre eles Valdir Ganzer (1987-1990), Geraldo Pastana (1991-1995), Edilson Moura (2011-2014). Atualmente continua desenvolvendo suas atividades profissionais como advogado, e recentemente concluiu o mestrado em Ciências da Religião na UEPA. Entrevista concedida em 13 de março de 2022, em Belém/PA.

REFERÊNCIAS

- ANDES, Pedro Marcos Mansour. **Trabalhadores em Movimento: Associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus (1945-1967)**. Dissertação (Mestrado em História), Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- ANTUNES, Gabriel. **Violência no Movimento Estudantil durante a Ditadura Militar**. YouTube, 30 de julho de 2015. 3min29s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M-ZraRmDnzc&t=52s>. Acesso em: 22 dez 2023.
- ARAUJO, Telmo Renato da Silva; COSTA, Tony Leão da; SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. (Orgs). **Amazônia: História, Culturas e Identidades** – Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011 – (Coleção docência em Formação. Série ensino fundamental/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).
- BOSI, Eclea. Bergson, ou a conservação do passado. In: _____. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 76-98.
- BODANZKY, Jorge; SALEM, Helena. **Igreja dos Oprimidos**. Helena Salem e Jorge Bodanzky [*BRASIL: s. n.*], 1985. Documentário (79min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fu_IVMyzvQA. Acesso em: 20 abril 2020.
- BRANDÃO, Daniela. **Um êxodo amazônica: Alfredo e a promessa de cidade nos romances Chove nos campos de Cachoeiral e Belém do Grão-Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade do Estado do Pará: Belém, 2018.
- BRASIL, Senado Federal. **Uma semana de 64: o Congresso declara vaga a Presidência da República**. YouTube, 3 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FWKNPIDO5YY>. Acesso em: 22 dez 2023.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. FONTES, Edilza; GOMES, Elias Fonseca. **O Massacre de Eldorado dos Carajás: memórias, narrativas orais e produção do esquecimento**. 2ª Ed. – Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2004.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. 1937. Traduzido por Vera Mariana Xavier dos Santos – São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CHINEM, Rivaldo. **Sentença: Padres e Possesores do Araguaia**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- COIMBRA, Oswaldo. **Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO - AMERICANO II. **A evangelização no presente e futuro da América Latina**. Conclusões de Puebla. Petrópolis: Vozes, 1983.

COSTA LIMA, Alex. **Caso do Cajueiro: Possesiros e Padres em São Geraldo do Araguaia**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, p. 120. 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEZEMONE, Marcos; FONTES, Edilza. (Org) **História Oral e Conflitos Rurais: memórias de lutas**. – São Paulo, SP; Letra e Voz, 2020. PIERRE, Ansart. **História e memória dos ressentimentos**. Universidade Paris VII – Denis Diderot. Tradução> Jack Alves de Seixas.

DINIZ NERIS, Jair Mauro. **MLPA, o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia, do Conflito do Cajueiro às maiores manifestações pró-democracia do Norte do Brasil – 1881 – 1982**. Dissertação (Mestrado em História Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, p. 144. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, V 3, n 5, pp 314-332, dezembro 2002, pp. 314-332. 2002.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia F. (Org.) **Tempo presente e Usos do Passado**. Rio de Janeiro, FGV, 2012. pp. 67-96.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do Lobo - Possesiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FONTES, Edilza. **O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará**. Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V 27, n. 1, pp. 280-292, janeiro-junho 2014.

_____. **Rio Maria: Canto da terra**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.137-139.

HISTÓRIA RESUMIDA, Canal. **Rádios informam a queda de João Goulart e Movimentações do exército – Golpe Militar de 1964**. YouTube, 16 de março de 2021. 2min18s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EGOyD_m_weg&t=1s. Acesso em: 22 dez 2023.

JORNALISTAS LIVRES. **Como a Ditadura Militar ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena (Grin)**. YouTube, 31 de março de 2019. 4min21s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5im95KVok&t=28s>. Acesso em:.....

JÚNIOR, Alexandre Manuel. **Paradigmas da Educação na Antiguidade Greco-Romana**. Universidade de Lisboa, Portugal. Editora Hvmánitas – Vol. XLVII, 1995.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História E Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Alberto da Silva. **Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais**. Caminhos, Goiânia, v. 10, nº 2, p. 37 a 55, julho/dezembro de 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **A resistência Cultural**. In: MOTTA Rodrigo Patto Sá (Org.). Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

_____. **O poder dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da fazenda Bela Vista**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2004.

_____. **Do Possesiro ao Sem-Terra: a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSOA, Fábio Tadeu de Melo. **O pensamento radical no Movimento Camponês: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985**. Dissertação (Mestrado em História), Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

_____. **“Ao cristão é proibido ter medo” - A Trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985)**. Tese (Doutorado em História), Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu. 2003.

PIETRANERA, Fernando Glucklich. **A Opção Preferencial Pelos Pobres Nas Conferências Gerais Do Celam** (Mestrado em Teologia Sistemática), Porto Alegre: Pontifícia Univerdidade Católica do Rio Grande d Sul, 2019.

REGNUM, Brasilis. **Brasil 64**. YouTube, 06 de setembro de 2018. 4min59s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gswGTu3hm4l&t=125>. Acesso em: 22 dez 2023.

RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. **Cruzes, Crucificados e Libertos: A paróquia de São Sebastião, a Pastoral da Juventude e suas CEBS na Luta Pelo Direito de Morar e na Trajetória do PT-Belém**. Dissertação (Ciências da Religião), Belém: Universidade do Estado do Pará. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da Terra: a violência no campo mojuense**. Belém: Editora Açaí, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Estética de Platão a Peirce**. 2 ed. São Paulo: Experimento, 2000.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira. **Teologia da libertação: Revolução e reação interiorizadas na igreja**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. 2006.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **A Lei dos Possesores versus governos militares na Amazônia: a luta pelo direito de viver nas matas (1961/1981)**. In: ARAUJO, Telmo Renato da Silva; COSTA, Tony Leão da; SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. (Orgs). *Amazônia: História, Culturas e Identidades* – Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Guerrilha do Araguaia: Violência, Memória e Reparação**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200/pdf>. Acesso em: 22 dez 2023.

SOUZA, Aparecida Gonçalves. **O anúncio do reino de Deus à luz das conferências latino-americanas: desafios e propostas para a missão continental**. Dissertação (Mestrado em Teologia), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

STANCATTI, Danii. **Censura e repressão na Ditadura Militar**. YouTube, 10 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IH3awHoC5-c&t=71s>. Acesso em: 22 dez 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TV BRASIL. **Ditadura Militar – Caminhos da Reportagem**. YouTube, 9 de maio de 2013. 2min3s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63zK6DR5QBE&t=17s>. Acesso em: 22 dez 2023.

TV BRASIL. **Discurso de Jango na Central do Brasil completa 50 anos**. YouTube, 13 de março de 2014. 4min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srLQLJq 0GBY&t=52s>. Acesso em: 22 dez 2023.

VELARDE, Jaime Cuéllar. **No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil Militar na Amazônia Paraense (1964-85)**. Dissertação (Mestrado): Belém, Universidade da Amazônia. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO PÁRÁ
POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR



POLEGAR DIREITO

Mafius
10.720.544
Alfredo A. Silva

ASSOCIAÇÃO TITULAR

REGISTRO GERAL

2465690

4 VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO

18/03/2014

NOME

MARCOS ALEXANDRE ARAUJO RIBEIRO

O

FILIAÇÃO

ELIAS DA SILVA RIBEIRO / TEREZINHA A DE JESUS ARAUJO RIBEIRO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

BELEM PA

07/11/1976

DOC ORIGEM

C..NASC-VALDECAES

BELEM PA

NUM#

1764

LIV#

A 2

FOL# 142V

CPF

648660502-25

Antonio Ricardo Teixeira M. Paula

Antonio Ricardo Teixeira M. Paula
Diretor de Identificação - DIDEM

ASSINATURA DO DIRETOR Civil-PA

PAPA 203.226

501

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



PA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2335794066

NOME
MARCOS ALEXANDRE ARAUJO RIBEIRO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2465690 PC/PA

CPF
648.660.502-25

DATA NASCIMENTO
07/11/1976

FILIAÇÃO
ELIAS DA SILVA RIBEIRO

TEREZINHA DE JESUS ARAUJO RIBEIRO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04683030587

VALIDADE
17/03/2032

1ª HABILITAÇÃO
29/06/2009

OBSERVAÇÕES

Marcos Alexandre Araujo Ribeiro

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELEM, PA

DATA EMISSÃO
23/03/2022

[Signature]

ASSINATURA DO EMISSOR

74686810318
PA288032993

PROIBIDO PLASTIFICAR
2335794066

PARÁ



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor(a): MARCOS ALEXANDRE ARAUJO RIBEIRO

Afiliação do(a) autor(a): UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a)

CPF: 648660502-25 Matrícula: 201815680022

Telefone: (91) 98113-7121 E-mail: MARCOSPIPOK@HOTMAIL.COM

Curso/Programa: PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA- PPIHIST

Orientador(a): PROF. DR. PERE PETIT PENARROCHA

Coorientador(a): _____

Título/Subtítulo: MLPA - HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS
DO ARAGUAIA: Pluralidade, Resistência e Fé.

Data da Defesa: 16 / 02 / 2024

Tipo do documento: () TCC () TCCE² () Dissertação (X) Tese () Artigo Científico () Livro
() Capítulo de livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

Declaro que, para os devidos fins, o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:
Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
Do Regimento Interno da Universidade Federal do Pará;
Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons 4.0*;
Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de idéias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

Belém-PA 15/03/2024

Local e Data

Assinatura do(a) autor(a)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA

1. **Tipo de documento:** () TCC³ () TCCE⁴ () Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro () Capítulo de Livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

2. Informações sobre a obra:

Autor(a): MARCOS ALEXANDRE ARAUJO RIBEIRO

RG: 2465690 CPF: 648.660.502-25 E-mail: MARCOSPIPOK@HOTMAIL.COM

Telefone: (91) 98113-7121 Programa: PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA- PPIHIST

Orientador(a): PROF. DR. PERE PETIT PENARROCHA Coorientador(a): _____

Título do documento: MLPA - HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA: Pluralidade, Resistência e Fé.

Data da defesa: 16 / 02 / 2024 Área do Conhecimento (tabela do CNPq): CIÊNCIAS HUMANAS

Área de Concentração (Se Tese ou Dissertação): História Social da Amazônia

Linha de Pesquisa (Se Tese ou Dissertação): CIDADE, FLORESTA, SERTÃO: CULTURA, TRABALHO E PODER.

Agência de Fomento (se houver): _____

3. Informação de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Com restrição* () Sem restrição

Justificativa com restrição: _____

A partir de qual data esse documento poderá ser disponibilizado: 15 / 04 / 2024

4. Permissões⁵

Permite o uso comercial da obra? () Sim () Não

Permite modificações na obra? () Sim () Não

O documento está sujeito a patentes? () Sim () Não

5. T&D defendidas fora da instituição

É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? () Sim () Não

Belém-PA 15/03/2024

Local e Data

Assinatura do(a) autor(a)

³ Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização

⁵ Licença Creative Commons

* Não será disponibilizado, somente após a data informada neste termo, se houver